

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Camila Gabriel Meireles Amorim

**ENCONTROS E (DES) ENCONTROS: estudo sobre as trajetórias infracionais de  
meninos e meninas de forma comparada**

Belo Horizonte

2022

Camila Gabriel Meireles Amorim

**ENCONTROS E (DES) ENCONTROS: estudo sobre as trajetórias infracionais de  
meninos e meninas de forma comparada**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção de título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Luís Flávio Saporì

Coorientador: Prof. Dr. Bráulio Figueiredo Alves da Silva

Área de Concentração: Metrópolis, Trabalho e Desigualdades

Linha de Pesquisa: Metrópolis, Trabalho e Desigualdades

Belo Horizonte

2022

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

A524e Amorim, Camila Gabriel Meireles  
Encontros e (des) encontros: estudo sobre as trajetórias infracionais de meninos e meninas de forma comparada / Camila Gabriel Meireles Amorim. Belo Horizonte, 2022.  
234, [12] f. : il.

Orientador: Luís Flávio Saporí  
Coorientador: Bráulio Figueiredo Alves da Silva  
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

1. Adolescentes - Aspectos sociais. 2. Vulnerabilidade Social. 3. Adolescentes - Relações com a família. 4. Adolescentes - Uso de drogas. 5. Evasão escolar. 6. Violência. 7. Criminalidade. 8. Delinquentes juvenis - Assistência em instituições - Brasília (DF). 9. Medida socioeducativa. I. Saporí, Luís Flávio. II. Silva, Bráulio Figueiredo Alves da. III. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. IV. Título.

CDU: 343.82

Camila Gabriel Meireles Amorim

**ENCONTROS E (DES) ENCONTROS: estudo sobre as trajetórias infracionais de meninos e meninas de forma comparada**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção de título de Doutora em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Metrôpoles, Trabalho e Desigualdades

---

Prof. Dr. Luís Flávio Saporì – PUC Minas (Orientador)

---

Prof. Dr. Bráulio Figueiredo Alves da Silva – UFMG (Coorientador)

---

Prof. Dra. Ludmila Lopes Ribeiro – UFMG (Convidada Externa)

---

Prof. Dr. Marcos Rolim – UFRGS (Convidado Externo)

---

Prof. Dra. Luciana Teixeira – PUC Minas (Convidada Interna)

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2022.

*Às meninas e aos meninos participantes deste estudo, por confiarem a mim suas histórias de vida. A Marcos, meu esposo e principal incentivador nesta jornada. A Ana Luísa, minha filha, meu grande amor. Aos meus pais, Maíze e Antônio, meu alicerce.*

## AGRADECIMENTOS

“O caminho não é feito só olhando para frente, mas também para os lados, para quem nos acompanha” (Carpinejar).

Queria o poeta nos dizer que não nos bastamos e que a presença do outro em nossas vidas nos pluraliza. Sendo assim, quero agradecer às pessoas que estiveram comigo nesta jornada, imersa em um turbilhão de emoções.

O meu agradecimento inicial não poderia ser diferente. Sou grata ao meu bom Deus e à Santa Mãe de Deus, que, sempre evocados por mim em oração, seja nas conquistas, seja na angústia, proporcionaram-me o alívio e a certeza de que estavam comigo. Ao me deparar com pessoas que foram meus cúmplices nos momentos de alegria e auxílio nos de tristeza, senti a presença do onipotente e de sua genitora em minha vida.

Ao meu orientador, Dr. Luís Flávio Saporì. Inicialmente, por ter aceitado meu convite para tamanho desafio; depois, por me orientar, provocar, desafiar e, especialmente, por acreditar que este trabalho seria possível. Ressalto, ainda, sua capacidade de compreender e respeitar minhas limitações, bem como contribuir de maneira muito significativa para a minha formação intelectual na sociologia.

À professora Dra. Ludmila Ribeiro, do Programa de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, por ter me aberto as portas para a Sociologia, ao me aceitar como voluntária na primeira pesquisa de que participei nessa universidade; por me auxiliar na construção do meu primeiro projeto submetido no processo seletivo da UFMG e da PUC Minas; pela elaboração das cartas de recomendação aos programas de pós-graduação dessas universidades; e por ter nos orientado a mudanças assertivas na qualificação, que culminaram com a proposta final desta tese.

Ao professor Dr. Bráulio Figueiredo, do Programa de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, por ter me apresentado a Teoria do Curso de Vida, através da disciplina isolada “Curso de Vida e Trajetória Infracional”, no ano de 2016, na UFMG, da qual participei como aluna especial; por ter permitido meu ingresso na pesquisa “Trajetórias e Narrativas de Adolescentes Infratores”, uma parceria da Sociologia e Psicanálise da UFMG, na qual pude aprofundar os estudos sobre trajetórias infracionais.

Aos professores do Programa de Ciências Sociais da PUC Minas, principalmente as professoras Dra. Luciana Teixeira de Andrade, Dra. Candice de Souza e Vidal e Dra. Regina

de Paula Medeiros, pela acolhida, pelos ensinamentos nas disciplinas das quais pude participar como aluna; pela indicação de autores, livros e artigos científicos.

À minha amiga Gabi, doutoranda da Sociologia da UFMG, por todos os ensinamentos sociológicos; pelas idas e vindas para as reuniões de pesquisa na UFMG, sempre regadas a conversas agradáveis e a risos fartos.

Ao meu colega Lucas Caetano, doutorando da Sociologia da UFMG, o sociólogo mais antropólogo que conheço. Essa característica em seu olhar como pesquisador me inspirou muito. Agradeço por me ensinar os caminhos da sociologia; pela leitura crítica e impulsionadora dos materiais que eu produzia; pelo debate rico sobre obras que líamos em comum e que me permitiram ampliar os horizontes, bem como por me orientar a utilizar o *software* Atlas T.I.

À minha colega de doutorado da PUC Minas, Solange Clessencio, pessoa querida que o Programa de Ciências Sociais possibilitou-me conhecer, sempre presente com uma acolhida afetuosa ou uma orientação certa.

À secretária do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas, Valéria das Dores, que acolheu minha angústia quando eu imaginei que não poderia continuar como aluna do programa, por falta de bolsa de estudo. Por intermédio de Valéria, fui beneficiada por algum tempo com a bolsa de estudos da Capes, e isso foi determinante para minha continuidade no programa.

À amiga Cecília Ribeiro Leite, servidora da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – SEJUS – do Governo do Distrito Federal, por me ajudar a entender o sistema socioeducativo, antes mesmo que a proposta desta tese existisse. E no momento crucial de acesso ao campo de pesquisa, auxiliou-me com informações e acesso ao subsecretário da SEJUS. Ceci, muito obrigada por todo apoio!

À amiga e colega da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDES – do Governo do Distrito Federal, Dra. Juliana Castro, pelas conversas intelectuais; pelas contribuições e sugestões acerca do material construído para a tese, especialmente sobre a abordagem de história de vida no âmbito da psicologia e sociologia.

À Subsecretaria do Sistema Socioeducativo da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – SEJUS – do Governo do Distrito Federal, na figura do subsecretário Demontê Alves e, sobretudo, sua assessora Thaís Monteiro Vasconcellos Elias, por me orientar sobre o pedido de autorização para realização de pesquisa na SEJUS; pela paciência que teve comigo enquanto aguardávamos a publicação do protocolo de entrada de pesquisadores nas unidades

do socioeducativo no DF e por intermediar junto à VEMSE/TJDFT a liberação para a realização desta pesquisa.

Aos dirigentes das unidades feminina e masculina, Jaqueline, Kárita, Cláudio e Ana Luiza, por aceitarem me receber para a realização da pesquisa nessas unidades, ainda no momento pandêmico.

Às profissionais das unidades socioeducativas de internação, nas quais realizei as entrevistas. Meu agradecimento, meu respeito e minha admiração pelas especialistas do socioeducativo, Lorrana, Luana, Marta, Fabíola, Iara, Maria Angélica, Catarina, Letícia, Elizângela, Márcia Maria. A acolhida e o apoio foram determinantes para a minha vinculação com as/os adolescentes e, conseqüentemente, para a realização das entrevistas nas unidades.

À CAPES, por ter me concedido bolsa de estudo temporária.

Ao Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte, instituição em que atuo como docente, por ter garantido bolsa de estudo cláusula 22/SINPROMG, para realização do doutorado.

À minha amiga Rose e ao seu esposo Carlinhos, por terem me acolhido em sua residência no Distrito Federal para que pudesse coletar dados na unidade do socioeducativo de Planaltina. A amizade, a comida gostosa, preparada com tanto carinho, as conversas agradáveis e alegria desses dias foram meu acalento naquele momento.

À minha irmã, Cinthia, por também me receber na sua casa no Distrito Federal enquanto eu coletava dados na unidade do Gama.

Ao meu esposo, Marcos, em especial. Incentivou-me desde quando o doutorado era apenas um sonho. Leu e releu esta tese, fez correções gramaticais, debateu comigo obras sociológicas e de teorias do crime. Vivenciou comigo todas as angústias impostas por esse processo, sempre com uma palavra positiva, de incentivo. Marcos, esta é uma conquista nossa!

E, por fim, aos meus pais, Maize e Antônio. Pertencentes à classe trabalhadora, dedicaram-se por muitos anos na minha formação educacional e na de minhas irmãs, Cinthia e Carina. A educação sempre foi prioridade para eles, enquanto nós fomos privilegiadas de termos pais que fizeram a escolha pelo acesso ao saber. Agradeço pelo apoio financeiro nos momentos de aperto; por entenderem todas as minhas escolhas e apoiá-las; pelo afeto; pelo colo; pela vida. Sou muita grata a vocês.

“Se tu falas muitas palavras sutis  
E gostas de senhas, sussurros, ardis  
A lei tem ouvidos pra te delatar  
Nas pedras do teu próprio lar

Se trazes no bolso a contravenção  
Muambas, baganas e nem tem um tostão  
A lei te vigia, bandido infeliz  
Com seus olhos de raio X

Se vives nas sombras, frequentas porões  
Se tramas assaltos ou revoluções  
A lei te procura amanhã de manhã  
Com seu faro de doberman

E se definitivamente a sociedade só te tem  
Desprezo e horror  
E mesmo nas galeras é nocivo  
És um estorvo, és um tumor  
A lei fecha o livro, te pregam na cruz  
Depois chamam de urubus

Se pensas que burlas as normas penais  
Insuflas, agitas e gritais demais  
A lei logo vai te abraçar, infrator  
Com seus braços de estivador.

“Hino de Duran”/Ópera do Malandro.  
*Chico Buarque*

## RESUMO

Esta tese tem por objetivo apresentar, de forma comparada, um estudo sobre as dimensões família, escola, pares e comunidade para o impacto na adesão de meninos e meninas a trajetórias infracionais. A partir da Teoria Desenvolvimental e do Curso de Vida e da metodologia de narrativas biográficas, por meio da abordagem de história de vida, buscou-se compreender os principais eventos e transições ocorridos nas trajetórias do/as adolescentes que culminaram em trajetórias infracionais. Nesse contexto, procurou-se reconstituir a história de vida de 12 (doze) adolescentes, sendo 6 (seis) meninas e 6 (seis) meninos, além da execução de 2 (dois) grupos focais, que tiveram o intuito de explorar maiores informações sobre o contexto comunitário onde viviam os sujeitos da pesquisa. Os adolescentes participantes da pesquisa se encontravam em cumprimento de medida socioeducativa de internação estrita em Brasília – DF – entre os anos de 2019 e 2022. Apesar das singularidades de cada história e das particularidades desenvolvidas pelos indivíduos ao longo de suas vivências e interações sociais, foi possível identificar importantes eventos que ocasionaram transições nas trajetórias familiares, na escola, na comunidade e com os pares, de forma diferenciada, nas narrativas dos meninos e meninas e que desembocaram na trajetória infracional.

**Palavras-chave:** trajetórias; história de vida; meninos e meninas; comparada.

## ABSTRACT

This thesis aims to present, in a comparative way, a study on the family, school, peers and community dimensions for the impact on the adhesion of boys and girls to infraction trajectories. From the Developmental Theory and the Life Course and the methodology of biographical narratives, through the approach of life history, we sought to understand the main events and transitions that occurred in the trajectories of adolescents that culminated in infraction trajectories. In this context, we sought to reconstruct the life history of 12 (twelve) adolescents, 6 (six) girls and 6 (six) boys, in addition to carrying out 2 (two) focus groups, which aimed to explore further information about the community context where the research subjects lived. The adolescents participating in the research were in compliance with a socio-educational measure of strict internment in Brasília - DF - between the years 2019 and 2022. Despite the singularities of each story and the particularities developed by individuals throughout their experiences and social interactions, it was possible to identify important events that caused transitions in family trajectories, at school, in the community and with peers, in a differentiated way, in the narratives of boys and girls and that led to the infraction trajectory.

**Keywords:** trajectories; life history; boys and girls; compared.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Esquematização/constituição da Teoria do Desenvolvimento e do Curso de Vida	47
Quadro 2 – Convergências entre Teoria do Curso de Vida e Teoria de História de Vida .....	57
Quadro 3 - Principais atos infracionais cometidos por meninas e meninos segundo estudos internacionais.....	77
Quadro 4 – Variáveis articuladas ao conceito de sociabilidade violenta no estudo de Rolim (2016) .....	83
Quadro 5 – Informações coletadas nos PIAS e relatórios avaliativos nas unidades de internação de meninos e meninas .....	99
Quadro 6 – Códigos criados para classificar entrevistas no Software Atlas T.I. ....	104
Quadro 7 – Trajetórias e história de vida .....	164

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Trajetória familiar das meninas .....	165
Gráfico 2 – Trajetória familiar dos meninos .....	166
Gráfico 3 – Trajetória escolar das meninas .....	174
Gráfico 4 – Trajetória escolar dos meninos .....	175
Gráfico 5 – Trajetória das meninas com pares .....	180
Gráfico 6 – Trajetória dos meninos com pares.....	181
Gráfico 7 – Trajetória infracional das meninas no tráfico de drogas .....	194
Gráfico 8 – Trajetória infracional dos meninos no tráfico de drogas.....	195
Gráfico 9 – Trajetória da menina no homicídio .....	209
Gráfico 10 – Trajetória da menina na comunidade .....	214
Gráfico 11 – Trajetória do menino na comunidade.....	220

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
<b>1 CAMINHOS DAS TEORIAS SOCIOLOGICAS DO CRIME .....</b>	<b>19</b>
1.1 Crime e Anomia.....	21
1.2 Teoria da Desorganização Social .....	23
1.3 Criminologia Crítica .....	24
1.4 Teoria da Rotulação .....	26
1.5 Teoria do Controle Social.....	29
1.6 Teoria do Aprendizado Social.....	31
1.7 Teoria da Escolha Racional.....	31
1.8 Teoria das Oportunidades.....	32
1.9 Teoria da Dissuasão.....	33
1.10 <i>Teorias da Criminologia do Desenvolvimento e do Curso de Vida</i> .....	33
1.10.1 <i>Teorias de Criminologia do Desenvolvimento e do Curso de Vida</i> .....	40
1.10.1.1 <i>Dupla Taxionomia de Moffit</i> .....	41
1.10.1.2 <i>Teoria do Risco Social de Farrington</i> .....	45
1.11 Na contramão dos estudos quantitativos, a história de vida em foco: “Shared Beginnings, divergent lives delinquent boys to age 70” .....	47
<b>2 A HISTÓRIA DE VIDA UTILIZADA NOS ESTUDOS DE TRAJETÓRIAS INFRACIONAIS: AS PRINCIPAIS CONVERGÊNCIAS ENTRE A TEORIA DA HISTÓRIA DE VIDA E A TEORIA DO CURSO DE VIDA .....</b>	<b>52</b>
2.1 Ancoragem conceitual da perspectiva do Curso de Vida .....	59
2.1.1 <i>Paradigmas da Perspectiva do Curso de Vida</i> .....	61
2.1.1.1 Tempo e lugar histórico – “vidas marcadas pelos acontecimentos” .....	61
2.1.1.2 Tempos de vidas "o princípio do estágio de vida" .....	61
2.1.1.3 Vidas ligadas – “nenhum homem é uma ilha em si mesmo” .....	62
2.1.1.4 Agência humana "a organização da vida através das escolhas".....	61
2.2 Principais convergências entre a Teoria do Curso de Vida e a História de Vida.....	63
<b>3 A CRIMINOLOGIA E ESTUDOS COMPARATIVOS SOBRE AS TRAJETÓRIAS INFRACIONAIS DE MENINAS E MENINOS .....</b>	<b>65</b>
<b>4 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFRAÇÃO DE MENINOS E MENINAS NO BRASIL .....</b>	<b>79</b>
4.1 Violência, tráfico de drogas e sociabilidades violentas na trajetória de meninos e meninas brasileiros.....	79

5	<b>NOTAS METODOLÓGICAS</b> .....	92
5.1	<b>Acesso às unidades de internação de meninos e meninas</b> .....	92
5.2	<b>Acesso aos prontuários eletrônicos</b> .....	95
5.3	<b>Uso do Atlas T.I. e análise de conteúdo em Bardin</b> .....	102
5.4	<b>A unidade de internação feminina</b> .....	105
5.5	<b>A unidade de internação masculina</b> .....	109
6	<b>TRAJETÓRIAS DE VIDA DAS MENINAS</b> .....	114
6.1	<b>“Eu gostava de roubar... por adrenalina”:</b> a estrategista do roubo - a trajetória de Açucena.....	114
6.2	<b>“Não tenho cara de quem vende droga”:</b> a empreendedora do tráfico – a trajetória de Jasmin .....	122
6.3	<b>“Eu não vou pagar simpatia pra tu não”:</b> a menina insubordinada do tráfico de drogas – a trajetória de Dália .....	126
6.4	<b>“Por que meu ato foi com criança”:</b> a trajetória de vida institucionalizada de Magnólia .....	131
6.5	<b>“A casa caiu, bateu a real”:</b> A trajetória de Camélia .....	136
6.6	<b>“A vida ensinou pra gente que é cada um por si”:</b> abandono, institucionalização e violência sexual – a trajetória de Amarílis .....	140
7	<b>TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS MENINOS</b> .....	143
7.1	<b>“A minha infância? Até que foi um pouco boa”</b> – a trajetória de Volta Seca.....	143
7.2	<b>“Ele falou que ia me largar de mão, foi dito e certo”</b> – a trajetória de Pedro .....	148
7.3	<b>“Quando eu rodei em 2018, eu tinha roubado 5 carros, no mesmo dia”</b> – a trajetória de Sem Pernas .....	151
7.4	<b>“Mas nesse tempo eu não vendia muito não, por causa da minha mãe”</b> - a trajetória de Pirulito .....	154
7.5	<b>“Uma hora você vai se lascar”</b> – a trajetória de Boa Vida .....	157
7.6	<b>“Minha mãe colocava macho dentro de casa e isso foi me dando uma raiva”</b> – a trajetória de João Grande .....	161
8.	<b>ENCONTROS E (DES) ENCONTROS: AS TRAJETÓRIAS FAMILIAR, NA ESCOLA, NA COMUNIDADE, COM PARES DE MENINAS E MENINOS COMPARATIVAMENTE</b> .....	159
8.1	<b>Trajetória familiar das meninas e dos meninos</b> .....	167
8.1.1	<i>Configuração familiar e vulnerabilidade social</i> .....	167
8.2	<b>A trajetória escolar das meninas e dos meninos</b> .....	176
8.3	<b>Trajetória das meninas e dos meninos com pares</b> .....	182
8.3.1	<i>O suporte dos amigos na vida independente</i> .....	182
8.3.2	<i>Os amigos do corre, os amigos do frevo e o contexto comunitário</i> .....	185

8.3.3	<i>O padrinho como sustentação para a vida independente.....</i>	186
<b>8.4</b>	<b>A associação com amigos para formação de grupos para a infração</b>	1908
<b>8.5</b>	<b>A trajetória das meninas e dos meninos na infração .....</b>	196
8.5.1	<i>A menina e o menino no tráfico de drogas .....</i>	196
8.5.2	<i>A menina que passa batida na infração.....</i>	202
8.5.3	<i>Especialização das meninas e dos meninos no tráfico de drogas .....</i>	205
<b>8.6</b>	<b>A trajetória da menina no homicídio .....</b>	210
<b>8.7</b>	<b>A trajetória das meninas e dos meninos na comunidade.....</b>	213
8.7.1	<i>Grupo focal com as meninas entrevistadas: as relações comunitárias em foco .....</i>	215
8.7.2	<i>Grupo focal com os meninos entrevistados: as relações comunitárias em foco .....</i>	221
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	224
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	228

## INTRODUÇÃO

Todas as vezes que se noticia algum envolvimento infracional de meninas e meninos nos meios de comunicação, o debate acerca da redução da maioridade penal é suscitado. Dados sobre a criminalidade juvenil são levantados como forma de justificar os argumentos de que os adolescentes que cometem atos infracionais ficam impunes e permanecem livres para perpetrarem condutas em desacordo com o regramento legal.

E com toda essa repercussão midiática, o debate sobre o envolvimento infracional de meninas e meninos avança para análises científicas e ganha cada vez mais espaço na academia. No Brasil, estudos recentes, como os de Feltran (2011), Leite (2008), Zaluar (2012), Lyra (2013) e Rolim (2016), apresentam análises sobre os percursos dos adolescentes enquanto sujeitos socioinfracionais, considerando suas interações com as famílias, com os amigos, nas escolas e no território de pertença.

Partindo dessa perspectiva, buscou-se, neste estudo, reconstituir, por meio das narrativas de história de vida de meninos e meninas, autores de atos infracionais, tendo como ponto de partida a seguinte pergunta: “como as experiências com a família, a escola, os pares e a comunidade poderiam ser capazes de contribuir para o ingresso de adolescentes do sexo masculino e feminino em trajetórias infracionais?” Diante de tal questionamento, definiu-se como objetivo geral entender como as dimensões família, pares, escola e comunidade podem impactar na adesão de meninos e meninas às trajetórias infracionais e como objetivos específicos: 1) compreender, no âmbito familiar, os eventos ocorridos na infância e na adolescência relativos à sociabilidade familiar, à fragilização dos laços familiares, à falta de supervisão dos pais, à violência e ao abandono; 2) compreender os efeitos da evasão escolar na trajetória dos adolescentes, bem como os fatores de risco vividos na escola; 3) compreender o envolvimento com pares no âmbito escolar e comunitário enquanto fatores de risco e proteção; 4) Compreender as relações estabelecidas pelos adolescentes no território de pertença, do ponto de vista da supervisão e do controle comunitário, assim como as relações estabelecidas na comunidade.

Diante da proposta de estudo sobre trajetórias infracionais do ponto de vista de uma análise da sociologia do crime, adotou-se como base epistemológica a Teoria Desenvolvimental e do Curso de Vida, notadamente a partir dos estudos de Piquero, Farrington e Blumstein (2003); Farrington (2005, 2006); Piquero (2015); e Blumstein (1986). A Teoria Desenvolvimental e do Curso de Vida permitiu analisar as trajetórias dos sujeitos, levando em

consideração seu curso de vida, do nascimento, passando pelo desenvolvimento até a fase atual. Nesse sentido, tal teoria busca compreender como fatores familiares, educacionais, com pares e comunidade incidem sobre a formação de trajetórias infracionais. A Teoria Desenvolvimental e do Curso de Vida avança ao possibilitar que a análise sobre trajetórias criminais e carreiras criminais perquiria a seguinte sequência: “a entrada, a permanência/especialização e desistência” (PIQUERO; FARRINGTON; BLUMSTEIN, 2003).

Os narradores e sujeitos desta pesquisa eram adolescentes, meninas e meninos, que se encontravam em cumprimento de medida socioeducativa de internação estrita, entre os anos de 2019 a 2022, em duas unidades de internação em Brasília – DF –, uma masculina e outra feminina. A definição pela medida de internação, ou seja, por adolescentes já sentenciados, enquanto delimitação dos sujeitos da pesquisa, deu-se pelo fato de esta constituir-se como medida socioeducativa mais rigorosa. Nesse caso, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, Lei 8.069/90, estabelece que as medidas socioeducativas são de natureza jurídica, que estabelecem sanções como consequência dos atos infracionais. Assim, verificada a prática do ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar as seguintes medidas, segundo o art.112: I. Advertência; II. Obrigação de reparar o dano; III. Prestação de serviços à comunidade; IV. Liberdade assistida; V. Inserção em regime de semiliberdade; VI. Internação em estabelecimento educacional. Cumpre dizer que a medida de internação em estabelecimento educacional deverá ser aplicada somente quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves ou por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. A propósito, o/as adolescentes entrevistados (as) na pesquisa foram escolhidos de forma aleatória, independentemente da infração cometida e que gerou a aplicação da medida de internação em estabelecimento educacional.

O foco deste estudo não estava apenas sobre as trajetórias de meninos, pois diversas pesquisas brasileiras, entre elas: Feltran (2011), Leite (2008), Zaluar (2012), Lyra (2013), Rolim (2016), já haviam se dedicado a estudá-los, mas analisar trajetórias infracionais de meninas e meninos, a partir da análise da Teoria do Desenvolvimento e do Curso de Vida, como já foi feito em estudos internacionais, por exemplo: Stenffensmeier e Allan (1996); Moffitt, (2001); Zimmerman e Messner (2010); Hane, Doogan e Soller (2014); Murray *et al.* (2014).

A pesquisa de campo seria realizada em Belo Horizonte – MG –, cidade onde reside esta pesquisadora. Porém, em razão do contexto pandêmico, não houve possibilidade de acessar as unidades socioeducativas de internação na capital mineira. Uma vez que a

pesquisadora pertence ao quadro de servidores da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDES – do Governo do Distrito Federal, a alternativa seria migrar a coleta de dados para Brasília – DF –, tendo em vista que a Secretaria de Estado de Justiça de Cidadania – SEJUS – possuía protocolo para entrada de pesquisadores nas unidades socioeducativas.

Apesar de a pesquisadora ser assistente social e possuir experiência com atendimentos e intervenções em contextos de violação de direitos, o acesso a uma unidade socioeducativa de internação era algo novo e que lhe trouxe estranhamentos iniciais, especialmente na unidade masculina. Analisando, posteriormente, essa sensação de estranhamento, o qual se deu com menor intensidade na unidade feminina, nota-se que ele ocorreu pelo fato de as meninas serem menos pesquisadas e visitadas, assim a acolhida foi maior. Na verdade, houve, a princípio, certa resistência, mas rapidamente a aproximação necessária para promover a escuta das narrativas das adolescentes já havia sido constituída. A pesquisa na unidade masculina aconteceu assim que fora finalizada a coleta de dados na unidade feminina. Talvez por ser uma unidade maior, com mais adolescentes e com uma dinâmica mais agitada, diferentemente da unidade feminina, tenha causado maior receio no início. Mas todas essas impressões ocorreram apenas nos primeiros momentos. Com o decorrer dos dias, a interação com os adolescentes foi acontecendo.

Ao longo do percurso, foram entrevistados 12 (doze) adolescentes, sendo 06 (seis) meninos e 6 (seis) meninas. Além das entrevistas de história de vida, foram realizados 2 (dois) grupos focais, sendo 1 (um) com os meninos e 1(um) com as meninas. Para apresentar os caminhos percorridos e os resultados alcançados, esta tese está organizada da seguinte forma:

No capítulo I, “Caminhos das teorias sociológicas do crime”, são abordadas as principais teorias sociológicas, entre elas, a Teoria Desenvolvimental e do Curso de Vida. Para tanto, são exibidos os principais expoentes dessas teorias, bem como cada uma delas analisa a atividade infracional.

No capítulo II, “A história de vida utilizada nos estudos de trajetórias infracionais: as principais convergências entre a Teoria da História de Vida e a Teoria do Curso de Vida”, buscou-se elucidar a história de vida em diferentes abordagens (a francesa, a alemã) e os rebatimentos dessas duas perspectivas sobre as pesquisas brasileiras. Este estudo se guia pela abordagem alemã, cujo expoente é Gabriele Rosenthal. A perspectiva da autora acerca da história de vida foi apresentada sob o seu olhar e o olhar do pesquisador brasileiro (Santos, 2014).

No capítulo III, “A criminologia e estudos comparativos sobre as trajetórias infracionais de meninas e meninos”, foi realizado um resgate histórico sobre estudos

criminológicos acerca da participação das mulheres no crime. Foram elucidadas desde as teorias clássicas até os estudos internacionais contemporâneos, que possuíam como foco a análise comparativa entre a criminalidade feminina e a masculina.

No capítulo IV, “A construção social da infração de meninos e meninas no Brasil”, discutiu-se sobre a construção da criminalidade adolescente no Brasil, tendo como objeto de análise a criminalidade violenta e a organização do crime em realidades do país. Foram apresentados os principais estudos sobre meninos e alguns outros poucos estudos que abordam a criminalidade feminina.

No capítulo V, “Notas metodológicas”, foram apresentados os entraves à realização da pesquisa, a saber: o acesso às unidades masculina e feminina e demais informações sobre coleta de dados de prontuários, a construção dos gráficos a partir do software Atlas T.I e a análise de conteúdo, tendo como base Bardin (2016).

No capítulo VI, foram apresentadas as narrativas de trajetórias de vida das meninas e, no capítulo VII, foram apresentadas as narrativas de trajetórias de vida dos meninos. O intuito é adentrar em seus contextos e, de algum modo, entendê-los.

Por fim, no capítulo VIII, foram realizadas as análises das narrativas dos meninos e das meninas, considerando as dimensões família, pares, escola e comunidade enquanto impacto na adesão de meninos e meninas a trajetórias infracionais.

Diante do exposto, almeja-se que as discussões a serem apresentadas nas próximas páginas possam contribuir para uma melhor compreensão acerca desses adolescentes, que, em algum momento de suas histórias, envolveram-se em práticas infracionais, ampliando o debate e as trocas sobre os temas da juventude e criminalidade no meio acadêmico, bem como no âmbito das políticas públicas e do Sistema de Justiça Juvenil.

## 1 CAMINHOS DAS TEORIAS SOCIOLOGICAS DO CRIME

O capítulo que se apresenta tem como proposta constituir-se, enquanto espaço para o debate das teorias criminológicas, no âmbito da sociologia sobre estudos da criminalidade. O crime é o principal objeto de análise dessas teorias, sendo assim faz-se imperativo iniciar este debate a partir da conceituação e delimitação do conceito crime.

Em sua Teoria Social, Durkheim (2015) define o crime “como todo ato que, num grau qualquer, determina contra seu autor a reação característica a que chamamos de pena” (DURKHEIM, 2015, p. 57). Efetivamente, a ação somente constitui-se como crime, não necessariamente por ser criminosa em si, mas pelo fato de a consciência coletiva assim a identificar (DURKHEIM, 2015). A importância da imposição da consciência coletiva sobre os atos dos indivíduos está no pressuposto de que “o vínculo dos homens à sociedade é que cria a moral” (PAUGAM, 2017, p. 132). Ou seja, o vínculo ocorre não por um processo livre de escolha, mas pelo estado de dependência que faz com que o indivíduo busque ser parte integrante da sociedade e, portanto, um ser moral (PAUGAM, 2017).

Sendo assim, a consciência coletiva impõe-se através da coerção, que ocorre por intermédio do controle da ação dos sujeitos, de modo que, caso alguém viole as regras do direito, há uma reação coletiva que age na tentativa de impedir a repetição do ato. Isso é o que Durkheim (2015) também entende como coerção de ofensa por meio da vigilância e do exercício do bom comportamento. Não obstante, tal ação coercitiva não se aplica a todas as práticas contrárias à consciência coletiva, mas àquelas que provocam a ação enérgica de ofensa que desperta na sociedade. Nas palavras de Durkheim (2015, p. 51) “podemos dizer que é um ato infracional quando ofende os estados fortes e definidos da consciência coletiva”. Tal concepção representa um avanço na delimitação do objeto “crime”, além de contribuir expressivamente para os estudos sobre criminalidade, ao atribuir novo papel social ao crime, ao infrator e à pena.

Mas, por o objeto deste estudo constituir-se em adolescentes com trajetória infracional, é imprescindível demonstrar em que medida o ato infracional se distingue do crime. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, no art. 103, define o ato infracional “como conduta descrita como crime ou contravenção penal”. No entanto, ontologicamente, não há distinção entre crimes, contravenções penais e atos infracionais<sup>1</sup> (BANDEIRA, 2006). O que modifica é o modo como os adolescentes de até

---

<sup>1</sup> Ainda que não exista a distinção entre tais termos, serão substituídos, nesta tese, os termos crime por infração e criminal por infracional, nos casos em que forem discutidas situações relativas a adolescentes. Essa medida

18 anos irão responder pelo ato infracional cometido, uma vez que são penalmente inimputáveis, conforme disposto no art. 104 do ECA.

Enquanto fenômeno social, o crime suscita divergências no debate acadêmico, notadamente em razão de as teorias criminológicas apresentarem diferenças no modo de articular os níveis de análise individual, interpessoal, institucional e estrutural (Sapori e Soares, 2015). Não obstante, essas teorias não necessariamente combinam esses fatores para compreensão do crime, uma vez que existem os estudos sobre as causas da criminalidade que abordam as motivações individuais e os que abordam as motivações que levariam as pessoas a se tornarem criminosas. As primeiras explicam o crime a partir de fatores internos do indivíduo, os quais motivam e impulsionam a cometer tais ações. As segundas, por sua vez, apoiam-se em consensos de que o lugar e o espaço ocupado, assim como características sociais, são fundamentais para o entendimento do crime (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004).

No que toca a este primeiro capítulo, a grande discussão será em torno das principais teorias do crime, tendo como suporte os estudos desenvolvidos por Sapori e Soares (2015), Cerqueira e Lobão (2004), entre outros autores. Não se pretende trabalhar exaustivamente os inúmeros modelos e trabalhos do campo da etiologia infracional, mas buscar-se-á, sobretudo, apresentar como cada uma dessas teorias pode contribuir para a diversidade de situações que podem se apresentar ao longo das trajetórias infracionais, especialmente considerando a realidade brasileira, na qual se insere este estudo.

Em suma, ao apresentar alguns arcahouços teóricos, busca-se analisar em que medida as diferenças existentes em cada uma delas podem, de algum modo, conectá-las para a compreensão da etiologia do crime. O principal desafio será promover a tentativa de um debate entre tais abordagens e a Teoria do Desenvolvimento e do Curso de Vida, principal base epistemológica que sustentará a análise de trajetórias infracionais nesta pesquisa. O ponto de partida será a Teoria da Anomia de Durkheim, seguida da teoria de Merton e suas repercussões no campo teórico, político e econômico. Em continuidade, serão analisadas, sob diferentes aspectos, a Teoria da Desorganização Social, a Criminologia Crítica, a Teoria dos Rótulos, a Teoria da Associação Diferencial e a Teoria do Desenvolvimento e do Curso de Vida, dando ênfase às suas principais divergências analíticas.

---

se dá por se tratar de um estudo sobre adolescentes. Ademais, ancorada na Constituição Federal do Brasil de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, que institui a Doutrina da Proteção Integral, tem-se as mudanças conceituais, que definem menor como adolescente e crime como infração.

## 1.1 Crime e Anomia

A formalização teórica do termo anomia deve-se a Émile Durkheim, que, na construção da sua teoria, atribuiu ao termo dois significados distintos, devidamente desenvolvidos em suas obras “a divisão do trabalho social” e em “o suicídio”. O primeiro significado estaria no fato de a teoria de Durkheim ter ganhado forma no momento histórico em que o capitalismo imporia uma divisão do trabalho social, contexto favorável para o desenvolvimento do conceito de solidariedade e para o desenvolvimento das concepções de solidariedade mecânica e orgânica.

O conceito de solidariedade mecânica é constituído tendo por base uma sociedade com maiores semelhanças entre os componentes na maneira de ver e lidar com situações relativas à solidez moral e com certa punição de comportamentos desviantes originados de costumes morais (DURKHEIM, 2015). Por conseguinte, a sociedade industrial marca um estado de solidariedade orgânica, na qual as pessoas ocupam espaço no trabalho através do esforço, ao mesmo tempo em que trabalha para o outro e para o bem coletivo. No entanto, diferentemente da solidariedade mecânica, na solidariedade orgânica, as pessoas devem compor suas diferenças por meio de um sistema de justiça restitutiva (DURKHEIM, 2015).

Com efeito, as profundas mudanças ocasionadas pelo processo de industrialização modificaram a ação reguladora da sociedade, que já não poderia ser exercida de forma eficaz. Essa situação levou os indivíduos a um universo sem referência, caracterizado como uma situação de anomia, que corresponderia à dissociação da individualidade em face da consciência coletiva. Em outras palavras, como as aspirações e os propósitos das pessoas, naquele momento histórico, eram moldados pelas opiniões e reações de outras pessoas através da consciência coletiva, nas situações com ocorrência de grande desordem, as regras sociais entraram em colapso e o estado de calamidade não pôde ser tolerado por muito tempo. Conseqüentemente, a sociedade buscou restaurar algum tipo de ordem. Por esse argumento, verifica-se que a sociedade, assim analisada por Durkheim, consagra-se como um todo e a coesão estaria associada pelo direito e pela moral, elementos formadores de vínculos entre os indivíduos e a coletividade (DURKHEIM, 2015).

O segundo sentido apontado para a anomia em Durkheim (2015) diz respeito à regulação social disfuncional, interpretada como deficiente, uma vez que os sujeitos, gozando de liberdades, poderiam cometer desvios. Apesar da importância da Teoria Social, desenvolvida por Durkheim, ela apresenta limitações, sobretudo no concernente ao fenômeno social do desvio, o que a torna de certa forma uma teoria social inacabada (PAUGAM, 2017).

A continuidade desse pensamento ocorre por intermédio de Robert King Merton, que assumiu o legado do desenvolvimento do conceito de anomia, aplicando-o no estudo do desvio, tornando-se uma das mais tradicionais explicações sociológicas para a criminalidade.

Epistemologicamente, a Teoria da Anomia de Merton enquadra-se no estrutural-funcionalista e o crime nessa perspectiva, conforme aponta Saporì e Soares (2015), acontece quando a sociedade dissemina, em grande intensidade, valores e metas sociais e, ao mesmo tempo, restringe o acesso a eles. Na verdade, tal constatação seria reflexa de uma desarticulação entre os valores culturais dominantes e a restrição para o alcance de tais valores (SAPORI E SOARES, 2015), ocasionados por elementos da estrutura social.

Com base no princípio da anomia em Merton, a estrutura social seria responsável por regular e controlar os modos aceitáveis de alcançar as metas. Sendo assim, cada grupo deveria estabelecer a escala de fins desejados, a qual passaria por uma regulação institucional ou moral, que não permitiria que tais grupos se afastassem desses fins. Para Merton (1938), o ponto de equilíbrio entre os dois elementos, metas culturais e normas institucionais, seria mantida quando o indivíduo se conformasse com a satisfação dos objetivos, devidamente regulada institucionalmente e transformada em esforço para alcançar seus objetivos. A conduta desviante seria justamente a dissociação entre a aspiração definida culturalmente e os meios socialmente estruturados, denominada de anomia moral (MERTON, 1938).

Faz-se imperativo analisar que Merton (1938) compreende que a anomia moral não atinge de modo igual ricos e pobres. Isso porque os sujeitos podem assimilar a cultura de sucesso, sem, no entanto, ter acesso às estruturas sociais para alcançá-lo. Dito de outra forma, “a limitação de oportunidade para trabalhadores não qualificados e o resultado da baixa renda não podem competir em termos de padrões convencionais de conquistas com a alta renda vinda do crime organizado” (MERTON, 1938, p. 900). Diante dessa análise, em sua teoria, Merton (1938, p. 900) compreende que a “falta de alta integração entre elementos de meios e fins do padrão cultural e certas estruturas de classe combinadas favorece uma frequência aumentada de conduta antissocial nesses grupos”.

Pela exposição da teoria de Merton (1938), fica evidente que ela buscou articular a posição na estrutura social e o acesso às oportunidades para tentar explicar a entrada dos sujeitos em atividades criminosas. No entanto, assim como Merton (1938), outros estudiosos desenvolveram teorias sociológicas que buscavam estabelecer novas conexões explicativas entre status econômico, privação econômica, desemprego, pobreza, desigualdade e a criminalidade (RATTON, 2014), conforme será observado a seguir.

## 1.2 Teoria da Desorganização Social

A Teoria da Desorganização Social avançou em uma análise mais aprofundada na relação pobreza e criminalidade. Essa abordagem foi formulada por Shaw e Mckay no âmbito da Escola de Chicago, orientados por William I. Thomas e Robert E. Park. A título de esclarecimento, a Escola de Chicago propunha que as grandes cidades, em razão de determinadas configurações urbanas, especialmente aquelas relativas a diversos padrões de sociabilidade, estrutura comunitária e dinâmica de violência, poderiam favorecer oportunidades para o comportamento infracional.

Notadamente, sob influência de Park, os estudos urbanos desenvolvidos em Chicago avistaram as cidades como grandes laboratórios para a investigação da vida social. Dentro do contexto dessas análises, a discussão sobre a infração juvenil cometida por adolescentes que cometiam pequenos delitos, principalmente os filhos de imigrantes, ganhava especial destaque, pois, entre os pesquisadores, era um problema a ser investigado (BECKER, 1996).

A questão era considerada, em parte, como um problema de reforma: o que vamos fazer com essas crianças? De outro lado, era tida como um problema de teoria sociológica. Dizia-se que, se concordarmos que a sociedade é criada por pessoas socializadas e treinadas nas atividades que a farão se mover – esse conhecido processo circular –, então o fracasso da sociedade em socializar adequadamente muitas crianças pode ser um presságio de terríveis problemas que ocorrerão, assim como um índice daqueles que já existem (BECKER, 1996, p. 181).

A temática atraiu alguns alunos de Park, que desenvolveram uma série de pesquisas sobre a infração juvenil, entre os quais se destaca Clifford Shaw e Henry MacKay. A partir dos estudos levados a cabo, talvez o que tenha obtido maior notoriedade foi a obra “The Jack Roller”, desenvolvido por Clifford Shaw, com a primeira edição publicada em 1930.

Em suma, o objeto de análise de Shaw e Mckay (1969), no âmbito da Teoria da Desorganização Social, constituía-se das comunidades locais, compreendidas como um sistema de redes, conformando associações formais e informais de instituições presentes no espaço comunitário, por exemplo: família, rede de amigos, escolas, igrejas, entre outros, que podem assumir papel importante no processo de socialização dos membros da comunidade, notadamente com grupos de adolescentes nas relações comunitárias de vizinhança, operantes no processo de controle social, orientação e supervisão.

Além da compreensão dos fatores comunitários e de vizinhança, Shaw e Mckay (1969) centraram suas análises na vulnerabilidade econômica da população residente nessas comunidades. Os pesquisadores em questão identificaram três padrões socioeconômicos em

vizinhanças historicamente marcadas por altas taxas de criminalidade violenta. Primeiramente, de uma maneira geral, as regiões violentas eram bairros pobres e deteriorados. Segundamente, as comunidades violentas eram regiões habitadas por populações de origens variadas, notadamente de imigrantes, com heterogeneidade étnica. O terceiro era que bairros com grande incidência de criminalidade possuíam um alto índice de criminalidade violenta, com níveis altos de rotatividade residencial, conformados por um cenário de desorganização social e com ausência de controles sociais formais informais (SAPORI; SOUZA, 2015, p. 42).

Ao lado da Teoria da Desorganização, está a Teoria da Eficácia Coletiva. Essa teoria reafirma a capacidade diferenciada da população pobre em manter eficiente o controle social informal, praticado pela família, amigos e comunidade, enquanto principal fundamento das variações na incidência da criminalidade no espaço urbano. O que efetivamente se modifica na Teoria da Eficácia Coletiva é a variação dos moradores no que se refere ao grau de confiança que compartilham entre si e a disposição de garantir ordem local. Nos estudos que adotam essa teoria como base epistemológica, os principais indicadores analisados são: “grau de confiança dos moradores entre si; disposição para ajudar os vizinhos; valores compartilhados e iniciativa para resolver problemas locais de desordem social” (SAPORI, SOARES, 2015, p. 44).

O estudo desenvolvido por Sampson e Grove (1989) aparece na literatura brasileira citado por Cerqueira e Lobão (2004), Sapori e Soares (2015) e Raton (2014) como referência de primeiro estudo que procurou testar a Teoria da Desorganização Social e da Eficácia Coletiva. Sampson e Grove (1989) analisaram dados longitudinais de 238 localidades da Grã-Bretanha construídos a partir de uma pesquisa nacional de vitimização com 10.905 moradores. Foram testadas oito variáveis explicativas, entre elas: status socioeconômico, heterogeneidade étnica, estabilidade residencial, grupos de adolescentes sem supervisão e participação organizacional. Dos fatores que apresentaram resultados significativos, os mais importantes foram desagregação familiar, urbanização, grupos de adolescentes sem supervisão e participação organizacional.

### **1.3 Criminologia Crítica**

A Teoria da Criminologia Crítica, cuja grande referência teórica e conceitual é Karl Marx, aparece como uma das abordagens teóricas que consideram, categoricamente, a existência da relação direta entre pobreza e criminalidade. Sob a perspectiva dessa teoria, o crime é concebido como parte do conflito existente entre classe trabalhadora e a burguesia,

originada pelo sistema econômico capitalista, definido pela exploração da classe trabalhadora pela burguesia.

O período que compreende a consolidação da burguesia no poder e a moderna dominação de classe tem como resposta o aumento da pobreza e da exploração do trabalhador, e é nesse mesmo período que nascem as correntes socialistas utópicas, sob dominação marxiana. O antagonismo entre classes aumentava à medida que crescia a mecanização das fábricas, o desemprego e a dependência de trabalho pela classe trabalhadora. Enquanto isso, os números de pessoas ricas também aumentavam exponencialmente. O exército industrial reserva produzia o aumento da mendicância bem como sua criminalização. É nesse sentido que se estabelece a relação entre o direito e o modo de produção. A propósito, um ponto relevante que essa teoria apresenta está na discussão acerca do Direito Penal enquanto instrumento do Estado, que serviria aos interesses da classe burguesa, conforme se pode observar na passagem abaixo:

O controle do desvio enquanto legitimação aparente das instituições penais constitui, pois, uma construção social por meio da qual as classes dominantes preservam as bases materiais da sua própria dominação. As instituições de controle não tratam a criminalidade como fenômeno danoso aos interesses da sociedade em seu conjunto; ao contrário, por meio da reprodução do imaginário social que legitima a ordem existente, elas contribuem para ocultar as contradições internas ao sistema de produção capitalista. Em outras palavras, numa sociedade capitalista, o direito penal não pode ser colocado a serviço de um “interesse geral” inexistente: ele se torna, necessariamente, a expressão de um poder de classe (DE GIORGI, 2013, p. 36).

Historicamente, no Brasil, desde os primeiros códigos criminais, elaborados no período do Império, estabelecia-se claramente a quem servia aquele instrumento de controle social do Estado. Entre as penalidades previstas, estava a prisão, o açoite, a mutilação, a multa e a humilhação pública. Entretanto, tais penas eram reguladas tanto pelo crime cometido, quanto pela posição que o indivíduo que ocupava naquela sociedade. Desse modo, membros da nobreza, cavaleiros e fidalgos não poderiam ser expostos à humilhação pública, eram privilegiados com penas mais brandas (BRETAS; SANT´ANNA, 2014).

Especificamente para os homens e mulheres livres, o Estado possuía uma maior preocupação. Estes, por não estarem envolvidos em atividades laborais, eram considerados desocupados e, por isso mesmo, deveriam ser disciplinados, haja vista serem considerados uma classe perigosa. Dessa forma, a pena de prisão com trabalho “foi amplamente utilizada naquele período, sob a justificativa de que estes deveriam ser transformados, por via da correção do trabalho”, em pessoas laboriosas (BRETAS; SANT´ANNA, 2014, p. 365). Guardadas as devidas proporções e contextualizações históricas, ainda hoje no Brasil

permanece o disciplinamento por recorte de classe e etnia. De mais a mais, mantém-se a utilização da correção pelo trabalho, com o intuito de que todos se tornem pessoas produtivas e disponíveis para o capitalismo.

Do ponto de vista dos expoentes dessa abordagem teórica, Sapori e Soares (2015) apontam para Wacquant, enquanto Ratton (2014) indica Bonger, como o criminólogo marxista que mais desenvolveu essa abordagem. Segundo Raton (2014), Bonger compreendia que, no capitalismo, a deterioração moral provocada pelo egoísmo tornava o indivíduo propenso ao crime. Já em Wacquant, o debate era no sentido de denunciar o recrudescimento da ideologia penalista nas sociedades capitalistas mais avançadas (SAPORI; SOARES, 2015).

Na discussão acerca da marginalidade avançada e da emergência do Estado penal, Wacquant (2001) aduz que uma das formas que os Estados-nação têm de tratar a pobreza e a miséria urbana é por meio de ações repressivas, como de “criminalização da pobreza através do confinamento punitivo dos pobres” (WACQUANT, 2001, p. 194). Esse confinamento, segundo o autor, pode ocorrer pelo isolamento em bairros distantes e estigmatizados, bem como pelas cadeias e penitenciárias. Ao mesmo tempo, a atrofia do “estado social e a hipertrofia do Estado penal são transformações complementares, que fazem parte das estratégias de um novo governo da miséria” (WACQUANT, 2001, p. 194-195).

#### **1.4 Teoria da Rotulação**

“Pendurar uma etiqueta, marcar alguém como infracional é parte integrante do processo que explica o crime” (TANNENBAUM, 1938, *apud* WERNECK, 2014, p. 101). Com essa expressão, inicia-se uma breve explanação a respeito da Teoria da Rotulação, tomando como parâmetro o debate mais abrangente desenvolvido por Werneck (2014). O referido autor define o termo rotulação como aquele que designa uma série de descrições e negativas morais, em especial a de comportamento. Tal definição abriu possibilidades para o uso dessa abordagem principalmente nos estudos do crime. No entanto, as raízes da Teoria da Rotulação não estão na criminologia, e sim na ciência social, notadamente aquela praticada nos Estados Unidos, oriunda do pragmatismo filosófico de Pierce e William James (WERNECK, 2014).

Sobretudo nas ciências sociais, a abordagem da rotulação foi amplamente aplicada em estudos dos comportamentos desviantes, com uma leitura mais geral para a questão da identidade. Nesse sentido, Werneck (2014) aponta que o trabalho seminal dentro da criminologia norte-americana sobre a Teoria da Rotulação foi realizado por Tannenbaum em

1938 com o trabalho “Crime and the Community”. Segundo Werneck (2014, p. 107), Tannenbaum criticava em seus estudos uma análise meramente individualista para o crime e, de forma contrária, entendia que a inserção das pessoas em grupos que se conflitam com a sociedade mais ampla as “treina” para práticas cuja “etiquetagem” como criminosas, no final das contas, tem relevante peso no ingresso do crime.

Certamente, a abordagem da Teoria dos Rótulos não centra em uma morfologia individual, mas em uma construção social e, por isso, Werneck (2014) explica que ela se enquadra dentro de uma perspectiva construcionista. Com a Teoria da Rotulação, passa-se a dar atenção a determinados tipos de identidades socialmente geradas e baseadas nas relações sociais em que uns desconfiam dos outros através dos rótulos construídos. Dito de outro modo, com base no ponto de vista da sociedade, o sujeito rotulado se torna aquilo que dizem que ele é. Um exemplo simples dessa situação foi dado por Werneck (2014). Imagine que uma criança veja pela primeira vez um cachorro e pergunte o que é. Os pais podem responder que se trata de um “au-au” ou um cãozinho. Da próxima vez que a criança avistar um cachorro, a depender de como tenha se dado o primeiro encontro, a criança poderá se referir ao cachorro como “au-au” de uma forma afetiva, ou “au-au” feio, bobo, se o primeiro encontro tiver sido ocasionado por desentendimentos.

Importa ressaltar que a Teoria dos Rótulos não se propõe a uma explicação causal do crime. Objetivamente, os pioneiros dessa abordagem, entre eles Tannenbaum (1938), buscaram compreender qual o papel desempenhado pela reação das outras pessoas no processo de construção de identidade. Essa compreensão fortalece o entendimento de que as “pessoas não se tornam criminosas por conta do rótulo, mas certamente se mantêm como tais graças a ele” (WERNECK, 2014, p. 111).

No âmbito dos estudos que aplicam essa abordagem, o de Becker, intitulado “Outsider”, publicado no ano de 1963, possui maior importância, haja vista que buscou problematizar a forma como o desvio era pensado, a partir de um ponto de vista sociológico. Outro ponto a ser reconhecido é que a contribuição do trabalho de Becker está especialmente na esfera teórica, uma vez que destaca a rotulação como um processo social a ser analisado, resultado de empreendimento moral (WERNECK, 2014).

No Brasil, consoante o autor supracitado, a Teoria da Rotulação encontra terreno fértil, justamente por possibilitar a abertura de espaço a uma perspectiva crítica sobre a maneira como a sociedade classifica o sujeito. Outra importante contribuição é porque ela dá suporte à análise da desigualdade no caso brasileiro. Sem dúvidas, contextualizar a Teoria da Rotulação na realidade social do Brasil requereria dos pesquisadores a sagacidade de promover a

distinção do contexto americano, onde a teoria foi pensada, para o brasileiro, onde ela seria aplicada.

Um dos expoentes da referida teoria no Brasil foi Gilberto Velho, devido ao seu estudo sobre edifícios no bairro de Copacabana no município do Rio de Janeiro, no qual ganha relevo o Edifício Estrela. Tal discussão foi desenvolvida na etnografia intitulada “A utopia urbana: um estudo de antropologia social”, com a proposta de discutir a rotulação com base na estigmatização e acusação do comportamento desviante (WERNECK, 2014).

Outro estudo brasileiro, de grande expressão, é o do autor Michel Misse. Werneck (2014) explica que ele representa uma forma original de retomar o debate sobre identidade a partir da caracterização do infracional. Misse (2014) analisa, em sua tese de doutorado, tendo em vista o contexto social e econômico do Brasil, o conceito de sujeição criminal. Para o autor, sujeição criminal refere-se a um processo social pelo qual se dissemina uma expectativa negativa a indivíduos e grupos, fazendo-os crer que essa expectativa não só é verdadeira, mas também constitui parte integrante de sua subjetividade. De acordo com Misse (2014), o conteúdo da sujeição criminal não está apenas no atributo desacreditador sobre o outro, semelhantemente ao que ocorre no estigma, bem como não decorre apenas de um processo de rotulação de um comportamento desviante, todavia parece ser determinante desses. De todo modo, a sujeição criminal incorpora algumas dimensões do estigma e rótulo por possuir conteúdo arbitrário, através do desenvolvimento moral fortalecido pela desigualdade social, em que a pobreza é criminalizada (MISSE, 2014).

Numa análise histórica e estrutural, Misse (2014) explica que a construção do conceito de sujeição criminal remonta ao final do século XIX, principalmente após a abolição da escravidão, em que se buscou integrar o negro e o imigrante pobre à sociedade nacional que se constituía. Nesse contexto, a separação entre a elite agrária e classe média e a massa de trabalhadores negros e imigrantes pobres cedeu lugar aos valores individualistas morais. Essa breve constatação social e histórica elucida a construção da sujeição criminal por meio do “tipo social”, aquele concebido pela sociedade como vagabundo, marginal e malandro. O tipo social representa, desde os idos do fim da escravidão, a população excluída pelo recorte de classe, pela renda e pela cor e, em razão de sua situação social, significa um modelo negativo, distinto do caráter ideal de cidadão, aquele cidadão de bem.

## 1.5 Teoria do Controle Social

A Teoria do Controle Social, deversamente do que foi apresentado até agora no que se refere à relação entre relações estruturais e crime, tenta compreender quais as razões levariam um sujeito a ser dissuadido ao caminho de atividades criminosas. Conforme aponta Mourão e Silveira (2014), um dos primeiros estudos teóricos influentes do controle social na sociologia foi Durkheim. A partir da análise do fato social, Durkheim discutiu acerca do poder da coerção sobre os indivíduos e alinou-se a outros pensamentos positivistas no campo da criminologia (MOURÃO; SILVEIRA, 2014).

Essas perspectivas defendem que o controle social deveria ocorrer pelas primeiras formas de socialização, de modo que outras agências de controle social só seriam acionadas quando fosse observado o insucesso através da socialização, ocasionando, de algum modo, a prática desviante. Nessa seara, os teóricos do controle social concentraram suas análises nas diversas formas de restrições que fazem com que os sujeitos se conformem às regras, e não à razão que enseja seu desvio. A respeito dos principais teóricos da Teoria do Controle Social, Mourão e Silveira (2014) identificam Reiss (1951) como um dos primeiros teóricos dessa abordagem teórica. Para Reiss (1951), o crime poderia ser uma falha no controle social e pessoal. O controle pessoal é definido por ele como a habilidade do sujeito de evitar que suas necessidades resultem em atos contrários às normas sociais; e o controle social, a capacidade de grupos sociais e instituições tornarem suas normas e regras efetivas (MOURÃO; SILVEIRA, 2014).

No que tange à aplicação da teoria, Hirshi (1969) *apud* Mourão e Silveira (2014) buscou explicar as causas dos atos desviantes se utilizando da Teoria do Controle Social. Para o autor, os elementos que ligariam os indivíduos à sociedade de modo a inibir situações desviantes seriam: afeição, comprometimento, envolvimento em atividades e valores. A afeição teria maior importância, porque possibilita analisar se os sujeitos se importam com as expectativas de terceiros. Além disso, a afeição poderia se dar em diferentes relacionamentos do sujeito ao longo da vida: na família, na escola e com os pares. No entanto, os dados coletados por Hirshi (1969) mostraram que os jovens que cometiam atividades desviantes não se importavam com a reação dos pais. Do mesmo modo, quanto à afeição com a escola, os jovens entrevistados demonstraram insatisfação, indiferença à opinião dos professores e nenhum receio em realizar atividades desviantes (MOURÃO; SILVEIRA, 2014).

Acerca dos demais elementos, foi observado que, com relação ao comprometimento, os sujeitos consideram os custos de investimento e, de algum modo, buscam analisar o que

poderiam perder, por exemplo, a sua carreira escolar, antes de se envolverem em atividades desviantes. No que se refere ao envolvimento com atividades, observou-se que os sujeitos inseridos em atividades convencionais diversas não teriam tempo para envolver-se com atividades desviantes. Por fim, os elementos que compõem os valores e as crenças mostraram que, quanto menos um indivíduo entende que deva obedecer às leis sociais, maior será a possibilidade de incorrer em atos desviantes. Tais constatações apontam no sentido de que a resposta para o não envolvimento desviante estaria na ligação que esse indivíduo tem com a sociedade tradicional, através de algum desses elementos especificados (MOURÃO E SILVEIRA, 2014).

Não obstante, a pesquisa realizada por Hirshi (1969) foi alvo de críticas por Agnew (1985) pela forma como seus testes foram realizados. Agnew (1985) *apud* Mourão e Silveira (2014) entendia que a atividade desviante tinha impacto sobre os laços sociais. Sendo assim, compreendia que a afeição e o respeito aos pais, professores e pares poderiam ser consequências da prática, e não necessariamente do desvio. Nesse sentido, Agnew (1985) *apud* Mourão e Silveira (2014) mensurou, por meio de um survey (pesquisa) com adolescentes, o efeito dos elementos dos laços sociais sobre o desvio juvenil. A pesquisa mostrou que a aplicação da Teoria do Controle Social seria melhor utilizada para explicar crimes de menor gravidade.

Posteriormente, Hirshi e Gottfredson (1990) elaboraram uma “Teoria Geral da Criminalidade”, que relacionava o ato infracional às diferenças individuais na propensão ao cometimento de atos infracionais. O objetivo era de que essa teoria fosse um aperfeiçoamento das teorias clássicas do crime. Apesar de ter sido influenciado por Durkheim no que concerne ao controle social exercido sobre o indivíduo, Hirschi e Gottfredson divergem dele, pois sustentam que o crime é causado por características presentes nos indivíduos, como a ausência de autocontrole, enquanto Durkheim, por outro lado, compreende que o crime é socialmente construído. Além disso, em sua teoria do crime e da criminalidade, aqueles entendem que falhas relativas ao controle social e ao autocontrole esbarram naquilo que é ensinado ao indivíduo durante a sua formação, notadamente pela família, na convivência com os pais, na escola e com outros indivíduos, através dos ciclos de amizades, constituídos como atividades rotineiras. Tais ensinamentos, por sua vez, fortalecem a crença efetiva em normas que proíbem o cometimento de crimes.

## 1.6 Teoria do Aprendizado Social

Em busca de contestar a afirmação de que condições socioeconômicas poderiam determinar a criminalidade, Suntherland, no início do século XX, elaborou a Teoria da Associação Diferencial ou Teoria do Aprendizado Social. O argumento do autor era de que tanto pobres quanto ricos estavam sujeitos ao cometimento de crimes, daí os estudos sobre os crimes de colarinho branco e a ampliação do conceito de crime e sua explicação (SAPORI E SOARES, 2015).

O foco da análise dessa abordagem social advém do entendimento de que o comportamento favorável ou desfavorável ao crime seria aprendido nas interações pessoais, com base nos processos de comunicação, nos quais a família, os grupos de amigos e a comunidade onde o sujeito está envolvido ocupariam um papel central. Porém, empiricamente, só seria possível analisar as influências da interação desses atores através da variável latente “determinação variável ao crime” e, entre as variáveis mensuráveis para captar a variável latente, estaria o grau de supervisão familiar; a intensidade de coesão nos grupos de amizade; a existência de amigos dos amigos em algum momento presos pela polícia; a percepção dos jovens acerca de outros jovens na vizinhança que se envolvem com atividades desviantes; e se o jovem mora com os pais (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004).

Entre os principais pesquisadores que aplicaram empiricamente a referida teoria, segundo Cerqueira e Lobão (2014), está Matsueda, que buscou, por meio da aplicação de entrevistas individuais, atestar a teoria. De forma complementar, Saporì e Soares (2014) explicam que o mais recente pesquisador a aplicar a Teoria da Aprendizagem Social foi Ronald Akers (1996).

Na verdade, a Teoria da Aprendizagem Social surge pelos estudos de Burgess e Akers na Universidade de Washington e integra a Teoria da Associação Diferencial de Sutherland, associados aos princípios da aprendizagem comportamental da psicologia. O encontro de Akers e Burgess na Universidade de Washington rendeu debates intelectuais acerca da compatibilidade entre o behaviorismo, área da psicologia, e a sociologia. A grande diferença entre essas áreas de estudo é que a sociologia se baseava em análises individuais, em vez de proceder a análises estruturais, e utilizava como principal base o interacionismo simbólico com ênfase na capacidade dos seres humanos de influenciar o seu ambiente, através da interação com outros indivíduos. O behaviorismo, por sua vez, possuía como objeto de estudo o comportamento psicológico baseado em princípios de condicionamento operante estudados especialmente por Skinner. Burgess e Akers perceberam a convergência entre o behaviorismo

e o interacionismo simbólico, notadamente ao compará-la com a análise proposta pela associação diferencial de Sutherland, em que os processos de comportamento social são aprendidos por intermédio da interação com o meio ambiente. Não obstante, Burgess e Akers observaram que a Teoria da Associação Diferencial não possuía uma discussão explícita de como o comportamento infracional era aprendido. Foi então que, em 1966, estes publicaram um artigo intitulado “uma teoria do reforço da associação diferencial do comportamento criminal” (tradução livre) reformulando as nove proposições da Teoria da Associação Diferencial de Sutherland em sete proposições que expunham uma teoria mais precisa sobre o processo de aprendizagem do comportamento.

A proposta de Burgess e Akers sofreu várias críticas, sobretudo pela introdução do behaviorismo na sociologia, mas, apesar disso, Burgess e Akers continuaram a colaborar para refinar a teoria. Akers, no entanto, dedicar-se-ia mais especificamente ao estudo, e, com ele, a transição da Teoria da Associação Diferencial para a Teoria do Aprendizado Social se deu de forma sutil. Por fim, a Teoria do Aprendizado Social se evidenciou como a integração das teorias da Associação Diferencial e da Aprendizagem Comportamental. Entre os princípios da Aprendizagem Comportamental, Akers incorporou conceitos como imitação, reforço antecipado e autorreforço na Teoria da Aprendizagem Social.

Em sua forma atual, a Teoria do Aprendizado Social contém quatro conceitos-chave: reforço diferencial, imitação, definições e associação diferenciada. O conceito mais solidamente fundamentado no behaviorismo psicológico é o reforço diferencial, que incorpora, entre outras ideias, o condicionamento, o reforço e a punição.

### **1.7 Teoria da Escolha Racional**

O principal expoente da Teoria da Escolha Racional, Gary Becker, como informa os estudos de Cerqueira e Lobão (2004) e Sapori e Soares (2015), apresentou determinantes da criminalidade ao discutir, em um modelo formal, que o ato infracional decorreria de uma avaliação racional em torno dos benefícios e custos deste. Para tanto, segundo Becker, o indivíduo analisaria, de um lado, os ganhos da ação criminosa associados à probabilidade do aprisionamento e, de outro, o custo da oportunidade de cometer o crime comparado com salário alternativo ofertado pelo mercado lícito.

Acerca da discussão sobre a economia e o crime, Mendonça e Cerqueira (2014) explicam que a ciência econômica busca compreender o fenômeno do crime, com base na perspectiva de que o indivíduo busca sempre o melhor para si mesmo. De acordo com os

autores, encontram-se nesse pressuposto duas importantes diferenças estabelecidas pela teoria econômica para as causas do crime: “1) hipótese da racionalidade; 2) que não se buscar entender valores, mas restrições e oportunidades, para entender a decisão individual” (MENDONÇA; CERQUEIRA, 2014, p. 581).

Conforme Cerqueira e Lobão (2004), partindo do estudo de Becker, outros estudos se seguiram, com ideias já estabelecidas pelo autor, com enfoque para as pesquisas de Erlich (1973), Block e Heinecke (1975).

Erlich (1973), segundo Cerqueira e Lobão (2004), investigou os efeitos da distribuição de renda sobre o crime, notadamente acerca do crime contra a propriedade e a oportunidade ofertada pelas vítimas, como renda mediana das famílias pertencentes a uma determinada comunidade (ERLICH, 1973, p. 248).

Noutro giro, Block e Heinecke (1975) defendiam que aspectos éticos e psicológicos incidiam sobre o estado anímico dos indivíduos na decisão de seguir comportamentos legais e ilegais. Além disso, os autores argumentam que a oferta do crime deveria ser analisada do ponto de vista multifatorial, em que outros aspectos, além da renda, fossem considerados. Outro resultado apresentado no estudo dos autores foi sobre a oportunidade do ganho. Os autores advogaram que as oportunidades de ganho no mercado legal só seriam válidas apenas se existissem equivalentes monetários entre a atividade legal e ilegal e se estas fossem independentes do nível de riqueza.

## **1.8 Teoria das Oportunidades**

Também conhecida como Teoria das Atividades Rotineiras (SAPORI; SOARES, 2015) e teoria do estilo de vida (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004), essa abordagem explica as taxas dos crimes a partir da atividade diária do infracional. Para melhor compreender essa teoria, três elementos devem ser considerados:

- a) Delinquentes motivados (SAPORI; SOARES, 2015) e um agressor em potencial (CERQUEIRA e LOBÃO, 2004);
- b) Alvo disponível (SAPORI; SOARES, 2015) e vítima em potencial (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004);
- c) Ausência de guardiões (SAPORI; SOARES, 2015) e tecnologia de proteção (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004).

Para a teoria do estilo de vida, a exposição pode levar a situações de risco de vitimização, de modo que os principais fatores que influenciam a vitimização dos indivíduos

são: exposição a locais públicos, proximidade entre a vítima e o agressor e os contatos entre ambos, quando características socioeconômicas, atributos de idade e sexo tornam-se atrativos; capacidade de proteção; vítimas que apresentam menos possibilidade de resistência (SAPORI; SOARES, 2015).

Portanto, a teoria parte do pressuposto de que quanto maior a facilidade que a vítima venha a oferecer, maiores são as chances de o crime ocorrer. Nesse sentido, pode-se observar que a responsabilidade pelo crime recai sobre a vítima, que absurdamente deveria investigar o ato infracional. Os estudos que buscam compreender o estilo de vida e a criminalidade se utilizam das pesquisas de vitimização (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004).

### **1.9 Teoria da Dissuasão**

De acordo com Saporì e Soares (2015), a Teoria da Dissuasão parte do princípio de quanto maior a impunidade, menor o custo dos atos infracionais. Ademais, a Teoria da Dissuasão justifica que a punição pelo Estado possui incidência sobre a criminalidade, minimizando os custos advindos da atividade criminosa. Nessa ótica, a dissuasão do crime requer mecanismos de transmissão que desencorajem futuras violações, por exemplo, a atuação policial, os efeitos da pena de prisão e a severidade das sentenças condenatórias. A Teoria da Dissuasão não possui um estudioso específico como referência, não obstante os estudos que consideram os aspectos dissuasórios têm como principal foco a incapacitação dos infratores através da medição da pena na incidência da criminalidade (SAPORI; SOARES, 2015).

### **1.10 Teoria do Desenvolvimento e do Curso de Vida**

Antes de iniciar a exposição acerca da Teoria do Desenvolvimento e do Curso de Vida, é imprescindível informar ao leitor que esta teoria foi formulada com base na realidade de trajetórias do crime no contexto internacional, especificamente no contexto norte-americano da década de 1980. Diferentemente das demais teorias apresentadas, a Teoria do Desenvolvimento e do Curso de Vida no Brasil é pouco difundida. Não obstante, verificou-se a existência de estudos desenvolvidos utilizando-a enquanto aporte teórico em programas de psicologia em duas universidades brasileiras. É o caso do Grupo de Estudos e Pesquisa em

Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial (GEPDIP)<sup>2</sup> do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, bem como do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência (NEPA/UFRGS)<sup>3</sup> da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Conforme dito, diante da pouca visibilidade dessa teoria no Brasil, este espaço será utilizado para promover uma ampla definição e conceituação. A princípio, será utilizado o argumento de Piquero (2015) acerca da distinção entre a criminologia tradicional e a criminologia do desenvolvimento do curso de vida. Consoante Piquero (2015), a Teoria do Desenvolvimento e do Curso de Vida se distingue da criminologia tradicional ao se afastar das teorias centradas apenas nos indivíduos e por atribuir maior importância a outros fatores relativos ao ambiente (Shaw e Mckay), à estrutura (Agnew) e aos processos sociais (Hirshi e Akers). Faz-se fundamental explicar que, ao se afastar da criminologia tradicional, conforme aponta Piquero (2015) e Farrington (2005), a Teoria do Desenvolvimento e do Curso de Vida se aproxima de abordagens explicativas do crime, originadas pela forte influência da Escola de Chicago, que integram elementos-chave das teorias anteriormente apresentadas, tais como: Aprendizado Social, Controle Social e Eficácia Coletiva. Isso ocorre porque a teoria aqui analisada dá relevância ao conhecimento sobre influências individuais, familiares, de colegas, da escola, da vizinhança.

Diante do exposto, é interesse da Teoria do Desenvolvimento e do Curso de Vida compreender as seguintes questões: por que as pessoas cometem crimes em diferentes idades? Por que algumas pessoas ofendem mais que outras? E por que algumas pessoas permanecem ofendendo ao longo das vidas e outras desistem? Farrington (2005) complementa que essa abordagem se preocupa com três questões específicas: A primeira se trata do comportamento ofensivo e antissocial; a segunda são os fatores de risco e de proteção em diferentes idades; por derradeiro são os efeitos dos eventos no desenvolvimento do curso de vida. Em tese, o objetivo da Teoria do Desenvolvimento do Curso de Vida é explicar as ofensas e quais os motivos que as ensejam.

A partir da década de 80, Farrington (2015) assevera que, ao dar maior evidência ao estudo dos fatores de risco e aos eventos da vida, essa abordagem avança para uma nova discussão, baseada na carreira infracional<sup>4</sup>. A definição de carreira infracional adotada por

---

<sup>2</sup> <https://sites.usp.br/gepdip/>.

<sup>3</sup> <https://nepaufrgs.wixsite.com/nepa-ufrgs>.

<sup>4</sup> “A carreira infracional não é uma teoria do crime. Trata-se de uma maneira de estruturar e organizar o conhecimento sobre certas características importantes no processo de ofensa individual através da observação e medição. O conceito é importante dentro da teoria do desenvolvimento e do curso de vida por contribuir

Blumstein (1986) *apud* Piquero, Farrington e Blumstein (2003) é de que esta seria uma caracterização da sequência longitudinal de crimes cometidos por um agressor individual. Sendo assim, o paradigma da carreira criminal reconhece que indivíduos iniciam sua atividade infracional em alguma idade e, em sequência, podem continuar se envolvendo com o crime de alguma forma, diversificar nos crimes cometidos e parar de ofender. Seguindo esse raciocínio, observa-se que três são os aspectos fundamentais no estudo de carreiras infracionais, sendo eles: o início, a continuação/especialização e a desistência. A observação sobre esses aspectos ocorre em análises ao longo da vida dos sujeitos e busca explicações sobre o início da atividade infracional (por que as pessoas começam a ofender?); quais são os fatores que operam para a persistência (por que elas continuam ofendendo?); especialização (por que as ofensas se tornam mais graves?); e, por fim, quais os fatores seriam responsáveis pela desistência do crime.

Na busca pela melhor compreensão desses processos, a abordagem da carreira infracional se vale, com maior frequência, de estudos longitudinais sobre crimes cometidos por um agressor individual (PIQUERO; FARRINGTON; BLUMSTEIN, 2003). A preferência pelos estudos longitudinais dar-se-á pelo fato de haver o entendimento de que carreiras infracionais são melhor estudadas por meio de pesquisas em longo prazo, que permitam acompanhar o desenvolvimento dos sujeitos estudados. No entanto, essa não é a única metodologia empregada. Piquero, Farrington e Blumstein (2003) elencam três tipos diferentes de modalidades de pesquisas que são, com maior frequência, exploradas em estudos de carreiras infracionais. O primeiro é o próprio estudo longitudinal, que possibilita observações das atividades criminais por um longo período. Elas podem ser realizadas em formato de coorte ou painel. Os estudos longitudinais de coorte examinam amostras mais específicas. Os estudos de painel preveem coleta de dados com os mesmos indivíduos em períodos da vida distintos.

Outra modalidade apresentada pelos autores (PIQUERO; FARRINGTON; BLUMSTEIN, 2003) refere-se às pesquisas longitudinais aceleradas. Nela, o pesquisador identifica uma amostra transversal da população, apresenta algumas coortes e, posteriormente, coleta dados de forma prospectiva ou retrospectiva. Trata-se de uma abordagem que reduz o tempo até que os resultados da pesquisa sejam obtidos. Já a modalidade de pesquisa transversal é empregada para entender diferenças das trajetórias infracionais de indivíduos.

---

para que os pesquisadores entendam as diferenças existentes no desenvolvimento de infrações, a partir de diferentes trajetórias, com base na perspectiva da carreira infracional” (BLUMSTEIN; COHEN; FARRINGTON, 1988 a, p.04 *apud* PIQUERO; FARRINGTON; BLUMSTEIN, 2003, p.385)

Muito embora seu uso seja para compreender processos que ocorrem ao longo do tempo, a capacidade de coleta de dados pode ficar comprometida porque as entrevistas são realizadas apenas uma vez ou outras poucas vezes em um período curto.

Uma questão importante a ser levantada aqui é acerca da prevalência de estudos longitudinais sobre carreiras infracionais se utilizando de dados estatísticos. Fazendo um retorno histórico, observa-se que, da década de 1930 até a década de 1960, com o predomínio dos estudos realizados pela Escola de Chicago, as ciências sociais experimentaram de forma mais contundente os estudos qualitativos, nos casos de pesquisas sobre trajetórias infracionais. A partir da década de 1960, os estudos qualitativos não eram mais compatíveis com o novo positivismo das ciências sociais após a Segunda Guerra Mundial. Desse período em diante, tem-se a predominância de modelos metodológicos que priorizam amostras tangenciais, retrospectivas e avanços estatísticos. Seguindo essa perspectiva, Piquero Farrington e Blumstein (2003), ao se interessarem por pesquisas que buscam medir os padrões de atividades criminosas, aduzem que os estudiosos da área necessitam de uma percepção mais aprofundada acerca das estatísticas de criminalidade, notadamente através das regularidades que a criminalidade desenvolve ao longo da vida. Para tanto, faz-se necessário um constante controle estatístico. A predominância dos estudos estatísticos é justificada por Piquero Farrington e Blumstein (2003) em razão da desconfiança que prepondera entre os estudiosos da carreira criminal acerca dos estudos que se utilizam apenas das narrativas dos sujeitos da pesquisa. Para os autores em questão, os dados obtidos por narrativas podem ser distorcidos pelo entrevistado. Em muitos casos, os sujeitos entrevistados não são capazes de se lembrarem dos atos cometidos, bem como podem deturpar seu envolvimento com atividades infracionais ou se negar a participar da entrevista, o que prejudicaria a pesquisa. Essa concepção a respeito do uso dos dados qualitativos em estudos de trajetórias infracionais não corresponde ao entendimento deste estudo, conforme se pode observar no segundo capítulo.

De mais a mais, é possível observar que, independentemente do método explorado para se chegar aos dados, o certo é que a realização dos estudos utilizando da abordagem da carreira criminal gerou muitas informações, notadamente a partir de pesquisas longitudinais sobre a atividade criminosa. Para Piquero, Farrington e Blumstein (2003), um exemplo da importância das pesquisas para a compreensão das carreiras criminosas é que os pesquisadores conseguiram documentar importantes regularidades empíricas. Dentre elas, pode-se enfatizar a relação das atividades criminosas passadas e futuras, analisadas em concomitância com eventos ocorridos ao longo da vida e que, de algum modo, podem

ocasionar mudanças significativas intraindividuais na atividade criminosa. Apesar da expansão nos estudos nessa área, pouco se sabe sobre a progressão das carreiras criminais apoiada no viés do gênero (PIQUERO; FARRINGTON; BLUMSTEIN, 2003).

Em relação aos estudos longitudinais significativos para a constituição da abordagem das carreiras criminais, Piquero (2015) considera o pioneirismo do Relatório de 1986 do *Panel of Research on Criminal Careers*, organizado pela *National Academy of Sciences* e coordenado por Blumstein. O painel avaliou como o futuro desenvolvimento criminal poderia ser previsto e sugeriu contribuições a partir de tais previsões para a política de incapacitação seletiva (Blokland e Nieuwbeerta, 2009). Mas uma das contribuições mais importantes do relatório foi a articulação da carreira criminal, a partir das dimensões de início, persistência, escalação, especialização, duração da carreira e desistência. Ao fazer isso, o estudo deu destaque às diferenças existentes no padrão longitudinal de criminalidade, além de considerar o indivíduo e a estrutura social na atividade criminosa ao longo do tempo (PIQUERO, 2015).

Tal contribuição faz do estudo um importante aporte para o desenvolvimento de pesquisas de cunho criminológico dentro da perspectiva do Desenvolvimento e do Curso de Vida. No entanto, embora o estudo realizado por Blumstein tenha notoriedade na história do estudo da criminologia com base na Teoria do Curso de Vida, outros estudos os antecederam e merecem destaque. É o caso do trabalho realizado por Sheldon Glueck e Eleanor Glueck na década de 1940 em Boston. Para Sampson e Laub (1995), a importância do trabalho realizado pelos Gluecks está na ousadia da realização da primeira pesquisa sobre criminalidade e infração realizada durante anos na Universidade de Harvard, com objetivo principal de descobrir as causas da delinquência juvenil. De maneira geral, os projetos de pesquisa dos Gluecks caracterizavam-se por serem grandes investigações, com extensos períodos de acompanhamento. Apesar de terem realizado algumas pesquisas longitudinais, sem dúvida, a mais conhecida e discutida na criminologia do crime foi “*Unraveling Juvenile Delinquency*”, um estudo sobre formação e desenvolvimento do comportamento infracional, com início no outono de 1939.

O desenho dessa pesquisa previu 500 adolescentes do sexo masculino, brancos, persistentes no envolvimento infracional, com idade de 10 a 17 anos e internados em duas escolas correcionais, especificamente a Lyman School for Boys em Westboro, Massachusetts, e a Industrial School for Boys, em Shirley, também no estado de Massachusetts. O grupo de controle da pesquisa era formado de 500 adolescentes não infratores, brancos, com idade de 10 a 17 anos, escolhidos em escolas públicas da cidade de Boston. Destaca-se que o registro de não infrator foi obtido por intermédio de registros

oficiais e entrevistas com pais e professores das escolas. Esses registros asseguravam apenas os casos de infração que chegavam ao conhecimento do Estado, isso não quer dizer que os adolescentes do grupo de controle nunca haviam cometido desvios, estes apenas poderiam não ter sido registrados.

Na amostra dos 500 adolescentes infratores e 500 adolescentes não infratores, foram analisadas, caso a caso, a partir das variáveis: idade, raça, etnia, origem dos pais, região onde residia, vizinhança, entre outros. A variável vizinhança permitia verificar que os adolescentes objetos de estudo da pesquisa eram oriundos de bairros desfavorecidos do centro de Boston. Outro fator revelador da vulnerabilidade dos sujeitos da pesquisa foi percebido pelas características físicas das casas. Em geral, as famílias eram numerosas e carentes de suprimentos básicos, como instalações sanitárias, banheiros/chuveiros e aquecimento central.

Metodologicamente, a equipe dos Gluecks realizou entrevistas com os adolescentes infratores e não infratores, as famílias, os empregadores, os professores, os vizinhos, os funcionários da justiça criminal e assistência social. A preocupação dos pesquisadores estava nas fontes independentes de medição. Sendo assim, a maioria das variáveis individuais, como renda familiar e disciplina parental, foi coletada em várias fontes, como entrevistas domiciliares e visitas a agências de assistência social. Além disso, foram coletados autorrelatos de pais e professores, com o objetivo de medir o comportamento infracional. Essa combinação de autorrelatos ofereceu a oportunidade de desenvolver medidas confiáveis e válidas de infração e conduta.

Por fim, a amostra dessa pesquisa foi desenvolvida em dois momentos diferentes da vida dos sujeitos analisados. O primeiro aconteceu quando estes possuíam 25 anos e novamente aos 32 anos de idade, nos anos de 1949 e 1963, respectivamente. Como resultado, oferecem dados extensos sobre história de carreiras criminais, intervenção da justiça criminal, vida familiar, histórico escolar e de emprego. Quanto à abordagem metodológica, os Gluecks inovaram a análise para a etiologia do crime ao considerar características distintas: a ênfase na previsão longitudinal seguida de acompanhamento durante alguns anos e a realização de grupos de controle como forma de garantir a comparação, sempre quando for possível.

Ademais, os autores privilegiaram o enfoque em carreiras criminosas, substancialmente, em casos de infratores sérios e persistentes, o que possibilita a compreensão de estudos sobre a formação, o desenvolvimento e o término de carreiras de crime, priorizando a centralidade na análise sobre as causas do início do crime, da continuidade e da desistência. Os autores propuseram, também, a importância da coleta de múltiplas fontes de informação, além dos registros oficiais de crime e delinquência.

Nos resultados, os Gluecks encontraram uma forte relação entre idade e crime, ou seja, à medida que a amostra de infracionais envelhecia, suas taxas de envolvimento com o crime diminuía. Observaram que uma idade precoce de início estava relacionada a uma longa e persistente carreira criminal. Outro fator que apareceu nos resultados da pesquisa dos Gluecks são as influências familiares, de modo que, para os autores, famílias negligentes e com fracos laços entre pais e filhos causa maior vulnerabilidade à infração.

Outro estudo apontado por Piquero, Farrington e Blumstein (2003) foi a pesquisa lançada por Farrington na Universidade de Cambridge acerca do desenvolvimento de jovens infratores. Essa pesquisa longitudinal prospectiva sobre comportamento ofensivo teve como amostra 411 homens do Sul do Londres nascidos entre setembro de 1952 e agosto de 1954. Tal estudo teve início em 1961 e, nos primeiros vinte anos, as análises foram desenvolvidas pelo pesquisador Donald West; a partir de 1982, passou então a ser dirigida por David Farrington. Metodologicamente, os homens selecionados foram entrevistados pessoalmente nove vezes ao longo de 38 anos, nas respectivas idades: 9, 10, 14, 16, 18, 21, 25, 32 e 46 anos. Já os pais dos referidos homens foram entrevistados quando estes estavam com 8 e 15 anos. Em resumo, os registros criminais foram pesquisados do período de início da pesquisa, quando possuíam 8 anos, até a idade de 40 anos.

Os resultados apresentados pelo estudo apresentaram descobertas importantes, a saber: o crime mais comum das amostras analisadas era o roubo; a prevalência de ofensas aumentou até os 17 anos e, posteriormente, diminuiu; 40% dos homens pertencentes à amostra do estudo foram condenados por crimes até os 40 anos de idade; a idade média de início da atividade criminosa, apresentada pela amostra analisada, era de 18,6 anos e a idade média de desistência era de 25,7 anos. Os sujeitos que haviam cometido dois ou mais crimes tinham a duração da carreira criminal em média de 10,4 anos, contabilizando da primeira à última condenação. Além desses resultados, um dado relevante apresentado pela pesquisa refere-se à compreensão dos processos sociais vivenciados na infância e às relações familiares, porquanto constam, nos dados da pesquisa, fatores vivenciados na infância, como a sociabilidade com a presença da criminalidade no âmbito familiar.

A seguir, serão discutidas as principais teorias que se conformaram com base na Teoria do Desenvolvimento e do Curso de Vida e que utilizam da abordagem da carreira criminal para compreensão dos processos etiológicos do crime. Consoante mencionado no início deste capítulo, trata-se de teorias que foram formuladas tendo como base o contexto de experiência do crime nos Estados Unidos, a partir da década de 90. São teorias que, de algum modo, servirão para analisar e compreender os dados apresentados sobre o crime nesta

pesquisa. No entanto, o desafio será transpor o olhar desses teóricos da realidade norte-americana para a realidade brasileira. A fim de auxiliar nesse processo, de entender a constituição de trajetórias infracionais no Brasil, este estudo se ancorará em pesquisas brasileiras sobre a temática, devidamente apresentadas no quarto capítulo desta tese. De mais a mais, ao propor como base teórica e metodológica a Teoria do Curso de Vida, este trabalho, em sua seção metodológica, terá aplicado os principais conceitos da teoria mencionada, por exemplo, eventos, pontos de virada, trajetórias, transições, com vistas a compreender, na trajetória infracional, o processo de adesão e permanência /especialização das meninas e dos meninos entrevistados.

### *1.10.1 Teorias da Criminologia do Desenvolvimento e do Curso de Vida*

Segundo Piquero, Farrington e Blumstein (2003), a abordagem do Desenvolvimento e do Curso de Vida desafiou seus teóricos recorrer a diferentes explicações para as dimensões da carreira criminal, quais sejam: início, persistência, frequência e desistência. Com isso, os principais pesquisadores que se valeram dessa abordagem teórica foram reconhecendo as diversas características das carreiras criminais, bem como a relação entre as atividades infracionais passadas e futuras, a fim de tentar explicar, de algum modo, o padrão de atividades infracionais ao longo do tempo.

A principal teoria manejada pelos teóricos da criminologia do desenvolvimento é a Teoria do Curso de Vida<sup>5</sup>, cujo expoente é o pesquisador norte-americano Glen Elder. Glen Elder (1985), em seu livro “*Life course dynamics: trajectories and transitions*”, sustenta que o curso de vida representa uma análise histórica, organizada a partir dos conceitos de “trajetória e transição”, e que vivenciou duas diferentes ondas de estudo. Substancialmente, a Teoria do Curso de Vida é compreendida pela diferenciação da idade em expectativas que interferem no processo de decisão e no curso de eventos da vida, dando forma às transições e aos pontos de virada. Na criminologia, a Teoria do Curso de Vida oferece uma abordagem abrangente ao estudo das atividades infracionais, uma vez que considera a multiplicidade de influências que moldam a ofensa em diferentes períodos e contextos de tempo (PIQUERO; FARRINGTON; BLUMSTEIN, 2003).

---

<sup>5</sup> Sobre a Teoria do Curso de Vida, Glen Elder (1985) explica que ela é uma abordagem teórica e metodológica. No segundo capítulo da tese, será apresentada, com maiores detalhes, essa teoria. Neste momento, o intuito é apenas mostrar como a Teoria do Desenvolvimento se associa à Teoria do Curso de Vida para análises sobre infrações.

Da junção da Teoria do Desenvolvimento e da Teoria do Curso de Vida, originou-se a Teoria do Desenvolvimento e do Curso Vida no campo da criminologia<sup>6</sup>. A partir, especialmente, dos anos de 1980, algumas explicações foram elaboradas para esclarecer aspectos importantes do envolvimento infracional. Com isso, houve um importante progresso nos estudos sobre infrações.

Para Farrington (2005), as teorias mais recentes, que se dedicaram a áreas diferentes como Blumstein (carreiras criminais), Reiss (desistência por morte), Hagan (eventos da vida), Thornberry (teoria da interação) e Moffit (dupla taxonomia), buscam integrar o conhecimento sobre influências individuais, familiares, de colegas, na escola, na vizinhança e na comunidade, em situações de ofensa, a partir da integração de elementos-chave como aprendizado social, controle social e associação diferencial. Apesar de possuírem interesses comuns no estudo do crime, essas teorias guardam diferenças entre si, que Farrington (2005) e Piquero (2015) decompõem em duas categorias: os modelos estáticos e os modelos dinâmicos.

A questão central para a compreensão desses modelos teóricos estaria na forma como analisam a curva idade-crime<sup>7</sup>. Os modelos teóricos estáticos entendem que não há relevância na análise da curva idade-crime, como é o caso de Terrie Moffit (1993). E o modelo teórico dinâmico compreende que as mudanças ocorridas na vida do indivíduo estariam relacionadas aos controles sociais oriundos dos eventos, seja casamento, seja ingresso nas forças armadas, etc., como defende a Teoria dos Fatores de Risco de Farrington.

#### ***1.10.1.1 Dupla Taxonomia de Moffit***

Terrie Moffit ocupa lugar de destaque entre os teóricos da perspectiva do curso de vida. Quanto às principais preocupações dos estudos desenvolvidos por Moffit, tem-se como elemento central a tese da mudança do comportamento infracional ao longo do tempo, com

---

<sup>6</sup> A criminologia do desenvolvimento se concentra especialmente no desenvolvimento de ofensas, mas também nos fatores de risco (LE BLANC; LOEBER, 1998; LOEBER ; LE BLANC, 1990, apud FARRINGTON, 2005). Por sua vez, a Teoria do Curso de Vida concentra-se nos efeitos dos eventos e das transições da vida no período de ofensas e nos fatores de desenvolvimento e risco. Assim, conjuntamente, a criminologia do desenvolvimento e a Teoria do Curso de Vida compartilham de quatro paradigmas principais: a carreira criminal, através de estudos sobre idade e crime em estudos longitudinais; o desenvolvimento do comportamento ofensivo e antissocial; fatores de risco e proteção em diferentes idades; e os efeitos dos eventos no desenvolvimento do curso de vida.

<sup>7</sup> A curva idade-crime revela a relação das duas variáveis e descreve que a prevalência das ofensas tende a aumentar no final da infância até atingir seu pico na adolescência, havendo um declínio acentuado a partir da entrada na vida adulta (PIQUERO; FARRINGTON; BLUMSTEIN, 2003).

destaque para a relevância do fator idade para compreensão do comportamento infracional na adolescência. Nesse sentido, Moffitt (1993) apresentou uma dupla taxonomia sobre o comportamento antissocial, com uma amostra sobre continuidade desse comportamento, com mudanças dramáticas ao longo da vida. Dentro da taxonomia de Moffitt, haveria duas categorias de indivíduos infratores, cada um com sua história e etiologias únicas, sendo que um pequeno grupo se envolve em comportamentos antissociais ocasionalmente, cessados ainda durante a adolescência, denominados por Moffitt (1993) como jovens de trajetórias comuns ou limitadas, enquanto o outro grupo apresentaria comportamento antissocial na adolescência, especificamente o infracional, de forma mais frequente e diversificada, implicando, em muitos casos, o aumento da violência com o passar do tempo. São denominados pela autora de jovens com carreiras persistentes.

Segundo Moffitt (1993), os infratores persistentes se envolvem em uma variedade de infrações ao longo do curso de vida. Para a pesquisadora, os infratores persistentes possuem comportamentos antissociais que podem se manifestar na infância e, geralmente, têm continuidade na adolescência. Na infância, são vistos como crianças mais agressivas e mais difíceis de controlar, segundo opinião de pais e professores. Na adolescência, cometem infrações de maior gravidade que os demais adolescentes. Em continuidade, permanecem cometendo infrações na vida adulta. Enquanto seus amigos não envolvidos com trajetórias infracionais se casam, trabalham e têm filhos, os infratores persistentes continuam seguindo o mesmo caminho, envolvendo-se em relações violentas. Tais evidências vieram dos estudos epidemiológicos de Moffitt (1993) sobre a prevalência de comportamentos antissociais.

Por outro lado, os indivíduos que seguem trajetórias infracionais comuns no período da adolescência cometem crimes apenas por um período relativamente curto, especificamente durante aquela fase da vida. Moffitt (1993) explica que esse grupo começa a ofender entre os 14 e 15 anos, cometendo infrações menores, cujo período se dá, em geral, por 2 a 3 anos e, depois, tem-se a prevalência de desistências. Antes de entrar na adolescência, esse grupo não apresenta histórico de envolvimento infracional ou mesmo comportamento antissocial.

Para Moffitt (1993), a trajetória limitada na adolescência reflete os dados concernentes à curva idade-crime. Isso porque, se analisados os números de adolescentes não persistentes aos números de adolescentes persistentes, pode gerar o entendimento de que a ofensa atinge um pico acentuado na adolescência para todos. No entanto, os infratores com trajetórias persistentes e aqueles com trajetórias não persistentes ao longo do curso de vida possuem trajetórias distintas. Para Moffitt (1993), a trajetória de um infrator persistente ao longo da vida deve ser mais plana, porque esses mantêm uma taxa relativamente constante desde a

infância até pelo menos no início da vida adulta. Em outra via, a trajetória de adolescentes não persistentes atinge um pico acentuado durante a adolescência, haja vista que inicia e desiste da trajetória infracional nesse período da vida.

Outras diferenças observadas pela pesquisadora entre os dois grupos referem-se ao fato de que a infração cometida pelo grupo de adolescentes não persistentes é específica, de modo que se comportam bem em determinados momentos e não se comportam bem em outras situações. Noutro giro, o grupo dos adolescentes persistentes tende a enfrentar problemas nas diversas relações sociais em que se envolve. Diante de dois grupos com trajetórias distintas, Moffitt (1993) propõe duas teorias etiológicas para a infração. A primeira teoria é a de que, nos casos dos adolescentes infratores com trajetórias persistentes ao longo de seu curso de vida, podem estar presentes fatores associados à sociabilidade familiar, por exemplo, violência e negligência. Desse modo, o comportamento antissocial poderia ter início tendo como base as interações entre pais/responsáveis e a criança.

Já a teoria sobre os adolescentes infratores com trajetórias não persistentes segue uma realidade empírica diferente. Assim, é importante fazer o seguinte questionamento: o que explica o envolvimento infracional no início da adolescência e, em sequência, ocorrer a desistência da atividade infracional? No caso desse grupo, Moffitt (1993) defende que os fatores que podem incidir são mudanças biológicas, como a puberdade e a relação com os pares. No que tange à puberdade, Moffitt (1993) indica que ela traz consigo um aumento pelo desejo sexual e o rápido aumento da força física; concomitante a essa mudança biológica, há um afastamento dos pais e maior envolvimento com os colegas da escola, da vizinhança.

Além disso, entre os 12 e os 17 anos, espera-se que os adolescentes cresçam e não se comportem mais como criança, é a possibilidade de assumir papéis com maior responsabilidade. Nesse grupo, a relação com os pares é um fator que deve ser analisado de forma mais profunda, tendo em vista que, aos olhos dos adolescentes não persistentes, os adolescentes persistentes emitem um aparente ar de maturidade, talvez pelas infrações que cometem e pelas responsabilidades que assumem, inclusive no mundo do crime.

O fato de beber, fumar, faltar a aulas, resistir à autoridade adulta torna-se um atrativo aos jovens que não persistem e que querem de algum modo imitar o grupo persistente, fazendo as mesmas coisas. Tal comportamento simboliza a independência para os adolescentes. Não obstante, todo o encantamento deixa de existir no final da adolescência, quando os jovens, de maneira geral, são chamados a assumir responsabilidades com o fim do ensino médio e o necessário ingresso em carreiras de trabalho. Desse modo, a continuidade em trajetórias infracionais poderia prejudicar o seu futuro, daí ocorreria a desistência.

### ***1.10.1.2 Teoria do Risco Social de Farrington***

Um dos pilares do estudo de Farrington é o paradigma dos fatores de risco. Essa abordagem derivou de pesquisas médicas, dos estudos de saúde pública, com o objetivo de explicar toda e qualquer chance de adoecimento (ROLIM, 2016). Na ótica do crime, o paradigma dos fatores de risco busca identificar aqueles que podem aumentar a probabilidade da ofensa. Além dos fatores de risco, esse paradigma também se concentra em fatores de proteção àqueles que supostamente podem diminuir a probabilidade de ofender. É importante destacar que, ao estipularem esse paradigma como foco principal, as pesquisas sobre fatores de risco não buscam estabelecer causalidade, mas encontrar correlações (FARRINGTON, 2006).

À luz de uma perspectiva probabilística, Farrington (2006) elegeu alguns fatores de risco individuais e familiares. O autor enfatiza que o estudo dos fatores de risco tem sido pouco explorado, mesmo com a sua importância para a compreensão da ofensa desde o início. Destaca-se que a análise dos fatores de risco, individuais ou familiares, deve ocorrer conjuntamente com outros fatores sociais, em um panorama macrosociológico. A respeito dos fatores de riscos individuais, o autor destaca a impulsividade e as habilidades cognitivas sociais.

A impulsividade é uma dimensão de personalidade crucial na predição de ofensas. Isso porque o indivíduo impulsivo tem uma fraca capacidade de controle de comportamento. Além da impulsividade, a hiperatividade e a inquietação, desvinculadas de reflexões sobre consequências posteriores, associadas à pouca capacidade de planejar, ao baixo autocontrole e à pouca capacidade de receber gratificações, compõem as características desse fator de risco individual (FARRINGTON, 2006).

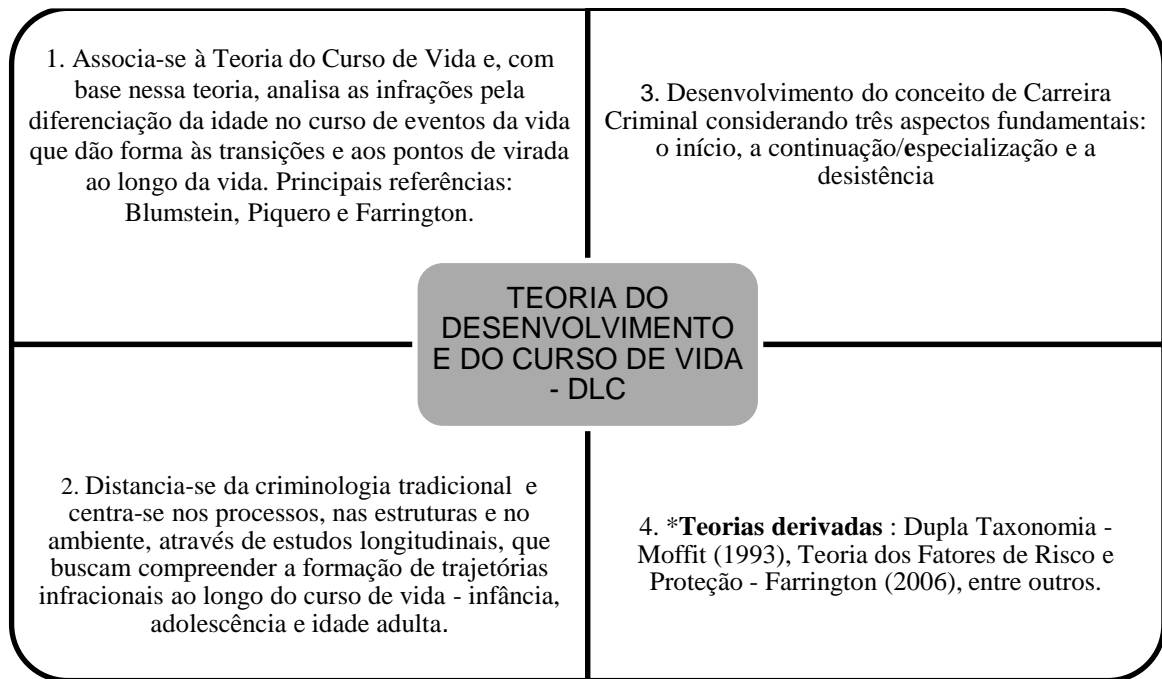
Por outro lado, o fator de risco individual relativo a habilidades cognitivas sociais postula que os infratores seriam egocêntricos, com pouca capacidade de tomada de decisões, além de suscetíveis a interpretar, de maneira incorreta, a intenção das pessoas. Entre os fatores de risco que operam no âmbito familiar, Farrington (2006) distingue cinco categorias: pais infracionais, família numerosa, métodos de educação negligentes, relações abusivas e famílias desestruturadas. Tais fatores de risco devem ser analisados contextualmente, do contrário, assumem uma perspectiva determinística, o que não coaduna com o estudo de realidades sociais. Nesse contexto, cabe destacar o estudo de “famílias desestruturadas” como fatores de risco. Farrington (2006) atribui como característica desses núcleos familiares a

ausência de um dos pais, seja pelo abandono, seja pela separação, seja pela morte (FARRINGTON, 2006).

Na mesma proporção, Farrington (2006) argumenta que o tamanho da família, um número grande de filhos, seria um forte preditor para a infração. Assim elucidada a Pesquisa Nacional de Saúde e Desenvolvimento realizada por Wadsworth (1979) *apud* Farrington (2006), que revelou que a porcentagem de adolescentes infratores aumentou 9% para famílias que possuíam um filho e 24% para famílias que possuíam quatro filhos ou mais. A situação poderia indicar duas limitações relativas ao processo de desenvolvimento das crianças e dos adolescentes: crianças inseridas em famílias numerosas tendem a receber menos cuidado; do mesmo modo, é possível deduzir que famílias numerosas podem vivenciar com mais intensidade situações conflituosas e relações familiares violentas (ROLIM, 2016).

Outro fator de risco vivenciado em âmbito familiar é os pais estarem inseridos em atividades criminosas. O Estudo de Cambridge (*Cambridge Study in Delinquent Development*), realizado com aproximadamente 400 adolescentes em Londres, acompanhados dos oito aos 46 anos, mostrou que ter pai, mãe, irmã ou irmão condenado por envolvimento em atividades criminosas constitui um fator de risco para a delinquência juvenil. Ressalta-se que 63% dos jovens acompanhados pela pesquisa, cujos pais foram condenados, foram condenados mais tarde. Dos jovens cujos pais não foram condenados, a condenação por envolvimento criminal foi de 30%. Nesse aspecto, o autor endossa que a relação da condenação do pai é mais forte como um fator de risco para os meninos, na mesma medida que a condenação da mãe é mais importante para as meninas (FARRINGTON, 2006).

### Quadro 1- Esquematização/constituição da Teoria do Desenvolvimento e do Curso de Vida



Fonte: Elaborado pela autora.

#### 1.11 Na contramão dos estudos quantitativos, a história de vida em foco: “Shared Beginnings, divergent lives delinquent boys to age 70”

Até este momento, com os estudos aqui analisados e que serviram de base para a formação da Teoria do Desenvolvimento e do Curso de Vida, adotam-se, em unanimidade, como proposta metodológica, estudos quantitativos. Seguindo uma tradição das ciências sociais, esses estudos se utilizavam geralmente de regressão linear para medir as trajetórias infracionais de diferentes indivíduos. Entretanto, a defesa desta tese é de que a teoria do curso de vida, enquanto proposta metodológica, extrapola os números e as medições quantitativas e avança para a importância dos estudos qualitativos<sup>8</sup> para a compreensão dos processos sociais pelos quais passam os sujeitos e que podem explicar suas diversas trajetórias.

<sup>8</sup> Para Becker (1993), a pesquisa qualitativa difere da quantitativa em cinco esferas importantes:

- 1) Usos do positivismo – Ambos os campos foram moldados através das tradições positivistas e pós-positivistas. Os positivistas partem da concepção de que é possível estudar, capturar e entender a realidade. Já os pós-positivistas argumentam que a realidade nunca pode ser plenamente apreendida, somente uma aproximação dela.
- 2) Aceitação da sensibilidade pós-moderna – O uso de métodos quantitativos vem sendo rejeitado por uma nova geração de pesquisadores qualitativos. O método positivista é apenas mais uma maneira de contar uma história sobre a sociedade. E nenhum modo de contar essa história deve ser considerado melhor ou pior que outro. Existem visões mais radicais, que rejeitam completamente a aplicabilidade e comensurabilidade entre

Partindo dessa vertente e rompendo com paradigmas de estudos sobre trajetórias infracionais quantitativos, Sampson e Laub, de maneira audaciosa, trouxeram à baila uma pesquisa que pode ser considerada a de maior expressão da aplicação da metodologia qualitativa no campo da criminologia do desenvolvimento e do curso de vida, nos últimos anos. A obra intitulada “*Shared Beginnings Divergent Lives Delinquent Boys to age 70*” teve sua primeira edição publicada em 2003 e sua principal proposta foi explicar padrões infracionais durante todo o curso de vida de jovens considerados de alto risco na década de 50. O estudo buscou, sobretudo, inovar ao sublinhar as mudanças de comportamento ao longo da vida dos indivíduos, um território até aquele momento pouco explorado pela criminologia e pelas ciências sociais.

Sendo assim, baseando-se diretamente no estudo “*Crime in the Making*” (1995), os autores perquiriram uma teoria do controle social informal graduado por idade, para explicar o comportamento antissocial na infância e adolescência e o crime na vida adulta. O foco analítico do trabalho se deu a partir da análise de dados coletados sobre criminalidade, em um horizonte longitudinal com 500 homens, sujeitos originais do estudo realizado em *Unravelling Juvenile Delinquency* dos Gluecks, de 1950. Retomando a trajetória de vida desses homens desde a infância, os autores objetivaram entender a continuidade ou não da atividade infracional ao longo da vida. Desse modo, seria possível analisar explicações relativas a ofensas persistentes, bem como à desistência infracional e, assim, esclarecer se, de fato, haveria a existência de trajetórias de desenvolvimento únicas, conforme argumentado por Moffit (1993).

Metodologicamente, o grande desafio seria acessar diretamente os sujeitos da pesquisa, uma vez que a amostra dos Gluecks era de 500 adolescentes. Outro empecilho que dificultou o acesso é que o último contato com esses jovens ocorreu nos anos de 1957 e 1964. Soma-se a isso outro fator que incidiu substancialmente no acesso e talvez o mais importante quando se trata de pesquisas criminológicas, o de que tais sujeitos possuíam um passado infrator e/ou ainda poderiam permanecer na prática de crimes. Desse modo, para evitar serem

---

as metodologias, sendo que a pesquisa qualitativa deveria ser avaliada segundo critérios de verossimilhança, emoção, responsabilidade pessoal, prática política e textos plurivocais.

- 3) Captura de pontos de vista individuais – A abordagem qualitativa é pensada como mais próxima à perspectiva dos agentes. Os pesquisadores desse campo endossam que os estudos quantitativos raramente são capazes de fazer o mesmo.
- 4) Exame dos constrangimentos da vida cotidiana – Pesquisas quantitativas simulam o mundo por meio de modelos estatísticos. Já as pesquisas qualitativas veem o mundo como ocorre na prática.
- 5) Assegura descrições ricas – Os pesquisadores qualitativos acreditam que descrições profundas do mundo social são válidas. Cada detalhe importa.

localizados, estes poderiam ocultar sua verdadeira identidade ou mesmo não aceitar participar da pesquisa.

Nessa seara, por não haver informações sobre o paradeiro desses homens, Laub e Sampson (2005) recorreram a duas fontes de dados. A primeira foi a coleta de registros criminais em níveis estaduais e nacionais; a segunda foi a coleta de registro de óbitos, em nível estadual e nacional. Inicialmente, a equipe de pesquisadores realizou uma pesquisa detalhada no banco de dados de histórico criminal de Massachussets. Uma estratégia metodológica utilizada pelos pesquisadores para sistematizar as informações encontradas foi a de desenvolver uma folha de rosto para cada sujeito da pesquisa. Nessas folhas de rosto, além das informações novas coletadas nas fontes de dados consultadas, os pesquisadores acrescentaram informações que possuíam de 25 daqueles jovens, extraídas do último contato com os Gluecks. Dentre elas, lista-se: nome, apelido, data de nascimento, número da previdência social, nome do pai e da mãe, número do FBI (Federal Bureau of Investigation), número do MBI (Massachusetts Bureau of Investigation) e o último endereço conhecido. Pelos dados sistematizados nesse instrumental, foi possível proceder a uma busca manual nos dados do histórico criminal de Massachussets, entre janeiro e junho de 1993, na procura por informações acerca da localização dos demais 475 jovens entrevistados pelos Gluecks. De modo complementar, os pesquisadores utilizaram os dados do FBI e, assim, foi possível codificar todas as detenções após os 31 anos que não apareceram nos dados do histórico criminal de Massachussets.

O segundo passo foi a realização de buscas de informações em registros de óbitos por intermédio do banco de dados do Registro de Estatísticas Vitais de Massachussets, durante os meses de julho e agosto de 1993. Com base nessa atualização da amostra dos Gluecks, a partir do uso dos bancos de dados pesquisados, Laub e Sampson chegaram a 52 sujeitos da pesquisa original, com os quais foram realizados posteriormente contatos para aplicação da entrevista de história de vida.

Em que pese a existência de outros métodos, a definição da utilização da história de vida como técnica principal para coleta de dados se revelou a mais eficaz, uma vez que seria capaz de captar diversas experiências do curso de vida de cada indivíduo, além de permitir uma análise dos processos dinâmicos associados que envolvem eventos importantes, pontos de virada e ofensa criminal (SAMPSON; LAUB, 2005). Além disso, os autores levantaram os benefícios do uso das narrativas de história de vida nos estudos da criminologia do desenvolvimento e do curso de vida. Estes consideraram que as histórias de vida revelaram, através das palavras dos entrevistados, as circunstâncias sociais e históricas mais amplas do

contexto em que está inserido. Sendo assim, podem ser usadas para descobrir como as pessoas reagem a eventos significantes e como a experiência dos eventos estrutura as decisões posteriores da vida. Ademais, as histórias de vida podem revelar padrões complexos de continuidade e mudanças no comportamento individual ao longo do tempo. Nesse passo, as narrativas de história de vida focalizam toda a vida, não apenas uma dimensão ou um conjunto de variáveis, e indicam a interconexão entre eventos e situações de vida.

Outra vantagem é que as histórias de vida manifestam a complexidade do comportamento infrator. Múltiplas vias para o mesmo resultado podem estar presentes, e as histórias de vida expõem a heterogeneidade da experiência que pode levar a um determinado resultado. Por outro lado, as histórias de vida são fundamentadas no contexto social e histórico. As chances de vida e oportunidade de crimes dependem das circunstâncias históricas e da localização na estrutura social. E, por fim, o propósito do método de história de vida não é romantizar os ofensores e seus respectivos estilos de vida, porém esse método possui vantagens que não podem ser obtidas facilmente com dados quantitativos tradicionais sobre infratores e padrões de ofensa.

Diante de todas as possibilidades que o emprego das narrativas da história de vida poderia ofertar para a pesquisa, os desafios posteriores estariam em como a técnica seria aplicada com os sujeitos da pesquisa. A princípio, os pesquisadores selecionaram, com o apoio da Fundação Harry Guggenheim, oito trajetórias distintas de comportamento infrator violento nos três estágios de vida: juvenil com idade menor que 17 anos; jovem/adulto com idade de 17 a 32 anos; e adultos/idoso com idade de 32 a 70 anos. Após a divisão dos grupos, procurou-se entrevistar pelo menos cinco indivíduos de cada um desses agrupamentos. Porém, foi preciso reformular as categorias grupais, pois nem todos os indivíduos que seriam entrevistados poderiam ser enquadrados em grupos de indivíduos com comportamento violento, haja vista que alguns dos sujeitos poderiam ser autores de ofensas predatórias, como roubo, por exemplo (SAMPSON; LAUB, 2005).

Desse modo, foi necessário reagrupar em novas cinco categorias, sendo elas: 1) agressores persistentes violentos ou predadores; 2) infratores juvenis não violentos que desistiram na idade adulta; 3) jovens infratores violentos que desistiram na idade adulta; 4) ofensores intermitentes ou esporádicos que tiveram início da violência na idade adulta; e 5) infratores intermitentes com início da violência na idade adulta; jovem desistente na meia-idade ou aqueles que possuíam um padrão ofensivo ao longo de toda a vida. Em seguida, os autores desenvolveram, para a aplicação da história de vida, um calendário de história de vida modificado. Nesse instrumental, poderiam ser colocados os principais eventos da vida, como

casamento, divórcio, mudanças residenciais e empregos, de acordo com o tempo histórico de cada sujeito. O calendário de história de vida, segundo Sampson e Laub (2005), constituiu-se como um importante auxílio visual, que permitiu aos sujeitos e pesquisadores contextualizar eventos objetivos, de modo que apreenderam mais facilmente o número de eventos, seu tempo, sua sequência e duração.

Em suma, o estudo desenvolvido por Laub e Sampson (2005) extrapola os limites dos estudos quantitativos sociológicos e avança para análises mais aprofundadas sobre etiologia e motivação do crime. Tendo esse estudo como partida, no próximo capítulo, será debatido de forma mais consistente como a Teoria Desenvolvimental e do Curso de Vida possui estreita relação com a história de vida, especialmente através de conceitos que se convergem e que dão sustentação à Teoria do Curso de Vida e à história de vida enquanto possibilidades de aprofundar estudos sobre infrações na sociologia do crime.

## 2 A HISTÓRIA DE VIDA UTILIZADA NOS ESTUDOS DE TRAJETÓRIAS INFRACIONAIS: AS PRINCIPAIS CONVERGÊNCIAS ENTRE A TEORIA DA HISTÓRIA DE VIDA E A TEORIA DO CURSO DE VIDA

Em um importante estudo sobre a pesquisa biográfica no contexto da sociologia brasileira, Santos (2014) explica que o uso da história oral, desde a década de 40, não foi um grande atrativo para os sociólogos brasileiros. Tais estudiosos possuíam maior interesse pelos estudos quantitativos, influenciados notadamente pelos sociólogos norte-americanos. Não obstante, os sociólogos que apostaram no uso da história de vida (DURHAM, 1973; QUEIROZ, 1988; VIEIRA, 2011) tiveram como influência Bertaux (2014)<sup>9</sup> na construção teórica para a utilização da história de vida. Bertaux (2014) já exercia influências na produção acadêmica com o uso de relatos orais, e seus interesses estavam voltados, sobretudo, para as estruturas sociais (SANTOS 2014). Outras abordagens sobre o estudo da história de vida, com preponderância para a interpretação subjetiva, não exerciam forte influência sobre os sociólogos brasileiros, por exemplo, o estudo desenvolvido por Fritze Shutze na Alemanha. Santos (2014) afirma que uma das causas para o limitado acesso a esses estudos se deu em razão de o material estar escrito em alemão e isso resultar num impedimento para a leitura.

Outro importante viés acerca do desenvolvimento da história de vida na sociologia são as distintas epistemologias, dentre elas, a francesa e a alemã. Os sociólogos franceses partem da compreensão de que a sociedade é autônoma e os indivíduos, subordinados a ela (SANTOS, 2014, p. 371 *apud* SRUBAR, 1984, p. 164). Já na Alemanha, Simmel contribuiu com a sociologia ao propor análises de interações sociais. Os estudos de Simmel, assim como os estudos de Weber, “ensejaram no surgimento de abordagens sociológicas que tiveram implicações importantes para o uso de relatos de histórias de vida em que o foco não é

---

<sup>9</sup> Bertaux (2014) faz uma crítica à sociologia dominante, que moldou a crença cientificista de Comte e Durkheim enquanto possibilidades de as ciências da sociedade não serem diferentes das ciências sociais. O desenvolvimento do cientificismo, segundo Bertaux (2014), gerou consequências nefastas, como a total ausência de interesse da sociologia dominante pelos “ *cursos da ação* ” na *durée* (tempo). A sociologia não somente não desenvolveu uma técnica de observação empírica, como a rejeitou como ilegítima, vigorosamente. O curso da ação explicado por Bertaux (2014) consiste na sequência ordenada de ações que uma mesma pessoa executa na *durée*, por exemplo, ao tentar realizar um projeto ou defender uma convicção (Bertaux, 2014, p. 255). Segundo o autor, Max Weber foi o único sociólogo a considerar seriamente a ação individual. Mas, para Bertaux (2014), importava de fato livrar o curso da ação na *durée* da “*prisão behaviorista*”, na qual o *survey* o aprisionou durante muito tempo. Ora, a ação humana não se reduz a comportamentos instantâneos, sem densidade temporal, uma vez que o curso da ação se desenvolve na *durée*, ao longo dos anos. Epistemologicamente, o estudo bibliográfico ou a história de vida, desenvolvido por Bertaux, enquadra-se na visão “*etnossociológica designada como um tipo de pesquisa empírica apoiada na perspectiva do campo e estudo de caso, que se inspira na tradição etnográfica, nas suas técnicas de observação, mas que constrói seu objeto a partir de problemáticas sociológicas*” (Bertaux, 2010, p. 23).

somente a trajetória, mas, sobretudo, na ação do indivíduo vivendo determinados fenômenos ou experiências que são objeto de análise” (SANTOS, 2014, p. 371).

As diferentes abordagens epistemológicas têm favorecido o uso da história da vida na sociologia. Nesse cenário, destaca-se a importante contribuição dada pelos estudos desenvolvidos por Gabriela Rosenthal, sob influência epistemológica da Sociologia da História de Vida alemã. Através de sua análise, permite “que o sujeito entrevistado contribua para a formulação de sua Gestalt biográfica, tornando-se parte importante da análise para a compreensão dos fenômenos sociais” (SANTOS, 2014, p. 374).

O estudo de Rosenthal (2017) é influenciado pelo sociólogo alemão Fritz Shutze, o qual concebe a aplicação da teoria na prática e parte do pressuposto de que a história de vida narrada não se faz apenas no processo de interiorização do mundo social, mas na integração da experiência social que se constitui como conhecimento e serve de orientação para o mundo social. Não obstante, nas ciências sociais, o uso de registros biográficos ainda se dá com desconfiança, argumenta Rosenthal (2017), que observa, por parte dos sociólogos, o esforço para buscar métodos de verificação que lhes auxiliem na tentativa de diferenciar o que é verdade ou não na biografia apresentada.

Rosenthal (2017) critica a postura dos sociólogos frente às histórias de vida, pois estes, ao interpretarem as autobiografias, consideram necessária a análise do agir social e alimentam a crença da existência de um mundo objetivo. Segundo a autora, essa era o cenário adotado pelas pesquisas biográficas produzidas em Chicago na década de 20, que eram motivadas pela necessidade de assumir a perspectiva do autor e carregavam consigo o dualismo entre o objetivo e o subjetivo. Esse dualismo colaborou para o esquecimento da história de vida nas ciências sociais, após os anos 60, tendo em vista que o método não

[...] produzia o tipo de "descobertas" que os sociólogos agora esperam que a pesquisa produza. À medida que a sociologia se torna cada vez mais rígida e "profissionalizada", passou a ser dada cada vez mais ênfase àquilo que, em nome da simplicidade, poderíamos chamar *estudo isolado*. Utilizo o termo para me referir aos projetos de pesquisa que são pensados como sendo autossuficientes e autojustificados, os quais fornecem todas as evidências necessárias para aceitar ou rejeitar as conclusões que apresentam e cujas descobertas devem ser usadas como mais um tijolo na muralha em construção das ciências – uma metáfora totalmente diferente daquela do mosaico. O estudo específico se integra no corpo principal do conhecimento da seguinte maneira: ele deriva suas hipóteses de uma inspeção daquilo que já é conhecido; então, depois que a pesquisa é completada, se essas hipóteses foram demonstradas, são acrescentadas à muralha daquilo que já é cientificamente conhecido e empregado como base para estudos posteriores. A questão importante é que a hipótese do pesquisador seja provada ou refutada com base naquilo que descobriu ao realizar este trabalho de pesquisa [...] (BECKER, 1994, p. 113-114).

Tempos mais tarde, o método de história de vida ressurgiu por meio de uma perspectiva da sociologia interpretativa que toma por base a análise de narrativas biográficas, uma abordagem desenvolvida pelo sociólogo Fritz Schütze. Tal abordagem segue a tradição interpretativa alemã, influenciada pela sociologia de Max Weber, pela fenomenologia de Edmund Husserl e por estudiosos da Gestalt. É a partir dessa influência que se encontra a proposta de Rosenthal (2015), a qual oferece à sociologia muito mais que a quantificação dos dados, mas, sobretudo, a possibilidade de acesso à interpretação dos sujeitos sobre suas próprias experiências biográficas.

Porém, é preciso ficar claro que não são fatos isolados ou recordações aleatórias que serão analisados pelo observador/pesquisador; pelo contrário, este deverá considerar que cada parte do segmento de uma autoapresentação biográfica não possui características próprias se consideradas fora de um contexto geral. A concepção assume maior sentido quando analisada da seguinte maneira: os primeiros instantes de uma vivência jamais serão dados novamente na percepção imediata, ou seja, aqueles que já ocorreram só se darão na memória (ROSENTHAL, 2017).

Metaforicamente, pode-se pensar em um sujeito diante de uma casa observando aquilo que se manifesta. A primeira percepção será da fachada da casa. Ao caminhar ao redor da casa, passar-se-á a percepção imediata dos fundos, de modo que a parte da frente da casa só estará disponível na lembrança. Agora, a casa como um todo só poderá ser dada enquanto um construto da consciência (ROSENTHAL, 2017).

Diante da manifestação do fenômeno social como este, narrado pelo sujeito, como funciona a observação dada pelo observador/pesquisador? Ou ainda, em qual instante o observador inicia sua observação? Segundo Rosenthal (2017), isso dependerá se o observador projetará uma totalidade logo nos primeiros atos de observação; se seguirá uma sequência de atos; ou, ainda, se reorganizará os atos observados a partir de sua perspectiva relativa ao fenômeno social. Sob a visão da Gestalt, o que se manifesta ao observador é um mundo noemático, onde acontece a manifestação da vida e se toma como referência aquilo que pode ser compreendido, vivenciado. Isto é, o que foi vivido desaparece, fica no passado, na recordação e resta apenas o que aquela vivência significou, é o mundo como ele aparece para cada sujeito.

Os primeiros instantes de uma vivência jamais serão dados novamente na percepção imediata, ao passo que sempre poderemos caminhar em “volta de uma casa e nos deparar com a fachada”. Em contrapartida, no caso da sequência de atos de um fenômeno tomados isoladamente, aqueles que já ocorreram só serão dados na memória e sua percepção imediata estará para sempre perdida (ROSENTHAL, 2017, p. 43).

Assim, trazendo para o mundo social, cabe ao observador/pesquisador reorganizar as ideias dos sujeitos e interpretá-los a partir dos atos retrospectivos. Um exemplo dado por Rosenthal (2017) de um fato que se apresenta a um observador e exige sua interpretação é o seguinte: você observa um senhor esticando a mão até a direção do rosto de uma criança. Por meio de uma totalidade antecipada, pode-se interpretar esse gesto.

Num primeiro momento, o gesto pode ser apreendido como um ato de afeto. Dessa forma, projeta-se aqui uma ação concluída sem conhecer os motivos daqueles que estão em interação. Mas, de qualquer modo, na percepção de quem observa o que se manifesta naquele ato é apenas uma mão voltada à realização de um afeto. Todavia, se a mão for fazer o contrário e der um “puxão” de orelha na criança, será preciso que o observador reinterprete o ato inicial. A ação na totalidade não mais se manifesta ao observador como afeto, mas punição. O exemplo evidencia que o olhar sobre o fenômeno social depende da maneira como o observador observa um dado, de tal sorte que cada dado se manifesta de maneira diferente ao observador e a sua forma de observar. Ademais, há que se considerar que as diversas maneiras de se analisar um dado não se dão apenas pela intenção trazida pelo observador, mas, sobretudo, pela sua trajetória e experiência (ROSENTHAL, 2017).

Por outro lado, o observador/pesquisador, além da interpretação do dado, precisa se ater aos fatores fundamentais para a construção da forma da história de vida narrada. É o que ela denomina como ordenação por pontos de inflexão no curso de vida, que separam o “antes e o depois” do fato vivido (ROSENTHAL, 2017). A autora expõe que as ordenações devem ser analisadas sob três perspectivas: pela psicologia do desenvolvimento; pela passagem de um status, ou seja, mudanças que marcam essas passagens; e pelos pontos de interpretação ou pontos de inflexão vivenciados com profundas mudanças.

Retomando os três painéis propostos pela autora, a primeira é a inflexão a partir da psicologia do desenvolvimento. Essa vertente deve ser considerada fundamental na influência no modo de organização da lembrança e na estrutura textual da história de vida narrada. A inflexão citada alhures acontece em fases distintas: passagem da primeira infância para a infância intermediária; para a adolescência tardia e para a fase em que o indivíduo já pode ser considerado um jovem adulto; e, por fim, para a da meia-idade (quinta década da vida) até a terceira idade. Na primeira fase, ocorre a primeira transformação que Rosenthal (2017) define como desenvolvimento psicodinâmico. A autora explica que essa transformação se relaciona à amnésia infantil. “Com a amnésia infantil, o passado recordado torna-se bem diferente do passado anteriormente lembrado”. Transformações sucessivas dessa narrativa pessoal ao

longo da vida adulta modificam posteriormente as memórias mais antigas (Cohler, 1982, p. 216 *apud* Rosenthal, 2017, p. 165). Dito de outro modo, os relatos do autobiógrafo do tempo da infância surgem a partir de imagens, condensações de episódios e fragmentos de vivência, de modo que não chegam a desenvolver um fluxo de relato, uma vez que a vivência tem que ser buscada uma a uma na memória. Já na fase da adolescência tardia, em que o indivíduo pode ser considerado um jovem adulto, a fase do esquecimento do passado cede lugar às projeções do futuro, além disso, abre-se espaço para amplos processos de formação de identidade.

Por fim, na última etapa, a fase da meia idade até a terceira idade, o que muda, segundo Rosenthal (2017), é a perspectiva temporal. “O tempo é reestruturado em termos de tempo que resta para viver, no lugar do tempo deixado para trás, desde o nascimento”. Além disso, o que se apresenta como figura central nessa fase é o luto, em razão da morte dos pais, parentes e amigos e, junto com essas perdas, surge o sofrimento pela perda da esperança, associada à espera pela chegada da morte.

Ao longo das fases de desenvolvimento, ocorrem pontos de inflexão relativas à carreira profissional, à formação escolar e a relações familiares constituídas. As trajetórias profissional e educacional são marcadas pela entrada na escola, na faculdade, pelo início de uma profissão, por ascensão profissional, entre outros. No campo familiar, as mudanças acontecem em razão de casamento, separação, gravidez e morte de familiar (Rosenthal, 2017). Essas mudanças marcam transformações no estilo de vida e não necessariamente ocorrem temporalmente, ou seja, em alguma fase do desenvolvimento específico, e funcionam como cortes no curso de vida que depende da fase da vida vai em que irá acontecer (ROSENTHAL, 2017). Na apresentação biográfica, essas mudanças podem servir como linhas divisórias, porém é importante dar liberdade ao entrevistado para desenvolver sua narrativa, sem tentar buscar incisivamente essas mudanças e, assim, estas surgirão somente na forma de dados, através dos relatos (Rosenthal, 2017). E caso não sejam vivenciadas como produtoras de cortes relevantes no curso de vida, elas não serão interpretadas como biograficamente determinantes e não funcionam como produtora de forma (Rosenthal, 2017). Não obstante, devem esses cortes ser vivenciados pelo autobiógrafo com relevância biográfica ou mais tarde se manifeste a ele como tal.

É fulcral ressaltar que a proposta de ordenação de Rosenthal (2017) estabelece um diálogo com a Teoria do Curso de Vida quando se pondera que esta última entende que, na trajetória do sujeito, nos diversos tempos de desenvolvimento – infância, adolescência e idade adulta – podem suceder eventos ou, como conceitua Rosenthal (2017), os pontos de inflexão

significativos que modificam essas trajetórias, ocasionando mudanças no curso de vida. Para complementar o entendimento sobre o ponto de encontro entre as duas teorias, foi realizada uma tentativa de demonstrar as convergências entre elas por meio da tabela 1, disposta logo abaixo:

**Quadro 2 – Convergências entre Teoria do Curso de Vida e Teoria de História de Vida**

	<b>Curso de Vida</b>	<b>História de Vida</b>
<b>Princípios</b>	Proposta teórica - metodológica que busca compreender contextos de formas abrangentes e possibilita análises históricas, culturais, sociais, relacionais e econômicos em contextos diversos.	Foco não só na trajetória, mas na ação dos indivíduos vivendo determinados fenômenos ou experiências.
<b>Análise de informações</b>	Análise temporal com trajetórias sociais estudadas em pesquisas longitudinais e tendem a analisar retrospectivamente informações das trajetórias dos indivíduos à medida que crescem e envelhecem.	Oferece a possibilidade de interpretação dos sujeitos sobre suas experiências biográficas. Cabe ao observador/pesquisador reorganizar ideias dos sujeitos e interpretá-los a partir dos atos retrospectivos.
<b>Pontos de virada e pontos de inflexão nas trajetórias sociais</b>	Os pontos de virada são processos dinâmicos nas trajetórias e transições que podem redefinir caminhos e podem ser negativos ou positivos e representam momentos de decisão ou oportunidades.	Pontos de inflexão no curso de vida que separam o antes e o depois do fato vivido, a partir de mudanças que marcam essas passagens e os pontos de interpretação.

Fonte: Elaborado pela autora.

O estudo de trajetórias tem como base a abordagem da Teoria do Curso de Vida, a qual é uma proposta teórico-metodológica dinâmica que busca compreender os contextos de forma abrangente, possibilitando análises sobre as realidades históricas, culturais, sociais, relacionais e econômicas em contextos diversos. A Teoria do Curso de Vida se concentra nas trajetórias, respeitando uma linha do tempo, bem como reconhece os fatores causais que influenciam a trajetória e podem alterar os caminhos seguidos pelo indivíduo. Trata-se de um amplo movimento intelectual multidisciplinar com ênfase na psicologia do desenvolvimento, que tenta desenvolver o estudo da trajetória dos indivíduos no contexto estrutural e de mudança social.

De acordo com Blanco (2011), essa abordagem destacou-se por realizar uma profunda análise temporal, tendo como fio condutor o envolvimento de trajetórias sociais estudadas por intermédio de pesquisas longitudinais. Esses estudos se caracterizam por serem realizados a longo prazo e tendem a seguir os indivíduos, na medida em que estes crescem e envelhecem. Na maioria das vezes, são realizados no formato retrospectivo, em que o pesquisador precisa confiar na memória dos sujeitos entrevistados, tendo em vista que entrevistar os mesmos sujeitos de pesquisa ao longo de vários anos inviabiliza a pesquisa, especialmente do ponto de vista financeiro.

Conforme o estudo realizado por Blanco (2011), existem duas escolas de análise longitudinal, a francesa e a norte-americana. A demografia francesa, após a Segunda Guerra Mundial, passou a incluir estudos sobre pesquisas longitudinais em algumas disciplinas ofertadas em universidades. No início, os estudos longitudinais eram desenvolvidos apenas de forma quantitativa, notadamente através de estudos demográficos, utilizando fontes de dados, como censos demográficos. No contexto norte-americano, os estudos longitudinais priorizam os estudos de biografias individuais, tendo como um dos seus principais precursores o sociólogo americano Glen Elder. Este se tornou o pesquisador norte-americano referência no estudo do contexto histórico e desenvolvimento conceitual do curso de vida na sociologia. Elder (1985) define essa vertente como uma importante orientação teórica acerca do estudo do desenvolvimento da vida dos indivíduos, mas que não possuía o devido espaço entre as pesquisas sociológicas. Segundo o autor, abordagens que incluíssem histórias de vida dos indivíduos, ou mesmo trajetórias sociais individuais e grupais, foram amplamente negligenciadas pela sociologia nos idos da década de 20, vivendo uma mudança nesse cenário tempo mais tarde, representada por dois períodos distintos para o desenvolvimento da teoria: 1940 e 1960, respectivamente.

Para Elder (1985), no primeiro “boom” ocorrido na década de 40, a teoria consagrou-se enquanto campo de investigação e alcançou maior vitalidade teórica e empírica, em razão da sua identificação com a proposta da Escola de Sociologia de Chicago. A identificação se deu porque a Escola de Chicago inaugurou um novo campo de pesquisa sociológica, com destaque para as pesquisas realizadas de cunho descritivos, que deram inspiraram estudos biográficos, realizados a partir das histórias de vida dos pesquisados (Becker, 2006). Além do mais, o vigor intelectual da Escola de Chicago se interessava pelos processos sociais advindos da Segunda Guerra Mundial, como imigração em massa, depressões econômicas e pobreza, que teriam sido a causa de mudanças no curso de vida dos indivíduos (Becker, 2006). Assim, com inspiração em William I. Thomas, um dos primeiros docentes da Escola de Chicago,

começou-se a utilizar em pesquisas do curso de vida os registros de vida dos indivíduos, na tentativa de conhecer as mudanças sociais e as trajetórias individuais, numa perspectiva longitudinal, baseada em histórias de vida.

Nesse contexto, William I. Thomas produziu o estudo pioneiro em meados da década de 20, intitulado “Polish peasant in Europe and America” (1918-1920), e ganhou notoriedade por ser o primeiro estudo que se dispunha da história de vida como instrumento para coleta de dados e com enfoque em trajetórias (Glen Elder, 2003). O estudo de trajetórias de Thomas aplicava a pesquisa longitudinal, a qual possibilitava a investigação de vários indivíduos e suas experiências durante longos e diversos períodos de vida (Glen Elder, 2003). Porém, a proposta investigativa de cunho qualitativo, proposto por William I Thomas e assumido pela Teoria do Curso de Vida, não era compatível com o novo positivismo das ciências sociais após a Segunda Guerra Mundial, a partir dos anos 60.

Entre os anos de 50 e 60, há o abrandamento da Teoria do Curso de Vida, pois os cientistas sabiam pouco sobre os “caminhos sociais da vida humana” (ELDER, 2003, p. 4). Na verdade, os pesquisadores conheciam parcamente acerca do conceito de curso de vida, já que não era devidamente difundida pelos programas de pós-graduação, tal como propôs inicialmente William I. Thomas. Somente após os anos 60, tem-se um novo “boom”, que combinou modelos teóricos e priorizou amostras tangenciais, retrospectivas e avanços estatísticos para modelagem do desenvolvimento e do curso de vida (GLEN ELDER, 1985), os quais perpetuam ainda hoje.

Embora haja predominância de estudos quantitativos, especialmente através do uso de banco de dados de análises estatísticas, vários autores, entre eles Glen Elder, sustentam a necessidade de estudos qualitativos em pesquisas que utilizam da abordagem teórica e metodológica do curso de vida. Métodos qualitativos de coleta de dados, como entrevistas semiestruturadas aprofundadas e histórias de vida, representam fontes com as quais se pode analisar os conceitos e princípios do curso de vida em sua completude (BLANCO, 2011).

## **2.1 Ancoragem conceitual da Perspectiva do Curso de Vida**

No que toca à ancoragem conceitual, Elder (1985) assim define o curso de vida: “caminhos através de idades diferenciadas no tempo de vida”, em especial, na sequência de papéis culturalmente definidos gradativamente por meio de transições sociais ao longo do tempo. Isto é, da infância à fase adulta, qual o poder das forças sociais para moldar trajetórias de desenvolvimento ao longo da vida dos indivíduos? Esse questionamento faz-se importante

para compreensão do conceito de relógios sociais ou calendários normativos, analisados, segundo Elder (2003), pela psicologia do desenvolvimento em conjunto com a demografia social. Referem-se às expectativas de tempos e idades, em que acontecem importantes transições de vida.

Associado a esse conceito, o paradigma do curso de vida possui cinco princípios, que são articulados como ferramentas substanciais para o desenvolvimento do estudo de padrões de vida e sua dinâmica no tempo. Cabe destacar que cada conceito metodológico fornece maneiras de pensar sobre como as vidas são organizadas socialmente e captura a ideia de movimento ao longo dos tempos históricos e biográficos (GLEN ELDER, 2003). Elder (2003) define os principais conceitos metodológicos em: trajetória, transições e eventos ou *turning points*.

A “*trajetória*” é uma sequência de estados interligados dentro de um domínio de comportamentos conceitualmente definidos ou por experiências vividas, por exemplo: trajetória educacional, familiar, do trabalho e com os grupos com que se relacionam. Esses domínios são interdependentes e possibilitam analisar as trajetórias de forma individual e nas relações sociais com outros indivíduos. Elder (2003) defende que tais trajetórias são caminhos construídos por forças históricas e, por vezes, estruturados por instituições sociais.

Por sua vez, a “*transição*” consiste nas mudanças de um estágio para outro relativo à trajetória em questão. Elas podem envolver status de identidade, pessoal e social, bem como podem abrir oportunidades para mudanças comportamentais. Ressalta-se que as transições, nos primeiros anos de vida, como morte materna e abandono familiar, podem representar implicações ao longo das diferentes trajetórias, de modo a moldar eventos, experiências e transições posteriores (ELDER, 2003). Importa salientar que as transições não são fixas e podem ser apresentadas em momentos diferentes. É comum que várias transições ocorram simultaneamente, por exemplo, a saída da família de origem, a entrada no mercado de trabalho e o casamento.

Por derradeiro, o terceiro conceito, associado aos demais, são os eventos ou “*turning points*”. Trata-se de um importante conceito, que diz respeito ao processo dinâmico pelo qual a natureza interligada de trajetórias e transições gera pontos de virada ou mudança no curso de vida (ELDER, 1985). Os pontos de virada têm o poder de modificar trajetórias e redefinir caminhos dos indivíduos. Os “*turning points*” podem ser negativos ou positivos, eis que representam momentos de decisão ou oportunidade quando as trajetórias de vida podem ser dirigidas para distintas direções (SAMPSON ; LAUB, 1997). Os mesmos autores advogam que os pontos de virada podem representar “tempos de decisão” ou mesmo oportunidades,

quando as trajetórias assumem diferentes caminhos. Evidente que essa variabilidade nas mudanças das trajetórias não tem o mesmo impacto para todos os indivíduos. Aliado a isso, eventos relativos a rupturas de laços sociais ou mesmo de mudanças nos vínculos sociais são capazes de alterar a trajetória. Laub e Sampson (2005), em estudo sobre desistência infracional, observou, no contexto norte-americano, que pontos de virada como o casamento, entrada no mercado de trabalho e nas forças armadas, poderiam interromper carreiras infracionais. No entanto, em estudo posterior, Laub e Sampson (2019) assinalaram que é importante avançar no estudo dos pontos de virada e não os limitar a estudos sobre desistência infracional. Consoante os autores, é preciso expandir as análises sobre os pontos de virada para os primeiros anos de vida, bem como as consequências desses eventos nas trajetórias individuais a longo prazo. Neste caso, um exemplo da importância dos estudos sobre eventos desde a infância está nos casos de crianças expostas a situações de violência, sendo que as consequências do ato violento podem incidir posteriormente sobre as relações construídas no decurso da vida, com os amigos, na escola e com a família.

### ***2.1.1 Paradigmas da Perspectiva do Curso de Vida***

O paradigma do curso de vida atualmente é melhor compreendido como uma orientação teórica para pesquisas sobre vidas humanas. À medida que a teoria evoluiu ao longo do tempo, surgiram princípios fundamentais que agora servem para orientar a pesquisa e a utilização da teoria (GLEN ELDER, 2003). São cinco princípios gerais, derivados de pesquisas em ciências sociais, que fornecem orientação para formulação de questões empíricas e desenvolvimento conceitual, a partir do uso da perspectiva do curso de vida. São eles:

#### ***2.1.1.1 Tempo e lugar histórico – “vidas marcadas pelos acontecimentos”***

O desenvolvimento humano é influenciado por mudanças sociais e históricas, é assim que Benson (2013) se refere ao tempo e ao lugar histórico. Com base na idade, no local, na conjuntura vivenciada pelos indivíduos, os acontecimentos desenvolvem efeitos marcantes sobre o comportamento e os papéis sociais desenvolvidos por eles. Logo, para Benson (2013), os indivíduos carregam as marcas dos eventos ocorridos ao longo da vida, de modo que as mudanças, especialmente aquelas inesperadas, podem gerar perturbações e mudar a direção dos eventos sociais importantes, como casamento, nascimento dos filhos e carreiras profissionais.

### **2.1.1.2 *Tempos de vidas – “o princípio do estágio da vida”***

Para Benson (2013), a forma como os eventos individuais e sociais afetam a vida dos indivíduos depende da idade. Nesse sentido, o princípio do estágio de vida analisa como eventos ocorridos, seja no âmbito individual, seja no âmbito social, são capazes de modificar a trajetória individual, a depender da idade do indivíduo.

### **2.1.1.3 *Vidas ligadas – “nenhum homem é uma ilha em si mesmo”***

As relações que se desenvolvem ao longo da vida têm o condão de moldar o desenvolvimento e a trajetória individual. Isso porque a perspectiva do curso de vida compreende que as relações construídas na família, com os pais ou com apenas um dos genitores caracterizam as histórias pessoais. Assim, as organizações familiares, o número de irmãos, entre outros, são partes constitutivas das histórias pessoais e estão intimamente conectadas à vida dos outros. Em outras palavras, mudanças e eventos na vida de pessoas ao redor podem ter impacto nas trajetórias individuais. Uma situação que poderia exemplificar, seria a prisão da mãe de uma criança de 10 anos, condenada por um determinado crime. Nesse caso hipotético, o evento ocorrido na vida da mãe teria impacto diretamente sobre a vida da criança, ou seja, os efeitos que os eventos têm sobre o desenvolvimento individual são filtrados substancialmente através das relações constituídas no seio familiar (BENSON, 2013).

### **2.1.1.4 *Agência humana – “organização da vida através das escolhas”***

Os indivíduos de uma maneira geral não são afetados pelos contextos sociais e econômicos passivamente. Para Elder (2003), os indivíduos fazem escolhas, a partir das alternativas disponíveis na realidade social na qual estão inseridos. Entre os princípios listados, há um fundamental, o que determina o da “agência humana”. Este estaria lastreado pelos conceitos de “construção” e “escolhas”. Entretanto, o que se quer dizer quando se argumenta que indivíduos constroem escolhas ao longo de suas vidas? (BENSON, 2013). Interessa, de fato, ao princípio da agência humana o porquê as pessoas fazem as escolhas que fazem? Ancorado no questionamento principal desse princípio, os criminologistas do curso de vida buscam entender as razões para a entrada, permanência e desistência no crime. As respostas para tal questionamento se baseiam em divergentes fatores que incidem sobre as

escolhas individuais ou grupais, nomeadas como agência e que desempenham um papel central na perspectiva do curso de vida.

## **2.2 Principais convergências entre a Teoria do Curso de Vida e a História de Vida**

Após a apresentação sobre a fundamentação da história de vida pelos estudos de Rosenthal (2017) e sobre a Teoria do Curso de Vida, à luz dos estudos de Elder (1985), nota-se que a Teoria do Curso de Vida, ao propor em sua base teórica e metodológica compreender contextos abrangentes, por intermédio do estudo de trajetórias, obedece à análise partindo da linha do tempo em que são apresentados os principais fatores causais que alteram o caminho do indivíduo; necessariamente, realiza análises que possibilitam reconhecer mais profundamente a trajetória dos sujeitos. É nesse ponto que a história de vida surge como uma abordagem teórico-metodológica, com possibilidade de ofertar o alcance das informações através do conhecimento dos principais eventos ocorridos na linha do tempo do sujeito, o que pode complementar as análises da Teoria do Curso de Vida.

Conforme apontado anteriormente, na tabela 1, a Teoria do Curso de Vida debruça-se na tentativa de compreender os contextos dos sujeitos através de análises que englobam contextos históricos, culturais, sociais e relacionais, ao passo que a história de vida busca compreender essa mesma análise, especialmente dando foco nas experiências vividas. Ambas as abordagens reconhecem que a análise temporal no estudo das trajetórias é imprescindível, sendo que a Teoria do Curso de Vida busca informações sobre as trajetórias à medida que os sujeitos crescem e envelhecem, enquanto a história de vida oferta a possibilidade de interpretar as experiências relatadas pelos sujeitos, auxiliando o pesquisador na memória de cada evento vivido.

Por fim, as abordagens apresentam conceitos convergentes para analisar as mudanças ocorridas ao longo do curso de vida do sujeito, são eles: ponto de virada da Teoria do Curso de Vida e ponto de inflexão da história de vida. Para a Teoria do Curso de Vida, o ponto de virada pode modificar trajetórias e redefinir os caminhos dos indivíduos, principalmente em situações de ruptura de laços sociais ou mesmo mudanças de vínculos sociais. Ao mesmo tempo, o ponto de inflexão na história de vida marca o antes e depois de um evento na trajetória dos sujeitos. Ou seja, os pontos de inflexão funcionam como cortes no curso de vida dos sujeitos e marcam mudanças em suas trajetórias de vida. Tanto os pontos de virada quanto os pontos de inflexão surgem na narrativa dos entrevistados e devem ser reconhecidos e interpretados pelo pesquisador.

Até aqui, foi realizado o esforço teórico de buscar correlação entre as duas abordagens, não obstante a tentativa de estabelecer o diálogo entre a Teoria do Curso de Vida e a história de vida, do ponto de vista empírico, analítico e interpretativo, foi realizado no capítulo 5 (cinco) nas notas metodológicas.

### **3 A CRIMINOLOGIA E ESTUDOS COMPARATIVOS SOBRE AS TRAJETÓRIAS INFRACIONAIS DE MENINAS E MENINOS**

Este capítulo será destinado a apresentar estudos que se dedicaram a aprofundar na temática, trazendo novos dados, acerca da infração cometida por meninos e meninas comparativamente. A proposta de estruturação prevê, no momento inicial, abordar a concepção de crime cometido por mulheres numa perspectiva da criminologia tradicional. Nesse aspecto, será tomado como referência o artigo desenvolvido por Ratton, Galvão e Andrade (2012). Após essa breve retomada, passar-se-á a analisar os estudos desenvolvidos tendo como base epistemológica a Teoria do Desenvolvimento e do Curso de Vida e que analisam prioritariamente infrações cometidas por adolescentes, com base em pesquisas longitudinais. Para tal, será tomada como referência a literatura internacional através das pesquisas empreendidas por criminologistas, a saber: Stenffensmeier e Allan, 1996; Moffitt, 2001; Zimmerman e Messner, 2010; Hane, Doogan e Soller, 2014; Murray et al., 2014.

Quando se trata de estudar a etiologia dos crimes cometidos na sociedade, as pesquisas priorizaram infrações perpetradas eminentemente por homens. Essa situação talvez seja justificada por haver o consenso de que, pelo fato de as taxas de criminalidade feminina serem menores do que as taxas de criminalidade masculina, globalmente, não haveria motivos para aprofundar em pesquisas sobre a temática (RATTON; GALVÃO; ANDRADE, 2012).

Os referidos autores argumentam ainda que, em razão dessa sub-representação, as teorias sobre a criminalidade feminina tornaram-se escassas e carentes de sistematização. Além disso, os estudos sobre essa temática seguiram uma perspectiva da criminologia tradicional, que, até a primeira metade do século XIX, construiu suas teses com base no paradigma biopsicológico, adotando substancialmente uma perspectiva clínica. Desse modo, a interpretação da infração como característica natural se estendeu à explicação sobre a diferença entre os crimes cometidos por homens e por mulheres. A partir desse paradigma, o que poderia definir a inserção da mulher em atividades infratoras seria a sua essência, de tal modo que a baixa propensão à infração seria uma regra, enquanto o comportamento transgressor feminino seria uma exceção (RATTON; GALVÃO; ANDRADE, 2012).

Outra forma de explicar a infração feminina seria também pela sexualidade precoce, notadamente pela síndrome menstrual, que acarretaria mudanças hormonais no comportamento da mulher e as deixaria irritadas, agressivas e propensas a cometer atos violentos. Entre os autores desse modelo explicativo de criminalidade, estão Lombroso e Ferrero, cujo argumento está na crença do determinismo biológico. Para os autores, o

comportamento feminino infrator seria fisiológico e psicológico e as mulheres que cometiam infrações aproximavam-se mais da constituição orgânica masculina (RATTON; GALVÃO; ANDRADE, 2012).

Ainda de acordo com Ratton, Galvão e Andrade (2012), outras teorias criminológicas tradicionais consideram que a “mulher cometeria menos infrações porque estaria menos exposta do que os homens às pressões por sucesso material (anomia); influência de amigas infratoras (associação diferencial ou aprendizagem social); porque teria vínculos sociais mais fortes e estaria sujeita à maior pressão (controle social) e porque seria menos afeita à participação de grupos de infracionais (comportamento imitativo/ transmissão cultural) (RATTON; GALVÃO; ANDRADE, 2012, p. 185).

Os estudos que serão analisados a seguir, de algum modo, podem colocar em questionamento as justificativas para o não envolvimento infracional de mulheres construídas pela criminologia tradicional. Tais estudos seguem a perspectiva da Teoria do Desenvolvimento e do Curso de Vida e se diferenciam da criminologia tradicional ao utilizar análises longitudinais, com ênfase no exame da constituição de carreiras infracionais. A filtragem dos estudos que serão apresentados seguiu como critério o fato de serem estudos desenvolvidos tendo como abordagem principal a criminologia do curso de vida e gênero. Nesse sentido, para dar início aos principais argumentos desses estudos sobre a infração cometida por meninos e meninas, será apresentada a pesquisa trabalhada por Stenffensmeier e Allan (1996). O artigo intitulado “Gender and crime” levanta importantes questões a respeito de diferenças concernentes a atividades infracionais cometidas por homens e por mulheres. De modo geral, o referido estudo analisou as taxas de aprisionamento, segundo o recorte de gênero. Para os autores, os homens alcançam a taxas mais altas do que as mulheres em todos os crimes, e essa diferença torna-se ainda maior quando se trata de crimes graves. Os autores se utilizaram de estatísticas de prisões produzidas pela Federal Bureau of Investigation – FBI – para homens e mulheres, além dos dados da National Crime Victimization Survey – NCVS – e autorrelatos de estudos de carreiras criminais. Na análise dos dados obtidos através do FBI, os autores chegaram à constatação de que, no período analisado (1960 a 1990), homens e mulheres apareciam em taxas altas para crimes menos graves, como roubo, furto e desordem pública. No entanto, é preciso reforçar que, quando analisadas as taxas de detenção referentes ao mesmo período supramencionado, havia mais semelhança do que diferença entre a detenção masculina e feminina. Com efeito, a principal diferença estava no fato do envolvimento das mulheres com crimes graves ser menor.

Tal diferença mostrou-se evidente também nos dados analisados da NVCS, referentes ao mesmo período. Nesta pesquisa, ratificou-se que a participação feminina em crimes graves era menor. Por meio de entrevistas com as vítimas, os pesquisadores constataram que as mulheres apareciam como ofensoras em situações como roubo, agressões menos graves e furtos.

A constatação dos estudiosos se estende para os estudos de carreiras infracionais, analisadas sob o ponto de vista das infrações violentas, realizados através da análise de sequência longitudinal da infração, em que se observou que mulheres participam substancialmente menos do que os homens em infrações violentas quando realizadas análises a partir da lógica da carreira criminosa. Outra observação constatada foi que as carreiras criminosas de mulheres violentas começam e atingem um pico um pouco mais cedo do que os homens, bem como as mulheres têm menos probabilidade do que os homens de repetir crimes violentos, assim como são mais propensas a desistir da violência.

Diante desse fato, os autores levantam explicações do ponto de vista da discussão de gênero para entender a etiologia do crime praticado por mulheres. Segundo eles, a partir da década de 1970, a explicação da igualdade de gênero tornou-se a explicação sociológica predominante. Isso porque criminologistas feministas sugeriram que o aumento das detenções femininas poderia ser atribuído a ganhos de igualdade de gênero, como resultado de um movimento realizado pelas mulheres.

No entanto, as explicações alternativas à igualdade de gênero argumentaram que a proporção feminina de ofensas seria inconsistente com uma suposta igualdade entre homens e mulheres. Era contraditório levantar a hipótese de que melhores condições vivenciadas por meninas e mulheres levariam a um envolvimento infracional, quando, na verdade, a literatura criminológica enfatizava o impacto da pobreza sobre o envolvimento com a infração. Efetivamente, o que deveria se esperar com uma maior igualdade de gênero seria uma menor participação no crime. Não obstante, o que se observava e pode ser remetido à atualidade é que a desigualdade social e a pobreza são latentes, sobretudo quando se analisa a carreira infracional de adolescentes do sexo feminino. A infração, consoante os autores, deriva de situações de violência originadas no âmbito familiar, por exemplo, vivência de abusos físicos e sexuais e busca por proteção. Perante essa realidade, para manter-se nas ruas, uma saída seria o envolvimento infracional. Numa tentativa de garantir a sobrevivência nas ruas, as jovens, em grande medida, envolviam-se em atividades como o tráfico de drogas.

No esforço de continuar em busca de respostas para a diferença entre meninos e meninas na infração, tempos mais tarde, criminologistas, como Moffitt, 2001; Hane, Doogan

e Soller, 2014; e Zimmerman e Messner, 2010, debruçaram-se sobre o assunto. Os pesquisadores supracitados consideraram, notadamente, a etiologia do crime, o envolvimento com pares e a importância da relação comunitária para o desenvolvimento infracional de meninos e meninas. Destaca-se, ainda, que tais estudos priorizaram a discussão acerca do envolvimento infracional de adolescentes numa análise quantitativa.

O primeiro estudo analisado será o de Moffitt, Caspi, Rutter e Silva (2001), com seu livro “Sex differences in antisocial behavior”. Os pesquisadores desenvolveram um estudo comparativo entre meninos e meninas, por meio de uma pesquisa longitudinal. Os comportamentos, considerando as diferenças sexuais, foram analisados em coletas de dados com os mesmos sujeitos de pesquisa de três em três anos até que estes completassem vinte e um anos. Sendo assim, as entrevistas ocorreram quando os sujeitos de pesquisa estavam com idade de 13, 15, 18 e 21 anos. O estudo foi desenvolvido através de uma pesquisa já em andamento em Dunedin, na Nova Zelândia, intitulado “Multidisciplinary health and development study” ou em tradução livre “Estudo multidisciplinar de saúde e desenvolvimento”. Os adolescentes entrevistados pertenciam a uma coorte de nascimento definida de 1º de abril de 1972 a 31 de março de 1973, e não foram selecionados, para que não ocorresse de não entrevistar adolescentes de diversas origens sociais.

A escolha por estudar o comportamento ofensivo na adolescência deu-se por haver o entendimento de que é o período da vida no qual o desenvolvimento da atividade infratora se torna mais forte. As fontes de dados foram provenientes de relatórios preenchidos com informações colhidas em entrevistas com os pais, professores, amigos e dos próprios adolescentes. Ademais, foram coletados dados de registros oficiais da polícia sobre atividades infradoras cometidas pela amostra de adolescentes, ao longo de todos os anos em que foi realizada a pesquisa.

Moffitt, Caspi, Rutter e Silva (2001), ao dedicar-se a tal estudo, considera o consenso entre as pesquisas criminológicas de que meninos cometem mais infrações do que meninas. Porém, a questão que se propõe é de entender se essas taxas se mantêm em todo o período do curso de desenvolvimento na adolescência, em todas as circunstâncias e em todos os tipos de atividades infracionais. A motivação por aprofundar nessa análise, segundo os autores, deu-se em razão de entenderem que havia pouca demonstração empírica da diferença dos fatores etiológicos envolvidos na atividade infracional.

Com base nos dados coletados através da pesquisa, foi possível observar a extensão do envolvimento infracional em diferentes tipos de crime. A principal diferença entre os sexos no comportamento infracional ocorria substancialmente entre os 17 e 21 anos. No entanto,

quando analisados os dados de Dunedin e confrontados com dados produzidos em outros países, Moffitt, Caspi, Rutter e Silva (2001) verificaram que a diferença no comportamento infracional se estreita principalmente no meio da adolescência, entre os 14 e 15 anos. Não obstante, retirando-se esse curto período na adolescência, o padrão de diferenças entre os sexos na infração é robusto.

Moffitt, Caspi, Rutter e Silva (2001) sugerem que, para se chegar à informação sobre qual é a diferença entre meninos e meninas na atividade infracional, é necessário usar o incidente do crime como unidade de análise e proceder ao seguinte questionamento: “de todos os crimes cometidos por uma população total, que proporção foi cometida por meninos e por meninas” distintamente? (p. 33). Tendo em vista infrações como violência, roubo, agressões e uso de drogas, analisadas em todas as etapas da pesquisa (13, 15, 18 e 21 anos), constatou-se que os meninos foram responsáveis majoritariamente por todos os tipos de ofensas em todas as idades analisadas. A diferença entre meninos e meninas também foi observada nos dados oficiais de condenação. Uma observação importante feita por Moffitt, Caspi, Rutter e Silva (2001) é que, se as infrações cometidas por meninas são menos graves do que as cometidas pelos meninos, elas podem aparecer menos nos registros. E isso não quer dizer que as meninas não cometam infrações, na verdade, em alguma medida, essas infrações, por serem menos graves, não são registradas.

Das diferenças observadas entre meninos e meninas na atividade infracional, a pesquisa averiguou que a maior delas estava no envolvimento com infrações graves, em que há uma incidência muito maior de envolvimento dos meninos. E a menor diferença foi observada em infrações relacionadas às drogas. Nesse caso, a proporção foi de 1 para 1, para meninos e meninas, notadamente na faixa etária de 15 anos. Entre a faixa etária de 14 a 16 anos, as taxas de uso e venda de substâncias ilícitas entre homens e mulheres eram quase idênticas. No entanto, para essa mesma infração, na faixa etária de 17 a 20 anos, os meninos possuíam maior envolvimento com o uso e a venda de drogas.

Outra importante contribuição do estudo realizado por Moffitt, Caspi, Rutter e Silva (2001) sobre a trajetória infracional de meninos e meninas está na análise dos fatores de risco que poderiam estar associados ao envolvimento infracional. Buscou-se testar a hipótese de que homens são mais vulneráveis do que mulheres a fatores de risco individual e familiares. Com vistas a proceder à análise, foram elencados quatro fatores de risco que poderiam estar associados à atividade infracional: 1) fatores de risco parentais (envolvimento infracional de familiares); 2) fatores de risco familiares (jovens pertencentes a classes pobres, com disciplina

severa ou violenta); 3) fatores de risco cognitivo/neurológico; 4) fatores de risco na relação com os pares (rejeição dos pares ou envolvimento infracional dos pares).

Com os resultados, algumas questões merecem mais destaque; é o caso dos fatores de riscos associados à relação com as mães. Moffitt, Caspi, Rutter e Silva (2001) verificaram que a maternidade precoce, associada à vulnerabilidade socioeconômica e ao envolvimento das mães com atividades infracionais, surgiu nos dados como preditores de risco para o envolvimento infracional. Além disso, outro preditor de risco na relação familiar estava associado a sociabilidades e práticas disciplinares violentas, assim como relações familiares conflituosas. Aliado a isso, mudanças ocasionadas no âmbito familiar, como mudança ou morte dos pais, separação dos pais e crianças encaminhadas para os cuidados de familiares ou lares adotivos temporários, também surgiram como fatores de risco, tanto para meninos quanto para meninas. Outro achado importante da pesquisa, na relação de meninos e meninas com os amigos, é que a rejeição vinda de outras crianças durante a escola primária, assim como o envolvimento com amigos infratores surgiram como fatores de risco para o envolvimento infracional. O que não ficou muito claro na análise de fatores de riscos é se a aparente maior fragilidade e vulnerabilidade dos meninos representa uma diferença de reatividade dos sexos a condições familiares conflituosas e violentas, ou se haveria um tratamento diferenciado no âmbito familiar para meninas e meninos nessas situações.

Na esteira dos estudos longitudinais e que contribuem para a dinâmica de gênero nos estudos sobre a infração, está a pesquisa “Gender, friendship networks, and delinquency: a dynamic network approach” ou, em tradução livre, “Gênero, redes de amizade e delinquência: uma abordagem de rede dinâmica”, de Hayne, Doogan e Soller (2014). A proposta do estudo foi verificar a dinâmica de gênero na infração através da aplicação de métodos de rede longitudinais, com o objetivo de averiguar se o gênero modera o efeito da influência e seleção na relação dos adolescentes com seus amigos. Para tanto, o estudo se concentrou em dois resultados: envolvimento com amigos violentos ou envolvimento com amigos não violentos.

A busca pela compreensão da rede de amigos se deu pelo fato de estes exercerem forte influência no envolvimento infracional. Especialmente entre os adolescentes, há uma atribuição de maior importância aos amigos, tendo em vista que o tempo de socialização entre os pares aumenta e, conseqüentemente, há uma relação de influência dos comportamentos sociais. Nos casos de adolescentes com amigos infratores, a literatura criminológica, consoante Hayne, Doogan e Soller (2014), avalia que provavelmente estes estarão também envolvidos em atividades infracionais. No entanto, os autores endossam que, ainda que haja uma semelhança entre amigos em situações de infração, algumas teorias criminológicas

apresentam diferentes mecanismos de como a similaridade entre os indivíduos ocorre. Nesse caso, Hayne, Doogan e Soller (2014) citam a Teoria do Controle, de Gottfredson e Hirshi (1990), e a Teoria da Influência, de Sutherland (1947), as quais discutem o papel dos pares na infração juvenil individual.

A Teoria Geral do Crime, de Gottfredson e Hirshi (1990), descreve o processo pelo qual os indivíduos se relacionam em grupos de pares. Os autores sustentam que os pares têm pouca ou nenhuma influência na ofensa individual; ocorre que a variação individual no autocontrole, ou seja, a capacidade de regular o comportamento impulsivo, que é relativamente estável no início da adolescência, molda a forma como os adolescentes se agrupam nos contextos de pares. Desse modo, os adolescentes infratores, com baixo autocontrole, provavelmente se juntarão a outros adolescentes, amigos que possuem envolvimento infracional. Isso porque há entre eles níveis de autocontrole semelhantes. Sendo assim, Gottfredson e Hirshi (1990) declaram que o baixo autocontrole, além de determinar os amigos, também é uma das principais causas do comportamento infrator. Diante do exposto, Hayne, Doogan e Soller (2014) explicam que, para os teóricos do controle, a associação com pares infratores é resultado de processos de seleção, e não necessariamente um processo de influência da infração.

Por outro lado, em contraste com a teoria tradicional do controle, a Teoria da Associação Diferencial de Sutherland sugere que a infração é apreendida a partir das relações sociais íntimas, como a amizade, através de transferência de atitudes e encorajamento ao comportamento infracional. De acordo com Hayne, Doogan e Soller (2014), esse modelo assume que a adoção do comportamento infracional acontece por meio da imitação do comportamento dos pares e da observação de suas consequências positivas e negativas.

Hayne, Doogan e Soller (2014) asseveram que, para compreender a relação dos adolescentes com seus amigos, o estudo longitudinal de redes sociais poderia oferecer uma perspectiva mais ampla de avaliar as explicações relativas à influência e à seleção, a fim de explicar a infração e contribuição dos pares para o envolvimento infracional. Consoante os autores, a perspectiva de rede social oferece um método único para estudar a interdependência entre os indivíduos, tendo em vista que enfatiza a configuração dos laços que ligam os indivíduos em uma estrutura social, bem como a característica dos indivíduos na rede. Isso resultaria na explicação para a infração adolescente.

Para realizar o estudo, os autores utilizaram os dados coletados pela AddHealth, frutos de um estudo longitudinal baseado em escola nacionalmente representativa, que explora a etiologia dos resultados de saúde e comportamentos entre os jovens nos Estados Unidos. O

estudo foi efetuado em escolas que ofereciam o ensino médio, entre os anos de 1994 a 1995. No final das contas, uma amostra aleatória de 80 escolas de ensino médio foi compilada e estratificada por região, tipo de escola e composição étnica. Após a coleta das informações demográficas, entrevistas em profundidade foram realizadas com os adolescentes selecionados. Nesse momento, foi possível detalhar informações sobre a infração dos participantes da entrevista em profundidade; eles fizeram parte de um grupo de saturação em que houve diversas entrevistas, possibilitando coletar informações sobre uma ampla variedade de atributos para quase todos os jovens participantes da pesquisa. De mais a mais, uma vez que cada aluno identificou seus amigos da escola em duas ondas de coleta de dados, as redes escolares completas puderam ser replicadas em dois momentos. Diante desses dados, Hayne, Doogan e Soller (2014) restringiram a análise a duas escolas maiores que possuíam amostra saturada e, ao final, a amostra para essa pesquisa foi de 1.857 adolescentes.

Conforme dito, durante as entrevistas de profundidade, os adolescentes identificaram até cinco amigos, meninos ou meninas, mais próximos. Interessava aos autores entender a diferença de gênero na característica das redes sociais. Como estratégia analítica, os autores usaram SAOMs de dinâmica de rede desenvolvidos por Snijders et al. (2007), como forma de analisar a coevolução de redes e comportamentos de atores. Segundo os pesquisadores, “este modelo facilita o exame simultâneo do efeito dos pares no comportamento, ou seja, a influência de amigos e o efeito do comportamento na estrutura da rede, como, por exemplo, a seleção baseada no comportamento comum” (HAYNE; DOOGAN; SOLLER, 2014, p. 4). Além disso, conforme os autores, os SAOMs são úteis para estimar a força dos processos de seleção e influência entre as redes de atores, levando em consideração as dependências da rede e seleção com base em outras características (por exemplo, raça e gênero), que também contribuem para a rede evolução.

Efetivamente, competia ao estudo verificar se a seleção e a influência operavam de forma diferente para meninos e meninas. Desse modo, Hayne, Doogan e Soller (2014) identificaram que, embora meninos e meninas provavelmente selecionem amigos com base em seu perfil comportamental, o que constitui uma evidência de seleção é as meninas aparecerem com maior propensão a fazê-la, tanto do ponto de vista dos amigos violentos, quanto dos não violentos. Do ponto de vista da análise da influência, os autores separaram o parâmetro de influência em componentes: a que captura a influência de amigos violentos ou infratores e o outro que capturou influência de amigos não violentos. A abordagem permitiu aos pesquisadores considerar se os meninos ou as meninas seriam influenciados diferentemente por amigos não envolvidos em infrações ou por amigos violentos e infratores.

Apesar de padrões semelhantes terem sido encontrados para meninos e meninas, a estimativa foi maior para meninas, sugerindo que são mais influenciadas pela exposição a amigos violentos do que os meninos. Segundo os dados analisados, há uma tendência para as meninas violentas selecionarem amigos igualmente violentos. Os autores perceberam que, a partir desse dado, parecia haver uma desproporcionalidade para meninas envolvidas na infração como resultado mais forte de seleção e influência em comparação com os meninos. Nesse caso, as meninas violentas podem se juntar rapidamente a grupos de amizades violentas, com vínculos difíceis de serem rompidos. Isso porque a formação do grupo de amizade de meninas possui maior coesão e fechamento da rede do que dos meninos. Outro dado encontrado foi de que tanto meninos, quanto meninas são igualmente influenciados por pares violentos. Esse achado é importante porque os estudos sobre influência dos pares teorizam que adolescentes são influenciados por pares não infratores e infratores da mesma maneira. Assim, os resultados sugerem que meninas são mais seletivas do que os meninos em relação às amizades. Mas, uma vez constituído esse vínculo, tendem a ser mais influenciadas pelos comportamentos violentos dos amigos.

Esse mesmo achado da pesquisa de Hayne, Doogan e Soller (2014), acerca do envolvimento de meninas, encontra semelhanças com o estudo elaborado por Zimmerman e Messner (2010), que aborda a diferença de gênero na infração violenta através de autorrelatos de adolescentes provenientes de vários bairros da cidade de Chicago. Os autores argumentam que, por os estudos sobre a infração de meninos terem ocupado um espaço de maior destaque em pesquisas criminológicas, a discussão sobre a diferença de gênero em determinados contextos ainda era incipiente. Também havia pouco espaço para o foco no envolvimento infracional de adolescentes considerando especificamente o envolvimento com o bairro e todos os riscos existentes nesses espaços sociais. Diante disso, os autores propuseram analisar a lacuna de gênero em crimes violentos em bairros pobres. As hipóteses do estudo eram que o efeito de gênero na violência deve ser atenuado em casos de vizinhança com maior desvantagem social e o efeito de desvantagem da vizinhança na exposição a pares infratores deve ser mais forte para as mulheres do que para homens.

A proposta do referido estudo baseou-se na compreensão de que a desvantagem social da vizinhança é um importante preditor para inserção de jovens em atividades infracionais. Apesar de a literatura dar maior ênfase à influência de pares como um correlato significativo do comportamento violento de adolescentes, os autores explicam que são pouco debatidos os contextos sociais nas quais as afiliações de pares infratores ocorrem. A Escola de Chicago atribui maior importância a esses estudos, através de Park e Burgess (1924) e Shaw e Mckay

(1942), que realizaram investigações teóricas e metodológicas a respeito da desvantagem da vizinhança. O trabalho empreendido por Shaw e Mckay (1942) hipotetizou várias dimensões da desvantagem de vizinhança, por exemplo, a pobreza, domicílios chefiados por mulheres, desemprego e heterogeneidade racial, as quais, combinadas, poderiam enfraquecer a organização social e o controle social na comunidade.

Os dados utilizados na pesquisa foram provenientes do Human Development Project in Chicago Neighborhoods (PHDCN) ou, em tradução livre, Projeto de Desenvolvimento Humano de Bairros de Chicago, uma pesquisa interdisciplinar de várias ondas sobre indivíduos, famílias e fatores contextuais em análises do desenvolvimento da juventude. O PHDCN consistiu em vários componentes metodológicos, dentre eles o inquérito comunitário e o estudo de coortes longitudinais. Com base no inquérito comunitário, foram entrevistados 8.782 residentes de Chicago, provenientes de diversos bairros. Por meio dessas entrevistas, buscou-se avaliar as condições econômicas, políticas e culturais nas comunidades. Já o estudo de coortes longitudinais foi composto por três ondas de dados e uma amostra probabilística de participantes de sete coortes definidas pela idade do estudo (0, 3, 6, 9, 12, 15 e 18). Os participantes da pesquisa respondiam a um questionário de autorrelato, de ofensas em cada onda de coleta de dados, como forma de determinar a participação em crimes violentos no ano anterior à entrevista.

Sobre o contexto do bairro, foram analisadas dez variáveis e combinadas em três índices de estruturação da vizinhança: desvantagem concentrada, concentração de imigrantes e instabilidade residencial. No que diz respeito à desvantagem concentrada, foi analisado o percentual de famílias que recebiam assistência pública, constituídas por famílias desempregadas, em regra, negras. Já a variável concentração de imigrantes foi construída através da porcentagem de latinos e/ou nascidos em outros países, o que permitiria captar a heterogeneidade do bairro. Por fim, a variável instabilidade residencial referiu-se ao percentual de residências ocupadas pelos próprios moradores e aquelas ocupadas por inquilinos que moravam na mesma casa por pelo menos cinco anos. Assim, essas três duas vertentes permitiram o controle de análise do nível de vizinhança.

Os resultados de regressão multinível, utilizadas no estudo, confirmaram a hipótese de que as diferenças de gênero em níveis de ofensa são sensíveis ao contexto local. Em bairros com maior desvantagem social, as diferenças de ofensas masculinas e femininas mostraram-se elevadas. Ao verificar os efeitos de pares e ofensas violentas, os pesquisadores entenderam que nesses casos há um maior envolvimento de meninas. Com esse dado, os autores propuseram a interpretação da retaliação da vítima, na qual verificaram sobre a exposição a

pares violentos e vitimização, bem como de ofensas violentas moderadas por gênero. Porém, esses dados não se confirmaram. Sequencialmente, os autores propuseram previsões empíricas em que as mulheres deveriam ter pares mais íntimos que os homens e os efeitos da violência entre pares deveriam ser moderados pela intimidade. As análises então confirmaram as previsões sobre a inter-relação entre gênero, intimidade e influência dos pares e, desse modo, explicaram por que meninas são influenciadas de forma mais acentuada do que os meninos por pares com envolvimento em infrações violentas.

O último estudo a ser analisado neste tópico, produzido por Joseph Murray et al. (2014), é o primeiro estudo latino-americano e o primeiro que possui o Brasil como objeto de análise. Ele busca avaliar os efeitos dos comportamentos infantis e a inserção na infração e na violência. Notadamente, o estudo examina a prevalência de taxas e associações entre problemas de conduta e hiperatividade, crime e violência, sendo o lócus de estudo a cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, e a Grã-Bretanha. Foram feitas comparações das coortes de nascimento no Brasil e Grã-Bretanha, incluindo medidas de problemas de comportamento com base nos relatos dos pais acerca das crianças, amostra do estudo, quando elas tinham onze anos e, posteriormente, quando já possuíam dezoito anos. Assim, foram coletados correlatos de infrações.

Para os autores do estudo, a proposta da pesquisa se justifica pelo fato de o transtorno de conduta na infância e o transtorno de hiperatividade desempenharem importante papel no desenvolvimento da violência interpessoal. Esclarecem que problemas de conduta costumam aumentar o risco de participação em atividades infracionais, uma vez que podem contribuir para o mau funcionamento psicossocial. No entanto, os efeitos de comportamento no crime parecem ser semelhantes para homens e mulheres ou um pouco mais fortes para homens.

O estudo em questão examinou entre problemas de conduta e hiperatividade aos 11 anos e comportamento violento aos 18 anos, sob uma análise prospectiva de uma população, da amostra em Pelotas, e comparou resultados com um estudo bem parecido na Grã-Bretanha. Foi a primeira grande pesquisa longitudinal utilizando autorrelato de ofensas no Brasil. As principais questões levantadas da pesquisa foram: 1. Qual a prevalência de problemas de conduta de hiperatividade aos 11 anos e infrações de autorrelato e violência aos 18 anos em Pelotas? Quais os resultados de taxas comparadas? 2. Problemas de hiperatividade aos 11 anos preveem maior risco de infração e violência no Brasil e Grã-Bretanha, e essas associações são semelhantes para homens e mulheres? 3. Problemas de hiperatividade preveem infração e violência independentemente de fatores de risco no Brasil e na Grã-Bretanha?

Em busca dessas informações, o estudo se utilizou, em Pelotas, de uma coorte que começou a ser realizado em 1993. Todos os nascimentos ocorridos em cinco maternidades do município no ano de 1993 foram monitorados e, para as 5.265 crianças nascidas vivas, apenas dezesseis mães não puderam ser entrevistadas ou se recusaram a participar do estudo. No primeiro momento, as mães foram entrevistadas e coletadas informações relativas à saúde e condições socioeconômicas da família. As visitas domiciliares para coleta desses dados ocorreram nos anos de 2004 e 2005 quando os adolescentes tinham 11 anos e as sessões clínicas, em 2011 e 2012, quando eles contavam com 12 anos. Na Grã-Bretanha, num estudo longitudinal, o Avon Longitudinal Study of Parents and Children – ALSPAC –, foram recrutadas 14.541 gestantes com coorte de nascimento de 1º de abril de 1991 a 31 de dezembro de 1992. Posteriormente, os pais preencheram um questionário quando os jovens possuíam 11 anos e, quando já estavam com 18 anos, foram realizadas coletas de autorrelatos de sessões de clínica.

Os resultados identificaram que, através de informações repassadas pelos adolescentes, foram observadas taxas mais altas de infrações violentas no Brasil do que na Grã-Bretanha, porém se verificaram taxas mais altas de infrações não violentas na Grã-Bretanha em comparação com o Brasil. Entre as infrações menos violentas, está o consumo de drogas. Os autores correlacionam o Brasil com aglomerados europeus que apresentam altos níveis de violência. Tal situação pode se dar pelos altos níveis de desigualdade social, pelos baixos níveis de controle social e pela pobreza material. As diferenças sexuais no comportamento e na infração variaram nas amostras brasileiras e britânicas. A proporção homem-mulher foi maior na Grã-Bretanha do que no Brasil relativo à hiperatividade e ao envolvimento com infrações violentas, porém a proporção homem-mulher foi maior no Brasil para crimes não violentos.

Após essa análise acerca de estudos que pesquisam a etiologia da trajetória de infrações entre meninos e meninas numa perspectiva longitudinal, no contexto internacional e nacional (Joseph Murray et al., 2014), no próximo capítulo, serão analisados os principais estudos brasileiros que tratam sobre a etiologia das infrações de adolescentes. Uma proposta possível para esta tese seria ter capítulos que confrontassem estudos internacionais e brasileiros, do ponto de vista da abordagem teórica e empírica. No entanto, como será observado a seguir, não é possível realizar esse confronto de estudos. Inicialmente, porque os estudos brasileiros, realizados na grande maioria por homens, dão enfoque à infração cometida por meninos. Dos estudos comparativos entre meninos e meninas, foi encontrado no contexto brasileiro apenas o de Joseph Murray et al. (2014), já analisado neste capítulo, que

também traz como recorte a análise das infrações cometidas por meninos e meninas no Brasil e Inglaterra. Os demais estudos brasileiros tratam especificamente de infrações cometidas apenas de meninas. Outro fator que inviabiliza esse confronto é que os estudos brasileiros não fazem predileção pelo uso da Teoria Desenvolvimental e do Curso de Vida, mesmo em estudos sobre trajetórias infracionais no âmbito da sociologia. Essa teoria é pouco conhecida e pouco utilizada nas pesquisas sociológicas sobre trajetórias infracionais.

Para melhor elucidar as diferenças existentes entre meninas e meninos em trajetórias infracionais, conforme os estudos analisados neste capítulo, serão elencados, no quadro a seguir, os principais atos infracionais cometidos por meninas e por meninos comparativamente.

**Quadro 3 - Principais atos infracionais cometidos por meninas e meninos segundo estudos internacionais**

<b>Estudo/Proposta</b>	<b>Atos infracionais cometidos por meninas</b>	<b>Atos infracionais cometidos por meninos</b>
<p>“Gender and crime”</p> <p>Análise: Taxas de aprisionamento entre 1960 a 1990</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cometem menos atos e atos menos graves do que os meninos. Principais atos: roubo, furto e desordem;</li> <li>- Começam a cometer atos infracionais mais cedo que os meninos;</li> <li>- Infrações derivam de situações de violência familiar. A saída de casa e busca de proteção surgem como medida de sobrevivência através, principalmente, do tráfico de drogas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cometem atos mais graves em todos os tipos de infrações</li> </ul>
<p>“Sex differences in antisocial behavior”</p> <p>Análise: Diferenças no comportamento ofensivo de meninos e meninas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Infrações cometidas por meninas são menos graves do que de meninos;</li> <li>- Por isso, não aparecem em registros oficiais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cometem atos mais graves</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incidência menor de atos infracionais entre meninas e meninos ocorre no envolvimento com tráfico de drogas, especialmente entre 14 e 16 anos.</li> <li>- A diferença entre meninos e meninas no ato infracional é</li> </ul>	

	<p>menor entre os 14 e 15 anos.</p> <p>- Fatores de risco em comum: sociabilidade familiar e práticas disciplinares violentas; relações familiares conflituosas; vulnerabilidades socioeconômicas; e envolvimento das mães com atividades infracionais.</p>	
<p>“Gender, friendship, networks and delinquency: a dynamic network approach”</p> <p>Análise: Envolvimento com amigos violentos ou envolvimento com amigos não violentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mais propensão com seu perfil comportamental.</li> <li>- Mais influenciadas do que meninos por amigos violentos, com vínculos difíceis de serem rompidos (coesão).</li> <li>- São mais seletivas do que meninos na amizade, mas constituem vínculo mais fortemente.</li> </ul>	<p>- Meninos assim como meninas são influenciados por pares violentos.</p>
<p>“Neighborhood context and the gender gap in adolescent violent “</p> <p>Análise: Diferenças de gênero na infração violenta tomando como referência bairros da cidade de Chicago</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior efeito de pares para adesão infracional;</li> <li>- Mais influenciadas do que meninos por pares infratores violentos.</li> </ul>	<p>- Menos influenciados por pares violentos.</p>
	<p>A diferença de gênero em níveis de ofensa é sensível ao contexto local. Sendo assim, em bairros com maior desvantagem social, as diferenças entre meninos e meninas mostraram-se elevadas ao verificar os efeitos de pares combinados com ofensas violentas. Nesse caso, há um maior envolvimento das meninas.</p>	
<p>“Childhood behaviour problems predict crime and violence in late adolescence: Brazilian and British birth cohort studies”</p> <p>Análise: Avaliar os efeitos do comportamento infantil e a inserção na infração e violência</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporção homem-mulher apresentou-se maior na Grã-Bretanha do que no Brasil relativo à hiperatividade e ao envolvimento com infrações violentas.</li> <li>- Proporção homem-mulher foi maior no Brasil para crimes não violentos.</li> </ul>	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos estudos analisados neste capítulo.

## **4 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFRAÇÃO DE MENINOS E MENINAS NO BRASIL**

O desafio posto a este terceiro capítulo é de apresentar a análise de estudos sobre trajetórias de jovens na criminalidade, eminentemente qualitativos, desenvolvidos no Brasil. Nas análises apresentadas, o/a leitor/a poderá identificar as teorias criminológicas apresentadas no primeiro capítulo, como Associação Diferencial, Eficácia Coletiva, Criminologia Crítica, Teoria da Rotulação, bem como as teorias do Desenvolvimento e do Curso de Vida. A partir dos elementos presentes nos referidos estudos, intenciona-se apreender os aspectos levantados sobre a adesão, a infração e o desenvolvimento de trajetórias infracionais no contexto brasileiro.

### **4.1 Violência, tráfico de drogas e sociabilidades violentas na trajetória de meninos e meninas brasileiros**

Neste tópico, o estudo sobre trajetórias infracionais será iniciado a partir da década de 1970. Esse recorte permite estudar mais enfaticamente o componente social que surge nesse período histórico e dá outro sentido aos atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes no Brasil: a violência. A entrada desse novo incremento na trajetória infracional de meninos e meninas denota que, no passado, o envolvimento de adolescentes com infrações era algo menos angustiante e mais relacionado à situação de abandono e pobreza vivenciada. Após a década de 70, a criminalidade torna-se progressivamente mais violenta e organizada, sobretudo nos grandes centros. Não se pretende afirmar com isso que o passado se caracterizaria pela ausência de conduta infracional, mas as ações eram isoladas e intersticiais. Por outro lado, o que se tem atualmente seria a representação de práticas infracionais organizadas em empreendimentos coletivos, permanentes, com pouco ou nenhum controle da ordem pública (MACHADO, 1999).

Uma das explicações para o ingresso nas atividades infracionais encontra ressonância, notadamente, nos estudos sobre periferias<sup>10</sup> urbanas realizados nos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro. Com base em estudos realizados no município de São Paulo, Feltran

---

<sup>10</sup> O termo periferia adotado no estudo de Feltran (2011, p.15), com a justificativa de que ainda que o termo possa remeter a uma divisão entre o centro e a periferia, e a estigmas sociais daqueles pertencentes a estas, a adoção do termo também remete a periferia como ambientes situados no tempo e no espaço, em que as relações sociais são constituídas de forma plural e heterogênea. Ou seja, [...] “espaço de relações sociais estruturadas pelo valor e pela categoria trabalho, ainda que haja um desemprego crescente[...] pela dominância da moral popular católica, apesar do crescimento dos evangélicos neopentecostais; pela centralidade da família e pela manutenção da perspectiva de ascensão da família, apesar da desigualdade e da recomposição familiar depois da migração à cidade” (FELTRAN, 2011, p. 32).

(2011) explica que, desde a década de 1970, após a lógica economicista estruturalista, a violência aparece como centro da história, que explicaria as dinâmicas das periferias. Isso por que, de acordo com Leite (2008), o ponto de inflexão do incremento da violência na trajetória infracional de meninos e meninas ocorreu, notadamente, em razão do novo perfil do tráfico de drogas. Este, ao se conectar aos cartéis internacionais, promoveu exponencialmente a entrada de cocaína no mercado. Desde então, o tráfico de drogas movimenta milhões de dólares, além de envolver-se com sofisticados circuitos de comercialização no atacado e de lavagem de dinheiro. Outro fator que foi ocasionado com expansão do crime organizado, através do tráfico de drogas, é que os traficantes passaram a desenvolver estratégias de controle cada vez mais restrito sobre os territórios, de modo que a distribuição de drogas se intensificou na população de conjuntos habitacionais, loteamentos clandestinos e bairros pobres (LEITE, 2008).

Nesses termos, o crime organizado passa a ter uma cara, um agente responsável, que, nas atividades infracionais, distingue-se dos crimes comuns. O crime é organizado, é como um empreendimento, baseado na ameaça da força física, que coloca em questão a relação entre dois agentes: a polícia e o infrator. Acerca da figura dos policiais nesse processo, pode-se enfatizar a crise moral e institucional, manifestada por meio da impunidade e da corrupção. Por outro lado, essa crise de autoridade ocasiona diretamente a ineficiência dessa agência estatal e, conseqüentemente, o encolhimento do Estado, o que contribui diretamente para o crescimento do crime organizado (MACHADO, 1999).

Surge, então, o que (Machado, 1999) denomina de nova criminalidade violenta e que possui algumas variáveis originadas desse processo, tais como: modificação das relações de sociabilidade entre os moradores e o surgimento da sociabilidade violenta (Leite, 2008; Zaluar, 2012; Machado, 1999); relações de poder e adesão à trajetória infracional (Oliveira, 2008); e constituição do tráfico como mercado de trabalho para adolescentes periféricos (Lyra, 2013).

Quanto à modificação das relações de sociabilidade entre os moradores, Leite (2008) explica que, no passado, nos bairros periféricos, existia uma lógica de comunidade compartilhada entre seus moradores. Em outras palavras, havia uma valorização de uma vida cotidiana marcada por contatos primários, solidariedade entre os moradores, ajuda mútua e correspondência na sociabilidade ali presente. Essa sociabilidade pode ser observada no estudo de Feltran (2011), em que o autor buscou projetar suas análises para os movimentos sociais urbanos, notadamente em bairros distantes. Nesses locais, as lideranças comunitárias e os representantes da população lutavam por diminuir as carências imediatas, o que instigou o

autor a entender como se figuravam as relações sociais estruturadas pelo valor do trabalho, além da importância das esferas da vida social, como família, trabalho e religião, responsáveis pela coesão interna e porta de ação da política popular.

No entanto, a partir dos anos 2000, Feltran (2011) observa uma participação importante dos filhos dos militantes dos movimentos populares quando há a propagação do mundo do crime e, conforme o autor, isso muda a forma de compreender as periferias urbanas. Com essa nova constituição, a formação dos bairros periféricos por trabalhadores operários e a inserção em movimentos políticos sociais cederiam espaço para uma nova geração e para emergência do mundo do crime. Estaria assim definida a fronteira entre “trabalhadores e bandidos”. A diferença que se institui com essa mudança está no fato de que um novo tecido social se assenta sobre os fundadores do projeto tradicional na periferia. Contrariando a organização tradicional da periferia, os filhos dos operários, nascidos e crescidos na periferia, seguem regras territoriais ali impostas, menos estáveis do que entre os operários das fábricas. Tal fato viria a modificar as relações sociais de sociabilidade entre os moradores e, com a presença do tráfico de drogas no território, instituiria a sociabilidade violenta (FELTRAN, 2011).

A partir dos anos 1990, o tráfico de drogas estrutura-se nas periferias da cidade como centro de gravitação de outros mercados ilícitos transnacionais altamente rentáveis, com o tráfico de armas. Conforme os anos passaram, as vidas dos meninos foram mais tocadas pela violência das relações que estruturam esse universo no mundo popular. Naquele período, o homicídio dispara na capital: *a violência era demais* [...] (FELTRAN, 2011, p. 144).

A sociabilidade violenta, conforme Machado (2008), é constituída pela violência urbana<sup>11</sup> como um padrão específico de sociabilidade, no qual o princípio que estrutura as relações sociais é a força física, e as práticas se desenvolvem como tentativa de controle de um ambiente. Na sociabilidade violenta, na posição dominante da ordem social, estão os infracionais, o restante da população ocupa um lugar de posição dominada, subalterna. Aquela estabelece nos territórios periféricos, ocupados pelos infratores e pela população operária, relações sociais vinculadas à violência<sup>12</sup>. Essa modalidade de sociabilidade não é reconhecida pela população operária, pois o crime violento “não existia antigamente” e designa-o como

---

<sup>11</sup> A violência urbana é a representação do crime comum, em que o foco não está necessariamente na prática, mas sim na força nela incrustada, responsável pelo rompimento da normalidade. Desse modo, trata-se de uma categoria que destaca e recorta aspectos das relações sociais que os agentes consideram relevantes, em função dos quais constroem o sentido e orientam suas ações. É também uma categoria coletivamente construída, pois, além da conduta, é preciso identificar o autor, ou seja, reconhecer uma ordem social. Um ator típico é o traficante de drogas que, com a expansão do tráfico, seria uma espécie de “portador” da violência urbana, tendo em vista que suas atividades exercem sobre outras uma ação centrípeta (MACHADO, 2008, p. 36-37).

<sup>12</sup> Essa nova configuração dos territórios periféricos estabelece a diferença entre a população que vive na periferia e o restante de população da cidade, e estabelece fronteiras entre o “asfalto” (cidade) e a periferia, como distintos territórios físicos e morais (LEITE, 2008).

“cruel”, praticado por “bichos loucos”, isto é, pessoas sem regras, sem sentimentos e respeito aos demais moradores (LEITE, 2008, p. 127).

Apesar de haver um entendimento popular, do senso comum, acerca da sociabilidade violenta como algo inerente aos infracionais e aos territórios periféricos, como explica Machado (2008), não se nasce “portador” de sociabilidade violenta. Esta é apreendida ao longo de trajetórias familiares, escolares, comunitárias, ou seja, é o acúmulo de experiências que podem conduzir a um engajamento nessa forma de vida. Isso pode ser exemplificado no estudo realizado por Rolim (2016) a respeito da etiologia das condutas violentas. De maneira mais ampla, buscou identificar as causas dos comportamentos violentos que constituem campos específicos da criminologia. A pesquisa foi realizada em vários espaços sociais, especialmente nas unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) do Rio Grande do Sul, visitadas pelo autor em diversas cidades do estado. Essas instituições recebem adolescentes para o cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade, em razão do cometimento de atos infracionais mais violentos. No geral, os adolescentes selecionados para a pesquisa eram autores de homicídios ou múltiplos homicídios.

No seu estudo, Rolim (2016) desenvolveu o conceito de disposicionalidade violenta, associado à compreensão de que determinados grupos, a depender dos arranjos e das realidades sociais em que estão inseridos, foram, ao longo da vida, mais expostos a disposicionalidade violenta. O conceito foi articulado pelo autor para definir as condutas de violência extrema, seja nas relações sociais familiares, seja comunitárias, seja escolares. No referido estudo, foram articuladas oito variáveis ao conceito de disposicionalidade violenta na primeira etapa da pesquisa com os adolescentes em cumprimento de medida de internação nas unidades da FASE do Rio Grande do Sul. No quadro a seguir, são apresentadas as variáveis e os pontos principais e mais recorrentes das falas dos adolescentes analisadas pelo autor.

**Quadro 4 – Variáveis articuladas ao conceito de sociabilidade violenta no estudo de Rolim (2016)**

<b>VARIÁVEIS ARTICULADAS AO CONCEITO DE “SOCIABILIDADE E VIOLENTA”</b>	<b>PRINCIPAIS PONTOS APRESENTADOS NAS ENTREVISTAS DOS JOVENS NAS UNIDADES DA FASE – RS</b>
<b>Iniciação Criminal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vinculação ao tráfico de drogas no início da adolescência;</li> <li>• Independência familiar desde 11 anos – famílias confusas; distanciamento familiar como forma de proteção;</li> <li>• Saída de casa como uma consequência natural do envolvimento com o tráfico;</li> <li>• Histórias de vida constituídas em três dimensões básicas: desalento, violência e fracasso.</li> </ul>
<b>A família como dor</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vivência de problemas relacionais com as famílias;</li> <li>• Ausência paterna ou hostilidade e violência sistemática de pais ou com padrastos – “violência na infância”;</li> <li>• Relatos afetuosos para as mães e presença insuportável dos pais.</li> </ul>
<b>A escola como distância</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A defasagem escolar: diferença entre a série adequada e a série afetiva é de aproximadamente 5 anos;</li> <li>• A exclusão na escola era constante;</li> <li>• Constrangimento social derivado da pobreza extrema;</li> <li>• Sucessivas reprovações;</li> <li>• Dificuldade de relacionamento com colegas e professores;</li> <li>• Fracasso escolar como ausência de vocação para o estudo.</li> </ul>
<b>O tráfico como pertencimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sentido paradoxal: a trajetória no tráfico só tem como saída a morte ou prisão;</li> <li>• Ao mesmo tempo, ponte de reconhecimento e identidade.</li> <li>• Virtudes reconhecidas pelos pares e padrões: atitude de responsabilidade, lealdade e humildade;</li> <li>• Todos foram ou são usuários de drogas;</li> <li>• Uso de maconha como “natural”;</li> <li>• A experiência no tráfico estrutura rotinas de trabalho: faturamento alto e acesso a bens cobiçados pelos jovens.</li> </ul>
<b>A polícia como sócia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatos apontam para policiais civis e militares envolvidos com o crime de tráfico de drogas – “estão na folha de pagamento”;</li> <li>• Relatos de extorsão e corrupção policial.</li> </ul>
<b>A guerra como circunstância</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As infrações praticadas não surgem como eventos especiais – mortes fazem parte do cotidiano;</li> <li>• Recordações envolvendo tensão-aventura e estratégia parecem estruturar o tráfico de drogas.</li> </ul>

<p><b>A violência extrema como marca</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevistados em geral apresentam atos de violência mais ou menos graves;</li> <li>• Participação em eventos violentos tendo como resultado mortes de inimigos ou vítimas;</li> <li>• Fatos são narrados como se o resultado das relações conflituosas fosse um “jogo”;</li> <li>• Dinâmica de frieza emocional e desconsideração pelo destino do outro – conduta dos “vingadores”;</li> <li>• Concepção de violência extrema nas relações sociais com mulheres, especialmente a partir da exigência de exclusividade sobre corpos das namoradas.</li> </ul>
<p><b>A desistência como utopia</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nem todos os jovens estão dispostos a mudar;</li> <li>• Crime como horizonte insuperável – “não sabem fazer outra coisa ou porque não seriam capazes de afastar sem ser mortos”;</li> <li>• Chance de ficar vivo é uma consequência do embolamento, proteção dos “conterrâneos” e da confiança em si mesmo;</li> <li>• Recomeços são impostos mais fortemente a partir dos vínculos amorosos do que necessariamente de um “balanço racional”.</li> </ul>

Fonte: Rolim, 2016, p. 163-201.<sup>13</sup>

A partir da análise dos dados, referentes à primeira etapa da pesquisa, e alicerçado nos resultados de seu estudo, o autor encontrou que “o treinamento violento expressou isoladamente uma potência causal impressionante sobre a disposicionalidade violenta”, especialmente nas relações sociais com a família e com os pares (ROLIM, 2016, p. 260).

Na sociabilidade familiar, dois conceitos podem ser articulados ao conceito de sociabilidade violenta, entre eles, o habitus de Bourdieu. Wacquant (2007) traça o itinerário da concepção do habitus, desde a sua gênese até a concepção sociológica desenvolvida pelo autor. A gênese da noção de habitus está na noção filosófica, que tem origem no pensamento Aristotélico, recuperada por Bourdieu na década de 1960. Em Bourdieu, a noção de habitus assume uma perspectiva sociológica, por meio de uma função mediadora que busca captar “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”. Visto desse ângulo, o habitus poderia ser interpretado, quanto à forma, como a sociedade se torna depositada nas pessoas, sob forma de disposições duráveis ou mesmo capacidades treinadas e estruturadas para pensar, sentir e agir (WACQUANT, 2007, p. 66), resultante das interações do sujeito com o mundo.

<sup>13</sup> Principais pontos apresentados nas entrevistas dos jovens nas unidades da FASE – RS elaborados pela autora.

Sendo assim, Rolim (2016) considera que o conceito de disposicionalidade violenta estaria situada na noção de habitus, porque a percepção e a ação dos sujeitos teriam se constituído a partir de experiências vividas<sup>14</sup> pelos sujeitos socialmente. Nesse prisma, a disposicionalidade violenta poderia ser compreendida como um habitus violento. Certamente, a noção de habitus desenvolvida por Bourdieu, devidamente apropriada por Rolim (2016), é um modo de abordar as questões relativas à violência e à criminalidade, visto que articula dimensões objetivas, macrossociais e estruturais.

Diante dessa contextualização, Zaluar (2014) explica que a teoria apresentada por Bourdieu a partir da noção do habitus trata os sujeitos envolvidos em ações violentas e criminosas como indivíduos em permanentes relações sociais, das quais carregam consigo as bagagens da socialização na infância, na família e em diferentes momentos da vida com outros atores e instituições. A abordagem relacional de Bourdieu compreende o habitus enquanto prática social cotidiana, porém, para ele, o que importa não são as trocas subjetivas, mas as relações históricas e estruturadas pelo poder e substancialmente pela dicotomia estabelecida pela dominação que gera dominadores e dominados, através do poder simbólico (ZALUAR, 2014).

É exatamente essa perspectiva relacional de desigualdade de poder projetada pela noção de habitus que pode permitir, segundo Zaluar (2014), a análise do contexto social violento de jovens que vivem nas periferias brasileiras. No caso dos meninos, imbuídos da dominação masculina, na posição de dominador, os jovens oriundos de territórios vulneráveis e violentos precisam assumir o etos da masculinidade para se juntar às quadrilhas de traficantes e, assim, interiorizar o etos guerreiro, com a exacerbação da hipermasculinidade que passa a impregnar os territórios onde vivem e onde estabelecem suas relações sociais (ZALUAR, 2014).

A socialização oferecida pela rua e pelo tráfico de drogas representa a possibilidade de resolução de conflitos à queima roupa, uma vez que as armas de fogo são utilizadas, indiscriminadamente, enquanto mecanismo para resolução de conflitos de todas as espécies. Nesse cenário, as crianças e os adolescentes crescem com a opinião de que o uso ostensivo de armas de fogo é sinônimo de poder e, desse modo, concebem que a conquista do respeito no território e dentro do tráfico de drogas só se dará pelo manejo destas, para punir e vingar seus inimigos. São nessas circunstâncias que os jovens são preparados para os crimes violentos (ZALUAR, 2014).

---

<sup>14</sup> A discussão de experiências vividas remete à discussão de trajetórias sociais, devidamente debatidas nesta tese, no segundo capítulo.

Entretanto, é preciso analisar a adesão sob outras vertentes: a situação de precariedade social, associada à oferta de posições numa rede de práticas ilícitas, e o comportamento infracional em relação à subcultura, conforme aponta Oliveira (2008). Na primeira vertente, faz-se importante situar que o perfil de jovens cariocas atuantes nas periferias violentas, analisados nos estudos de (ZALUAR, 2014; LYRA, 2013; OLIVEIRA, 2008; LEITE, 2008) em geral, é de sujeitos oriundos de grupos familiares com baixa renda, possuem trajetória escolar marcada pela desistência e, ao mesmo tempo, ingressam em atividades ilícitas precocemente, entre 12 a 15 anos. Além disso, Oliveira (2008), valendo-se dos argumentos de Zaluar (2004), enfatiza que não há uma associação direta entre criminalidade e situações de precariedade social. Porém, a pobreza pode ser um condicionante ou mesmo uma variável que não deve ser analisada da mesma forma em diferentes contextos, incorrendo no risco de ser enquadrada como uma determinação do crime<sup>15</sup>.

Por outro lado, na vertente da subcultura, Oliveira (2008) entende que a adesão de jovens às redes de criminalidade pressupõe um processo de aprendizado relativo ao uso dos meios indispensáveis para práticas ilícitas. Assim, é preciso uma rede de interações com as quais o jovem se envolve e que pode conduzi-lo aos poucos a participar do circuito do tráfico nas periferias. Para tanto, destaca-se que, para o envolvimento ocorrer, é necessária uma construção identitária, de modo que pertencer a uma subcultura implica contrapor-se a outras. Um elemento fundamental sobre a construção da identidade dos jovens periféricos é a imagem positiva das facções que constituem a rede de criminalidade e controla o comércio local das drogas ilícitas; elas sugerem referências simbólicas de poder (OLIVEIRA, 2008).

Na adesão à atividade infracional, é mister pensar o status simbólico que a carreira criminosa pode assumir junto às redes de interação juvenis do jovem periférico. Diante do contexto em que estão inseridos, adquirir prestígio em trajetórias convencionais, nas quais é indispensável o envolvimento em ciclos escolares, em muitos casos, não é uma realidade possível. Nesse caso, diante da exclusão da possibilidade de disputa de ocupações que lhes permitam sucesso econômico e inserção social, para muitos jovens, uma posição na infração pode aparecer como uma chance a ser considerada (OLIVEIRA, 2008).

O contexto apresentado para a adesão às infrações analisado até agora é reforçado pelo estudo de Lyra (2013), que apresenta outros elementos. O autor incita a discussão partindo da seguinte indagação: “como o menino do morro se torna bandido”? Para responder o questionamento, o autor analisa a trajetória dos jovens participantes da pesquisa a partir de

---

<sup>15</sup> Não é objetivo deste capítulo tratar especificamente da relação pobreza e crime. Para aprofundar no assunto, ver Zaluar (2012).

uma linha do tempo, com três etapas, nomeadas de “infância, individuação e autonomia”, que se sobrepõem e são determinantes para a formação do sujeito-homem<sup>16</sup>. O autor sublinha que a transformação do sujeito-homem envolve a superação dos sentimentos vividos na infância, passando pelo processo de individuação, que ocorre no seio das relações institucionais e grupais, até chegar à autonomia. Dito de forma mais específica, Lyra (2013) explica que, no período da infância, o menino vivencia em seu cotidiano o cuidado dos pais, além de obrigações e deveres. A escola ocupa um lugar simbólico, pelo que constrói com professores ou com colegas. Visto de outro modo, a infância possui forte representação para o menino, uma vez que denota a sua existência numa condição normal antes da adesão às atividades infracionais.

A fase da individuação é marcada por certa liberdade no que diz respeito à família e à escola. Ademais, há o maior envolvimento com grupos homogêneos, conformadores de socialização entre sujeitos do mesmo status social. No caso dos meninos da periferia, a trajetória é marcada pela socialização maior com adultos, tendo em vista que, ao atingir determinada idade, veem-se na obrigação de complementar a renda familiar. A complementação da renda dos pais passa então a ser uma necessidade individual do jovem, que desenvolve uma relação com trabalho e gastos com roupas e festas. Desse modo, a fase da individuação, para Lyra (2013), tem mais a ver com as experiências sociais do mundo adulto e a precipitação da percepção de autonomia e independência. A individuação não se associa diretamente a uma idade específica, uma vez que, na “periferia a idade da vida, pode ser condensada, prolongada ou mesmo suprimida” (LYRA, 2013, p. 81).

A independência do jovem ganha força na fase da autonomia. É nessa fase em que há o desenvolvimento do sujeito-homem. O contato com o mundo externo acontece de forma mais intensa e agora “os caminhos percorridos dependem apenas de sua vontade” (LYRA, 2013, p. 83). Com a independência, o jovem fixa a rua como o lugar da autonomia que contrasta com a casa, o território de vigia familiar. No entanto, a independência exige do jovem novas demandas que se relacionam com tempo e dinheiro. A renda que na infância era entregue aos pais, agora, na fase da independência, é investido em “superficialidades, como sexo, roupas e drogas” (LYRA, 2013, p. 84).

Embora a questão material possa aparecer como o principal viés de adesão aos atos infracionais, Lyra (2013) aponta para fenômenos sociais que colaboram para a emergência do

---

<sup>16</sup> “O sujeito-homem é um conceito nativo mobilizado pelos garotos do morro, que denota uma condição de respeito, independência e aceitação. Essa tripla condição está intimamente ligada ao contexto social no qual o jovem se insere e não pode ser compreendida em esfera independente” (LYRA, 2013, p. 13).

sujeito-homem, que supera a perspectiva “adesão-aquisição”. Entre os fenômenos determinantes da adesão, o autor levanta três dimensões: casual, interesse e vontade.

De acordo com Lyra (2013), a dimensão casual encontra respaldo nas circunstâncias rotineiras e banais relativas às relações sociais periféricas, notadamente com grupos de jovens nos quais há alguns com envolvimento em facções criminosas. Todavia, é importante ressaltar que a dimensão casual consiste em apenas uma situação isolada, ou, dito de outra forma, apenas uma experiência infracional na vida do jovem, que não culmina com a continuidade do ato infracional<sup>17</sup>. O caráter de circunstancialidade conecta-se diretamente com a dinâmica do território e assume aspecto de naturalidade. Ou seja, pelo fato de viver na periferia, pode para os jovens parecer ser óbvio o envolvimento com o tráfico de droga e, conseqüentemente, inserir-se no mercado de trabalho através de atividades na boca<sup>18</sup>. Lyra (2013) aduz que um dos motivos mais específicos para a adesão casual está relacionado à valorização do jovem, a habilidades, a aptidões e a sistemas de recompensa. No concernente às habilidades e aptidões, estas não estão relacionadas ao contexto criminal, mas à sagacidade no cumprimento de tarefas dadas. Já o sistema de recompensas está relacionado ao movimento de consideração dos jovens mais velhos para os jovens mais novos, que, de forma controlada, permite o status provisório de sujeito-homem perante os mais novos. Nesse caso, a vantagem, por exemplo, é carregar um fuzil, tendo em vista que a arma lhes confere status social. O sistema de recompensas seria uma das motivações para o abandono da causalidade e a adesão se daria agora pelo interesse ou vontade.

Na dimensão do interesse, Lyra (2013) aponta que ele ocorre quando o menino descobre com o mundo exterior que se relaciona com grupos de jovens fora do ambiente escolar. Essa mudança traz consigo uma necessidade de atender às expectativas do novo grupo, evento que impulsiona o adolescente a trabalhar na boca. Importa salientar que a adesão pelo interesse culmina com o processo de independência, que assume dois caminhos perante a família. No primeiro, a independência pode impulsionar o afastamento dos pais e o maior envolvimento com eventos sociais e investimentos para atrair o sexo oposto. No segundo, por seu turno, a independência está atrelada ao fato de ter de assumir as rédeas da família, evento que pode impelir a permanência ou a desistência da infração. Isso porque a responsabilidade por manter a família e a chegada dos primeiros filhos é motivo para a adesão, do mesmo modo que a responsabilidade em constituir uma nova família estimula a

<sup>17</sup> A dimensão da casualidade possui amparo nos estudos sobre a dupla taxonomia de Moffitt (1993), conforme apresentado no primeiro capítulo desta tese.

<sup>18</sup> A palavra é usada, em sentido conotativo, para se referir ao local onde é comercializada a droga para o usuário. É uma redução da expressão "boca de fumo".

desistência das atividades infracionais. O que se apresenta na adesão pelo interesse não é necessariamente a adesão motivada exclusivamente pelo dinheiro, mas a oportunidade real e factível ao jovem periférico, na busca pela independência.

Por fim, a dimensão da vontade assume o sentido da busca pelo respeito e pela fama, representados pelo reconhecimento da comunidade, que está submetida às redes clientelistas com forte organização hierárquica. Nesse cenário, reproduzir a imagem de um “indivíduo tenaz, intrépido e, sobretudo, poderoso, habilita o menino a trocas sociais antes impensáveis e proporciona uma dose de satisfação pessoal inegável” (LYRA, 2013, p. 115). De mais a mais, a adesão pela vontade modifica o status do jovem na comunidade, que agora assume a imagem de protagonismo local. Este se vê como empreendedor na periferia onde vive (LYRA, 2013).

Cumprido ressaltar que o debate desenvolvido até aqui, especialmente sobre os estudos sobre criminalidade violenta (FELTRAN, 2011; ROLIM, 2016; LYRA, 2013) apresentam a figura masculina como central, representada pelos adolescentes no protagonismo das atividades infracionais. Faz-se necessário demarcar essa diferença, não porque as meninas não estejam envolvidas em atos infracionais violentos, mas porque a participação destas é muito menos investigada, notadamente no tráfico de drogas, pois o protagonismo e a intencionalidade feminina são ignorados em detrimento da falsa concepção de que são apenas vítimas dos homens criminosos (BARCINSKI, 2012).

No contexto brasileiro, como já dito, os estudos enfocam na adesão de meninas em razão da subserviência à figura masculina. Esse fato pode ser verificado no estudo realizado sobre adolescentes autoras de atos infracionais em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Distrito Federal desenvolvido por Diniz (2017). De acordo com a autora, a figura de independência e de poder dos jovens envolvidos em atividades infracionais nos territórios periféricos é um elemento de proteção para as meninas que aderem à infração. Isto é, as meninas que aderem ao mundo do crime, no geral, o fazem em parceria com seus companheiros, os quais, em certa medida, são sujeitos que possuem respeito no mundo. Isso lhes garante proteção, porquanto, ao estarem acompanhadas no crime, outros homens do crime e até mesmo a polícia a enxergam como propriedade do outro e, portanto, estariam a salvo de outras violências.

Diniz (2017) avalia que tratar sobre os vínculos estabelecidos entre meninas e meninos do mundo crime não significa que há uma subserviência ao poder masculino. Todavia, a liderança de meninas em postos importantes no crime organizado é um fato raro. O mundo do crime também possui uma ordem social desigual entre meninos e meninas, uma vez que,

sendo o tráfico uma atividade organizada, reproduz o sistema hierárquico de gênero da sociedade em sua dinâmica interna (ZALUAR, 1993). E não seria diferente, ao se fazer a correlação da boca de fumo enquanto uma empresa local. A organização das bocas, assim como no sistema econômico capitalista, observa a lógica das empresas de pequeno porte e as grandes empresas, que são verdadeiras potências econômicas. A boca, como uma empresa, possui variações na estrutura, que determinam número de empregados, quantidade de armas e divisão do trabalho (LYRA, 2013).

A divisão do trabalho na boca depende do tamanho do empreendimento. Nas maiores, em que há maior rendimento e demanda, existe uma série de subdivisões, desde o fogueteiro até o patrão (LYRA, 2013). No caso das meninas, estas tendem a ocupar juntamente com as crianças a função de “vapor”, que são vendedores de drogas na comunidade, posição de pouco prestígio na hierarquia do tráfico, porque funciona como um subemprego. Outro posto que representa o caráter conservador e patriarcal atribuído à mulher é a “mulher de bandido” (BARCINSKI, 2012). De acordo com a referida autora, a menina que ocupa esse posto envolve-se com o tráfico, de forma voluntária ou não, resultado de sua relação afetiva com o menino “bandido”.

Assim se revelam os caminhos e os elementos para constituição do crime violento, que se mostra como única opção para a trajetória de meninos e meninas periféricos. Moradores de territórios onde há o predomínio do tráfico de drogas, crescem assistindo à dinâmica do comércio ilegal de drogas, quase sempre na porta de casa. Não por acaso, o tráfico torna-se uma opção para inserção no mercado de trabalho, ainda que ilícito, como forma de alcançar independência e realização pessoal. Ora, o tráfico pode, sim, oferecer prosperidade financeira e outros valores simbólicos, respeito, autonomia e poder, praticamente inacessíveis no mercado lícito de trabalho, tendo em vista a realidade social do país.

Para finalizar a discussão proposta acerca dos principais achados sobre trajetórias infracionais de adolescentes, tendo como base os estudos internacionais e nacionais citados anteriormente, não se trata de realizar um confronto entre os estudos pátrios e os estrangeiros aqui debatidos, porque eles possuem características muito distintas. O que se pretende, ao final dessa análise, é levantar os principais fatores de risco apresentados pelos estudos mencionados para a adesão de adolescentes em trajetórias infracionais.

Neste sentido, conforme apresentado, os estudos internacionais apontam que, entre os principais fatores de risco para o envolvimento de adolescentes, estariam o envolvimento familiar em atividades ilícitas; fatores de risco familiares, como família chefiada apenas por um dos responsáveis, oriundas de territórios violentos; fatores de risco cognitivo e relação

com pares. A título de esclarecimento, tais fatores de riscos se referem a meninos e meninas envolvidos com atividades infracionais.

Grosso modo, no caso dos estudos nacionais, como aqueles sobre a trajetória infracional de meninas, estes não possuem notoriedade, haja vista que os construídos até então analisam, em sua grande maioria, o contexto infracional dos meninos. Entretanto, cabe um adendo: os fatores de risco apresentados pelos estudos internacionais estão presentes no contexto social dos adolescentes envolvidos com trajetórias infracionais no Brasil. Porém, uma característica específica da lógica brasileira é a relação constituída através do tráfico de drogas, sob uma lógica economicista e capitalista, que contribui para a disseminação dessa atividade associada à violência. A violência advinda do tráfico de drogas surge por meio das disputas territoriais pela mercancia do produto, pelo domínio do território e pela disputa entre os grupos. Nesse contexto, os meninos, supostamente mais assíduos na atividade, encontram no tráfico de drogas e suas disputas espaço para o exercício do poder masculino, com atuação em cargos de poder. Isso, sem dúvidas, demarca o domínio e o respeito que adquirem no território onde estão inseridos.

## 5 NOTAS METODOLÓGICAS

### 5.1 Acesso às unidades de internação de meninos e meninas

A presente tese constitui-se em estudo qualitativo, em que as histórias de vida de adolescentes do sexo masculino e feminino, narradas, ocupam centralidade para a compreensão de como as trajetórias familiares, na escola, com os amigos e na comunidade, podem definir a formação de trajetórias infracionais. Nesse sentido, neste capítulo metodológico, não será realizada apenas uma elucidação teórica, até porque a pesquisa empírica representa um “ato de comunhão, uma forma de partilhar experiências, erros e acertos” (LYRA, 2013, p. 39) que ajudam a elucidar o objeto de estudo. Serão apresentadas mais do que construções teóricas, mas, principalmente, as histórias de meninos e meninas e suas trajetórias de infração, trajetórias de vida, até então ocultas, vividas solitariamente.

De antemão, é preciso dizer que a pandemia de covid-19, evento que ocasionou uma grande crise sanitária mundial, impactou fortemente os rumos desta pesquisa, implicando mudanças de trajetória. A título de esclarecimento, a pesquisa de campo, a princípio, iria ser realizada nas unidades de internação masculina e feminina da cidade de Belo Horizonte – MG –, cidade onde atualmente reside esta pesquisadora. Para tanto, foi solicitado junto à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo – SUASE – da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública autorização para realização das pesquisas nas unidades de internação, sob a gestão dessa subsecretaria. Após alguns meses da realização do pedido, a SUASE aprovou a proposta da pesquisa, contudo evidenciou que, em razão da pandemia de covid-19, não seria autorizada a entrada desta pesquisadora nas unidades, bem como não seria autorizado o contato com os adolescentes, por tempo indeterminado. Neste caso, apenas a autorização para a realização da pesquisa não era suficiente, era necessário adentrar a unidade e entrevistar os adolescentes. Logo, os sentimentos de frustração e desespero se somaram. Assim, havia um grande imbróglio: o prazo para a defesa da tese estava cada vez mais escasso, por outro lado, a ansia por realizar a pesquisa empírica, por adentrar ao campo era cada vez maior. Como tentativa de modificar a situação, foi realizado contato diretamente com a Diretoria de Orientação Socioeducativa – DOS –, pertencente à SUASE, com as devidas explicações acerca da situação. A diretora acolheu a demanda apresentada e se prontificou a conversar com o subsecretário, no sentido de buscar soluções. Dias depois, um técnico dessa mesma diretoria entrou em contato por telefone e informou que não seria possível o acesso a unidades por pesquisadores.

Era preciso pensar em alternativas. Como esta pesquisadora pertence ao quadro de servidores do Governo do Distrito Federal, especificamente da carreira de especialista de assistência social<sup>19</sup> da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDES –, foi sugerido ao orientador desta tese realizar a pesquisa no Distrito Federal. Após alguns contatos pessoais com colegas de trabalho da SEDES e da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS –, foi possível o contato com a assessoria da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo – SUBSIS. À época, a assessoria informou que estava sendo construído um protocolo para entrada de pesquisadores nas unidades de internação para adolescentes do Distrito Federal, no entanto era preciso aguardar a conclusão do documento. O contato com a assessoria foi mantido e, no mês de dezembro de 2020, o protocolo foi divulgado à Vara de Execução das Medidas Socioeducativas – VEMSE – do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF –, responsável por analisar e autorizar os pedidos de realização de pesquisas com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa do DF. No período da aprovação e divulgação do protocolo, o pedido para realização desta pesquisa já havia sido encaminhado à VEMSE. Todavia, necessário se fez aguardar um pouco mais, pois se iniciou então o recesso de Natal e o forense. No mês de fevereiro de 2021, a VEMSE autorizou a realização da pesquisa. Enfim, seria possível o encontro com o campo de pesquisa. A ideia inicial era permanecer no campo, realizando as entrevistas de histórias de vida, pelo período de 2 a 3 meses, o que possibilitaria explorar melhor os eventos que fossem surgindo nas narrativas das adolescentes.

Contudo, em razão do aumento do número de casos de covid-19 no Brasil e no Distrito Federal, a estratégia que estava sendo adotada pelos governadores era a de promover o fechamento de atividades não essenciais no comércio e, conseqüentemente, o fechamento das cidades para outras atividades por tempo indeterminado, a fim de, dessa forma, conter o avanço das contaminações. Essa situação seria um impeditivo para continuidade desta pesquisadora nas unidades de internação. Sendo assim, a permanência no campo foi de 20 dias úteis, sendo que a entrada nas unidades era às 9h e finalizava às 18h. Desse modo, com as entrevistas, esta pesquisadora se aproximava da rotina da unidade e dos adolescentes. Além das entrevistas de história de vida, ao longo dos dias, eram realizadas discussões com a equipe de especialistas socioeducativos<sup>20</sup> (assistentes sociais e psicólogos) sobre os adolescentes, especialmente aqueles que seriam entrevistados, e participação nos atendimentos realizados

---

<sup>19</sup> Carreira de profissionais, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, bacharéis em direito, da política pública de assistência social do Distrito Federal.

<sup>20</sup> Carreira de profissionais, servidores públicos, do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal.

pelos especialistas com os adolescentes, quando possível. Isso ajudava a lançar-se a pequenas interações na rotina dos adolescentes, com o intuito de ganhar lhes a confiança para o momento de realização das entrevistas.

Apesar de esta pesquisadora ser assistente social e ter atuado na SEDES nos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS –, a unidade de internação para adolescentes para cumprimento de medida socioeducativa era um espaço desconhecido e naturalmente gerava um certo estranhamento. Ao mesmo tempo, havia receio de como seria a acolhida pelos adolescentes, tendo em vista se tratar de uma desconhecida.

No primeiro instante, a presença desta pesquisadora nas unidades gerou desconfiança por parte dos adolescentes, expressa em olhares atentos e observadores, bem como ainda muito retraídos, como que se expressasse “quem é essa aí?”. A desconfiança cedeu lugar à aproximação a partir das apresentações realizadas pessoalmente aos adolescentes, seguidas de explicações sobre os motivos da presença daquela estranha na unidade. Logo, começaram a querer saber mais sobre a pesquisa: “você quer que a gente te conte a nossa história é?”, e a se mostrarem interessados em serem entrevistado/a(s): “que dia você vai me entrevistar?”. A aproximação aumentava e, sempre que possível, em breves encontros, se podia falar sobre assuntos aleatórios, notadamente entre as meninas, que acolhiam esta pesquisadora todos os dias, ainda que de longe, com uma recepção calorosa e em alto e bom som “Ohhh dona Camila!!! Bom dia!!!”. No caso das meninas, havia uma elevada carência afetiva que as especialistas do socioeducativo buscavam suprir na medida do possível, mas que se mantinha forte, devido à ausência dos familiares, que, em alguns casos, as abandonava. De tal modo, falar nas entrevistas era muito mais do que sair do quarto e impressionar alguém com suas experiências de vida, era um desabafo.

Foi explicado aos meninos e meninas que as informações das entrevistas não seriam colocadas nos relatórios semestrais<sup>21</sup> enviados à juíza da VIJ, mas, mesmo assim, eles e elas queriam falar. Muitos deles, ao final das entrevistas, emocionados em poder contar suas histórias, agradeciam pela oportunidade de serem escutados, de contar, muitas vezes não sem lágrimas, sobre situações marcadas pela dor do abandono, da ruptura de vínculos com pessoas tão importantes em suas vidas, dos arrependimentos pelas escolhas e pelos atos cometidos. Por outro lado, em outros momentos, era possível observar nas narrativas, tanto de meninos quanto de meninas, um entusiasmo sobre as façanhas cometidas, sobretudo aquelas que

---

<sup>21</sup> Segundo o art. 121 do ECA, § 2º, “A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses”.

exigiam astúcia, estratégia e ocupações em lugar de mando. Não obstante, isso não retirava a dor de suas histórias de vida. Na verdade, os adolescentes tratavam os atos cometidos ora como cheios de adrenalina, ora como rebeldia, conforme poderá ser identificado nas narrativas de história de vida dos adolescentes que serão apresentadas posteriormente.

Um dado sobre a entrevista biográfica faz-se importante nessa contextualização: estando os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação em “unidade total”, suas narrativas poderiam sofrer influência pela situação vivida, no entanto, mesmo que houvesse influência quanto ao local, esta, necessariamente, se somaria àquelas ligadas a experiências anteriores.

As entrevistas de narrativas biográficas tiveram como base metodológica os estudos de Santos (2012). A propósito, os meninos e as meninas entrevistados concederam entrevistas voluntariamente. Antes de iniciar as narrativas, os participantes eram informados sobre os objetivos, liam documentos éticos referentes à pesquisa e tinham a opção de não continuar. Havia como proposta por parte desta pesquisadora, com fulcro em Santos (2012), realizar até três entrevistas em diferentes momentos com cada participante. Mas, em razão da pandemia de covid-19, foram realizadas duas entrevistas com cada participante, sendo que a primeira era a exposição da história de vida de cada entrevistado, com duração entre 5 e 50 minutos. Não havia formulário de perguntas elaboradas pela pesquisadora e o/as entrevistado/as não eram interrompidos, sendo toda a narrativa gravada com anuência dos adolescentes. Na segunda entrevista, realizada em momento distinto, a pesquisadora elaborou alguns questionamentos referentes à primeira exposição com o “objetivo de provocar novas narrativas, evitando-se sempre perguntas do tipo “por quê?” (SANTOS, 2012, p. 498). De acordo com Santos (2012), “esse retorno a questões ou temas mencionados em outra etapa da pesquisa funciona como estímulo à memória da entrevistada, a fim de se obter detalhes narrativos das experiências vividas” (SANTOS, 2012, p. 498).

Para finalizar, é importante ressaltar que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica de Minas – PUC –, conforme o CAAE de número 40592420.0.0000.5137.

## **5.2 Acesso aos prontuários eletrônicos**

Antes de realizar a entrevista de história de vida com os adolescentes, estava prevista a leitura do Plano Individual de Atendimento do Adolescente – PIA. Ler os PIAs antes da aproximação com os adolescentes era necessário por dois motivos: o primeiro é que, nesse

documento, poderiam ser apreendidas mais informações sobre a história de vida do adolescente, eventos significativos de sua trajetória de vida e os motivos que os/as trouxeram para a internação. Segundamente, feita a leitura, buscavam-se informações que os/as adolescentes apresentaram nos primeiros atendimentos técnicos, ou seja, no discurso sobre si mesmos e na sua relação com o outro nos diversos espaços de convívio social, nas informações obtidas com a família e com a rede de atendimento pelas quais passaram.

De acordo com a Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE –, o cumprimento das medidas socioeducativas, dentre elas a medida de internação, consoante disposto no art. 52, dependerá do PIA, um instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente. De acordo com o SINASE, na elaboração do PIA, deve ser contemplada a participação dos pais e/ou responsáveis, uma vez que estes têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do/a adolescente. No PIA, devem constar os “resultados da avaliação interdisciplinar; os objetivos declarados pelos adolescentes; a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional; atividade de integração e apoio à família; formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual; e medidas específicas de proteção à saúde” (ECA, 1990, art. 53).

A construção dos PIAS ocorre através do SIPIA, que é um sistema de informação para a infância e adolescência. O SIPIA fundamenta-se no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – e tem como objetivos principais operacionalizar na base a política de atendimento de crianças e adolescentes, a fim de possibilitar a mais completa leitura da situação da criança e adolescente e subsidiar na formulação da política de atendimento. Desde 2012, o SIPIA foi informatizado, passando a ter acesso integrado nacionalmente, denominado “SIPIA CT WEB”, formado em três módulos. Dentre eles, o que interessa para entendimento contextual é o módulo para inserção de informações das medidas socioeducativas denominado “SIPIA-Adolescentes em conflito com a lei e as decorrentes medidas socioeducativas a ele aplicadas” – INFOINFRA. A proposta deste sistema era registrar as informações relativas aos dados socioeconômicos do adolescente; o processo de apuração do ato infracional; a aplicação das medidas; a execução de medidas; o acompanhamento das medidas; o cadastramento dos técnicos e orientadores responsáveis pelos adolescentes” (SINASE, 2006, p. 79). Além disso, o sistema poderia coletar e registrar dados das delegacias especializadas, do Ministério Público e, principalmente, das Varas da Infância e da Juventude e dos programas de atendimento socioeducativo, no que se refere a todas as medidas socioeducativas previstas no ECA. Não obstante, segundo relatos dos especialistas, o sistema não funcionava a contento e

não garantia a proposta de articulação de dados no âmbito nacional. Uma estratégia do Governo do Distrito Federal é a elaboração de um sistema próprio, com a reestruturação de documentos como relatórios e o PIA, de modo que possibilite maior eficiência no acompanhamento do adolescente, articulando os diversos órgãos do sistema de garantia de direito do Distrito Federal.

Ademais, é preciso enfatizar que o PIA, antes de 2012, era preenchido por cada equipamento que tinha seu controle através do prontuário. Com a implementação do SIPIA, os PIAS passaram a ser preenchidos dentro desse sistema, mas com um agravante, qual seja, limitar a evolução de informações no documento pelo especialista, em razão do número limitado de caracteres. Essa situação chamou atenção desta pesquisadora assim que foi possível o acesso aos primeiros PIAS. Passadas tais considerações, ressalta-se que, na unidade feminina, a leitura dos PIAS era feita pelo computador. De mais a mais, foi possível o acesso aos relatórios avaliativos de cada adolescente, formulados em conjunto pela equipe especialista, com dados do profissional da psicologia, do serviço social, da pedagogia e da equipe de agentes socioeducativos. Na unidade de internação masculina, o acesso aos PIAS se deu por meio dos prontuários físicos que, além de impressos, possuíam relatórios avaliativos e cartas dos adolescentes endereçadas à juíza da VII. A leitura desses documentos em conjunto, dispostos nas pastas de cada adolescente, garantiu mais acesso a informações sobre eles. Essa reunião de documentos se fez importante, tendo em vista que os PIAS continham poucas informações, e alguns campos não eram preenchidos. Logo, não permitiam fazer uma leitura, ainda que superficial, da história dos/as adolescentes.

Dos PIAS, foi possível coletar dados sobre a entrada dos adolescentes, assim como conhecer sua realidade social e a composição familiar. Em alguns dos PIAS, era possível obter informação sobre o acompanhamento das famílias dos adolescentes pelas políticas sociais e pelos programas de transferência de renda. Mas não era uma informação presente em todos os PIAS. O PIA é estruturado em quatro eixos: familiar; ato infracional; educação; amigos e comunidade. De forma unânime, o eixo comunidade não é preenchido. Avalia-se que o preenchimento desse eixo seria importante para conhecer a realidade comunitária do/a adolescente e garantir sua acomodação distante de inimigos comunitários nos módulos. Também seria importante para articular com os programas da política de assistência social a compreensão sobre a dinâmica do território, para intervenções posteriores à saída dos jovens do cumprimento da medida de internação.

Por fim, cabe enfatizar que, conforme dito acima, fazer a leitura dos PIAS serviria a esta pesquisa como uma base de conhecimento sobre os adolescentes antes mesmo de realizar

a entrevista de história de vida. Certamente, não é objetivo deste estudo confrontar os dados coletados nos PIAS e os dados coletados nas entrevistas de história de vida. Isso porque os dados constantes nos PIAS se referem ao olhar dos profissionais sobre a trajetória dos adolescentes, enquanto a entrevista de história de vida consiste na narrativa dos meninos e das meninas sobre suas trajetórias, a partir de uma perspectiva subjetiva e individual. E é exclusivamente essa análise dos adolescentes sobre suas trajetórias que interessa a este estudo.

Na página seguinte, consta quadro com principais informações anotadas no PIA e nos relatórios avaliativos presentes na pasta do/as adolescentes.

**Quadro 5 – Informações coletadas nos PIAS e relatórios avaliativos nas unidades de internação de meninos e meninas**

Nome	D.N	Data de Ingresso ou Elaboração PIA	Ato Infracional	Eixo Familiar	Eixo Educação	Eixo Pares	Eixo Comunidade	Outras Informações
Açucena	26/5/2002	21/9/2018	Análogo ao Roubo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proveniente de família com violência doméstica;</li> <li>- Mãe relata que, após os 16 anos, apresenta postura de enfrentamento;</li> <li>- Atualmente o pai está preso pelo crime de tráfico de drogas em unidade prisional do DF;</li> <li>- Possui vínculo fragilizado com a mãe;</li> <li>- Em atendimento a adolescente, relatou que não tem boa relação com a mãe, por isso “decidiu praticar condutas ilícitas”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresenta interesse em leitura e escrita. Frequenta a biblioteca da instituição e fez fichamentos de dois livros lidos;</li> <li>- Antes da internação, estava evadida. Tinha parado no 5º ano do ensino fundamental – Desinteresse.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Envolvimento infracional se deu em razão da influência dos pares;</li> <li>- Grupo de pares envolvido com ilicitude;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não foi informada;</li> <li>Oriunda: Ceilândia – Sol Nascente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi admitida na modalidade provisória em três ocasiões, todas por roubo: 23/12/2017; 23/3/2018; 12/11/2019;</li> <li>- Já foi aplicada medida de semiliberdade e não cumpriu.</li> </ul>
Amarilis	12/4/2002	26/3/2019	Lesão Corporal	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Família ameaçada por dívidas de drogas;</li> <li>- Passou por vários serviços de acolhimento institucional;</li> <li>- Mãe alegava dificuldade de cuidar dos filhos e trabalhar;</li> <li>- Sofreu agressões sexuais do pai;</li> <li>- Adolescente define sua infância como “péssima”.</li> <li>- Vínculos frágeis com a mãe – adolescente se ressentido pelo abandono na infância. Mãe não confia na adolescente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Histórico de evasão escolar;</li> <li>- Falta de interesse no processo educativo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não tem amigos que favoreçam seu desenvolvimento saudável.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não informado;</li> <li>Oriunda: Sobradinho/DF.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Situação de descontrole emocional, agressões físicas, automutilação e tentativas de autoextermínio.</li> </ul>
Camélia	6/4/2002	15/10/2019	Análogo a Homicídio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pais viviam juntos até os 11 anos da adolescente;</li> <li>- Mudança para o Piauí para morar com a mãe;</li> <li>- Voltou para o DF para morar com o pai;</li> <li>- Gravidez. O pai aceita o jovem pai da criança;</li> <li>- Em outro relacionamento, era ameaçada pelo companheiro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Parou de estudar em 2017 em razão da gravidez;</li> <li>- Antes disso, já possuía relação ruim com a escola. Parou no 8º ano do ensino fundamental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Amigos são apontados como fatores de risco;</li> <li>- Envolvia-se com pessoas com histórico de drogadição e contexto infracional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não informado;</li> <li>Oriunda: Samambaia Norte.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em relatório de fevereiro de 2020, consta a seguinte informação: “era uma jovem imatura e descontrolada, envolvendo-se com más companhias.”</li> </ul>

Nome	D.N	Data de ingresso ou elaboração PIA	Ato Infracional	Eixo Familiar	Eixo Educação	Eixo Pares	Eixo Comunidade	Outras Informações
Dália	3/01/2006	30/4/2019	Análogo ao Roubo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aos 8 anos de idade, fugia de casa com frequência – era “rebelde”;</li> <li>- Conselho Tutelar frequentemente acionado;</li> <li>- Acolhida em serviço de acolhimento para crianças e adolescentes no DF.</li> </ul>	- Evadida e “convivendo com pessoas relacionadas à sua conduta infracional”.	- “Na apreensão, estava morando na casa de uma amiga, de 21 anos, mãe de um filho e trabalha com bicos”.	- Não informado; Oriunda: Ceilândia – P Sul.	Uso de medicamentos e transtorno psiquiátrico – não informado.
Magnólia	23/12/2001	1º/6/2019	Homicídio e Tortura	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oriunda de família de 12 irmãos;</li> <li>- Não sabe dizer sobre casamento e separação dos pais;</li> <li>- Mãe cumpriu pena;</li> <li>Ela e os irmãos permaneceram em serviço de acolhimento institucional;</li> <li>A mãe morreu em 2017 por problemas cardíacos e o pai cumpre pena em unidade prisional;</li> <li>Por fim, vivia com companheiro, em casa de madeirite e renda de R\$400.00;</li> <li>- Cuidou algum tempo dos sobrinhos filhos de irmão preso por tráfico de drogas;</li> <li>- Adolescente foi admitida grávida, teve medida suspensa e, atualmente, o filho está em instituição de serviço de acolhimento.</li> <li>- Familiares envolvidos com crime;</li> <li>- Adolescente não fala sobre seu histórico familiar. Equipe infere que não havia figura central e que cada irmão cuidava de sua vida de maneira independente.</li> </ul>	- Parou de estudar no 4º ano do ensino fundamental.	- Não foi informado.	- Não informado; Oriunda: Planaltina/DF.	- No contexto institucional, a adolescente vive o temor por não ser aceita em razão do ato infracional cometido.
Jasmin	22/3/2004	29/7/2020	Tráfico de Drogas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pais se separaram quando a adolescente tinha 5 anos;</li> <li>- O fim do casamento foi em razão do uso de substâncias ilícitas pelo pai – crack;</li> <li>- Pai pouco presente – residente na cidade Estrutural;</li> <li>- Na infância, era calada, porém estudiosa;</li> <li>- Usava drogas e a mãe sabia;</li> <li>- Vínculos com a mãe fragilizados;</li> <li>- Dificuldade de a mãe impor limite à filha.</li> </ul>	- Está no 2º ano do ensino médio	- Não foi informado.	- Não foi informado; Oriunda: Areal/Taguatinga.	Não fica claro o envolvimento com o tráfico; - Foi “presa” em São Paulo.

Nome	D.N	Data de ingresso ou elaboração PIA	Ato Infracional	Eixo Familiar	Eixo Educação	Eixo Pares	Eixo Comunidade	Outras Informações
(Pirulito)	22/5/2003	17/9/2020	Tráfico de Drogas	- Pai morreu em acidente de carro; - O casal teve dois filhos; - A mãe possui renda da pensão do genitor de Pirulito; - Possui vínculos familiares; - Mãe pretende mudar-se para Águas Lindas de Goiás para reconstruir vida longe da infração e das antigas amizades.	- Parou no 7º ano do ensino fundamental; - Evadiu por desmotivação e brigas na escola.	- A maioria das amizades é com adolescentes do contexto infracional.	- Não foi informado;  Oriundo: Ceilândia (?).	- Começou a traficar para compra de roupa e tênis.
(Pedro)	17/3/2004	30/9/2019	Tentativa de Latrocínio	- A mãe trabalha como doméstica; - Os pais separaram quando o adolescente tinha 10 anos – momento muito difícil para o adolescente; - Possui vínculos mantidos com a família.	- Parou de estudar na 6ª série; - Motivo de evasão não foi informado.	- Amizades inseridas no contexto ilícito – “más influências”.	- Não foi informado;  Oriundo: Planaltina – Condomínio (?).	- Iniciou o envolvimento com 14 anos a partir das más influências. Iniciou roubos e manuseio de armas.
(Sem pernas)	?	16/01/2020	Roubo	<b>(informações do relatório – PIA não estava impresso)</b> - Família oriunda da Paraíba; - Atualmente reside na casa dos avós com a mãe – condições financeiras precárias; - O pai morreu quando a mãe estava grávida de Sem Pernas; - Com a família o adolescente é respeitoso; - Relatório informa pouca supervisão familiar.	- Parou no 3º ano do ensino fundamental; - Evadiu há muitos anos.	- Amigos com envolvimento em ilícitos.	- Não foi informado;  Oriundo: Ceilândia – Região Sol Nascente.	- Começou seu envolvimento infracional aos 9 anos; - Inspirado e motivado pelo “respeito” que os caras tinham por possuir arma e poder.
(Boa Vida)	Fev. 2020	2/6/2003	Roubo/Latrocínio?	- Adolescente mora com o pai e com avó paterna. Os pais se separam há 3 anos; - Possui vínculos familiares mantidos; - Mãe acredita que o envolvimento infracional foi motivado pelo descontentamento com a separação dos pais; - “a afetividade familiar está preservada e o interesse dos pais no acompanhamento da medida é fator de proteção”.	- Está cursando o 7º ano do ensino fundamental na unidade.	- O adolescente não possui conflitos territoriais, mas não se sente confortável com grupos rivais; - Pai preocupa-se com as amizades.	- Não foi informado;  Oriundo: Planaltina - Jardim Roriz.	- Ato infracional pode ter sido motivado por bullying.
(Volta Seca)	20/6/2003	Jan. 2020	Roubo/Furto	- Família oriunda do Maranhão – adolescente chegou ao DF com 1 ano e 6 meses; - Pais separaram no período de infância do adolescente; - Mãe acredita que o adolescente é revoltado pela ausência de contato com o pai; - Mãe não possui autoridade sobre o filho.	- Parou de estudar muito cedo – 3º ano do ensino fundamental; - Evadiu do contexto escolar há um ano e tinha dificuldade de aprendizagem.	- Amigos envolvidos com atividades ilícitas.	- Não foi informado;  Oriundo: Condomínio Nova Petrópolis - Sobradinho/DF.	- O envolvimento infracional iniciou aos 11 anos, quando começou a se relacionar com determinados amigos.
(João Grande)	1º/8/2003	?	Latrocínio	- Pais separados; - Mora com a mãe e com irmãos;	- Está cursando o 6º ano do ensino	- Amizade com primo que o apresentou às	- Não foi informado.	

				<ul style="list-style-type: none"> <li>- Casa cedida em região com infraestrutura;</li> <li>- Relação familiar boa e os afetos são recíprocos;</li> <li>- Mãe não sabe de histórico infracional do filho.</li> </ul>	<p>fundamental. Motivação de evasão não foi preenchida.</p>	<p>atividades ilícitas aos 13 anos. - Não possui rixas na região onde mora.</p>	<p>Oriundo: Sobradinho/DF.</p>	
--	--	--	--	--	---	---	------------------------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora com base nos PIAS das unidades socioeducativas de internação masculina e feminina.

### 5.3 Uso do Atlas T.I e Análise de Conteúdo em Bardin

O uso do Software Atlas T.I. foi realizado para codificação das entrevistas de história de vida com os adolescentes. Para tal, as doze (12) entrevistas, seis de meninas (6) e seis de meninos, bem como as dos 2 (dois) grupos focais, um com meninas e outro com os meninos, após a transcrição, foram inseridas no software, para realizar a codificação.

Salienta-se que as entrevistas realizadas na pesquisa, ou seja, a entrevista de história de vida constitui-se como um método de investigação específico. Também são definidas como “não diretivas” (Bardin, 2016, p. 93). No geral, são realizadas no espaço de tempo de 1 (uma) ou 2 (duas) horas e são repetidas em momentos diferentes, conforme ocorreu neste estudo. Nesse tipo de entrevista, segundo elucida Bardin (2016), o/a entrevistador/a lida com uma “fala relativamente espontânea, com um discurso falado, orquestrado mais ou menos à sua vontade” (Bardin, 2016, p.93).

“A subjetividade está muito presente: uma pessoa fala”. “Diz “EU”, com o seu próprio sistema de pensamentos, os seus processos cognitivos, os seus sistemas de valores e representações, as suas emoções, a sua afetividade e a afloração do seu inconsciente” (Bardin, 2016, p. 93-94).

O/a pesquisador/a, nesse caso, deve estar atento à riqueza das narrativas, levando em conta “a singularidade individual, mas também a aparência tortuosa, contraditória, com buracos, com digressões incompreensíveis, negações incômodas, recuos, atalhos, saídas fugazes ou clarezas enganadoras”. (BARDIN, 2016, p. 94). Tudo isso percebido pela pesquisadora, tanto nas entrevistas com as meninas, quanto nas com os meninos.

Finalizada a etapa de entrevistas e transcrição, para que fosse possível a fase de codificação, foi necessária a leitura e releitura das entrevistas e, nesse momento, estabelecer códigos que seriam comuns às narrativas de todos os adolescentes entrevistados. Assim, foram criados 44 (quarenta e quatro códigos), sendo que foi atribuído significado a cada um deles:

**Quadro 6 – Códigos criados para classificar entrevistas no Software Atlas T.I.**

1. A menina no homicídio	11. Especialização na infração	21. Eventos na família	31. O menino no tráfico de drogas	41. Tráfico de drogas autônomo
1. A menina no roubo	12. Evento: iniciação na escola	22. Eventos: drogas	32. O tráfico de drogas no território	42. Tráfico de drogas funciona como empresa
2. A menina no tráfico de drogas	13. Evento: interrupção da infração	23. Eventos: saídas de casa	33. Padrasto	43. Tráfico de drogas na bocada
3. Castigos físicos	14. Evento: relações comunitárias	24. Famílias sob os cuidados maternos	34. Padrinho	44. Vulnerabilidade sociofamiliar
4. Conflitos com a mãe	15. Evento: roubo como sobrevivência	25. Fome	35. Passagens pela escola	
5. Conflitos com o pai	16. Evento: tráfico como sobrevivência	26. Frevos e infrações	36. Pobreza	
6. Desemprego	17. Evento: violências	27. Laços fortes com a mãe	37. Poder	
7. Entrada na infração	18. Evento com amigos	28. Laços fortes com o pai	38. Supervisão materna	
8. Envolvimento criminal da mãe	19. Eventos marcantes na adolescência	29. O menino no homicídio	39. Supervisão paterna	
9. Envolvimento criminal do pai	20. Eventos marcantes na infância	30. O menino no roubo	40. Trajetória de institucionalização	

Fonte: Elaborado pela autora.

Depois da etapa de criação e significação dos códigos, foi chegado o momento de reler as entrevistas e aplicar os códigos em cada uma delas. Após a atribuição de códigos em todas as entrevistas, foram criados os gráficos referentes a cada categoria de análise: trajetórias familiares, trajetórias escolares, trajetórias com os pares e trajetória na comunidade. A criação dos gráficos auxiliou no processo de análise de conteúdo e ainda foi uma possibilidade de facilitar, visualmente ao leitor, os pontos de encontros e desencontros das trajetórias de meninos e meninas. Essa estratégia também é definida por Bardin (2016, p. 97) como um discurso planejado, com a possibilidade de os temas “aparecerem e reaparecem mais à

frente, em função da progressão do pensamento”. Poder-se-ia, em vez de ter utilizado esse tratamento através de software, utilizar-se outras estratégias como marca texto, por exemplo. Mas o uso do Atlas T.I facilitou todo o processo de análise e codificação das entrevistas.

Com os gráficos prontos, passou-se à fase de análise do conteúdo das entrevistas com as codificações. De acordo com Bardin (2016), a análise de conteúdo é um método empírico que se dedica à interpretação de narrativas. Para o autor, a análise de conteúdo “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2016, p. 37) cujo objetivo é interpretar as comunicações. Bardin (2016) explica que, em razão de a análise de conteúdo ter como escopo a comunicação e linguagem, pode haver o equívoco de pensar que a análise de conteúdo teria a mesma finalidade que a linguística tem, porém não é bem assim, pois a linguística se ocupa do “manual do jogo da língua e a análise de conteúdo tenta compreender os jogadores e o ambiente do jogo num momento determinado” (BARDIN, 2016, p. 49).

Posteriormente às leituras e releituras, utilizando-se perguntas como auxílio, o que é entendida por Bardin (2016) como “decifração” das entrevistas, o/a pesquisador/a buscará realizar comparação da manifestação de temas equivalentes em outras entrevistas realizadas com o mesmo sujeito ou com outros sujeitos da pesquisa. A seguir, serão iniciadas as apresentações dos campos de pesquisa e, na sequência, a apresentação das entrevistas de história de vida.

#### **5.4 A unidade de internação feminina**

A unidade de internação socioeducativa feminina do Distrito Federal foi inaugurada no mês de outubro de 2020 e está localizada na cidade administrativa do Gama. Anteriormente, as adolescentes de 12 a 21 anos ficavam internadas em uma unidade mista localizada na cidade administrativa de Santa Maria. O novo prédio foi construído exclusivamente para sediar a unidade de internação feminina e possui infraestrutura para atender as necessidades das adolescentes. Apesar disso, apresenta alguns problemas, por exemplo, a ausência de rede de acesso de dados. Nesse âmbito, a estratégia utilizada pela equipe técnica foi a adoção do compartilhamento por drive, o que dificultava em muitos momentos a realização de determinados serviços. Todavia, chamou a atenção desta pesquisadora a organização dos espaços, devidamente cuidados com pequenos afetos expressos em cartazes e jarros de flores espalhados pela unidade. A título de esclarecimento, no momento da pesquisa, havia quinze adolescentes com idades de doze a dezenove anos em cumprimento de medida de internação. Um número pequeno de adolescentes, se considerada

a lotação de unidade de internação masculina. Das adolescentes que estavam internadas, doze delas cumpriam a medida de internação estrita e três em cumprimento de medida de internação provisória ou sanção<sup>22</sup>.

Na organização dos módulos, foi preciso dividir o grupo das adolescentes entre o grupo das maiores e o grupo das menores. Isso ocorreu porque as adolescentes menores, como qualquer outro adolescente dessa idade, mostram-se mais reativas do que o grupo das adolescentes maiores. Assim, o comportamento afrontoso das menores desagradava as adolescentes do grupo das maiores, o que indicou para a equipe de dirigentes e especialistas a necessidade de separação dos grupos. Entre as meninas, o principal ato infracional cometido é homicídio, seguido por roubo<sup>23</sup> e lesão corporal.

O início das atividades de pesquisa nessa unidade ocorreu tão logo foi feito o agendamento das visitas desta pesquisadora no mês de fevereiro de 2021. Ainda por telefone, a acolhida da diretora e da vice-diretora foi importante para quebrar o gelo inicial de se chegar a uma unidade desconhecida, com pessoas desconhecidas. Na primeira visita, o primeiro contato foi com a vice-diretora. Ela, como esta pesquisadora, também é assistente social e havia defendido há pouco sua tese de doutorado, cujo campo de pesquisa também foram as unidades de internação. Sendo assim, a identificação e as trocas de conhecimento foram imediatas. Passado esse momento, os contatos aconteceram com a equipe de especialistas da unidade. As especialistas, assistentes sociais e psicólogas, dispuseram-se a apresentar os casos num formato de discussão de casos. Destaca-se que o recorte desta pesquisa contemplava adolescentes de 12 a 21 anos em medida exclusivamente estrita. No critério de exclusão, foram excluídas as adolescentes que não recebiam constantemente a visita de familiares, como pais e/ou responsáveis, já que era necessário, para realizar a entrevista com as adolescentes, a autorização. Um aspecto importante a se observar é que as adolescentes não recebiam muitas visitas, e, a partir daí, dois pontos eram centrais: as especialistas apontaram que as meninas eram muito abandonadas pelos familiares. Algumas delas recebiam visitas semanais, outras há muito tempo não recebem visitas, mas tinham a possibilidade de ter contato com familiares e amigos através das chamadas telefônicas, que podem ser realizadas quinzenalmente. Com o contexto da pandemia de covid-19, as chamadas de vídeo passaram a

---

<sup>22</sup> A medida de internação provisória pode ocorrer, segundo o art. 108 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, antes da sentença pelo prazo máximo de 45 dias. É uma medida, conforme o art. 106 do ECA, prevista nos casos de flagrante de ato infracional, devidamente fundamentada pela autoridade judicial. Já a internação sanção, albergada no art. 122 do ECA, inciso III, é a aplicação da medida de internação, por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

<sup>23</sup> O roubo consiste em subtrair de outras pessoas bens móveis, por meio de violência ou de grave ameaça.

ser utilizadas, haja vista que as visitas<sup>24</sup>, durante o período, estavam suspensas. O outro ponto é que a unidade recém-inaugurada no R.A. do Gama é mais isolada e, embora haja ônibus aos finais de semana que passa na porta da unidade, muitos familiares não conseguem, por ausência de recursos financeiros, deslocar-se para realizar a visita. Por outro lado, outros familiares, por conflitos e rompimento de vínculos com as adolescentes, fazem a opção por não realizar a visita. Tais questões levam à compreensão por parte das especialistas de que as meninas são “abandonadas” ao longo do processo de cumprimento da medida de internação.

Além disso, as especialistas da unidade observam que há uma sensação de que as medidas aplicadas as meninas seriam mais pesadas do que aquelas aplicadas aos meninos. Essa constatação parte das especialistas e da direção, que, experientes no trabalho com o sistema socioeducativo, conseguem fazer uma análise da referida realidade. Tal situação é observada principalmente quando, pelo mesmo ato infracional, os meninos são liberados da internação e as meninas permanecem por mais tempo. Esta pesquisadora confirmou a ocorrência de caso similar na breve passagem pela unidade, ao se deparar com a indignação da gerente psicossocial ao informar às especialistas que uma adolescente que aguardava sentença acabara de tê-la proferida com medida de internação estrita. Sua conduta teria sido um flagrante com uma porção de drogas. Lado outro, segundo as especialistas da unidade, os meninos são liberados ou sequer chegam à unidade de internação com a prática de ato infracional idêntico.

Tal questão permite inferir a ideia de que as meninas não deveriam estar inseridas no contexto infracional e muito menos em uma unidade de internação, haja vista o lugar de santidade atribuído à figura da mulher. Outro fato chamou atenção desta pesquisadora: na leitura dos PIAS, foi evidenciado que determinada adolescente estaria cumprindo de maneira pacífica a medida de internação, e isso seria positivo, uma vez que sua mudança de conduta favorecia no desempenho de sua função materna quando fosse liberada da internação. O olhar volta-se apenas à função materna, e toda sua trajetória de vida, de abandono e violência é esquecida. Dito de outro modo, a adolescente que desvia do seu papel historicamente imposto pela sociedade burguesa e se encaminha para a infração deve ser duramente penalizada. Outra situação que remete à ideia da disfunção da menina em cumprimento de medida socioeducativa, também percebida pelas especialistas, diz respeito à falta de investimento

---

<sup>24</sup> A portaria n. 157, de 2 de março de 2021, da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, determinou a suspensão temporária das visitas em todas as unidades de internação do Distrito Federal, em razão da pandemia do novo coronavírus. As visitas foram retomadas em 1º de outubro de 2020, por meio da portaria n. 36, de 29 de setembro de 2020, da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, respeitando protocolos de segurança, a fim de evitar disseminação do vírus.

prioritário para as meninas. Isso porque “o que sobra” das unidades voltadas para a internação masculina é encaminhado para a unidade feminina.

Passada a etapa de leituras da realidade social das meninas, urge adentrar a fase das entrevistas. O início das entrevistas na unidade feminina ocorreu no 18 de fevereiro de 2021. O expediente da unidade tinha início às 8h e, já nesse horário, esta pesquisadora se apresentou à diretora da unidade, pessoa com a qual já havia mantido anteriormente contato telefônico. Após a apresentação do espaço físico e das principais questões relativas à internação feminina, o contato passou a ser com a gerente psicossocial. Logo de início, ocorreram as primeiras apresentações às especialistas da unidade, que, em razão da pandemia, estavam se revezando no trabalho presencial. Assim, ao longo dos dias, foi possível conhecer as três especialistas lotadas da unidade. A elas foi apresentada a proposta da pesquisa e discutido sobre a adesão das adolescentes às entrevistas. Ficou decidido que, visitando cada módulo, seria apresentada a pesquisadora e a pesquisa às adolescentes que, voluntariamente, decidiriam por ser entrevistadas ou não. Nesse primeiro momento, as adolescentes ficaram naturalmente mais desconfiadas. Desse modo, na tentativa de criar vínculos, a estratégia inicial foi inserir esta pesquisadora nos atendimentos. Os primeiros atendimentos foram com as adolescentes Amarílis e Camélia. O objetivo do atendimento era falar sobre o retorno dos “saídões”, denominação dada ao benefício de saída sistemática<sup>25</sup>. Em razão da pandemia, os saídões estavam interrompidos, e aquelas adolescentes que já tinham conseguido o benefício precisaram aguardar protocolos para liberação. Era um momento muito aguardado por elas. A adolescente Amarílis, a princípio, quando percebeu a presença da pesquisadora na sala, ficou bastante introspectiva, mas permitiu que esta estivesse presente no atendimento. Aos poucos, foi se soltando. Ao final, já de saída da sala de atendimento, questionou: “que dia você vai me entrevistar? A minha história é a mais legal que você vai ouvir”. Já a adolescente Camélia entrou na sala de atendimento simpática e ficou muito alegre com a possibilidade de gozar do benefício.

A pandemia também afetou o dia a dia das meninas, que, por causa disso, estavam com pouquíssimas atividades. Observou-se que, em razão de a unidade ser recém-inaugurada, havia ainda poucas parcerias para desenvolvimento de atividades com as meninas. Ademais, o agravante da pandemia fazia com que as adolescentes permanecessem por muito tempo dentro

---

<sup>25</sup> No caso de apresentar uma evolução satisfatória dentro do programa, o juiz pode autorizar saídas em dias comemorativos e aos finais de semana, para que o/a jovem fique na companhia de seus responsáveis, em sua moradia. No entanto, deve retornar à unidade na hora e no dia convencionados pela equipe executora, sob pena de receber sanções disciplinares ou de ser considerado evadido (Cartilha/ Coleção conhecendo a 1º VIJ do DF/TJDFT).

dos módulos. Uma das estratégias da equipe de especialistas foi promover atividades físicas em formato de um pequeno campeonato de queimada, envolvendo o grupo das menores e o grupo das maiores.

As adolescentes já estavam na quadra quando esta pesquisadora chegou. Os olhares desconfiados logo cederam lugar aos questionamentos. Assim, as meninas que não estavam jogando se achegaram e logo os assuntos começaram. Dentre eles, falou-se sobre tatuagens, seus significados e flores. Todas elas disseram amar flores. As adolescentes do grupo das menores queriam ser entrevistadas, mas o critério para participar das entrevistas era ter visita no final de semana. Aquelas que já tinham sido visitadas no final de semana passado cederam lugar para aquelas que receberiam visita no final de semana que estava por chegar. Esse critério, conforme já mencionado, era em razão da obrigatoriedade da autorização dos pais e/ou responsáveis para que as adolescentes participassem da pesquisa.

Além das adolescentes, estavam na quadra no momento do campeonato as especialistas, a pesquisadora e vários agentes socioeducativos. Após várias partidas entre grupos de meninas, as adolescentes propuseram uma partida entre as especialistas *versus* adolescentes. Foram montados os grupos, e esta pesquisadora fez parte do grupo das especialistas. Foi um momento de grande diversão. Ao final das partidas, as adolescentes foram recolhidas para tomar banho e almoçar. As entrevistas começariam somente na semana seguinte, após recolher, no domingo à tarde, autorização dos pais e/ou responsáveis. Para se ter certeza da visita dos familiares, foram realizadas ligações confirmando a presença no domingo. Nesse sentido, como combinado, no domingo à tarde, foram recolhidas as autorizações dos familiares por esta pesquisadora. Os dias que se seguiram na unidade foram de realização de entrevistas. Foram entrevistadas 6 adolescentes e, passados alguns dias, foram retomados alguns pontos que ainda não haviam sido sanados nas primeiras entrevistas. Para dar esse tempo, foram iniciadas as entrevistas na unidade masculina. Havia iminência de *lockdown* na cidade, logo era preciso aproveitar bem o tempo.

### **5.5 A unidade de internação masculina**

No dia 25 de fevereiro de 2021, foram iniciadas as entrevistas na unidade masculina. A recepção e acolhida foi realizada pela gerente do psicossocial. Neste momento, foram feitas as apresentações das especialistas e do espaço em que fica alojada a equipe psicossocial, formada por assistentes sociais, psicólogas e pedagogas. Diferentemente da unidade feminina, esta unidade de Planaltina não foi construída para ser uma unidade socioeducativa. Na

verdade, ali funcionava antigamente um hospital. Os módulos onde ficam os adolescentes foram construídos recentemente e são no total 4 (quatro), subdivididos e denominados de M1, M2, M3 e M4. Cada um desses blocos tem a divisão A e B, sendo assim são M1 A e B; M2 A e B; M3 A e B; M4 A e B. No total, há 8 módulos com até 16 adolescentes em cada um deles. No momento da pesquisa, havia 83 adolescentes em cumprimento de medida de internação. Todos os menores de 18 anos e em cumprimento de medida de internação estrita já haviam sido sentenciados. A divisão dos meninos nos módulos ocorria especialmente por causa de rixas territoriais. Muitos deles se conheciam antes mesmo da internação, pois são oriundos das regiões de Planaltina, Sobradinho, Recanto das Emas e Ceilândia. O perfil social das famílias dos adolescentes no geral se assemelha dentro da lógica da desigualdade social brasileira: famílias monoparentais ou famílias extensas e reconstituídas, residentes em regiões periféricas, violentas, beneficiárias dos programas de transferência de renda, com renda de até 2 salários mínimos. Havia algumas exceções nesse perfil, mas o contexto familiar vulnerável e de risco preponderava.

A rede social de garantia de direitos, que deveria ser a grande parceira da unidade, não ocupa esse papel, tendo em vista que os serviços ofertados por equipamentos sociais, como o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS – para os casos de violência e risco social, não conseguem dar conta da demanda encaminhada pela instituição. Nesse caso, os serviços de referência e contrarreferência, estipulados pela Tipificação Nacional de Serviço Socioassistenciais, ocorrem de forma fragmentada e ineficaz. A situação de inoperância dos serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – no DF ocorre especialmente pela falta de investimento na Política de Assistência Social e pela sobrecarga de trabalho das equipes dos equipamentos como CRAS e CREAS. “A assistência social está desidratada”, é assim que a gerente psicossocial define a atual situação vivenciada pelo SUAS do DF e no Brasil.

No que tange ao acesso aos adolescentes, devido à experiência com a unidade feminina, foi solicitado que a equipe de especialistas fizesse a escolha aleatória dos que poderiam querer participar. Sobre a coleta de autorizações dos pais e/ou responsáveis, a assessora da diretoria, antes mesmo da chegada desta pesquisadora na unidade, prontificou-se a realizar contato com a VEMSE e verificar possibilidade de conseguir as autorizações dos pais e/ou responsáveis. A VEMSE orientou que as autorizações não precisavam ser recolhidas presencialmente. De posse dessa informação, os primeiros procedimentos, ao chegar à unidade, foram pegar os PIAS dos adolescentes e fazer contato com os responsáveis por cada um. De modo geral, para conversar com as famílias e fazer o pedido de autorização, foi

utilizado o recurso de vídeo chamada do aplicativo *WhatsApp*. A reação das famílias, quando se falava da entrevista, era diversa. Algumas se prontificavam e logo autorizavam, e outras, muito desconfiadas, faziam alguns questionamentos, mas, assim que entendiam, liberavam prontamente. De posse das autorizações, era preenchido o Termo de Esclarecimento Livre e Consentido, que deve ser assinado pelos pais, e colocado no lugar da assinatura – “autorização via chamada de WhatsApp”. É importante assinalar que, na maioria dos contatos familiares realizados, a figura da mãe era central. Diferentemente das meninas, o dia de visitas, aos finais de semana, era movimentado. Os meninos aparentemente não sofriam do mesmo abandono que as meninas ao longo do cumprimento da medida socioeducativa de internação. Essa situação traz à tona a seguinte análise: se a menina infratora deve ser duramente penalizada para não voltar a cometer novas ilicitudes e assumir seu papel social de cuidado familiar, os meninos, ao contrário, têm a situação do envolvimento com a ilicitude aceito e até justificado pelo fato de ser ainda muito jovem e sem discernimento para ações até aqui empreendidas. Essa foi a concepção apresentada pelos adolescentes em suas entrevistas, notadamente ao se referirem às suas mães.

O passo seguinte foi a realização da leitura dos PIAS. Na unidade masculina, os PIAS também estavam impressos e guardados nos prontuários individuais de cada adolescente. O acesso aos prontuários físicos permitia não somente ler os PIAS, mas também os relatórios avaliativos enviados de 6 em 6 meses à VEMSE. Como dito anteriormente, o PIA é elaborado atualmente no SIPIA e, por isso, não há possibilidade de inserção de maiores informações nesse documento. As informações eram mais exploradas no 1º relatório avaliativo, no qual consta o histórico familiar e infracional do jovem. Após lido e anotados dados sobre a família, escola e amigos, foi o momento de aproximação com os adolescentes. Assim como nos PIA e relatório das meninas, não havia dados sobre o contexto comunitário do adolescente. Existia apenas a especificação de que parte do DF o adolescente era oriundo.

De modo diverso do movimento inicial de construção de vínculos que foi realizado com as meninas, com os meninos isso não ocorreu logo no início. No primeiro dia, foram entrevistados dois adolescentes. Visto que era o primeiro encontro entre a pesquisadora e entrevistado, a forma de tentar “quebrar o gelo”, antes de explicar do que se tratava a pesquisa, foi introduzindo algum assunto aleatório, por exemplo: “e aí, o que você achou do jogo do flamengo ontem?”, referindo-se ao jogo final do Campeonato Brasileiro de 2020. A partir daí, a conversa desenrolava. Nas primeiras entrevistas, foi possível observar que a trajetória narrada sem rodeios era também uma forma de reafirmar a forte relação com o crime, bem como o poder, a independência e o status advindo dele. Os adolescentes

entrevistados apresentavam nas falas propriedade sobre o assunto. Passavam por um processo: aderiam ao crime e, ao longo de sua trajetória, especializavam-se em realizar determinados atos infracionais. A internação poderia ser o fim da adesão, ou apenas uma pausa, uma interrupção na trajetória infracional.

A aproximação com as especialistas permitiu também chegar-se aos adolescentes e suas histórias, na medida em que estas profissionais tinham conhecimento e sensibilidade para lidar com cada adolescente. Antes de iniciar as demais entrevistas, foram feitos contatos com os adolescentes fora do contexto da pesquisa. Desse modo, acompanhada das especialistas, foram realizadas conversas com os adolescentes no módulo da escola em distintos momentos, quando grupos de adolescentes, de módulos diferentes, brincavam de jogar pebolim (futebol de mesa). O primeiro grupo abordado foi apresentado à pesquisadora pela especialista referência do módulo. Os adolescentes ficaram curiosos com a presença desta pesquisadora e quiseram saber mais sobre como era realizada uma pesquisa; a universidade; o acesso à universidade; e o desejo futuro de dar continuidade aos estudos. Eles se mostraram interessados em participar da entrevista. Já em momento distinto, para outro grupo de adolescentes que também jogavam pebolim, houve a mesma apresentação, só que por outra especialista, porém a recepção não foi muito cordial, pois os adolescentes estavam mais interessados em tratar de questões pessoais. Como havia proximidade entre o módulo da escola e o módulo onde os adolescentes ficavam alojados, esta pesquisadora solicitou à especialista conhecer este local internamente. A especialista conversou com os agentes socioeducativos e foi autorizada a entrada no módulo alojamento dos adolescentes que estavam naquele momento no módulo da escola e em atividade recreativa.

Assim é o local: dentro de um módulo, ficam quatro quartos que estruturalmente se parecem com celas. As portas são de grades inteiriças e, do lado de fora, é possível ver todo o interior. Este, especificamente, estava com lotação de 3 adolescentes, mas era possível receber até quatro. Cada adolescente possui sua cama, com colchão, roupa de cama e travesseiro. Além disso, cada quarto possuía televisão. A programação unânime entre os meninos eram os jogos de futebol e a novela que estava sendo reprisada no momento da realização da pesquisa, “A força do querer”, da rede Globo. Na parede, havia um varal de improvisado: as roupas brancas encardidas estavam esticadas para secar. No fundo do quarto, ficam o chuveiro e o vaso sanitário ao estilo turco, com disposição próxima ao nível do chão, denominado por eles de “boi”. Para resguardar a privacidade dos adolescentes, havia uma meia parede que separava as camas do chuveiro e do vaso sanitário, mas sem porta, apenas com um vão para

adentrar e sair. O quarto estava muito organizado, mas, segundo a especialista, nem todos são assim.

Além da organização, nos quartos, há a disposição de papéis exercidos pelos adolescentes, definidores da hierarquia, para além do quarto. Muitos dos adolescentes mantêm dentro do quarto o poder que possuíam quando estavam livres na comunidade e no envolvimento infracional. Entre esses papéis, está o “xerife”, aquele que desenvolve liderança dentro do quarto. A liderança do xerife pode ser para o desenvolvimento de ações boas, como deixar o quarto organizado, manter bom comportamento interno e com os agentes administrativos, ou ruins, quando a liderança seria de incentivo a ações violentas, notadamente, com os companheiros de quarto. O tipo de liderança exercida dependeria da personalidade e trajetória infracional do adolescente. Outro papel exercido era o dos “robôs”, que são os adolescentes que fazem tudo que o xerife não queria fazer, inclusive se envolver em brigas ou fazer coisas erradas, que certamente ocasionaria alguma sanção disciplinar. Conforme dito anteriormente, a disposição dos adolescentes nos módulos depende muito de que regiões administrativas estes são oriundos e se pertencem a grupos rivais. Ocorre que, no decorrer do cumprimento da medida de internação, alguns pedem para mudar de módulo ou de quarto. O pedido é analisado pelas especialistas e pela gerência de segurança, e, verificada a possibilidade de mudança de quarto ou de módulo, esta pode acontecer. As mudanças podem ocorrer também a critério da gerência de segurança, no entanto a equipe de especialistas solicita que estas não ocorram aos finais de semana, quando não há equipe técnica na unidade para realizar intervenções com os grupos de adolescentes. Essa medida passou a ser realizada após ocorrerem casos de morte violenta na ocasião de transferências de quarto.

Findos esses momentos de tentativa de maior vinculação com os meninos, as entrevistas foram realizadas segundo a possibilidade de cada um deles.

## 6 TRAJETÓRIAS DE VIDA DAS MENINAS

A seguir, serão apresentadas as trajetórias de familiares, escolares, com os pares e na comunidade das 6 (seis) adolescentes entrevistadas. Tais categorias de análise foram constituídas a partir dos fatores de riscos apresentados pela Teoria Desenvolvimental e do Curso de Vida para o desenvolvimento das trajetórias infracionais de adolescentes, devidamente analisadas nesta tese no capítulo 1 (um) e 3 (três), especialmente por meio dos estudos de Stenffensmeier e Allan, 1996; Moffitt, 2001; Zimmerman e Messner, 2010; Hane, Doogan e Soller, 2014; Murray et al., 2014.

Seguindo um critério ético, os nomes das adolescentes serão trocados para que não haja identificação. Os nomes escolhidos farão referência a flores brasileiras. Trata-se de uma homenagem, uma vez que as meninas, como dito anteriormente, relataram a esta pesquisadora, num momento de descontração, que possuem uma relação de afeto e admiração pelas flores. A ideia, ao fazer escolha por nomes de flores, não é impingir às meninas um aspecto de fragilidade, até porque, ao ler a trajetória de vida das adolescentes, o/a leitor/a verificará que, nas situações vivenciadas por elas, era preciso força, para superar adversidades, e coragem, para lidar com um mundo de muitas incertezas e violência.

### 6.1 *“Eu gostava de roubar... por adrenalina”*: a estrategista do roubo - a trajetória de Açucena

O primeiro contato com Açucena ocorreu através da apresentação desta pesquisadora dentro do módulo. A gerente do psicossocial foi a intermediadora do encontro. Questionada se teria interesse em participar da entrevista, a adolescente, timidamente, colocou-se à disposição. No dia seguinte, antes que acontecesse a entrevista, houve um segundo encontro com a adolescente na atividade de queimada proposta para as meninas na quadra da unidade, onde foi possível estabelecer uma relação mais descontraída. Somente no dia seguinte, foi realizada a entrevista. Esta entrevistadora a aguardava na sala em que os especialistas realizam atendimentos, anexa ao módulo. A adolescente chegou acompanhada por uma agente social, vestida de branco, uniforme da unidade, coque no cabelo e no rosto um sorriso tímido. Ainda estava sonolenta, muito embora se apresentasse disposta a falar. Inicialmente, foram realizados os procedimentos éticos para a realização da pesquisa e, logo em seguida, ocorreu a entrevista com a orientação desta pesquisadora “fale-me sobre sua história de vida”. Um ponto de virada apresentado na narrativa de Açucena começa de um momento significativo de sua adolescência, que é o recasamento da mãe e a sua mudança de comportamento como filha.

Essa situação, associada à adolescência, culminou em muita revolta e diversas mudanças em sua trajetória familiar, escolar e com amigos. Então, Açucena, aos 14 anos, sai de casa e vai morar com uma tia que tinha filhos envolvidos com ilicitudes. Ao abandonar a casa da mãe, a adolescente também abandona a escola. Já morando na casa da tia, Açucena faz sua primeira aproximação com as drogas, numa festa, e “tudo começa a partir daí”. As amizades agora são com adolescentes que possuíam algum tipo de envolvimento infracional. Depois de passado um tempo na casa da tia, retorna para a casa da mãe, pois os irmãos vão buscá-la. O retorno é marcado pela mudança de comportamento da mãe, que voltou a tratá-la com afeto. Açucena analisa que a mãe se assusta com a sua saída de casa e ainda mais com a forma como retorna da temporada na casa da tia. A mãe evangélica, que exigia uso de vestimentas “adequadas” e cabelos compridos, não admite a nova versão da filha, agora com vários piercings pelo corpo, além dos cabelos curtos. Mas sua permanência na casa da mãe “não durava uma semana”, eram constantes as saídas para encontrar as amigas, sem dia e nem hora para voltar. A mãe, que já não aceitava essa situação, com frequência a colocava para fora de casa. A relação entre mãe e filha a cada dia se deteriorava mais, com “discussões por besteira”. E todas as vezes que a mãe a colocava para fora de casa, Açucena retornava para casa de sua tia. Apesar de estar na casa desta, a adolescente precisou buscar formas de se manter financeiramente, como disse a mesma: “ninguém acha nada de graça em lugar nenhum, né? A não ser na casa de pai e mãe”. Foi então que ocorreu mais uma transição em sua trajetória de vida, momento em que começou a praticar os primeiros roubos. Além de roubar para garantir seu sustento, a adolescente queria se vestir como as amigas e ter dinheiro para ir às festas, como elas. Num dado dia, após usar drogas a noite toda, a adolescente foi praticar um roubo e foi presa, aos 15 anos. Nesse primeiro episódio, ficou na internação provisória por 45 dias e foi liberada. Mesmo com a relação conturbada com a mãe, esta prestou apoio à filha indo visitá-la. Sua situação foi reavaliada e foi sentenciada com a semiliberdade. Chegou a iniciar o cumprimento, mas evadiu-se, porque queria ficar com o namorado e “queria ficar lá na bagaça com todo mundo”. A sua moradia agora seria a casa do namorado, que, tempos depois, foi preso. Açucena fez muito esforço para conseguir a liberdade do namorado, chegou a pagar advogado. No entanto, após a sua liberdade, o rapaz, influenciado pelos amigos, terminou o namoro com a adolescente. Numa tentativa de reconciliação, o casal marcou uma conversa pelo Facebook. Porém, nesse mesmo dia, os amigos, pela mesma rede social, chamaram-na para roubar e “eu fui. Fui presa, peguei retorno para a semiliberdade, evadi no mesmo dia de novo, porque achava que não ia ter consequência nenhuma, que num dava nada”. Ficou evadida por cinco meses, sem contato com a família, agora morava com as amigas. Nesse

ínterim, conheceu um rapaz com quem se envolveu. No princípio do relacionamento, ele a tratava de um jeito com que nunca havia sido tratada por ninguém. No entanto, logo que foi morar juntos, ele a trancou em casa e ela só podia sair com ele, “ir à esquina vender droga. Ficava trancada em casa e seis horas ia para a esquina, ficava à noite todinha”. O namorado começou a agredi-la e logo a ameaçou de morte. Conseguiu fugir e voltar para a casa da mãe. Nesse período, foi apreendida por evadir da semiliberdade; “pra mim foi a pior coisa que me aconteceu. Invadiram minha casa 5 horas da manhã [...] e me levaram algemada”. Para Açucena, o que mais doeu foi a mãe tê-la visto sair naquelas condições. A sentença era para o cumprimento na medida estrita, que também significaria uma transição em sua trajetória. Recebia visitas da mãe e começou a receber visitas do pai, até então uma figura distante. Até que pai e filha construíssem laços, não havia nem mesmo troca de palavras. Mas, com o tempo, aproximaram-se e “hoje em dia meu pai é tudo para mim. O que minha mãe nunca soube, meu pai sabe”. Tempos depois, o pai foi preso por tráfico de drogas, ele era reincidente, a sentença foi de 9 anos de reclusão. Açucena idealizava o suporte do pai quando saísse da internação, mas, com a prisão dele, o plano agora era “meter o foda-se”. Com o benefício das saídas sistemáticas, os conflitos com a mãe se acirram “eu e ela não dá certo. Na minha última saída, eu e minha mãe brigou e ela me colocou para fora de casa. [...] Ela me mandou uma mensagem e falou que não precisava voltar já que eu não queria ficar com ela. Ela queria que minha vida fosse igreja, casa, só que eu não queria”. A partir disso, em todos os saídões, Açucena deixava a unidade aos sábados, encontrava com as amigas, ia para as festas, uma seguida da outra e já voltava direto para a unidade na segunda-feira. A adolescente convencia a equipe técnica de que estava tudo bem e que saía sozinha porque já tinha autonomia para isso. No último saídão, a mãe de Açucena mandou um recado para ela não aparecer, “que era pra eu esquecer que um dia tive família. Eu precisava era dela.... dela me ajudar, dela me dar um apoio”. Com receio de as especialistas descobrirem que ela não estava indo para a casa da família durante os saídões, decidiu evadir-se. Juntou-se com uma amiga que também havia rompido com a família e foram morar com um amigo em comum. “Chegou lá o que nós fez? Se drogou o dia todo e de noite eu queria dinheiro, fiz o quê? Fui roubar”. Nesse assalto, foi presa e liberada, porém, no mesmo dia, foi presa novamente numa nova tentativa de roubo. Açucena foi reconduzida para a unidade de internação, quando lhe bateu o arrependimento e o questionamento “o que eu fiz da minha vida?”. Assim, começou tudo de novo. A adolescente foi colocada no módulo das sentenciadas. As amigas que

puxavam<sup>26</sup> com ela estavam aguardando o benefício do saídão e a outra ia ser liberada, todas estavam felizes. A mãe de Açucena, após nova condenação, nunca foi visitá-la. Agora, está finalizando o cumprimento de medida, sem visita da mãe, com o pai preso, sem ver os irmãos e com a compreensão de solidão nesse processo: “eu precisei quebrar minha cara, cair sozinha e levantar sozinha. Sem apoio de minha mãe, dos meus irmãos, sozinha há 1 anos e 6 meses, sem carta, sem visita”. Açucena define sua adolescência como um turbilhão de sentimentos, entre os quais a revolta. Nessa primeira entrevista, percebeu-se que a relação com a mãe foi o principal causador de transições em sua trajetória. Açucena enfatiza o sofrimento pela ausência da mãe e, ao mesmo tempo, elucida a relação conflituosa que vivia com esta “mágoa de tudo que aconteceu. Entendo que para ela era difícil, mas por outro lado eu penso que ela achava que soltando mandando sair para lá, que não ia ter que lidar com aquilo ali”.

A primeira parte da entrevista foi encerrada. Já passava de 40 minutos de falas e a adolescente ficou muito emocionada ao lembrar de eventos significativos de sua história. Foi agendada para a próxima semana uma nova entrevista. Muitos pontos haviam sido explorados rapidamente pela adolescente no primeiro contato, sendo assim, na segunda entrevista, foram abordados a história de vida a partir da infância, da relação com o pai, com os amigos, escola; a relação dela e do pai na comunidade onde viviam; e histórias anteriores às suas passagens pelo sistema socioeducativo.

Quando perguntada sobre a trajetória do pai, Açucena relata saber pouco, em razão do distanciamento entre eles ao longo dos anos. Segundo ela, o pai, Roberto, inicia sua trajetória infracional aos 13 anos, mesma época em que conhece sua mãe. A iniciação do jovem na infração começa no tráfico de drogas. Foi preso em várias situações da vida, ou por tráfico de drogas ou por violência doméstica em razão das agressões à mãe de Açucena. Ao longo de sua vida, nunca trabalhou com atividade lícita, a não ser quando precisou cumprir prestação de serviço à comunidade, em razão de alguma de suas condenações. Ele sempre evitou falar sobre seu trabalho com os filhos. Açucena relata que, antes da primeira vez que passou pelo socioeducativo, em um dado momento, acompanhada do pai, passou em frente à bocada dele e presenciou o momento no qual ele parou para fazer uma “jogada de droga”<sup>27</sup>. Ainda que tenha havido uma tentativa de discrição do pai, a adolescente entendeu e não falou nada. Ela sabia do seu envolvimento no tráfico de drogas e até em casos de homicídios na Ceilândia. O pai da adolescente é oriundo de Águas Lindas de Goiás e era dono de bocada, não só nesta

---

<sup>26</sup> “Puxar cadeia” – Referência feita pelas adolescentes para definir o tempo de cumprimento de medida de internação.

<sup>27</sup> Negociação de droga.

cidade, mas, principalmente, na Ceilândia. A mãe de Açucena, Rita, é oriunda da Ceilândia, porém sua família migrou-se na sua adolescência para Águas Lindas – GO – e foi lá que conheceu o pai de Açucena. O relacionamento do casal não foi aceito pelo pai de Rita, um homem honesto e rígido, que não aceitava que “a filha se envolvesse com um criminoso”. Não obstante a rejeição do pai, Rita foi morar com Roberto. Açucena analisa que a mãe transportou para a relação das duas toda rigidez que vivenciou na relação com o pai. Nas diversas discussões com a mãe, em que a avó materna estava presente, Açucena relata que “minha mãe sempre envolve minha avó na discussão... fala se na idade dela se eu era desse jeito?” E a própria Açucena analisa, “claro que era gente, não é à toa que se casou com o bandido com 14 anos. Eu sei como foi a adolescência de minha mãe, só não foi igual a minha porque ela não foi presa”.

A atitude da mãe é também interpretada por Açucena como uma tentativa de proteção, uma vez que vivenciou uma trajetória muito parecida na infância e na adolescência e tem conhecimento de quais seriam as consequências de seus atos “ela já falou [...] porque ela passou por isso e não queria que eu passasse. Mas [...] tentou proteger de uma forma errada. Acabou na verdade foi entregando para esse mundo”. Os pais se separaram quando Açucena tinha 8 anos. A família já havia voltado para a Ceilândia, onde os filhos foram criados. A partir daí, a família perdeu totalmente o contato com o pai. Açucena guarda na memória as dificuldades financeiras enfrentadas pela mãe, após a separação, e as tentativas, ainda que ilegais, de assegurar renda para a manutenção de subsistência dos filhos.

Eu lembro que foi com meus oito anos de idade que minha mãe ficou desempregada, a gente morava de aluguel e eu lembro que o dono da casa pediu a casa para minha mãe. E aí minha mãe pegou...antes eu não entendia, mas hoje eu lembrando, eu entendo tudo. Eu lembro que (pausa)...abrindo a janela do quarto da minha mãe, você avista o quintal do vizinho e aí eu me lembro que um dia tava tendo festa nessa casa de trás e ela se arrumou e foi. E aí, eu lembro que na curiosidade para chamar minha mãe, abri a janela e eu lembro perfeitamente ela com uma capinha de CD com “a carreira esticada” e cheirando junto com os caras. E aí, eu chamei e ela não escutou e ela virou de costa e entregou umas “dolinhas” de pó para os caras. Pegou o dinheiro, né? E fez jogada com os meninos. E eu não sabia, criança, né? Meus irmãos fechou a janela e brigou comigo. Ela passou a noite todinha lá e de manhã pagou o aluguel (AÇUCENA, 2021).

Além disso, em outro momento, Açucena ouve uma tia aconselhar a sua mãe, pois estava recebendo dos “caras” para guardar drogas no quintal de casa e aproveitava o ensejo para vender também. A justificativa que Rita deu à irmã foi a falta de emprego e a necessidade urgente de pagar o aluguel. A tia de Açucena, então, dispôs-se a arcar com a despesa do aluguel, visto que, caso fosse presa, como ficariam os cuidados com as crianças?

Não tardou para que a notícia de que Rita estava vendendo drogas chegasse até Roberto. Açucena lembra-se de acordar em um determinado dia com o pai batendo em sua mãe. Os irmãos tentaram interferir e foram agredidos. Os atos de violência por parte de Roberto eram frequentes. Contraditoriamente, foram as situações de violência que obrigaram Açucena e seus irmãos a conviverem mais proximamente com o pai na infância. Num dado final de semana, a mãe cuidadosamente arrumou os filhos para passar o final de semana com o pai. A casa onde o pai morava ficava próxima à em que Açucena morava com a mãe. Açucena lembra-se de a mãe arrumar o seu cabelo, que era bem grande, e mandá-la para casa do pai. Coincidentemente, era aniversário da menina, que foi toda feliz almoçar com o pai. Ela e seus irmãos, apesar de estarem sob os cuidados do genitor, passaram as duas noites do final de semana sozinhas. No dia seguinte à última noite, o pai chegou pela manhã com um coração de pelúcia, presenteou Açucena e saiu novamente. Nesse mesmo dia, ao voltarem para a casa da mãe desacompanhadas do pai, as crianças se depararam com a porta da casa rodeada de vizinhos e curiosos; a casa fora isolada pela polícia. Ao adentrar, Açucena lembra-se de que tudo que havia na casa estava quebrado e a mãe estava no quarto recebendo os primeiros socorros e muito machucada. Rita foi encaminhada para casas de apoio e as crianças ficaram sob os cuidados do pai “eu passei um ano morando com ele, mas era meus irmãos cuidando de mim, porque ele nunca tava. Na verdade, eu ficava mais sozinha”. Rita, após esse período sob proteção do Estado, acolhida em casa de apoio, mudou-se para a região do Sol Nascente na Ceilândia com a ajuda de sua mãe, que a auxiliou na compra de um lote. A casa foi construída aos poucos, e as crianças voltaram para os cuidados maternos. Após isso, Açucena perdeu totalmente o contato com o pai e só voltou a vê-lo quando já tinha 12 anos.

O pai de Açucena, proprietário da bocada que ficava na Ceilândia e conhecido de todos, era respeitado em todo território, tendo em vista que ocupava um papel de destaque no tráfico ali na região “tudo que acontecia ali era os caras chamando ele, perguntando pra ele... eu era pequena, mas lembro dele mandando em tudo”. Recentemente, mesmo após a prisão de Roberto, os vendedores ligados à sua bocada mantinham respeito à sua figura e dos seus familiares. Ser filha do dono da bocada trazia à Açucena um tratamento diferenciado, de respeito. Roberto mantém a gestão do negócio mesmo estando na prisão. O poder de Roberto se estende a Águas Lindas, onde, antes de ser preso, estabelecia moradia e o poder no tráfico. Açucena se lembra de na infância os moradores procurarem Roberto para pedir auxílio na compra do gás ou, até mesmo, para colocar ordem na rua ou no bairro quando crianças e jovens causavam incômodos à vizinhança.

“os noiado, usuário de crack, trocavam alimentos, material escolar pela droga. Meu pai sempre tinha e ficava dando para compra e material escolar pros outros. Tanto em Ceilândia quanto em Águas Lindas – GO” (AÇUCENA, 2021).

A bocada de Roberto funciona como uma pequena empresa, e as pessoas se inserem com cargos e funções diferentes, a depender do posto que ocupe na hierarquia: gerente, vendedor, todos subordinados ao patrão.

Açucena, em um período de sua vida, envolveu-se mais fortemente com o tráfico de drogas. Foi o momento de sua trajetória em que ela se especializa na infração como vendedora e posteriormente como traficante de drogas. A princípio, não foi nada planejado, até porque a gestão da bocada, assim como a venda varejista não atraíam a adolescente, que tinha uma preferência pelo roubo. A falta de interesse pela venda de drogas está principalmente no fato de que estas podem acarretar a decadência do comprador, que pode ser amigo ou mesmo familiar, como o pai e a mãe. De acordo com Açucena, as drogas mais vendidas são cocaína e pedra de crack, mesmo o vendedor oferecendo todos os tipos. Despretensiosamente, a venda de drogas aconteceu em sua trajetória. Tudo começou nos frevos, frequentados por ela, nas sextas-feiras. Um amigo vendia rohypnol nesses frevos e a mesma quantidade que ele vendia, ele usava.

teve um dia que a menina perguntou se eu conhecia alguém que vendia e eu levei ela nesse meu amigo. Ele tava doidão, deixou cair dinheiro no chão. Aí eu falei assim, deixa eu fazer a jogada pra você. Todo mundo já me conhecia, comecei a vender pra todo mundo, eu falei ah! Tô ganhando dinheiro pros outros, porque não posso ganhar pra mim? Não tô fazendo nada e comecei a pegar através dele. Comprava dele as telas de rohypnol e vendia na festa. Só que eu vendia só em festa. Pegava e vendia (AÇUCENA, 2021).

Com o tempo, Açucena deixa de ser apenas vendedora independente, quando conhece Yuri. Ele era um amigo na época em que ela namorava Flávio. Este trabalhava com atividades legais, não tinha envolvimento com o ilícito. Já Yuri roubava e traficava. Sabedor da experiência de Açucena com vendas, Yuri a procura para venderem drogas juntos. Açucena conhecia um traficante da região do Sol Nascente, mas o produto dele não era de qualidade, por esse motivo não tinha muita saída. No momento em que Yuri a convida para venderem drogas juntos, Açucena estava envolvida com a venda autônoma em festas e, paralelamente, praticando roubos com os amigos. Ela aceita o convite dele.

Vamos! Eu peguei uma parte do dinheiro do roubo e ele pegou parte do dinheiro dele e começamo junto. Pegamo pó de um cara de outra quebrada e começamos. Nós mesmos começamos a nossa própria bocada. Começamos a vender, e começou eu ele (AÇUCENA, 2021).

A bocada funcionava na casa de Yuri. O empreendimento foi ganhando dimensão no território que atende pela famosa propaganda “boca a boca”, pois são os fregueses que indicam onde comprar a droga de maior qualidade. No início, Açucena ficava responsável junto com Yuri por pesar e armazenar em pequenos pacotes para venda, enquanto ele fazia o trabalho de venda na rua, especificamente nas esquinas da região onde funcionava a bocada e nas festas. A princípio, Açucena engajou-se no empreendimento através do trabalho burocrático e prático, mas relutava em estar à frente das vendas. A adolescente preferia se dedicar ao que ela gostava de fazer no mundo do crime: “eu gostava de roubar, por questão de adrenalina”.

O envolvimento como sócia da bocada, ainda que inicialmente tenha ocorrido timidamente, precisava ser mais intenso. A bocada foi crescendo, e, em pouco tempo, Açucena e Yuri, como patrões, possuíam outros adolescentes subordinados a eles, que se dedicavam à compra e venda de drogas. Além de repassarem a droga para os adolescentes, era preciso dar suporte a estes para irem para rua vender, com armamentos.

levanta muito rápido a bocada. Acho que por isso, o envolvimento no tráfico é muito grande. Sempre os menorzinho gostava de entrar no tráfico pra ficar vendendo. Eu falava para o irmão do Yuri vai arrumar emprego. Ele falava: arrumar emprego pra quê? Enquanto o povo trabalha o mês inteiro para ganhar 1 salário-mínimo, numa noite eu ganho R\$2.000 reais (AÇUCENA, 2021).

Açucena admite que conseguiu adquirir muitas coisas a partir do dinheiro do tráfico e dos roubos, porém já não os tem mais “*o que vem fácil, vai fácil*”. A bocada foi crescendo numa proporção que Yuri e Açucena perderam o controle. Os dois já não conseguiam atender a demanda dos adolescentes que iam buscar a droga para a venda. Foi necessário que Flávio, namorado de Açucena, até então não envolvido com o tráfico, ajudasse na organização da bocada. Chegou ao ponto de os adolescentes procurarem por Flávio e Açucena durante as madrugadas na casa de Flávio, para pegar mais drogas. Quando deu por si, já estavam tomando conta de duas bocadas, uma na casa de Yuri e outra na casa de Flávio, as duas na mesma região da Ceilândia. Até então, Açucena dividia a gestão da bocada com Flávio e Yuri. Nesse período, as bocadas já possuíam um volume alto de venda e lucro. Num dado dia, os dois resolveram sair para roubar armas e foram presos. Açucena precisou assumir sozinha o comando das bocadas. De acordo com a adolescente, foi difícil no início impor respeito aos adolescentes que atuavam vendendo drogas nas bocadas sob o seu comando.

ah é mulher! Os menorzinho de 13, 14 e 15 anos, vinha querendo me levar na idéia, e eu falava num é assim não. Foi quando eu vi que eu tava no controle de tudo. Aí teve um dia que os menino tava na esquina e eu nunca ficava ali. E nesse dia eu parei para conversar com os meninos. Mais cedo eu tinha saído para comprar a cobal<sup>28</sup> dos meninos (Yuri e Flavio) e tinha um carro parado. E todo mundo se conhece e chegou gente nova a gente sabe que não é dali. Já desde de cedo esse carro tava parado na frente da casa de Yuri. Passei por esse carro, parei pra me olhar no espelho do carro, me arrumei, fui no mercado e voltei. Era desses carros de vidro fumê, passei e olhei de novo. Passou o dia ali. A vizinha falou: aquele carro ali tá vigiando vocês. No que eu virei para falar com o menor, ele foi me passar o dinheiro, no que ele tirou o dinheiro pra me passar, quando eu vi o cara tava atrás de nós, os meninos correram. Eles anunciaram, “é polícia, é polícia” ... eu falei meu Deus. E só tinha eu de mulher (AÇUCENA, 2021).

O policial desconfiou e perguntou por qual motivo Açucena estaria ali, porém, sem levantar suspeitas, foi liberada. E ela apenas assistiu do outro lado da rua aos adolescentes serem abordados pelos policiais. Os policiais revistaram a casa de Yuri, onde funcionava a bocada e acharam drogas, dinheiro e produto de roubo, realizado por Açucena. Os adolescentes abordados pela polícia logo foram liberados e não caguetaram<sup>29</sup>, certamente, acredita Açucena, porque ela estava ali por perto. Assim que Yuri e Flávio foram liberados, ela abandonou o tráfico e foi se dedicar apenas aos roubos, que a levaram ao cumprimento de medida socioeducativa de internação, como sentenciada. Esse último foi a transição em sua trajetória de vida, que ocasionou a interrupção na sua trajetória infracional.

## **6.2 “Não tenho cara de quem vende droga”: a empreendedora do tráfico – a trajetória de Jasmin**

Como dito alhures, a presença desta pesquisadora levantou grande curiosidade, logo muitas adolescentes se candidataram a participar das entrevistas, mesmo sem saber muito bem do que se tratava. Foi explicado a elas que só participariam das entrevistas as adolescentes que iriam receber familiares no final de semana seguinte, tendo em vista a necessidade de autorização dos pais. Jasmin logo informou que sua mãe iria comparecer, fato que garantiria sua participação na pesquisa. Sendo assim, conforme combinado, esta pesquisadora esteve na unidade no domingo, dia da visita para solicitar a autorização da genitora, para que sua filha fosse entrevistada. Na semana seguinte, de posse da autorização da mãe, foi realizada a entrevista de Jasmin. Esta começou a narrar sua história de vida colocando como marcador a sua trajetória infracional. De acordo com a adolescente, a relação com a mãe era muito ruim, e os conflitos entre Jasmin e outros membros familiares, como o irmão, eram motivos para

<sup>28</sup> Alimentos e materiais de limpeza levados por familiares aos adolescentes em cumprimento de medida de internação.

<sup>29</sup> Gíria de dedurar, delatar.

reforçar a relação conflituosa com a genitora. Os conflitos familiares foram o estopim para o que Jasmin denomina de rebeldia. Na rebeldia da adolescência, Jasmin reencontrou uma amiga que a viu crescer, e com ela foi morar, evento que culminou na transição em sua trajetória de vida. A amiga de Jasmin já havia assumido os encargos da vida adulta: era mãe e sustentava sozinha o filho. Com esse cenário, Jasmin precisou sair para trabalhar e auxiliar nas despesas. A sua vida estava bastante confusa, além disso a adolescente percebeu que não seria fácil conseguir emprego rapidamente. A alternativa “mais fácil”, mas pode-se denominar como a mais acessível naquele momento, por não exigir idade mínima, experiência profissional, bem como não exigia escolaridade mínima, era o tráfico de drogas. Assim, Jasmin começou a vender drogas e rapidamente deslumbrou-se, pois ganhava uma boa quantia, o suficiente para arcar com as despesas da casa e a outra parte seria para custear roupas, festas e afins. O envolvimento cada vez maior com a venda de drogas a levou a reencontrar um amigo de infância, que a convidou para passar um tempo no estado de São Paulo. A adolescente relata que aceitou o convite, foi e ficou, tempo suficiente para se envolver com o tráfico de drogas na capital paulista. Nesse interim, o amigo foi preso. Sem condições de permanecer em São Paulo, sozinha, a adolescente optou por voltar para o DF e morar novamente com a amiga. No entanto, para retornar, Jasmin precisava passar na cidade de Ribeirão Preto e pegar drogas que havia comprado para revender no DF. De posse da droga, ao retornar, o ônibus que estava foi abordado pela Polícia Rodoviária Federal e a adolescente flagrada, com o entorpecente que estava em sua mochila, bagagem de mão. Por causa desse fato, foi encaminhada para a Fundação Casa em São Paulo, onde ficou por 6 meses. Até esse momento de sua vida, os vínculos familiares estavam rompidos e a mãe de Jasmin não tinha nenhuma notícia dela: “a primeira vez que eu reencontrei minha mãe, depois que eu saí de casa, foi aqui dentro. Eu tinha medo de falar com ela e ela me rejeitar, porque minha mãe era muito rígida, sabe”?

Fazendo uma retrospectiva de sua vida, Jasmin define sua infância como muito boa. Mais dos meninos, soltava pipa, jogava queimada e fugia para “banhar em córrego”. A adolescente é oriunda de família pernambucana. Os pais de Jasmin migraram para Brasília e constituíram lar no bairro de Areal, pertencente à cidade satélite de Taguatinga – DF. O pai era provedor da família e a mãe, em razão de uma deficiência visual, não trabalhava fora, ficava responsável pelos cuidados dos filhos em casa. Jasmin relembra que, quando tinha 6 anos, seu pai começou a fazer uso de crack, bebia muito e ficava agressivo, principalmente com a mãe. A mãe, segundo a adolescente, também era agressiva com os filhos, não sabia conversar e orientar. A violência que envolvia o casal desgastou a relação, que acabou

especialmente pelo uso excessivo de crack pelo pai, que chegou, durante um período, a ser internado. Após a internação, a mãe de Jasmin tentou ajudá-lo, todavia, como ele continuou usando drogas, ela desistiu de ajudá-lo e ele “sumiu no mundo”. Depois de um tempo, o pai retorna e busca reaproximar-se dos filhos, com visitas constantes aos finais de semana. A relação de proximidade com os filhos durou até que tivesse outra recaída. Novamente, após um período sumido, reapareceu, agora com uma nova companheira, que, segundo Jasmin, cuidava muito bem do pai.

Um período marcante para Jasmin foi o início de sua adolescência. Ela define esse como o momento em que a mãe “estava desandada”. Ela refere-se ao período no qual a mãe bebia muito e fazia uso de drogas. O fato foi ocasionado pelo fato de a genitora da adolescente ter se envolvido afetivamente com um traficante de drogas e, a partir daí, começou a beber muito e a fazer uso de cocaína. Após o fim desse relacionamento, a genitora envolveu-se com outra pessoa e engravidou, e foi na gravidez que esta parou de usar drogas. A relação entre Jasmin e a mãe “dava choque”, porque, consoante a adolescente, quando a mãe brigava com os irmãos, estes baixavam a cabeça para ela, enquanto Jasmin, ao contrário, respondia e entrava em conflito. Outro motivo que dificultava a relação mãe e filha era a rispidez no trato e a falta de afeto: “Ela gostava de mim e não demonstrava. E eu também gostava dela, mas também não demonstrava”. O rompimento dos laços com a mãe aconteceu aos 15 anos e Jasmin saiu de casa.

A trajetória infracional, iniciada aos 14 anos, dá-se sem nenhuma outra experiência infracional anterior. A oportunidade de trabalhar no tráfico de drogas surgiu primeiro por meio da venda consignada da droga. A adolescente pegava pequenas quantidades com uns rapazes amigos da região: “ele soltava um “f” (fiado) na minha mão e eu vendia e pagava eles. O resto era meu lucro. E foi aí que eu comecei a me ligar como é que era”. Depois de aprender as estratégias de vendas de forma autônoma, a adolescente tem a possibilidade de se inserir em uma bocada. A irmã de sua amiga estava cumprindo pena privativa de liberdade e se mantinha como proprietária de uma bocada. Estavam acontecendo uns problemas de gestão do negócio e Jasmin se colocou à disposição para ajudar na condução dos trabalhos.

E: ela me soltou nessa bocada

P: te soltou como?

E: me soltou colocando droga na minha mão, eu vendia a droga e a gente dividia o lucro.

P: e como era seu contato com a proprietária?

E: pela visita que minha amiga fazia a ela

P: e quem administrava essa bocada?

E: A sobrinha dela maior de idade. Ela pegava e dividia a droga e eu só ia lá vender (JASMIN, 2021).

Sobre as amigas e a influência para o desenvolvimento de sua trajetória infracional, Jasmin relata que os amigos mais velhos, envolvidos com o crime, a alertaram de que a vida do crime era temporária: “se eu quisesse seguir, era questão de tempo. Que era só ilusão. Tem muitos que incentivam, né? E eu queria também. Jasmin fala que, no mundo do crime, as meninas não levantam suspeitas: “se você encontra uma menina que nem eu, não tenho cara de quem vende droga. Uma menina no meio daquele tanto de homem vendendo droga. Pra mim lá era a revolução”.

A rotina de Jasmin na bocada seguia as regras do horário comercial. A adolescente entrava na bocada diariamente às 13h e lá permanecia até às 18h, quando era substituída por um colega que iniciava na bocada neste horário. A bocada funcionava em um barraco de madeira, no meio de outros, que serviam de residência, no Areal. Segundo Jasmin, a venda e a gestão do negócio eram organizadas:

é tudo organizado, muitos pensam que é fácil vender drogas, mas não é não. Porque esses barracos fica em uma invasão. Tipo tem que pagar pra vender droga lá. E se invadirem lá, caso a polícia invadir, você tem que assumir tudo que tá lá dentro. Por que senão, vai dar problema, na vida do crime, vão vir te cobrar (JASMIN, 2021).

A ida de Jasmin para São Paulo foi uma tentativa de empreender no Areal e ofertar um produto diferenciado aos clientes: “lá na minha cidade não tava tendo maconha boa. Aí eu, na minha cabeça, né, pensei, vou pegar uma maconha boa e vou explodir de dinheiro”. O Areal não é identificado no DF como um território violento. O local onde ficavam os barracos de madeira, indicado por Jasmin em sua entrevista de história de vida, era um lugar mais afastado da área residencial e comercial do bairro, denominado por invasão.

Mesmo após ter saído da casa da mãe e com o envolvimento no tráfico de drogas, a adolescente nunca abandonou a escola e não utilizava o espaço para vender drogas: “eu não envolvia essas coisas com escola, não. Independente que eu tava na vida do tráfico, eu queria ter um futuro, sabe?”. Na escola, Jasmin se autoavalia como uma boa aluna, mas que, hora ou outra, tinha envolvimento conflituosos, sobretudo com as meninas, justificado por causa da “rebeldia”. Como estudante, avalia que aprendia rápido, gostava de estudar e nunca deu trabalho à sua mãe por falta de interesse nos estudos.

### **6.3 “Eu não vou pagar simpatia pra tu não”: a menina insubordinada do tráfico de drogas – a trajetória de Dália**

O primeiro contato com Dália também ocorreu no momento da quadra, quando as meninas se organizavam para jogar queimada. Dália se destacava pela beleza e, principalmente, por suas atitudes de euforia e muita alegria, características de uma menina ainda bastante jovem; acabara de completar 15 anos na unidade. Alegre e falante, logo quis saber o que esta pesquisadora iria fazer ali e se dispôs a participar, informando: “minha mãe vai vir domingo”, já dando, por certa, sua participação na pesquisa. A autorização dos familiares de Dália também foi conseguida no dia da visita, no domingo. Assim, ela aguardava ansiosamente para ser entrevistada. No momento da entrevista, chegou à sala de atendimento, anexo ao bloco, acompanhada pela agente do socioeducativo, também denominada pelas meninas de “dona agente”. Dália chegou sorridente, havia conversado rapidamente com a especialista que a acompanhava e recebera a informação de que poderia ocorrer um encontro ou uma conversa com o pai. Não obstante, seria preciso ter cautela, já que o pai já havia constituído nova família, e essa aproximação requereria cuidado. Estava feliz e angustiada, havia o medo de o pai não querer estabelecer contato com ela. Era seu sonho, desejava viver o momento em que poderia falar com ele. Rapidamente, relatou que, na infância, sofria ao ver as outras crianças, seja no bairro, seja na escola, na companhia dos seus pais. Ela desejava esse mesmo cuidado paterno, mas nunca teve. A adolescente começou a narrar a sua história do ponto considerado por ela o mais importante, aos oito anos, quando foi para o serviço de acolhimento para crianças e adolescentes e lá ficou dois anos: “eu era atentada, né? Mas quando fui pra o abrigo, eu voltei pior pra casa. Ela relembra que, durante a infância, passou por vários serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Era frequente o caminho casa – serviço de acolhimento para crianças e adolescentes. Segundo Dália, o envolvimento infracional começou no período em que ainda estava acolhida institucionalmente. Dentro do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, experimentou drogas e evadia para cometer furtos no Centro da Ceilândia. A partir daí, foram várias passagens em razão do envolvimento em diversos atos infracionais. Na quinta passagem, a trajetória infracional da adolescente foi interrompida, quando sentenciada a cumprir medida socioeducativa de internação. Assim, a adolescente resumiu sua história de vida. A partir de então, foi solicitado que narrasse sobre as lembranças que possuía da sua infância. Dália relatou lembrar-se de sua mãe chorando na porta de casa e a ausência paterna: “eu nunca estive frente a frente com ele”.

Retomados os pontos importantes de sua história de vida, confessa que morava com sua família extensa, mãe, avó, primos e tias, tudo na mesma casa, localizada na Ceilândia Sul. Em um determinado período, a mãe de Dália casou-se com o pai de sua irmã mais nova. A nova família constituída se mudou para outra quadra da Ceilândia Sul, porém, após algum tempo, o casamento acabou e ela, a mãe e a irmã voltaram a morar na mesma rua onde a avó morava, mas em outra casa. As demais irmãs de Dália sempre permaneceram morando com a avó, porém ela permanecia morando com a mãe: “meu avô fala assim, que quando eu for velhinha, vou ser a única a cuidar dela, porque eu não desgrudei dela. Nós era um grude quando eu era pequena, mas, quando eu cresci, eu fiquei rebelde”. A manutenção financeira da família sempre ficou por conta do avô materno. A mãe de Dália às vezes fazia trabalhos esporádicos como faxineira, entretanto não garantia renda o suficiente para arcar com as despesas familiares. Na escola, a adolescente lembra-se de dar muito trabalho ao desafiar as professoras e no recreio bater nos meninos. Houve apenas uma professora que permaneceu na memória de Dália: “a professora Rosa, eu gostava muito dela. Nisso, eu não queria fazer o dever de casa, ela me emprestava o celular dela, pra ficar mexendo e eu não sair da sala”. A primeira experiência de acolhimento institucional aconteceu aos 8 anos, justificado pelo fato de Dália passar muito tempo na rua de casa brincando, razão que fez com que vizinhos denunciassem a situação ao conselho tutelar. Nessa época, Dália passava o dia brincando na pracinha e, por vezes, não dormia em casa. A rua era o lugar da brincadeira e das primeiras experiências com o proibido, era comum fumar bituca de cigarro escondido. Na verdade, Dália não dormia na rua. Uma vez que passava o dia na rua brincando, tinha medo de voltar para casa e sofrer retaliações da mãe, assim optava por ir dormir na casa da amiga Maria, a qual morava com a mãe e irmãos.

Após a denúncia dos vizinhos, passou dois anos em um serviço de acolhimento para crianças e adolescentes: “lá tinha muito má influência, lá os menino fumavam maconha e ficavam me chamando. Só que eu tinha medo das técnicas me bater se descobrisse. Mas depois eu pensei, elas não são minha mãe. Ah! Eu vou fumar”. A partir daí, começou a desafiar os profissionais do serviço de acolhimento. Ao longo dos dois anos de acolhimento, recebia visitas da mãe e da irmã mais nova. Após passado esse período, foi reintegrada com a mãe. No retorno para casa, já havia experimentado todo tipo de drogas, menos crack.

P: nessa época que você estava no serviço de acolhimento para crianças e adolescentes você evadia?

E: “sim, todo dia eu evadia. Ia para casa de minha mãe. Aí o moço do abrigo já sabia onde eu estava e toda vez ia lá. Aí eu parei de ser besta, porque o povo do abrigo já

sabia onde eu tava e eu ia pra outros lugar. Aí quando eu tava com sono eu voltava pro abrigo” (DÁLIA, 2021).

Foi nesse período que começou a frequentar o Centro da Ceilândia. O uso de maconha e rohypnol era sistemático. Saía da casa da mãe e dirigia-se para o Centro da Ceilândia todos os dias. A mãe, como estratégia para afastá-la das ruas, mudou-se para o P Sul, região da Ceilândia. Não adiantou, e, mais uma vez, a mãe fez a tentativa de se mudar para Águas Lindas de Goiás – GO: “nisso minha mãe viu que não adiantou, eu pegava o ônibus e ia para o Centro da Ceilândia”.

P: O que te atraía no Centro de Ceilândia?

E:” É porque eu fumava maconha lá todo dia (DÁLIA, 2021)”.

Além disso, na região central da Ceilândia, Dália tinha muitos amigos. Aos 11 anos, novamente, foi acolhida em um serviço de acolhimento para crianças e adolescentes localizado em Águas Lindas – GO –, município onde atualmente a mãe residia. Não obstante, a adolescente fugia constantemente para o Centro da Ceilândia, onde já tinha feito muitos amigos. Com o tempo, esses amigos começaram a fazer uso de crack e Dália se afastou, tinha medo de ser estigmatizada como “fuma pedra<sup>30</sup>”. No Centro da Ceilândia, a introdução de Dália no mundo do roubo começou pelas lojas e pelos mercados: “eu ia na loja de roupa e colocava na bolsa as roupa tudim dentro quando as pessoa não estava olhando, aí depois de um tempo eu comecei a roubar as pessoas na rua, porque o povo falava que loja de roupa não dava mais nada”. Como relata a adolescente, com o tempo, o grupo com o qual se relacionava no Centro da Ceilândia a iniciou no roubo e, mais tarde, houve uma espécie de especialização, agora com o roubo de pessoas nas ruas do Centro da mesma cidade administrativa.

P: O que você roubava das pessoas?

E:” bolsa, celular”

P: E você usava algum tipo de arma?

E: “Ahram”.

P: Que tipo de arma?

E: “Faca, arma mesmo”.

P: E como conseguia essas armas?

E: “Eu conhecia os meninos da 3 norte (Ceilândia), aí tipo assim, eles me emprestava. Aí tipo, se eu roubasse uma casa, aí eu tinha que dar R\$1,000, porque ele tinha me emprestado a arma. Ou se não, ele só me emprestava a arma, mas se eu rodasse com a arma, tinha que pagar outra do mesmo preço”.

<sup>30</sup> Entre o grupo de adultos ou adolescentes, existe um preconceito do grupo de usuários de drogas ilícitas, mas que não usam crack, contra os usuários de crack, e estes não aceitam se envolver com os “noia” ou os “fuma pedra”. Há uma concepção diversa para esse estigma, mas, especificamente, a não aceitação pelo grupo de usuários de maconha e cocaína dá-se por os usuários de crack serem considerados sujos e pelo fato de roubarem para conseguir comprar a droga.

Ao longo desse período, na tríade acolhimento – casa – Centro da Ceilândia, Dália “rodou<sup>31</sup>” várias vezes. Mas sempre era liberada e voltava para a rua. A primeira vez que foi sentenciada e levada para a unidade de internação, segundo a adolescente, foi graças à ação da mãe, que a delatou na audiência com a Juíza da Vara da Infância.

Foi minha mãe que me sentenciou a bem dizer, né? No dia da minha audiência, ela foi e a juíza perguntou como eu era em casa, se eu era tranquila. Porque ela ia me dar mais uma chance. Só que minha mãe foi falar lá...mas pelo menos eu agradeço minha mãe, né? Falou que eu dava muito trabalho, que dava meia noite e eu já tava me arrumando pros machos, só que era mentira (DÁLIA, 2021).

Mas, antes que fosse cumprir a medida de internação, houve uma nova tentativa de acolhimento institucional: “eu bati o pé. Eu falei que não era uma menina sem pai e sem mãe. E que se me colocasse lá, eu ia fugir e só ia dar trabalho para eles. Aí eles abriram o portão pra mim”. Era preciso mais uma tentativa de mudar a história de Dália, e a estratégia foi colocá-la para morar com o avô. Uma figura que não possuía laços sanguíneos com a adolescente, mas afetivos. Apesar deste a aconselhar e ser bastante presente na vida de Dália, ela insistia em ir para a rua. A permanência na rua aconteceu juntamente com o maior envolvimento no tráfico de drogas, que surgiu como uma possibilidade de renda através da atividade autônoma de venda, que garantia o sustento básico através do pagamento do aluguel, compra de alimentos e roupas. A moradia era dividida com a amiga Antônia, de 24 anos. Além de companheira de aluguel, Antônia era companheira de Dália na rua, no Centro da Ceilândia. A relação entre as duas, no entanto, teve fim, porque Antônia se prostituía, “ela me chamou, eu falei que não”.

P: Vocês cometiam atos infracionais juntas?

E: “Sim, roubo tráfico. Eu não queria me prostituir, já dava muito desorgulho para minha família, né?”

Por outro lado, na relação com os traficantes no Centro da Ceilândia, a adolescente reflete que não tinha humildade nenhuma no trato com as pessoas que comandavam o tráfico no local: “ele tipo querendo comandar, aí eu falei bem assim, que não era robozinho de ninguém não. Eu tava ali pra fazer meu corre, não era pra pagar simpatia pra ninguém”. Dália não se submetia à divisão social do trabalho, através da formalização de sua atividade e atuava na informalidade, “pegava e vendia. Eu comecei pegar 5 gramas.... aí fui vendendo. *Do*

<sup>31</sup> Se dar mal, ser pega em flagrante pela polícia e conduzida à Delegacia de Crianças e Adolescentes – DCA.

que fui vendendo, já fui pegando mais de 10, 15....aumentando né?” A adolescente não se submetia aos comandos da hierarquia do tráfico: “eles falavam bem assim, é minha vez, é minha vez.... e eu falava num é tua vez nada”.

P: Em algum momento da sua trajetória, você sentiu muito medo?

E: “Ah! Teve. Foi no dia que Joãozinho morreu. Porque ele era impossível, igual eu. Eu tipo me vi ali que meu destino ia ser igual o dele. Fiquei com muito medo.”

P: Como o Joãozinho morreu?

E: De tiro. Lá no Centro da Ceilândia. Morreu de tiro pelas polícia.

Dália vivia sozinha no Centro da Ceilândia e, após tentativas frustradas de moradia com a mãe e com o avô, foi sentenciada a cumprir medida socioeducativa de internação: “eu dei graças a Deus que vim pra cá. Antes meu pensamento era matar e roubar. Porque se não tivesse vindo, poderia estar morta hoje. Porque eu era muito folgada”.

As relações estabelecidas por Dália na rua, com os roubos e a venda de drogas, renderam- lhe dinheiro e independência, mas os desafios e os conflitos vividos com a polícia e com os traficantes, associados à possibilidade de ter sua vida finalizada abruptamente, como Joãozinho, conduziram- lhe ao desejo de voltar à infância, quando não tinha essas preocupações e estava sob os cuidados familiares.

P: Esse dinheiro dava pra você viver bem?

E: “Dava, mas se fosse pra escolher, voltar na máquina do tempo assim, eu passaria necessidade, igual eu passava necessidade quando era pequena. As vezes não tinha o que comer, minha mãe se virava do avesso para arrumar coisa pra gente comer. Preferia passar fome, passar necessidade do que ter me envolvido com tudo isso”.

Como dito no início da história de vida de Dália, a rua, na infância, simbolizava o lugar da brincadeira. Ao finalizar sua narrativa, já falando da adolescência, a rua aparece com uma representação dual:

P: O que a rua representa pra você?

E: “Ixxxxiii.... era minha casa. Ali eu me sentia protegida”.

P: E hoje, o que ela representa para você?

E: “Aí, hoje quando eu sair daqui, eu tenho é medo, sabia? Eu tenho medo de voltar a ser a Dália de antes. Porque foi nessa pilha de fumar maconha que eu comecei nessa vida”.

#### **6.4 “Por que meu ato foi com criança”: a trajetória de vida institucionalizada de Magnólia**

A adolescente Magnólia foi a única com quem não foi possível fazer um processo de estreitamento de vínculos em razão do ato infracional pelo qual estava na unidade de internação. As demais adolescentes que estavam na unidade não aceitavam conviver com ela, assim sendo, na primeira entrevista, por não conhecer esta pesquisadora, Magnólia naturalmente estava muito introspectiva. Ademais, faltavam apenas 25 minutos para iniciar o horário do almoço. Esses dois fatores incidiram no modo como a entrevista se desenrolou. Dias depois, já tendo havido alguns poucos contatos pesquisadora-entrevistada, houve maior recepção por parte da adolescente, a qual estava menos insegura.

Na primeira entrevista, Magnólia reduziu a sua história de vida ao ato infracional cometido e que a trouxe à internação. Além disso, após chegar à unidade, Magnólia teve um bebê, fruto da relação com o companheiro, também envolvido na infração que a sentenciou. Ele cumpre pena em unidade prisional do Goiás, por ser maior de idade. O filho de Magnólia estava acolhido em serviço de acolhimento para crianças e adolescentes no Distrito Federal. Ao relatar sua história de vida, ficou evidente o medo que sentia em perder a guarda do seu filho. O medo de Magnólia em perder o filho justifica-se por ela temer que a justiça a julgue incapaz de garantir cuidado e segurança ao filho, haja vista que o ato infracional cometido se configurou como tortura e homicídio de uma criança. A esperança da adolescente é que uma de suas irmãs possa ter a guarda do seu filho, apesar de acreditar que o filho, estando com as irmãs, assim como ela, estaria correndo risco de morte. Isso porque foi a sobrinha a vítima, logo crê que a família não a aceitará após a liberdade. Desse modo, tanto ela quanto o filho teriam suas vidas ameaçadas.

No breve relato sobre sua infância, Magnólia apresentou como lembrança a prisão da mãe no período em que ela e os outros irmãos ficaram sob os cuidados da irmã mais velha. Posteriormente, não de forma linear, a adolescente se lembra do abandono escolar e do período que passaram pelo serviço de acolhimento para crianças e adolescentes. Apesar de narrar que não tinha memória de sua infância, dois fatos apresentam simbologia na sua história de vida: na infância, a prisão da mãe e o caminho para a institucionalização. Este demarcou, sobremaneira, o distanciamento físico em relação à mãe.

A institucionalização em serviços de acolhimento ocorreu em dois momentos distintos da vida de Magnólia: com a prisão da mãe na sua infância e, na adolescência, quando ela se tornou autora do ato infracional após o nascimento do filho<sup>32</sup>.

Com esse fiquei em dois abrigos com meu filho, porque meu ato foi no Góias, né? Eu fui para Goiânia, fui para um abrigo que fica só as mãezinha com o filho, com as meninas de 14 anos e 15 anos. Aí eu não tava me sentindo bem com os povo lá, aí eu pedi pra defensora pra me mudar pra Brasília. [...] Com ele eu fiquei até 9 meses no abrigo. E assim, quando eu saí de lá eu comecei a chorar, porque eu me senti bem lá. Fiz amizade, fui passar uns dias com minha irmã e chegou intimação para mim (MAGNÓLIA, 2021).

Passados os nove meses na companhia do filho, acolhido, como dito alhures, Magnólia foi intimada a se apresentar na Vara da Infância e da Adolescência, que manteve a medida de internação, nos termos do art. 122 do ECA, tendo em vista a gravidade do ato infracional praticado. No primeiro momento, segundo a adolescente, seu filho ficou sob os cuidados da sua irmã e, posteriormente, foi encaminhado para o serviço de acolhimento no Distrito Federal. O acolhimento institucional do seu filho causava insegurança na adolescente, que temia a perda do poder familiar, crendo que a decisão do juiz em mantê-lo em serviço de acolhimento em detrimento dos cuidados da irmã poderia estar associada ao ato infracional cometido, “porque meu ato foi com criança e eu não sei do coração de ninguém”. Assim, finalizou-se a primeira etapa da entrevista. Já não havia mais tempo. Magnólia seria recolhida pelos agentes sociais para o módulo, em razão do horário de almoço. A segunda etapa da entrevista ficou agendada para a semana seguinte.

Dias depois, o segundo momento da entrevista foi retomado a partir da infância. A adolescente iniciou sua narrativa ressaltando que sua família era numerosa e que possui muitos irmãos. A relação entre eles, naturalmente, era marcada por brincadeiras e conflitos, ocasionados pelo que ela denomina de besteira. Marca a narrativa da adolescente o período de acolhimento institucional pelo qual passou com os irmãos menores, Rosângela, Sidneia, Matheus e Kauã, em decorrência da prisão da mãe. A princípio, estes foram levados para a casa da irmã, Silvânia, que, na época, era maior de idade, todavia, por não possuir condições financeiras para mantê-los sob seus cuidados “e para não deixar nois jogado”, levou-os para o serviço de acolhimento. Na instituição de acolhimento, eram frequentes as brigas entre os irmãos, necessitando de intervenção dos profissionais do abrigo para apartar os combates. A despeito dos conflitos entre irmãos, Magnólia relata que não havia episódios de violência no

---

<sup>32</sup> Lei 12.594, art. 62, § 2º: Serão asseguradas as condições necessárias para que a adolescente submetida à execução de medida socioeducativa de privação de liberdade permaneça com o seu filho durante o período de amamentação.

processo educativo familiar. A adolescente tem memória de breves passagens conflituosas com irmãos, apenas. Com a saída da mãe do presídio, o processo de reintegração das crianças à mãe ocorreu gradativamente. Quando efetivamente foram reintegrados, estes, juntamente com a mãe, foram morar com a irmã Silvânia. A permanência, por período curto, ocorreu para que a mãe pudesse se inserir no mercado de trabalho e ter condições financeiras para alugar uma casa para a família. Assim, passado um período de tempo, a primeira casa alugada pela mãe foi em Sobradinho, região administrativa do DF. Já no início da adolescência de Magnólia, a família mudou-se para Planaltina – DF. Os irmãos de Magnólia possuíam uma forte relação afetiva com a mãe e a casa de Planaltina acolhia os que vieram se juntar a ela. A organização da família extensa exigiu uma casa ampla, de dois pavimentos, sendo que os filhos ficavam no andar de cima. A vida escolar de Magnólia teve continuidade em Planaltina, mesmo com a influência negativa da irmã, cunhada e prima, todas moradoras da mesma casa. Ela, a irmã e a prima estudavam no período da manhã. A irmã decidiu parar de estudar e envolver-se cada vez mais em eventos sociais com amigos. A prima, que acabara de chegar para morar na casa da família de Magnólia, fumava maconha. Magnólia, até aquele momento, fumava cigarro, mas não tinha experimentado a maconha ainda. A escola já não era atrativa, tendo em vista as diversas transferências em razão do acolhimento e de outras mudanças territoriais com a família, porém Magnólia permanecia frequentando as aulas por insistência da mãe. Foram várias reprovações, muitas delas motivadas por faltas. Desde a infância, a escola jamais ocupou um lugar de importância, e suas ausências contínuas ocorriam pelo fato de não haver quem a levasse. O tempo em que esteve no abrigo foi maior do que o de frequência às aulas. Parou de estudar na 3ª série. A droga não foi apresentada à adolescente no ambiente escolar, mas pela prima. A dificuldade de aprendizagem, influenciada pela defasagem escolar, agravou-se com o uso de maconha. Magnólia, que tinha muita dificuldade de aprendizagem e de ir à escola com frequência, após iniciar o uso de maconha, deparou-se com maior dificuldade de entender o que a professora explicava. Esse foi mais um fator que ajudou na decisão de abandonar a escola definitivamente. A maconha era comprada com dinheiro que conseguia dos amigos. Ou, também, quando não conseguia dinheiro, pedia tragadas a algum conhecido que estava fumando. A trajetória na comunidade, notadamente em Planaltina – DF –, é demarcada especialmente pela participação nos frevos. Estes se caracterizam por serem festas que podem acontecer num ambiente fechado de uma casa, e aí assume a designação de “uma social” ou, na rua, promovida basicamente pelo encontro de vários jovens, que se organizam para os frevos através da rede social *facebook*. E, quando reunidos, divertem-se ao som de carros. O frevo era o espaço da diversão e da violência. “Eu

ficava com medo. Tinha muita gente armada e gente que usava muita droga. Uma vez eu tava num frevo, um cara tirou a arma da cintura e começou a atirar num monte de gente. A sorte é que a gente correu”. No frevo, acontecia a venda de drogas, sobretudo de lança-perfume e rohypnol.

“Nós usava lança perfume, tem vez que lança enjoava”.

P: E rohypnol, você usava?

E: “Usei bastante”.

P: Rohypnol é barato?

E: “Depende. Tem gente que vende a cartela por R\$ 15, tem gente que vende a cartela por R\$ 50”.

P: Vêm quantos comprimidos?

E: “Acho que é 12, uma coisa assim”.

P: Você usava sozinha ou com amigos?

E: “Maconha usava de dia, agora rohypnol era pra curtir, entendeu? Mas era acostumada a tomar uma cartela só”.

E: “Sim, uma vez caí e bati minha cabeça no meio fio. E eu tava meio doida, porque rohypnol não é fácil de tomar, na verdade fica o efeito até o outro dia, ainda mais se você tomar café, coca, aí tipo dá uma vontade de dormir, comer toda hora”.

Durante os frevos, Magnólia não se envolvia com atos infracionais, mas relata que os frevos eram utilizados como estratégia para atrair pessoas de grupos rivais para serem executados: “tipo assim, tem gente que tem guerra com aquela pessoa e posta no face... “e que pessoa que tem guerra fica ligado, né? Vai ter frevo em tal local hoje. E espera dar meia noite, pra tal pessoa estar no meio do frevo para pegar”. Outra situação que ocorria nos frevos era que homens maiores de idade bancavam as adolescentes, seja com bebidas alcólicas, seja com drogas, em troca de práticas sexuais ou mesmo para ganhar boa fama entre as pessoas que frequentavam esses eventos.

P: Os meninos bancavam as meninas no frevo?

E: “Os coroinhas, os mais novos não, é meio difícil. E as meninas vai atrás deles”.

Nem sempre os “coroinhas” eram pessoas envolvidas com atividades ilícitas, como o tráfico de drogas. Muitos eram trabalhadores que frequentavam os frevos para a “curtição”.

Após a morte da mãe, os filhos que ali residiam se mudaram, e Magnólia foi morar com a irmã Lucélia, em Planaltina – DF – com outros irmãos. Na época, Magnólia já namorava o pai do seu filho, e este a convidou para ir morar com ele na casa de sua mãe, no município de Planaltina – GO. Ela aceitou. O casal se conhecia há pouco tempo, especificamente, há apenas 3 semanas. Pelo relato de Magnólia, o que motivou a decisão de ir morar com o namorado, mesmo se conhecendo tão pouco, foi a morte de sua mãe. Ela

ponderou que não seria fácil morar com a irmã e os outros irmãos, principalmente financeiramente. Não obstante, a relação entre o casal era violenta, de modo que ambos se agrediam e o limite de aceitação das agressões estava na fala “ele nunca tirou sangue de mim”. O companheiro de Magnólia era maior de idade e possuía renda por meio da realização de bicos.

Com relação à trajetória infracional, a primeira passagem de Magnólia foi em razão de um roubo. O roubo ocorreu após a morte da mãe, na cidade satélite de Sobradinho – DF –, quando Magnólia tinha a idade de 15 anos. Em companhia da irmã e do cunhado, Magnólia roubou a bolsa de uma mulher que saía de uma loja, porém os três foram pegados em flagrante e Magnólia passou 30 dias na unidade mista de Santa Maria – DF. O segundo ato infracional cometido por Magnólia envolvia sua sobrinha. O irmão de Magnólia e sua esposa foram presos praticando tráfico de drogas. Ocorre que o casal possuía três filhos e, com a prisão dos pais, o Conselho Tutelar foi acionado para garantir a proteção destes. Magnólia, menor de idade, compareceu à delegacia, acompanhada de seu companheiro, e recebeu as crianças com o intuito de levá-las para casa de sua irmã Silvania, a mesma irmã que recebeu Magnólia e seus irmãos quando a mãe foi presa: “quando minha mãe foi presa, ela não cuidava de nós. Uma coisa assim, que eu botei na cabeça... logo Silvania que não cuidou de nós. Eu não vou cuidar de ninguém não, quando minha mãe tava presa, ninguém cuidou de mim. Também não vou cuidar desses menino tudo”. Sem ter com quem deixar as crianças, com o apoio do companheiro, a adolescente levou-as para sua casa em Planaltina de GO. A relação foi ficando difícil com o tempo, notadamente do ponto de vista financeiro, tendo em vista que o marido atuava como trabalhador autônomo, realizando bicos, enquanto Magnólia recebia o valor referente ao programa Bolsa Família, mas não era vultoso. De mais a mais, começaram a surgir na cidade comentários e reclamações sobre o comportamento das crianças, que costumavam pedir alimentos nos comércios e nas ruas.

Num dado dia, Magnólia e seu companheiro saíram para resolver algumas questões pessoais e deixaram as crianças sob os cuidados de um vizinho. Ao chegar a casa, passadas algumas horas, a sobrinha Maria lhe informou que Lucas havia batido em Mariana. Magnólia disse que teve um excesso de raiva, justificada por ela pelo contexto de vida, bateu fervorosamente em Maria e pisou em sua cabeça. Após isso, a criança passou a noite reclamando de dores de cabeça e permaneceu queixando dessa dor ao longo do outro dia. Magnólia pensou em levá-la ao hospital, mas o companheiro não permitiu, alegando que a equipe médica perceberia que a criança havia sido espancada e eles seriam presos.

Jonas, chama Maria pra tomar café. Ele chamou Maria, Maria e nada dela acordar. Aí ele veio chorando de lá. Eu não tava acreditando, peguei ela, coloquei meu coração no ouvido dela. Aí chamei o vizinho e falei “fala que ela tá viva”! E já passou na minha cabeça meu irmão... meu irmão vai me matar. Aí chamei o bombeiro e eles falou porque você não mais cedo? Aí eles chamaram a polícia. Eu vou assumir o que fiz, não tem pra onde correr... o policial algemou nós dois e colocou na viatura (MAGNÓLIA, 2021).

Os demais sobrinhos foram levados para o serviço de acolhimento institucional e as irmãs se colocaram contra Magnólia.

P: Em algum momento você se viu na figura dos seus sobrinhos?

E: “Ah sim, porque nunca fui maltratada daquela forma, né? Depois pensei por que reagi daquele jeito? Eu nunca fui tratada daquele jeito”.

P: Teve um momento em que você disse que tem medo de perder seu filho....

E: ... “no dia que eu tava no abrigo, o povo do abrigo que tá cuidando deles hoje, falou: “ela não pode ficar com o filho dela não, porque o que ela fez com a sobrinha dela, pode fazer com o filho dela”.

O irmão de Magnólia, pai de Maria, foi liberado pelo juiz para acompanhar o enterro da filha. A mãe de Maria ameaçou Magnólia em conversa com outros familiares, “falou que vai me matar”. Após a saída da internação, Magnólia pretende pedir proteção ao PPCAMM e sair de Brasília para resguardar a si e ao seu filho. Magnólia sairá da internação aos 21 anos, no ano de 2022. Ela chegou à unidade aos 18 anos, isso porque sua medida havia sido suspensa, em razão do nascimento do filho.

Um dado importante precisa constar na história de vida de Magnólia. Retratar de forma minuciosa sobre essa situação é também contextualizar parte da história narrada. O ato infracional cometido por Magnólia, juntamente com seu companheiro, em que sua sobrinha Maria faleceu, teve repercussão nos jornais do estado do Goiás e no Distrito Federal. Sobre as informações acerca do ato infracional, de acordo com os jornais, Maria levou vários chutes na cabeça e no toráx<sup>33</sup>, após ficar trancada com fome e conseguir fugir para pedir ajuda de vizinhos. Outro jornal<sup>34</sup> informa que Maria foi espancada com vergalhão de ferro e pedaços de madeira, sendo deixada ao relento antes de sua morte. Os outros três irmãos de Maria também eram agredidos pelo casal por pedirem alimentos a vizinhos, uma vez que passavam fome.

## 6.5 “A casa caiu, bateu a real”: a trajetória de Camélia

Camélia foi uma das primeiras a ser entrevistada. Já maior de idade, não foi preciso solicitar autorização dos responsáveis para garantir sua participação. O combinado com

<sup>33</sup> Rodrigues, G. Tv Anhaguera, G1 – Filiada TV Globo (5/3/2020).

<sup>34</sup> Rodrigues, A. K. Metrôpoles (5/3/2020).

Camélia é que ela iria ser entrevistada no período da tarde, no entanto, quando os agentes foram buscá-la para levá-la até a sala de atendimento, onde seria entrevistada, Camélia preparava-se para tomar banho. Ela solicitou aos agentes que aguardassem que ela terminasse o banho, mas não foi permitido. A adolescente entrou na sala de atendimento muito indignada com a negativa dos agentes frente ao seu pedido e, mais uma vez, reclamou. Esse fato, num primeiro momento, criou uma tensão que impactou diretamente no início da entrevista. Foi necessário conversar com a adolescente sobre assuntos aleatórios, até que ela estivesse mais tranquila e menos tensa para iniciar a entrevista. Passado isso, a adolescente começou a narrar sua história a partir de sua infância. Ela lembrou que os pais viviam juntos quando ela e seu irmão eram crianças. Mas a relação do casal era marcada por constantes agressões físicas do pai contra a mãe. Assim, no início da adolescência de Camélia, o casal se separou e a adolescente e seu irmão ficaram morando com a mãe no Distrito Federal, enquanto o pai já havia constituído uma nova relação. Foi nesse momento de sua vida que Camélia narra ter começado a fazer uso de drogas, por influência das amigas e, concomitantemente, desenvolveu comportamento de “rebeldia”, assim denominado por ela. Já não obedecia à mãe, que definia horários para seu retorno para casa. Também começou a namorar um rapaz que usava maconha junto com ela. A rebeldia da adolescente teria sido um dos motivos pelos quais a mãe teria tomado a decisão de vender a sua parte da casa e mudar-se para o estado do Piauí. A genitora insistiu para que Camélia e seu irmão a acompanhassem, mas eles decidiram ficar com o pai. Não obstante, o pai passava mais tempo na casa de sua companheira do que efetivamente com os filhos, que permaneceram na casa que era da família, em Samambaia. Essa foi a oportunidade para Camélia iniciar seu irmão no uso de drogas: “o que eu tinha aprendido com as meninas eu ensinei para o meu irmão”. Daí em diante, o irmão e Camélia levavam os amigos para casa e, em grupo, usavam drogas. Os encontros eram constantes, a ponto de o porteiro receber muitas reclamações dos vizinhos por causa do cheiro e reportar a situação ao pai dos adolescentes. Em razão dessa situação, os irmãos foram para o Piauí ficar sob os cuidados da mãe: “lá a gente piorou, a gente começou a andar com quem não prestava”.

A cidade em que foram morar com a mãe era pequena e todos se conheciam, desse modo os adolescentes logo ficaram reconhecidos como os filhos de “Romilda”, dona de um importante comércio na cidade. Nessa altura, Camélia estava se envolvendo com o único rapaz que vendia drogas no município. Esse rapaz jogava drogas nas mãos dos “menor”, mas era ele que era visado pela polícia. Diante do envolvimento amoroso de Camélia, a polícia procurou a mãe da adolescente e informou que, quando a encontrasse em companhia do rapaz,

“daria uma taca”, e a mãe autorizou: “pode dar, essa menina não presta mesmo”. A mãe tentou de todas as formas segurar a adolescente em casa para evitar que esta encontrasse com o namorado, mas Camélia pulava a janela para ir encontrá-lo. Como a situação chegou a um ponto insustentável, ela e o irmão voltaram para Brasília. A adolescente define a relação com a mãe como muito conturbada, pois esta não entendia o seu jeito, “não é que é meu jeito, é uma fase da minha vida”, e não havia entre mãe e filha momentos de aconselhamento ou de conversa: “minha mãe só quer agredir, quando eu era pequena, meu pai que batia, colocava de joelho no milho... já quando a gente cresceu era o contrário”. No retorno ao DF, o irmão, que antes era companheiro de Camélia no uso de drogas, começou a namorar e deixou de se envolver com atividades infracionais. Segundo Camélia, a menina não tinha nenhum envolvimento.

Ela era de família certa, e ele deixou tudo por ela e eu continuei. Aí que me revoltei né? Por que era só nós, só dava nós, e né? cheguei aqui e ele me abandonou assim. Aí foi uma revolta grande em mim, continuei a sair de casa para ir para os frevos e voltava 3 dias depois... aí foi quando eu fui me envolvendo com pessoas piores ainda e cheguei nesse ponto (CAMÉLIA, 2021).

“As pessoas piores ainda” eram pessoas que frequentavam os frevos para o uso de drogas, prostituição e cometimento de atos infracionais. Eram festas frequentadas, no geral, por menores de idade. Os participantes dessas festas tinham envolvimento com roubo e tráfico. A trajetória infracional de Camélia, antes de chegar à internação, é marcada pela apreensão aos 14 anos por desacato, quando já estava de volta ao Distrito Federal. Ela também vendia drogas, mas nunca foi flagrada por policiais, “eu passava batida”. Além de vender, Camélia, nessa altura, fazia uso de todos os tipos de drogas, “menos de crack”.

P: Sobre o envolvimento com a atividade infracional e o uso de drogas, o que você acha que marca a sua vida e te encaminha para o uso de drogas?

E: “Era mais porque eu tinha muita revolta dentro de mim, né? Por conta das brigas do meu pai e da minha mãe, me marcou muito. Aquilo sé me causava revolta. Eu sempre procurei a droga para algum vazio que tivesse dentro de mim”.

Os frevos a que adolescente se refere são festas de rua, com carros de som. Os convites para tais festas aconteciam pelo *Facebook*, que informava onde iria ser, o que podia levar, o que podia ou não consumir. A proibição nos convites do Facebook era uma forma de não chamar a atenção dos policiais, “porém, na prática, é outra coisa”. A família oriunda do Estado do Piauí se firmou no Distrito Federal na região administrativa de Samambaia. E os frevos que a adolescente apresenta na sua narrativa aconteciam nessa mesma cidade

administrativa. O grupo de amigos era composto, em sua maioria, por meninas que se conheciam da escola, dos frevos e da rua da casa da adolescente. “Trocava ideia e chamava bora pro frevo. Tem até uma tatuage aqui... uma menina já tinha e perguntou se a gente tinha coragem de fazer ... é só um E.T., aí eu fiz. Tem um significado nosso assim”.

P: O que mais suas amigas te ensinaram?

E: “Porque... mais que tem... elas arrumam uns homens pra bancar a gente , né? E aí arrumando, quem é que não quer né? De graça!”

P: E esses homens bancavam o quê?

E: “Droga e bebida”.

P: Vocês tinham que dar algo em troca para eles?

E: “Não, só se quisesse ficar”.

P: Mas então por que esses homens bancavam vocês?

E: “Ah! Pra tipo pagar de bam bam bam... Tipo lá no frevo: “olha lá o cara bancando as menina tudo”.

P: Nessas festas existia uma relação dessas meninas com a prostituição ou não?

E: “Tinha uma só que ficava com um rapaz, por conta que ele bancava ela, com tatuage, celular, roupa... essas coisa”.

Sobre a trajetória escolar, a adolescente afirma que era aluna destaque, mas, depois que se juntou a um grupo de amigas e foi estudar de manhã, abandonou lentamente a escola e passou a se envolver com o uso de drogas. Na escola, o grupo era formado por meninos e meninas que se conectavam principalmente pela rede social *Facebook*. Um dos principais motivos para estabelecer contato era o uso de drogas:

Tu fuma maconha? Fumo! Bora fumar uma na saída. Já começava assim. Foi a época que mais usei rohypnol na minha vida. Na escola os meninos usavam e eu já chegava com R\$ 10 reais, e a cartela era mais ou menos R\$ 20,00. Vinha 10 comprimidos. Aí já tinha um que tinha R\$ 5,00 e outro que tinha R\$ 5,00 e já juntava. Era um grupo formado mais por menina... o grupinho das meninas (CAMÉLIA, 2021).

O abandono por completo da escola veio com a gravidez, quando a adolescente deu uma pausa no envolvimento infracional e no uso de drogas. Camélia engravidou de um rapaz de Brasília. O pai de Camélia não se opôs à gravidez, mas também não ofertou nenhum suporte. A filha de Camélia, atualmente, mora com sua mãe, dona Romilda, no estado do Piauí. Após o nascimento da filha, Camélia dá continuidade ao uso de drogas e ao envolvimento infracional, que é interrompido com sua apreensão. O ato cometido pela adolescente aconteceu num frevo em uma casa, na Samambaia. Esse tipo de frevo, mais reservado, é denominado de “social”. Ela e várias outras pessoas estavam na casa de uma mulher, maior de idade, que convidava menores para essas sociais. Ela possuía filhos com envolvimento em atos infracionais: “quem ia chegando ela já ia cobrando logo a droga... eu

levava uma carteira de cigarro, outros levavam bebida, cocaína”. De acordo com Camélia, nas festas, não acontecia tanto a venda de drogas, mas o uso. Enquanto estava dentro da casa, um homem em situação de rua, que estava do lado de fora do portão da casa, começou a discutir com um dos participantes do frevo. Em razão da discussão, o rapaz acertou o homem com uma facada. Camélia, que assistia à discussão, embriagada e sob efeito de outras drogas, pegou a faca da mão do rapaz e desferiu outras facadas, que acabaram por garantir a morte do homem. Após o ocorrido, os participantes da festa foram levados para a delegacia. Camélia narra que, na delegacia, enquanto eram realizados os procedimentos, ela, ainda sob efeito de drogas, não tinha noção do que estava acontecendo.

“Quando eu acordei na delegacia, bateu uma real. Porque eu cheguei na delegacia e continuei usando muita droga. E...dormi e quando eu acordei que vi que estava algemada, eu olhei pra um lado e pro outro... eu falei... a casa caiu, bateu a real” (CAMÉLIA, 2021).

No período da realização das entrevistas, Camélia iria começar a sair da unidade aos fins de semana, o que elas chamam de saídão. Ela iria para a casa do pai enquanto gozasse do benefício, no entanto o planejamento após a liberdade era de retornar para o estado do Piauí e refazer sua vida ao lado da filha e da mãe.

## **6.6 “A vida ensinou pra gente que é cada um por si”: abandono, institucionalização e violência sexual – a trajetória de Amarílis**

Amarílis estava alegre no momento da entrevista, especialmente porque poderia gozar do benefício do “saídão” aos finais de semana. Estava ansiosa para rever o filho, que estava sob os cuidados da avó paterna. Falante e com segurança na sua fala, lembra-se com detalhes da sua trajetória. Quando solicitada a narrar sua história de vida da forma como desejasse, começou pela infância, demarcada pela vida numa roça, no município de Alto Paraíso – GO –, em uma casa denominada por ela de cabana. A mãe e o pai viviam juntos na infância da adolescente, mas o pai ficava muito tempo fora de casa. Quando retornava, eram constantes as agressões à mãe. Os cuidados às crianças eram realizados pela tia, mãe e avó; a família vivia situação de privação financeira e momentos marcados pela fome. Diante desse contexto, o acolhimento institucional aconteceu quando Amarílis tinha apenas 3 anos, em abrigo institucional no estado do Goiás. Ao todo, eram 7 irmãos. A adolescente se lembra somente de ir para o abrigo e não sabe como ficaram os irmãos. Durante o tempo desse primeiro acolhimento, aos 5 anos, foi adotada por uma família do estado do Goiás, mas a adoção foi

frustrada, pois Amarílis apanhava muito da filha biológica da adotante: *“tudo que me fazem de ruim eu não me esqueço”*. Passados 6 anos entre o acolhimento, a adoção e o novo acolhimento, a mãe reapareceu em busca da filha com o objetivo de reestabelecer convívio familiar: *“eu não conhecia ela direito”*. Amarílis e seus irmãos permaneceram com a mãe apenas duas semanas, as brigas entre as crianças eram constantes, e a mãe quis acolhê-los em instituição novamente. O conselho tutelar foi acionado e as crianças foram divididas, um pouco ficou com um tio paterno e Amarílis e sua irmã foram para chácara de uma tia paterna, no município de São Gabriel – GO. Nesse período, o pai da adolescente reapareceu para cuidar da chácara da tia, que precisou ficar ausente alguns dias, pois iria fazer uma cirurgia para retirada de pedras nos rins: *“não tinha pra quem me mandar e eu fiquei com meu pai. E lá aconteceu o abuso sexual. Ele bebia, fazia uso de crack e cocaína e me batia demais”*. Os abusos sexuais praticados pelo pai duraram 7 meses. Em razão dos abusos, Amarílis se cortava com barbeador, faca e, para evitar o sangramento, jogava água fervendo com sal por cima dos ferimentos, para não sangrar. Diante dessa situação, *“fugia e os policiais me levavam de volta”*, não acreditavam na versão dela. Um dado dia, fugiu e encontrou na rua uma irmã do seu pai. A adolescente relatou o que estava ocorrendo e novamente Amarílis foi acolhida em um abrigo público no Distrito Federal.

Ao longo desse acolhimento, a adolescente passou a ter vivência de rua e fazer uso de drogas. Amarílis analisa que a droga tem para ela uma finalidade: a maconha a deixa alegre e comunicativa e a cocaína a deixava chateada, usava para ficar *“viajando”*. A mãe reapareceu em busca de cuidar da filha, mas o convívio novamente durou pouco: *“eu já estava acostumada com a rua, minha mãe não aguentou e voltei para o abrigo”*. Durante esse período de acolhimento, era comum ficar evadida por vários dias, no geral, o retorno se dava através do Conselho Tutelar, que a reconduzia para o serviço de acolhimento. A adolescente praticava atos infracionais e chegou a ficar 45 dias em unidade socioeducativa de internação, por dano ao patrimônio público. Ainda no período do acolhimento, narra que rodou por tráfico e 3(três) tentativas de homicídio. Sobre as tentativas, Amarílis ficou em silêncio e relatou que já fazia muito tempo. As tentativas foram contra a mesma pessoa, uma adolescente com quem convivia no serviço de acolhimento, e se deram através de pauladas e enforcamento. Segundo a adolescente, foram registradas as ocorrências, mas arquivadas. Quanto ao tráfico, define que o envolvimento ocorre, principalmente, *“quando você que não tem ninguém por você, que você está solitária, o que você quer? Curtir! Você quer dinheiro”*.

Sobre a trajetória escolar, alega que as escolas pelas quais passou sempre eram aquelas nas quais o serviço de acolhimento a matriculava. Mas não necessariamente frequentava as

aulas, “Ia às vezes, às vezes ficava na porta da escola fumando maconha, às vezes sozinha, às vezes com os colegas”. No entanto, enfatiza que com os amigos da escola não fazia o corre. Os amigos do corre eram os amigos da rua, aqueles denominados da “colegagem”. Com os adolescentes do serviço de acolhimento, não tinha amizade, “era cada um por si só”.

De volta ao abrigo e às ruas, conheceu o pai do seu filho, com quem começou a namorar, logo engravidou e mudou-se para a casa da mãe do rapaz. Ela tinha uma boa relação com a sogra. Após o nascimento do filho, Amarílis incomodava-se com a inércia do rapaz, que não auxiliava com os cuidados do filho nem da casa. Além disso, ele passava dias fora de casa. Foi então que a adolescente descobriu que seu companheiro fazia uso de crack. Atualmente, está preso por 155<sup>35</sup> e a criança está sob a guarda provisória da avó paterna, com quem mantém contatos via chamada de vídeo pelo aplicativo WhatsApp. Ela mantém contato com a mãe. Segundo a adolescente, elas não possuem boa convivência, mas de longe se amam: “Mas a minha mãe é muito certinha, não gosta de mentira, de sujeira, mas acho que a mãe deve respeitar a vontade do filho. Ela fala, você pode usar maconha longe de mim, longe de minha casa. A gente já brigou muito, ela já me falou umas palavras muito doídas”. Sobre o seu pai, após as situações de abuso sexual que culminaram com seu acolhimento, Amarílis nunca mais o viu, apenas teve notícia de sua trágica morte, na roça no estado do Goiás:

Ele estava num boteco e chegou um ex da minha irmã. Aí o ex da minha irmã perguntou, você que é o pai da Judith, ele respondeu que sim. E ele falou assim, eu fiz filha no mundo foi pra mim comer e não foi pra outro macho não. Se quiser comer minha filha, vai ser depois de mim. Os caras ficaram indignados e deram um tiro nas costas dele e arrancaram o pescoço.

Amarílis iria iniciar as saídas sistemáticas aos finais de semana. Estava ansiosa para rever o filho e para estar junto dele, ficaria na casa da ex-sogra. Apesar de ter uma boa convivência com esta, seus planos são voltar a morar com a mãe, “eu quero entender o lado dela, porque, se eu tivesse ouvido minha mãe, eu não estava aqui dentro”.

---

<sup>35</sup> Furto.

## **7 TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS MENINOS**

Neste capítulo serão apresentadas as histórias de vida dos 6 (seis) meninos entrevistados. Do mesmo modo como ocorreu com as histórias de vida das meninas, com os meninos, por um critério ético, os nomes foram trocados. A denominação dada aos meninos foi uma homenagem aos adolescentes personagens de Jorge Amado no romance *Capitães de Areia*. A ideia de fazer essa homenagem surgiu após a conversa com uma das especialistas do socioeducativo da unidade masculina. De acordo com ela, os adolescentes gostam de frequentar a biblioteca da unidade, e um dos livros preferidos é o romance de Jorge Amado. Talvez os adolescentes gostem da história da obra pela identificação de vida com os amigos, longe de suas famílias, vivenciando contextos de adrenalina e violência. Não se buscou fazer qualquer ligação entre as características dos personagens do livro com os adolescentes entrevistados nessa pesquisa. Os nomes fictícios foram atribuídos aleatoriamente aos adolescentes entrevistados, como poderá ser visto a seguir.

### **7.1 “A minha infância? Até que foi um pouco boa” – a trajetória de Volta Seca**

Volta Seca começa a narrar a sua história de vida partindo do uso abusivo de álcool pela mãe. Mas foram as brigas constantes com o padrasto que o fizeram sair de casa e ir morar com alguns amigos. Esse é um evento importante para o início de seu envolvimento com a trajetória infracional. A partir daí, os vínculos com a família tornaram-se cada vez mais frágeis, pois, após sair de casa, raramente voltava para visitar a mãe e os irmãos. Assim foi resumida a sua história de vida. Foi solicitado, então, que Volta Seca falasse de sua infância. “Pô, minha infância? E para para pensar. “Até que minha infância foi um pouco boa”. A diversão era ir com os irmãos para o córrego e lembra que, naquele período, pelas condições financeiras que a família tinha, não era possível acessar outras atividades de lazer senão brincar ali por perto da casa onde moravam. A relação com a mãe não era de muito afeto: “eu sei que ela me ama e eu também amo ela, mas nunca foi de afeto”. A mãe insistia para que o adolescente estudasse, e, na recusa do filho em lhe obedecer, utilizava o recurso do castigo físico, como o cipó. O castigo físico fazia com que Volta Seca fugisse de casa e ficasse na rua, “eu nunca gostei de apanhar”. Além disso, os castigos físicos geravam nele um sentimento de revolta e faziam com que ele não medisse as consequências dos seus atos, “já que ela me bateu mesmo, agora eu vou fazer pior”. A figura do pai não existiu na infância do adolescente, que conheceu o genitor já no período da adolescência e, por esse distanciamento, não o reconhece como figura paterna. A família era formada pela mãe, pelo padrasto, por duas

irmãs, por dois irmãos e por ele, que viviam numa casa “nem grande, nem pequena”, localizada na região do Alfama – Planaltina/DF. Desde muito pequeno, tinha consciência de que os jovens do Alfama tinham forte envolvimento com o uso e a venda de drogas, afinal conseguia perceber a movimentação dos “caras” no campo de futebol que ficava muito próximo a sua casa. Embora houvesse consciência do que ocorria, até os 12 anos, o adolescente não se envolveu com nenhum ato infracional. Apesar disso, eram constantes as brigas com colegas na escola, e essa é a sua principal memória do período escolar. Tal fato fazia com que as expulsões das escolas pelas quais passou se tornassem algo corriqueiro. A motivação para tais expulsões era sempre a mesma, o envolvimento em brigas com colegas.

O uso de drogas começou aos 12 anos, escondido da mãe, na companhia de amigos da vizinhança. Na primeira vez em que usou drogas, estava na companhia de um amigo, que havia iniciado há pouco a venda de entorpecentes e com quem sempre estava junto. O dinheiro para comprar a droga saía principalmente do furto, sendo que o primeiro foi aos 11 anos, quando assaltou uma casa e levou TV e notebook. A iniciação no roubo não requereu professores, pois, segundo o adolescente, esse tipo de atividade ninguém ensina, basta ter coragem. O dinheiro do furto era para financiar a droga, mas também era utilizado para comprar alimentos. Quando saiu de casa, motivado por conflitos familiares, aos 13 anos, foi morar com os amigos. Desse modo, o dinheiro, produto de furtos, servia para garantir o sustento da casa. Em uma segunda entrevista, Volta Seca enfatiza que a saída de casa foi provocada pela ingestão abusiva de álcool pela mãe. Esta passava a semana toda trabalhando como empregada doméstica. Na ausência da genitora, a irmã mais velha de Volta Seca ficava responsável pelos cuidados dos irmãos. A mãe só estava presente em casa, com os filhos, aos finais de semana, que também era quando se reunia com as amigas para beber e, conforme Volta Seca, não dava atenção para eles. Para o adolescente, a mãe, embriagada, falava coisas que o desagradavam, daí surgiam os conflitos e as agressões físicas perpetrados pela genitora. Diante dessa situação, Volta Seca foi morar com amigos da vizinhança com os quais cresceu. O apoio dos amigos, assim que saiu de casa, não foi apenas de acolhê-lo no “barraco”, mas, segundo o adolescente, o apoio é parte fundamental para o jovem que vai morar junto se reestabelecer.

Tipo assim, no começo eu tava precisando de algumas coisas, e eles me arrumar um lugar pra mim ficar, fiquei com eles e tava me ajudando com umas coisas. Depois de um tempo, eu já tava fazendo meus corre lá, já tava vendendo droga, conhecendo outros caras, ganhando conceito, todo mundo lá já me conhecia desde pequeno, já não faltava mais nada pra mim não (VOLTA SECA, 2021).

Volta Seca morava com mais dois amigos, ambos maiores de idade, que o assumiram como “filhote<sup>36</sup>”. Na ausência da figura paterna em sua trajetória, o adolescente analisou que esses amigos não eram a representação de uma, mas, em outro momento de sua trajetória, outro amigo iria fazer esse papel, “o bicho começou a me fortalecer, a gente começou a colar junto, aí foi quando eu comecei a me levantar mesmo no crime”. A aproximação com esse amigo foi aos 14 anos e o fortalecimento ao qual se refere trata-se de emprestar algumas coisas; também se referia a fazer corres e dividir os lucros com o amigo para, depois, quando a confiança já estava estabelecida, fazerem os corres juntos.

P: Quer dizer no início ele te empresta algumas coisas, como arma, droga?

E: “Isso. Primeiro ele jogou pra mim ir conhecendo, pra vê se eu já era uma pessoa de confiança. Já tinha ouvido falar de mim, aí foi, mostrei que não dava mole e depois comecei a fechar com ele”.

P: Vocês moravam juntos?

E: “Pô... a gente não morava junto, mas morava num lugar estratégico lá, ele num lugar e eu em outro”.

O grupo com que Volta Seca morava desmembrou-se e cada um foi morar em uma casa, mas todos moravam estrategicamente próximos um do outro e eram fortalecidos pelo mesmo rapaz. O papel ocupado por esse rapaz dava-se especialmente porque este conhecia mais pessoas, tinha um maior número de contatos e conseguia trazer mais benefícios para o grupo. O fato do grupo se desmembrar e morar cada um em uma casa, próxima umas das outras, era a estratégia para expandir a venda de drogas e o domínio do grupo no território. Sendo assim, cada casa era uma bocada. Volta Seca fazia a compra de drogas de fornecedores de diferentes cidades, na busca por uma mercadoria de qualidade. Assim que chegava, a droga era repassada para outros menores, que faziam a venda no varejo nas ruas do Alfama.

P: Você acha que é melhor ser autônomo ou ser ligado a uma bocada, a um patrão?

E: “Ah, depende, né? Tem umas pessoas que compensa trabalhar para a pessoa, entendeu? Que o bicho é mais forte, tem mais contato fora aqui do Distrito Federal, já pega coisas bem mais baratas e vai te passar bem mais barato. Agora, tem uns que não compensa muito” (VOLTA SECA, 2021).

Passado um tempo de sua saída de casa, houve uma reaproximação, e Volta Seca fazia visitas rápidas à família. A mãe, no entendimento do adolescente, não aceitava seu envolvimento infracional, bem como sua saída de casa. Entretanto, ela teria entendido que a não aceitação só o afastava de casa. De acordo com o adolescente, com a mudança de postura

---

<sup>36</sup> É um adolescente que no geral recebe proteção e suporte de sujeitos maiores de idade na trajetória infracional.

da mãe, ele volta a se reaproximar, não para retornar definitivamente, mas estava presente com frequência. Sendo assim, sempre que ia jogar futebol no campo próximo à casa de sua mãe, Volta Seca aproveitava para visitar e almoçar com ela. Nessa reaproximação, mãe e filho foram “criando uma amizade”. Os irmãos de Volta Seca não possuíam envolvimento infracional, ele seria o único dos filhos, conforme define a mãe: “foi preso e se envolveu com o crime”.

P: E por que você se envolveu e seus irmãos não se envolveram, morando no mesmo lugar?

E: “Eles pensam mais que eu, pensaram né?”

Volta Seca analisa que não é referência para os seus irmãos, que, atualmente, estudam e trabalham. Dentro dos conflitos familiares que impulsionaram a saída do adolescente de casa, está também a relação com um dos padrastos que teve. Volta Seca o viu agredindo fisicamente a sua mãe, o que ocasionou um conflito ainda maior. Ao longo de sua trajetória infracional, Volta Seca precisou sair de Brasília e passar um tempo com sua família paterna, no estado do Maranhão, em razão das ameaças de morte. Tudo começou quando Volta Seca foi para um frevo em uma chácara, e o dono da chácara vizinha, onde seria a festa, procurou os jovens organizadores do evento para que esta não ocorresse. Houve discussão e violência física e o dono da chácara vizinha quase foi morto. Tempos depois, a polícia começou a procurar por Volta Seca e encontrou a casa da mãe do adolescente. A partir daí, as invasões da polícia à casa da genitora eram constantes, porquanto os policiais procuravam insistentemente por Volta Seca. Para não ser morto pelos policiais, o adolescente fugiu para o Maranhão. A mãe deixou a casa, que era sua, e foi morar de aluguel na região de Sobradinho/DF. Depois de um tempo morando no Maranhão, o adolescente retornou ao DF, e seu retorno logo foi noticiado nos grupos rivais. A princípio, ele ficou morando com a mãe em Sobradinho, todavia, para garantir sua proteção, voltou a morar no Alfama com o antigo grupo com que morava antes de sua fuga. A mãe, mesmo sabedora de todos os riscos, voltou a morar em sua casa no Alfama, a fim de ficar mais próxima do filho.

P: O seu envolvimento na região é mais com o tráfico ou com o roubo?

E: “Pô, eu vou falar, a gente só não fica sem dinheiro. Não tem mais disso ou mais daquilo não”.

Sobre os roubos, Volta Seca afirma que há alguns arrependimentos, por exemplo, quanto a um motorista de aplicativo que foi sequestrado por ele e seu grupo e amarrado em

uma árvore no mato. A vítima não conseguiu se soltar e quase veio a óbito, antes de ser encontrada pela polícia. Essa era uma prática recorrente do grupo. Os adolescentes solicitavam uma viagem pelo aplicativo de transporte e, quando este chegava, rendia o motorista, levava-o até sua casa, roubava tudo que tivesse de valor e o transportava para uma região de mata, onde a vítima era amarrada a uma árvore e o grupo fugia com o carro. Os atos praticados por Volta Seca e seus amigos, em algumas ocasiões, tiveram repercussão na mídia televisiva do DF, mas o adolescente define a repercussão como “fogo de palha, só um dia e já era, depois ninguém lembra mais de você”.

O roubo dos carros seguia uma ordem de interesse: os carros para impressionar nos frevos e os carros para praticar roubos. Só não era permitido roubar o carro de moradores da sua própria quebrada. Era roubado mais de um carro por vez, que ficava guardado em locais que eles denominam de “entoque”: “Tinham os carros guardados para vender e trocar por drogas; carros para buscar e matar; e carro para o frevo”. Os carros utilizados para ir aos frevos precisam ser melhores e impressionar, visto que eram através dos carros imponentes que seriam conquistadas as “donas”. Já os carros para “buscar e matar” deveriam ter como funcionalidade a rapidez e agilidade, haja vista que eram utilizados para capturar inimigos de grupos rivais. No geral, esse tipo de acerto atendia uma lógica pessoal e não necessariamente do grupo, bem como não estava diretamente relacionado à quebrada. De mais a mais, outra estratégia utilizada, tendo em vista a tecnologia dos carros, é o roubo com o proprietário por perto, uma vez que é necessário tomar nota do funcionamento do veículo e, principalmente, pegar a chave para o seu funcionamento. Para isso, Volta Seca analisa que é preciso “entrar na mente” da vítima e oprimir, para que ela passe informações sobre o carro, por exemplo: abrir portas, dar partida no veículo etc. A opressão de que trata o adolescente não é a violência física, pois esta deve ser evitada e utilizada somente em último caso, uma vez que aqueles que cometem violência física contra as vítimas ficam “malvistos” entre a “rapaziada”. Essa é uma das leis do crime. Além do roubo de veículos, era preciso roubar outros equipamentos, como armas. Esse tipo de roubo era utilizado como estratégia sobretudo quando o grupo sofria algum prejuízo, por exemplo, armas apreendidas ou algum de seus membros preso. Ora, “os cara tenta reconquistar os bens, porque os bichos não pode ficar muito desarmado não”.

Sobre os amigos com os quais Volta Seca morava e que eram responsáveis pelo apoio na prática dos atos infracionais, eram maiores de idade e procurados pela polícia. O grupo possuía aparato para o cometimento dos crimes, como carros, armas e drogas. E Volta Seca e outros menores que viviam sob a proteção desses maiores contavam com o apoio e o suporte ao longo de suas trajetórias infracionais.

## 7.2 “Ele falou que ia me largar de mão, foi dito e certo” – a trajetória de Pedro

Pedro inicia a sua narrativa dizendo que sempre foi muito apegado ao pai. A vida em família se organizou em uma chácara, onde residia com o pai, a mãe e o irmão. A família vivia em uma região rural denominada de Piripipau, e a escola frequentada por Pedro e seu irmão estava localizada numa região de Planaltina, denominada Estância. A carroça era o transporte utilizado pelos pais de Pedro para levá-los à escola. A relação de Pedro com o ambiente escolar na infância era boa e, apesar da dificuldade para acessá-la, estudar era prioridade, especialmente para o pai, que levava Pedro e seu irmão todos os dias. Os pais de Pedro viveram juntos até quando este tinha 9 anos. A ruptura no casamento ocorreu porque a mãe de Pedro quis sair da zona rural e viver na cidade, decisão que contrariou seu pai. Nesse período, a mãe de Pedro foi morar em um condomínio, que, na verdade, se configurava como uma invasão na região de Planaltina, conhecida como Mestre D´armas. O desejo do genitor era criar os filhos no interior, além disso este sabia que o condomínio para onde a esposa e os filhos estavam migrando era um lugar conhecido pelo alto índice de violência. O desejo da mãe de Pedro era buscar uma vida menos penosa que a vida oferecida na zona rural. Morando no condomínio, o ponto de ônibus estava a três ruas de casa, e o acesso à escola seria muito mais facilitado. A mudança da família para a cidade possibilitou a Pedro fazer novas amizades, estas, porém, já possuíam relação com atividades infracionais. Com os novos amigos, o adolescente faltava à aula e ficava na pracinha fumando maconha. A escola era agora o espaço do conflito, uma vez que, com o uso de drogas, começou a se envolver em conflitos com grupos rivais do colégio. A princípio, foi preciso parar de frequentar as aulas, mas a mãe logo o transferiu para uma escola em Sobradinho. Os conflitos continuaram, uma vez que o grupo rival de Planaltina o encontrou na nova escola. Novamente, a mãe o transferiu na tentativa de que este não abandonasse os estudos. A nova escola estava localizada em um bairro distante de Planaltina. O uso de drogas era cada vez mais intenso e constante. Aos 13 anos, Pedro conheceu um amigo, maior de idade, com quem passa a ter uma forte relação de lealdade, e saiu de casa. Quando foi morar sozinho, Pedro vendia drogas para se sustentar. A adesão ao tráfico de drogas ocorreu através do seu amigo, o “maior”. As drogas eram vendidas no barracão que havia alugado para morar. Naquele território onde vivia, Pedro era o único vendedor de drogas, e isso fez com que seu negócio expandisse e tivesse a adesão de outros menores, que vendiam droga para ele, naquele mesmo território. Desse modo, a dinâmica obedecia à seguinte ordem: Pedro pegava a droga dos amigos “maiores” e repassava para os menores, que realizavam a venda na rua, enquanto Pedro fazia

a venda em outros pontos estratégicos do território, no córrego e no bar, localizados na mesma rua de sua casa. O bar, onde Pedro vendia drogas, havia sido, no passado, palco de uma grande chacina, e os traficantes que dominavam aquele território foram executados. Diante da ausência de domínio do tráfico naquele local, Pedro e seus amigos, “maiores”, passaram a controlar a região. Não tardou para o grupo tornar-se conhecido, principalmente por oferecer uma boa mercadoria, fato que atraía consumidores de outras quebradas.

P: Por qual motivo você aderiu ao tráfico?

E: “Pô, via minha coroa, depois que nós separou do meu pai, nós não tinha muita renda, né? E meu pai abandonou nós, eu falei: Ah! Vou tentar ajudar minha família”.

Pedro fez tentativas de se inserir em trabalhos lícitos. Uma dessas tentativas foi quando teve a sua primeira passagem por porte de armas e foi sentenciado ao cumprimento de Liberdade Assistida, cumprida na Gerência de Atendimento em Meio Aberto – GEAMA/SEJUS. Segundo ele, no cumprimento da medida nesta unidade, a equipe comprometeu-se a ajudá-lo na busca por um trabalho lícito.

Com essa promessa, o jovem tentou manter-se afastado do local onde atuava no tráfico de drogas com os amigos, porém, com a falta de resposta da GEAMA, voltou a procurar os amigos: “aí eu voltei pior que antes. Agora vou vender drogas de novo”.

P: Quais foram as suas passagens?

E: “Só por porte e nessa tentativa de latrocínio que eu tô agora”.

P: E desse porte você foi para o NAI?

E: “Foi... fui pro NAI e a GEAMA falou que era só eu ler um livro lá todo dia do mês que ia tirar minha carteira de trabalho, que eles ia me arrumar um trabalho lá. E depois desse dia, eles nunca mais falaram comigo não”.

O reencontro de Pedro com os amigos e a ilicitude foi festejado em seu aniversário de 15 anos. Os jovens fecharam a rua da casa da mãe de Pedro; amigos furtaram uma vaca e com a carne dela fizeram um churrasco. Nesse dia, a polícia foi acionada e a festa acabou com a perseguição a Pedro, que desacatou os policiais, gerando muita confusão. Tal situação mais uma vez frustrou a mãe de Pedro, que se afastou do filho, deixando de manter contato. Mesmo com o rompimento, sabendo que a mãe passava por dificuldades para manter a família financeiramente, Pedro deixava dinheiro com o irmão, para arcar com as despesas básicas da casa. Além disso, com o afastamento, o adolescente foi morar com um amigo em uma invasão na região do Nova Petrópolis/Planaltina. O tráfico de drogas não era mais a atividade principal dos jovens; agora, eles compravam e vendiam armas. Na visão dos jovens, era um

negócio mais seguro, porquanto muitos dos integrantes, maiores de idade, estavam sendo presos pelo tráfico de drogas. A estratégia mudou de modo a garantir menos exposição.

P: Vocês vendiam armas, mas vocês tinham que roubar as armas para vender?

E: “De vez em quando, a gente tinha que roubar umas chácaras. De vez em quando a gente cometia 157 e quando não tinha em casa era 155. Levava televisão, arma e ouro para vender para os ciganos”.

Apesar da menor exposição na venda de armas, o grupo era conhecido pela polícia, e a atuação com roubos nas chácaras vizinhas fez com que o grupo migrasse para a Alfama, região de Planaltina. Em Alfama, envolveu-se com latrocínio e passou 1 ano foragido. Após o ocorrido, a relação com a mãe havia se estreitado novamente e Pedro retornou para casa de sua genitora. Além do envolvimento com o latrocínio e o fato de estar foragido, um outro motivo que o levou a afastar da ilicitude foi um relacionamento amoroso com uma menina.

Quando analisa sua trajetória infracional, Pedro reflete que o período em que esteve mais envolvido foi entre os 13 e 15 anos. Ele avalia que esse período foi motivado especialmente porque estava conhecendo cada vez mais pessoas com envolvimento infracional e tornando-se mais próximo do grupo de amigos com acesso a muito dinheiro.

P: Você estava ficando especializado?

E: “Tava... Pessoa que a gente não conhecia e falava “Pô, já vi as pessoas falando de tu”.

P: Você estava famoso?

E: “É, a droga melhor que tava tendo em Planaltina era a nossa, o pessoal tava falando. E o pessoal de outras quebradas vinha buscar com nós lá”.

Pedro se entregou por causa do crime de latrocínio. A audiência foi agendada e este se apresentou. Destaca-se que o ato de latrocínio, praticado por Pedro em companhia dos amigos, teve repercussão na mídia do Distrito Federal. De acordo com a narrativa de Pedro, um dos amigos “maior” de idade o chamou para assaltar um ônibus e, em trio, entraram no coletivo e anunciaram o assalto. Pedro solicitou que o motorista parasse o veículo para descerem e fugirem. O motorista negou, Pedro disparou 3 tiros em direção a sua cabeça; em seguida, o trio pulou do ônibus em movimento pela janela. O ônibus foi controlado por um passageiro, que conseguiu jogá-lo no mato, antes que atingisse uma ponte. O motorista não morreu, mas Pedro argumenta que se arrepende, pois poderia ter sido pior.

### **7.3 “Quando eu rodei em 2018, eu tinha roubado 5 carros, no mesmo dia” – a trajetória de Sem Pernas**

Sem pernas inicia a narrativa de sua vida a partir de sua chegada, acompanhada da avó materna, que ele denomina mãe, a Brasília. A família, oriunda da Paraíba, ao chegar ao Distrito Federal, passou um tempo na casa do tio, que residia no município de Luziânia/GO e só se mudaram por causa do fim do relacionamento do tio. Assim, todos ficaram hospedados, por um tempo, na casa de uma tia, localizada na região do Sol Nascente/Ceilândia/DF. A saída da casa da tia aconteceu quando a avó do adolescente conseguiu, através de um conhecido, um lote em uma invasão no Sol Nascente. Tal casa foi construída com pedaços de madeira em um local sem infraestrutura e segurança. A casa, como estava em uma área de invasão, foi derrubada pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODAHB. No entanto, foi possível fazer inscrição, pela mesma Companhia, para que a família tivesse direito a um lote regularizado. Contudo, no período em que a avó de Sem Pernas iria ser beneficiada, precisou ficar um tempo fora do Distrito Federal regularizando a situação da pensão à qual o adolescente teria direito, em razão da morte do pai. Ao retornar ao DF, a vó tentou reaver o lote que havia ganhado, porém não obteve sucesso. A oportunidade de um novo benefício de moradia só ocorreu quando foram descobertas situações de irregularidades de outros beneficiários. Assim, a família de Sem Pernas pôde enfim construir um barracão de alvenaria, bem pequeno, como ele mesmo descreve.

De acordo com Sem Pernas, as idas e vindas à Paraíba eram constantes. Ora ele ia na companhia da avó, ora na de sua mãe biológica. Esse vai e vem foi justificado pelo fato de que Sem Pernas migrou para o DF na companhia dos avós maternos e frequentemente voltava para reencontrar sua avó materna e por causa da necessidade de realização de exames e audiências para ter direito à pensão e herança deixada pelo pai biológico, falecido em um acidente de moto. Após a morte do pai, a mãe do adolescente teve outros relacionamentos afetivos, com os quais teve outros filhos. Os relacionamentos finalizavam em geral devido à morte dos companheiros. Depois da morte do pai de Sem Pernas, outros dois companheiros da mãe biológica faleceram.

A chegada de Sem Pernas ao DF definitivamente foi aos 10 anos. Antes disso, passava temporadas na Paraíba e outras no DF. A vida, depois da saída de Luziânia, constituiu-se no Sol Nascente e foi ali que foram constituídos os novos amigos, conhecidos principalmente na escola. A relação de Sem Pernas com a escola era de muitos conflitos com colegas e professores. Ademais, em razão das constantes idas e vindas para a Paraíba, a mãe, em certo

momento, perdeu seu histórico escolar e Sem Pernas teve que retornar para a série anterior. Esse fato o desmotivou e ele perdeu a vontade de estudar. Só dentro da unidade de internação o adolescente voltou a estudar e fazer curso profissionalizante do SENAC. As amizades de Sem Pernas na escola não tinham envolvimento infracional, porém, na região da escola, o adolescente percebia o movimento do crime, seja através dos homicídios a que assistia, seja através de notícias, seja presenciando o tráfico de drogas na comunidade. A primeira droga que experimentou foi maconha, influenciado por rapazes “de maior” que lhe ofereceram. Sem Pernas conta que um dos rapazes era uma pessoa que o adolescente admirava:

P: Te oferecia e você usava?

E: “Era... eu não sabia o que era. Uma coisa que tipo nossa, eu quero ser aquele ali, não sei o quê, vira tipo...”

P: Uma referência?

E: “Pode perceber, toda pessoa que quer virar bandido é que vê o exemplo de alguém”.

P: Ele era um exemplo para você?

E: “Era. Eu queria ser ele”.

P: O que ele fazia?

E: “Fazia tudo errado. Andava armado, usava droga, andava com um bocado de mulher, tinha carro, tinha moto, tinha dinheiro”.

A ausência do pai, como referência, foi suprida inicialmente pelo “maior” do tráfico e depois pelo tio, que trabalha com atividades lícitas. O uso de drogas foi a porta para as primeiras atividades infracionais, como roubo e o tráfico de drogas. O roubo ajudava a trazer, segundo o adolescente, o dinheiro fácil, que podia ser usado para a sua mãe, na organização da casa. Eram diferentes os alvos do adolescente: pedestres, carros e casas. Para a prática do roubo, não precisou de iniciação com os amigos, era necessário apenas ter um convite dos parceiros. Acerca dos atos ilícitos cometidos pelo adolescente, nem todos foram registrados, na verdade, demorou para Sem Pernas “rodar”. Até que acontecesse o primeiro registro, sua trajetória infracional já estava constituída.

E: Eu rodei a primeira vez em 2018.

P: Antes disso, você já havia cometido outros atos infracionais?

E: “Quando eu rodei em 2018, eu tinha roubado 5 carros no mesmo dia”.

Os carros roubados eram passados para locais específicos de venda de carros no Distrito Federal. O “negociador” avaliava o carro e repassava o pagamento a Sem Pernas. Geralmente eram 10 Kg de maconha por carro roubado, a depender do veículo, e uma Glock 380 (arma). Nesse mesmo lugar, quando o carro era negociado, já havia a troca da placa do carro roubado para uma placa de carro clonado. O roubo do veículo ocorria com o

proprietário por perto, tendo em vista a necessidade de pegar o carro aberto e as chaves. Em um dos roubos, Sem Pernas relata que se deu na porta de uma escola. A vítima não reagiu, mas, ao dar partida no carro, percebeu que havia uma criança na cadeirinha do banco traseiro. Foi preciso parar o carro para o pai pegar a criança. Na lei do crime, não é permitido em hipótese alguma fazer mal a crianças.

Ressalta-se que esses roubos eram feitos com suporte de maiores, que, no geral, recrutava os adolescentes para trabalharem com eles, e o ato em si é realizado pelos adolescentes. Por ter experiência com o roubo de carros, Sem Pernas já conhecia todos os truques e havia se especializado nesse segmento. Concomitante a isso, o adolescente traficava drogas na Ceilândia, no Plano Piloto e na Rodoviária do Plano Piloto. A droga que Sem Pernas vendia era repassada por uns caras fortes que o adolescente conhecia. A forma destemida com que Sem Pernas se envolvia com a ilicitude, seja no roubo, seja no tráfico, chamava a atenção das facções da Ceilândia. Os grupos, como o Primeiro Comando da Capital – PCC da Ceilândia – sempre o convidavam para vender drogas para eles, mas, para efetivamente entrar na facção, era preciso ser maior de idade e ter padrinho. Sem Pernas também vendia drogas em sua casa e a entrega era “delivery”, realizada por um aviãozinho, geralmente usuário de crack. Assim, observa-se que a atuação do jovem na venda de drogas era diversificada.

P: Nesse contexto do roubo, da droga, se houver falhas?

E: “O crime não admite falhas, sempre vai ter que pagar com a vida”.

O adolescente vendia drogas de forma autônoma, ou seja, não estava subordinado a um patrão. Em resumo, comprava a droga e vendia por conta própria, apesar de reconhecer que o tráfico de drogas na Ceilândia era organizado hierarquicamente pelos patrões, os vapores, e os níveis baixos, que são os vendedores.

“O gerente nem pega, ele só já.... Ele já manda para o vapor. O vapor já... Não essa vai pra Sobradinho, essa vai pra tal lugar. Ele recebe o dinheiro e manda para o patrão. O patrão vai vê a conta de todo mundo”(SEM PERNAS, 2021).

A despeito do intenso envolvimento com o tráfico de drogas, Sem Pernas nunca foi apreendido por esse motivo, mas por outros, como: 157 (roubo), lesão corporal, porte de armas, receptação, 155 (furto). Além das passagens pelas unidades das medidas socioeducativas, como NAI, Semiliberdade, Liberdade Assistida, o jovem passou pelo

Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, público do Distrito Federal, localizado em Taguatinga:

P: Quanto tempo você ficou no abrigo?

E: “Só cheguei lá e saí fora. Tomei um lanche e falei vou embora. Ainda queria me dar uma carona de Kombi. Eu fui é de pé”.

A motivação para o acolhimento institucional é que a mãe não foi buscá-lo no NAI, após uma de suas apreensões. O adolescente avalia que sua adesão à infração foi motivada pelo fato de querer equiparar-se aos amigos que tinham dinheiro e poder.

“Vendo as pessoas, com dinheiro, com coisa fácil, aí, tu pode perceber que, quando tu é pequenininho, tu vai aprendendo coisas com seus pais. Que nem minha mãe, ela fumava cigarro, eu pegava a bituca e colocava na boca” (SEM PERNAS, 2021).

Apesar de o tio materno ter tentado, de todo jeito, inserir Sem Pernas no mercado de trabalho lícito, como padeiro ou confeitiro, o envolvimento com os amigos e grupos ligados ao crime foi responsável por auxiliar o adolescente a se tornar especialista no roubo de carros e armas. O adolescente narra um episódio no qual ele e outro amigo vigiavam a rotina de um casal de policiais que saíam todos os dias no mesmo horário, na cidade administrativa de Taguatinga/DF. O intuito dos adolescentes era roubar-lhes as armas, uma pistola calibre 40 e uma pistola calibre 765. No entanto, no dia marcado para realizar o roubo no portão da casa do casal, eles não saíram no horário de sempre, como de costume, e os adolescentes abortaram a ação. Certamente, o seu envolvimento com tráfico de drogas e os frequentes roubos de carros e armas fizeram com que Sem Pernas se tornasse conhecido pela Polícia Militar da Ceilândia/DF.

#### **7.4 “Mas nesse tempo eu não vendia muito não, por causa da minha mãe” - a trajetória de Pirulito**

Pirulito inicia sua narrativa a partir de sua infância e das dificuldades financeiras e privações enfrentadas pela família, que vivia na cidade administrativa do Recanto das Emas. Tempos depois, ainda na primeira infância de Pirulito, sua mãe decidiu-se migrar para a Ceilândia-DF e a situação financeira da família melhorou, sobretudo em razão do novo trabalho da mãe e também de uma nova união afetiva que ela havia constituído. O novo companheiro, apesar de auxiliá-los financeiramente, abusava da ingestão de bebida alcoólica.

Esse fato não o tornava agressivo do ponto de vista físico, mas, quando bebia, havia muitas discussões entre o casal.

A realidade da família foi marcada por muitas inconstâncias, pois, depois de um tempo vivendo na Ceilândia, a família migrou-se para a casa do avô, na cidade de Águas Lindas – GO. Posteriormente, retornou para a Ceilândia e, após um período, tornou voltar para a cidade do Goiás, Águas Lindas, agora para morar com uma tia. Após um tempo na casa da tia, Pirulito mudou-se para a casa da irmã mais velha, na Ceilândia. Lá começou a estudar na Escola Classe. No início dos estudos, já foi denunciado por levar drogas para o estabelecimento educacional, quando foi apreendido. Desse evento foi expulso da escola e matriculado em outra, também localizada na Ceilândia. De acordo com o adolescente, foi aí que iniciou sua trajetória infracional, pois começou a usar drogas com maior regularidade, faltava às aulas, agredia verbalmente os colegas e professores, ficou suspenso das aulas por diversas vezes e expulso novamente. Na nova escola, foi matriculado e frequentou as aulas por apenas 3 dias, até que desistiu de estudar. A partir daí, o envolvimento infracional só aumentou e, nesse contexto, foi apreendido 12 vezes e cumpriu medidas socioeducativas de semiliberdade e internação.

Após o adolescente narrar sua história de vida, tendo em vista os pontos considerados por ele mais marcantes, foi retomada, de maneira mais minuciosa, a sua trajetória. Sendo assim, foi feito o retorno à sua infância quando ainda vivia no Recanto das Emas. A casa era simples e lá vivia Pirulito com sua mãe e a irmã, pois o pai havia morrido de acidente de carreta e o sustento da família era provido pela genitora, que trabalhava. No entanto, Pirulito não se lembra de que área exatamente. Quando a mãe saía para trabalhar, Pirulito e sua irmã ficavam sob os cuidados de uma tia materna, que residia na Samambaia. Mesmo com o esforço da mãe para trabalhar e garantir a sobrevivência da família, faltava dinheiro e alimentos, “às vezes faltava, às vezes tinha”. A mudança para Ceilândia significava também uma mudança de vida, visto que a mãe e seu novo companheiro conseguiriam garantir com mais tranquilidade o sustento familiar. Apesar de Pirulito e sua irmã não morarem na mesma casa que a mãe, o padrasto os ajudava financeiramente. A relação com o padrasto era boa, até surgirem os conflitos por Pirulito entender que ele não tratava sua mãe bem, pois “xingava ela e eu ficava indignado”. A vida na Ceilândia traz algumas memórias afetivas das brincadeiras no lote onde morava com a família. Mesmo assim, o adolescente alega não se lembrar de muita coisa, porque o fato de ter consumido maconha em excesso teria o levado ao esquecimento das memórias de sua infância. O lote no qual a família morava era o mesmo da

casa em que a mãe trabalhava como cuidadora de idosos, sendo que, durante o labor da genitora, cabiam a ele os cuidados com a irmã.

A vida assumia um ar de maior tranquilidade com a mudança para a Ceilândia, todavia a família resolveu migrar para a cidade de Águas Lindas – GO –, num lote que o avô havia oferecido. Nesse período, a família era composta por Pirulito, sua mãe, a irmã e o padrasto. As memórias desse período em Águas Lindas eram apenas das brincadeiras com o primo no lote onde morava. Mais uma vez, a família retornou para a Ceilândia, sem que Pirulito pudesse, ou soubesse, justificar os motivos. A região da Ceilândia em que Pirulito morava era muito violenta, e “rolava droga cabuloso”, especialmente na escola onde havia sido matriculado. O primo que morava bem próximo de Pirulito foi o iniciador do adolescente no uso da maconha, “foi uma lombra doida”. Não obstante, teria sido uma experiência isolada, uma vez que a mãe de Pirulito, como ele designa, era chata e o tentava controlar durante todo o tempo. Ora, era conhecedora da realidade social do local onde vivia. A partir dos 10 anos, o uso de drogas tornou-se mais frequente, mas precisava ser escondido da mãe, apesar de ela desconfiar, em razão do olho vermelho, baixo e do sono contínuo. Uma forma de sair do controle da mãe era passar o dia fora de casa, “até a lombra passar”. Nesse interstício, jogava futebol com os amigos e videogame na casa de um amigo específico até a hora de voltar para casa. Um dado dia, chegou a casa conduzido pela polícia, pois estava fumando cigarro ao lado do postinho da guarnição. A mãe, diante daquela situação, reagiu castigando-o fisicamente. Apesar do ocorrido, não havia tentativas de proibi-lo de sair de casa, assim as brincadeiras na rua permaneciam, junto com o primo. O uso mais pesado de drogas começou aos 13 anos, quando começou a usar sistematicamente rohypnol e cocaína. Ao mesmo tempo, o adolescente vendia drogas nas festas e na escola, que era integral. A todo tempo, Pirulito era demandado pelos colegas/clientes, que o procuravam na porta da sala de aula, porém a venda ocorria mesmo era no banheiro. O lucro era pouco, sendo suficiente apenas para comprar lanche e drogas para o uso. Eventualmente, o adolescente trabalhava lícitamente com seu tio, como serralheiro, porém, em razão de não ser algo contínuo, o tráfico de drogas era a opção de renda mais acessível.

P: O que pesou mais para você ir para o ilícito?

E: “Pô, quando eu trabalhava com meu tio assim, não era toda vez não, era só quando aparecia serviço grande assim. E eu também não tinha muito contato com meu tio, eu ficava mais era lá na rua de casa. Aí eu ficava vendendo lá na rua de casa”.

O tráfico de drogas era uma opção para garantia de uma vida melhor. Mas o dinheiro do tráfico “só trouxe cadeia”. O adolescente, além do tráfico, investiu no roubo, mesmo sem gostar: “o roubo é arriscado, tem que roubar quem tem dinheiro. Por que roubar celular de quem ainda está pagando, eu não acho certo não”. O adolescente, apesar do envolvimento com drogas no território, não colecionava rixas. Quando solicitado para analisar qual o gatilho para o seu envolvimento infracional, o adolescente aponta a escola, não por causa da escola, mas por causa dos amigos: “Lá os meninos tinha roupas diferente da minha e eu ficava olhando e querendo também”. A lógica do consumismo imposta pelo sistema econômico capitalista e a falta de acesso a atividades laborais lícitas foram o incentivo para que Pirulito se inserisse na atividade infracional ainda muito cedo.

### **7.5 “Uma hora você vai se lascar” – a trajetória de Boa Vida**

Boa Vida iniciou sua narrativa falando que sua infância foi preenchida pelo futebol e pelos estudos, pois era o desejo de sua mãe que ele fosse um jogador de futebol estudioso. Porém, o adolescente demarca a escola como o espaço onde foi mal influenciado. O sonho de ser jogador de futebol levou o adolescente a fazer testes em escolinhas de times, como o São Paulo, mas, após passar em duas etapas, foi reprovado na terceira e retornou ao Distrito Federal. A mãe, em sua trajetória, exercia uma forte supervisão sobre Boa Vida e tentava impedi-lo de se encontrar com os amigos no bairro onde moravam. Não obstante, mesmo com o esforço da mãe, Boa Vida, sempre que encontrava o portão de casa aberto, saía e ficava na esquina com os amigos, até que a mãe o flagrasse ali e o levasse para dentro de casa. Os pais, presentes na vida de Boa Vida, aconselhavam-no, “uma hora você vai se lascar”. A despeito dos conselhos, o adolescente permanecia se encontrando com os amigos envolvidos, que ficavam com frequência na esquina e na quadra de futebol, “lá tinha muita gente envolvida”. Antes de se envolver com os atos infracionais, Boa Vida se destacava por ser um bom aluno, frequentava regularmente a escola e tirava boas notas. Com relação ao envolvimento infracional, atribui aos amigos envolvidos o fato de ter se envolvido, apesar de o pai sempre o alertar que era ele quem ia atrás dos amigos e não o contrário. O adolescente define sua infância como boa, mesmo com a separação temporária dos pais, período em que foi morar com a mãe na casa dos avós maternos. Apesar disso, o pai permaneceu bastante presente e o vínculo com o filho é forte. O pai, trabalhador, não se envolvia com ilicitudes, assim como os avós maternos, que, ao participarem da educação do neto, tentavam demonstrar que não valia a pena envolver-se com ilicitudes. O processo de sociabilidades de Boa Vida envolveu

diálogos vindos do pai, dos avós e da mãe, que se dedicava a estar próxima do filho, atuando como garçomete à noite e, ao longo do dia, cumpria suas funções maternas. Quando a mãe precisava trabalhar durante os dias, Boa Vida ficava sob os cuidados do avô materno, que o levava para escola e “quase deixava dentro da sala” – relembra o adolescente. A infância foi marcada por brincadeiras na rua da sua casa, soltar pipa e andar de bicicleta, tudo isso sob a supervisão do avô, da mãe ou do pai. Dos amigos da infância, alguns se envolveram com ilícitudes, mas alguns não deram continuidade às atividades ilícitas e, atualmente, trabalham no mercado formal como frentistas, padeiros, servidores públicos e jogadores de futebol. Foi justamente com os amigos da infância que se envolveram com os atos infracionais que Boa Vida se juntou no início da adolescência. A narrativa de Boa Vida transcorre até os 7 anos no Paranoá/DF, mas sofre um corte quando, entre os 7 e 8 anos, os pais, que haviam reatado o relacionamento, vão morar no Itapuã/DF, cidade satélite vizinha do Paranoá. A trajetória escolar foi marcada por amigos, brincadeiras, brigas com os amigos, suspensões e boa relação com os professores, “todos gostavam de mim”. Entre os 6 e os 14 anos, a supervisão da mãe de Boa Vida era grande, de modo que ela o levava e buscava na escola. Nesse período, ele ainda não possuía envolvimento infracional. O primeiro contato com a maconha foi aos 15 anos, na escola, apesar de a mãe ainda o levar e buscá-lo. Ele e o grupo de amigos “matavam aula” para ir ao banheiro fumar maconha e cigarro. Perto da escola, havia uma pracinha e, quando a mãe não ia levá-lo, por causa de outros compromissos, Boa Vida e os amigos não entravam para a aula e ficavam nessa pracinha, fumando maconha. A mãe do adolescente logo descobriu esse ponto de encontro dos amigos, porém não desconfiava que o filho fazia uso de drogas.

Eu tinha arrumado um isqueiro, não sei onde arrumei esse isqueiro. Coloquei ele em cima do guarda-roupa e falei “oh mãe vou ali na rua de cima. Eu tava lá enrolando um cigarro de maconha e precisei de um isqueiro. Fui lá em casa buscar; quando eu cheguei lá, o isqueiro já não estava mais. Eu dei uma de doido pra vê se minha mãe tinha pegado: “oh mãe, cadê a bola que tava ali em cima? Ela falou, a bola tá ali oh! E esse isqueiro aqui? Aí eu já, Vixe Maria, chega o olho ficou desse tamanho aqui oh! Tava baixo ficou foi grande (BOA VIDA, 2021).

Encontrar o isqueiro acendeu um alerta na mãe, ao mesmo tempo em que o adolescente inventava desculpas para ir encontrar os amigos; a mais comum delas era que iria jogar bola. A mãe, quando encontrou o isqueiro, tentou conversar com o filho e tirá-lo da ideia de continuar fumando.

“Meu filho, você vai continuar fumando? Ah, não vou falar que não vou continuar fumando pra senhora, que vai lá que eu desvio meu caminho de novo, né?” (BOA VIDA, 2021).

Foi nesse mesmo dia que Boa Vida revelou à mãe que fumava maconha. A partir daí, a supervisão retomou e ela voltou a levá-lo à escola. Apesar disso, Boa Vida e os amigos burlavam essa supervisão materna e permaneciam fazendo uso de maconha dentro do banheiro da escola. A maconha foi o início para o uso de outras drogas e da iniciação no ato infracional, sendo que o primeiro ato infracional cometido ocorreu quando estava voltando da escola. Dentro do ônibus, um passageiro estava com o celular no bolso de trás da calça, conectado no fone de ouvido. Tal situação mostrou-se como uma oportunidade aos adolescentes, haja vista a facilidade para se pegar o celular. Quando estavam próximos de descer do ônibus, o amigo incentivou Boa Vida a furtar o aparelho. Sendo assim, quando o ônibus parou e abriu a porta para que descessem, Boa Vida puxou o aparelho rapidamente e saiu correndo. O proprietário do celular percebeu o furto, mas não conseguiu alcançá-los, visto que a porta do ônibus se fechou. O aparelho ficou com o amigo de Boa vida, que o vendeu e repartiu o valor em partes iguais entre eles. O fato não foi registrado.

P: Após o ocorrido, o que você sentiu?

E: “Primeiro, eu fiquei com medo da minha mãe descobrir, dela saber que eu tinha roubado alguma coisa”.

P: Vocês roubaram por quê? O que vocês queriam fazer com o celular?

E: “Oxxxiiii. Eu não sabia o que ele queria fazer com o celular não, só peguei lá na louca”.

P: Então, quer dizer que você foi na influência do amigo?

E: “Peguei esse dinheiro assim e fiquei com medo de minha mãe me ver com tanto dinheiro, porque eu nunca tive tanto dinheiro assim, só quando meu pai me dava, 5, 10 reais. Eta, poxa, tô quase milionário”.

Parte do dinheiro adquirido do furto do celular foi gasto com o primo em uma lan house, na compra de lanche na padaria e com supérfluos até acabar com toda quantia que possuía. O outro episódio de envolvimento infracional foi também junto com amigos, quando voltavam de uma partida de futebol. Os amigos de Boa Vida estavam armados; ele alega que não sabia disso; o grupo avistou um casal saindo de um comércio e os elegeu vítimas: “Bora lá... E agora, quem vai enquadrar? Quem vai dar a voz?” Disse o amigo a Boa Vida. Ele, sem entender, perguntou: “Dar a voz pra quê?” Aí os caras falaram: “Oxxii, nós vai enquadrar e tomar os dois celular”. No entanto, Boa Vida diz que não queria participar do ato: “você vai pra lá, vocês vão pra cá e eu saio vazado”. O amigo, sem entender, questionou a Boa Vida: “Oxxi, vai deixar nós na mão?”. Não obstante, a maior preocupação do adolescente era ser

flagrado pela mãe cometendo ato infracional: “Vai que esse povo corre atrás de mim e eu encontro com minha mãe?” O roubo ocorreu com a participação de Boa Vida, muito embora ele ter informado que não queria se envolver. Por esse ato, ele conseguiu a quantia de R\$ 400,00, referentes ao rateio do valor da renda dos celulares com os amigos. Esse fato também não foi registrado.

Desta vez, o dinheiro do roubo foi gasto fazendo consertos de bicicletas dele e do primo. A primeira passagem de Boa Vida pela Delegacia da Criança e do Adolescente – DCA – poderia ter sido no dia em que, soltando pipa com os amigos, precisou entrar no lote de uma empresa para pegar a pipa que havia caído ali. Os guardas do local o flagraram e iriam apresentá-lo à polícia. Na verdade, Boa Vida e os amigos chegaram a serem apresentados na DCA, mas o delegado decidiu liberá-los por entender que os adolescentes estavam apenas correndo atrás de pipa. O grupo de amigos dos diferentes atos infracionais cometidos por Boa Vida era diferente. Não eram os mesmos amigos, nos diferentes atos. Após esses primeiros atos, Boa Vida envolveu-se em muitos outros. Nessa trajetória, ele deixa de roubar celulares e passar a furtar carros.

P: E quando é que você deixa de furtar celulares e passa a furtar carros?

E: Teve um dia que eu tava assistindo filme de noite e meu pai e minha mãe estavam dormindo. Eu tinha um pedacinho de maconha e fui pra rua de trás fumar, porque eu sabia que os meninos estavam lá. Aí os caras tava de boa, aí nós fumano. Nós fomos dar uma volta na avenida, aí tinha tipo um unozinho parado assim oh! Aí os cara, “oxxi, nós vai andar de carro (BOA VIDA, 2021).

Um dos jovens do grupo de amigos, com mais experiência, abriu o carro e o grupo o empurrou para mais a frente ligá-lo. Nesse dia, com o carro roubado, rodaram pelo Paranoá, Asa Sul e Asa Norte. Boa Vida chegou a casa ao amanhecer. A primeira passagem do adolescente foi por causa de roubo de um carro. Nesse dia, houve perseguição policial e o adolescente foi apreendido e levado à DCA. Do grupo de amigos que promoviam o roubo de carros, dois deles eram maiores de idade e se tornaram amigos do adolescente nos jogos de futebol que aconteciam na quadra próxima à casa de Boa Vida. Esta primeira passagem lhe rendeu o cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida. Mesmo com essa penalização, o adolescente permaneceu cometendo os furtos e logo foi sentenciado ao cumprimento de internação provisória.

O roubo de carros por Boa Vida e seu grupo de amigos tinha destinação certa. Eles entregavam os carros a uma pessoa em troca de armas, drogas e dinheiro: “quando era carro novo assim oh, eles pegavam uns R\$ 3.000 e uma parte em droga”. O dinheiro do roubo

começou a ser utilizado para a compra de drogas que era para o uso e para a venda. Boa Vida agora vendia maconha, cocaína e pedra. A droga era comprada em outras quebradas, especialmente em Samambaia e Recanto das Emas, pois, no Paranoá, Boa Vida poderia ficar muito visado. Mas a venda da droga era feita no Paranoá, numa casa que Boa Vida e seus amigos haviam alugado. O “barraco” era apenas para guardar a droga, visto que a venda era feita na rua, nos territórios do Paranoá, Itapuã e em qualquer lugar que não fosse a quebrada de outras pessoas. Era possível vender em “quebradas aliadas” sem que houvesse problemas, desde que passada uma parte do lucro aos responsáveis pela “quebrada aliada”. Boa Vida vendia droga por conta própria, não tinha patrão, era autônomo. Boa Vida estava envolvido com o tráfico e com o roubo, e ambos se complementavam.

#### **7.6 “Minha mãe colocava macho dentro de casa e isso foi me dando uma raiva” – a trajetória de João Grande**

João Grande iniciou a narrativa partindo dos 13 anos, quando começou a usar drogas escondido de sua mãe, que, ao descobrir, tentou contê-lo com castigos físicos, o que não resolveu, tendo em vista o fato de que ele estabeleceu amizades com adolescentes envolvidos com atos infracionais. Os amigos tinham acesso ao que João denomina de coisas boas, que ele argumenta que muito desejava e, por isso, aceitava o convite dos amigos, sobretudo para fazer uso de drogas. Um momento marcante de sua vida, relatado por ele, foi o dia em que marcou de fazer um frevo com um amigo e duas meninas, em sua casa. Assim que as meninas chegaram, uma delas relatou que no trajeto o motorista do aplicativo havia tentado assediá-la, convidando-a para fazer “um programa”. De acordo com João Grande, a maneira como a amiga contou isso aos amigos promoveu uma grande revolta, e estes, que já estavam reunidos há mais de 10 horas consecutivas, usando diferentes tipos de drogas e consumindo bebidas alcóolicas em excesso, resolveram chamar o motorista e vingar-se pela amiga. O então motorista, ao receber a ligação da garota, em poucos minutos, chegou ao local solicitado pelo grupo, que simulou uma viagem. Os quatro jovens, por sua vez, estavam armados com facas e, num determinado local, pediram para o motorista parar o carro. Com a negativa do condutor, João Grande, que estava sentado no banco de trás, apertou-lhe o pescoço e o pressionou com uma faca. Ao parar o carro, o motorista tentou se abaixar para pegar uma arma, mas logo foi esfaqueado pelo jovem do grupo que estava sentado no banco dianteiro. Após os golpes de facas, o corpo da vítima foi abandonado às margens da rodovia, e o grupo de amigos fugiu com o carro, que foi abandonado logo em seguida. O caso ganhou grande

repercussão, notadamente porque a vítima era um policial militar aposentado. A descoberta sobre os autores do crime começou através da jovem que havia tido o primeiro contato com a vítima, por causa do número de telefone encontrado no aparelho de telefone do motorista. Não tardou para a polícia encontrar os demais envolvidos. Dois adolescentes estão em cumprimento de medida de internação na mesma unidade socioeducativa, enquanto as duas jovens, que são maiores de idade, cumprem pena no regime fechado em uma unidade prisional para mulheres do Distrito Federal. Após o rápido relato de história de vida feito pelo adolescente, foram retomados aspectos específicos de sua infância e início da adolescência. Ele narrou que sua infância havia sido muito boa, pois seu pai e sua mãe se esforçavam para que não lhe faltasse nada. A mãe era mais severa na educação do filho, mas, mesmo assim, a influência dos amigos foi mais forte: “o mundo que eu tava vivendo lá fora eu não sabia escutar. Só depois que eu caí aqui dentro é que aprendi a escutar, a pensar mais no que eu faço, entendeu?”.

Das lembranças de sua infância, tem a memória do pai sempre a trabalhar como caseiro no Lago Norte; a mãe, por seu turno, já trabalhou na zona rural de Marajó-GO e em empresas do Distrito Federal. Os pais se separaram quando a mãe de João Grande ainda era muito nova. Ao longo dos anos, ela constituiu novos relacionamentos, o que não agradava ao adolescente: “Minha mãe colocava macho dentro de casa. E isso foi me dando raiva. E eu sabendo que meu pai gostava dela, um cara direito, um cara trabalhador ela não quer. Quer farrear, quer ir pra festa, quer conhecer coisas novas, entendeu?”

O fato de a mãe levar, em diferentes momentos, companheiros para morar em sua residência fez com que João Grande fosse morar com o pai no Lago Norte. Assim, as amizades do adolescente foram constituídas no Varjão, cidade administrativa vizinha ao Lago Norte: “aí, no Varjão, você sabe, né?” Até a mudança para a casa do pai, João Grande fazia uso apenas de maconha. O envolvimento com ilicitudes ocorreu a partir dos 13 anos, no Varjão, através da filiação a amigos já inseridos em atividades infracionais: “Bora usar aqui uma maconha? Eu comecei com a maconha, depois fui para o cigarro até chegar no pó e aí eu parei”. O uso de rohypinol ocorria com mais frequência em festas, pois, na sua percepção, era uma droga para uso em grupo, pois se constitui em uma cartela com 20 ou 30 comprimidos. O LSD, denominado pelo adolescente como “papel”, teria sido usado apenas no dia do latrocínio que o levou para a internação. A ação da droga seria agressiva, a ponto de o usuário ter a sensação de que tudo estava derretendo, “a gente usou tanto, que vomitava e usava mais”.

Os amigos do Varjão tinham forte envolvimento com o tráfico de drogas. Todavia, João Grande não tinha aderido à prática de venda, “não gostava de vender, gostava de usar,

porque eu me encontrava dependente daquilo já”. A droga era comprada com o dinheiro que muitas vezes ganhava do pai, que acreditava que o filho pedia dinheiro para sair com as namoradas. Na escola, João Grande era querido pelos amigos e pelos professores, porquanto, segundo ele, “fazia por onde”. Era um aluno estudioso e os professores acreditavam que poderia ter um futuro promissor. No entanto, o fato de os colegas não se dedicarem durante as aulas o incomodava e o desmotivava a continuar estudando. Concomitante a isso, João já estava envolvido com atos infracionais, “pra que eu vou estudar? Parei”.

P: Por que você acha que chegou nessa situação?

E:” Eu acho que por causa do uso das drogas”.

P: Os amigos do Varjão foram determinantes para isso?

E:”Eu acho que não! Porque era eu que procurava, entendeu? Não tinha mente, só 14 anos, ia pela mente dos outros”

P: Então, você acha que teve influência?

E: “Sim e não, porque tem escolha, né?”

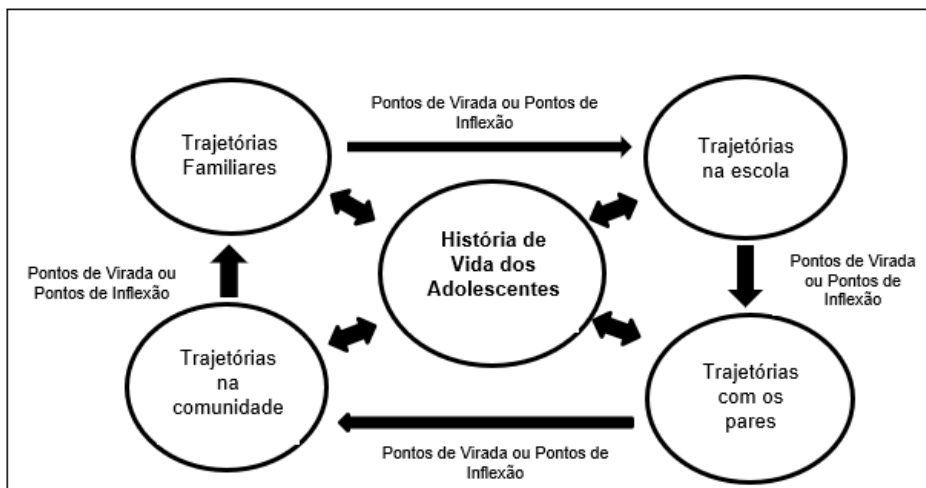
Apesar do envolvimento com diferentes grupos, o adolescente não estabeleceu nenhum conflito, seja dentro dos grupos de que fazia parte, seja fora deles. Ele assume que o não envolvimento com conflitos foi racionalmente calculado, pois o estabelecimento de qualquer rixa seria ruim. Não estava inserido no tráfico de drogas e nos conflitos grupais, entretanto João Grande tinha conhecimento de como funcionava a dinâmica do tráfico no território, em razão de suas vivências no local e dos amigos envolvidos. A mãe de João Grande morava em Marajó – GO –, próximo a Planaltina. De acordo com o adolescente, era um lugar de pessoas trabalhadoras e com pouca influência do tráfico de drogas. O gatilho para o uso de drogas, conforme o adolescente, teria sido uma amiga que usava e lhe ensinou, no início de sua adolescência. Isso, ainda de acordo com ele, foi o que desencadeou toda a sua trajetória de infrações.

## 8 ENCONTROS E (DES) ENCONTROS: AS TRAJETÓRIAS FAMILIAR, NA ESCOLA, NA COMUNIDADE, COM PARES DE MENINAS E MENINOS COMPARATIVAMENTE

A seguir, serão apresentadas as trajetórias de familiares, com os pares, escolares e na comunidade dos adolescentes entrevistados. Tais categorias de análises foram constituídas a partir dos fatores de riscos apresentados pela Teoria Desenvolvimental e do Curso de Vida para o desenvolvimento das trajetórias infracionais de adolescentes, devidamente analisadas nesta tese no capítulo 1 (um) e 3 (três), especialmente a partir dos estudos de Stenffensmeier e Allan, 1996; Moffitt, 2001; Zimmerman e Messner, 2010; Hane, Doogan e Soller, 2014; Murray et al., 2014. A partir da constituição dessas categorias de análises, as entrevistas foram codificadas e tiveram seu conteúdo analisado, conforme elucidado, quando foi explanada sobre o uso do software Atlas T.I. e o conteúdo de análise de Bardin (2016).

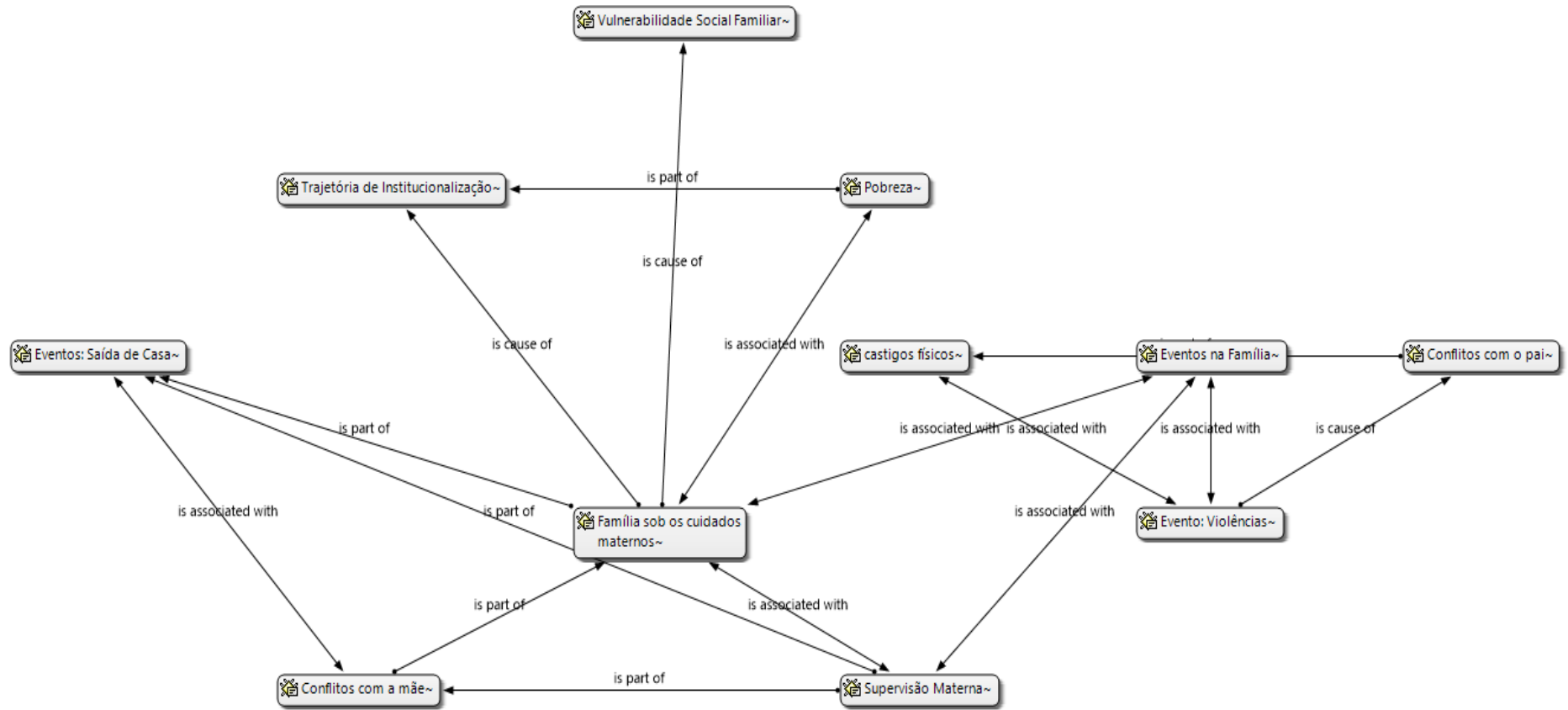
Conforme demonstrado na figura abaixo, foram observadas, nas narrativas de história de vida das meninas e dos meninos, diferentes trajetórias, com a família, na escola, com os pares e na comunidade. Dentro das narrativas de cada uma dessas trajetórias, buscou-se observar quais os principais eventos ou pontos de virada que poderiam provocar mudanças nessas trajetórias e culminar com a trajetória infracional dos adolescentes.

**Quadro 7 – Trajetórias e história de vida**



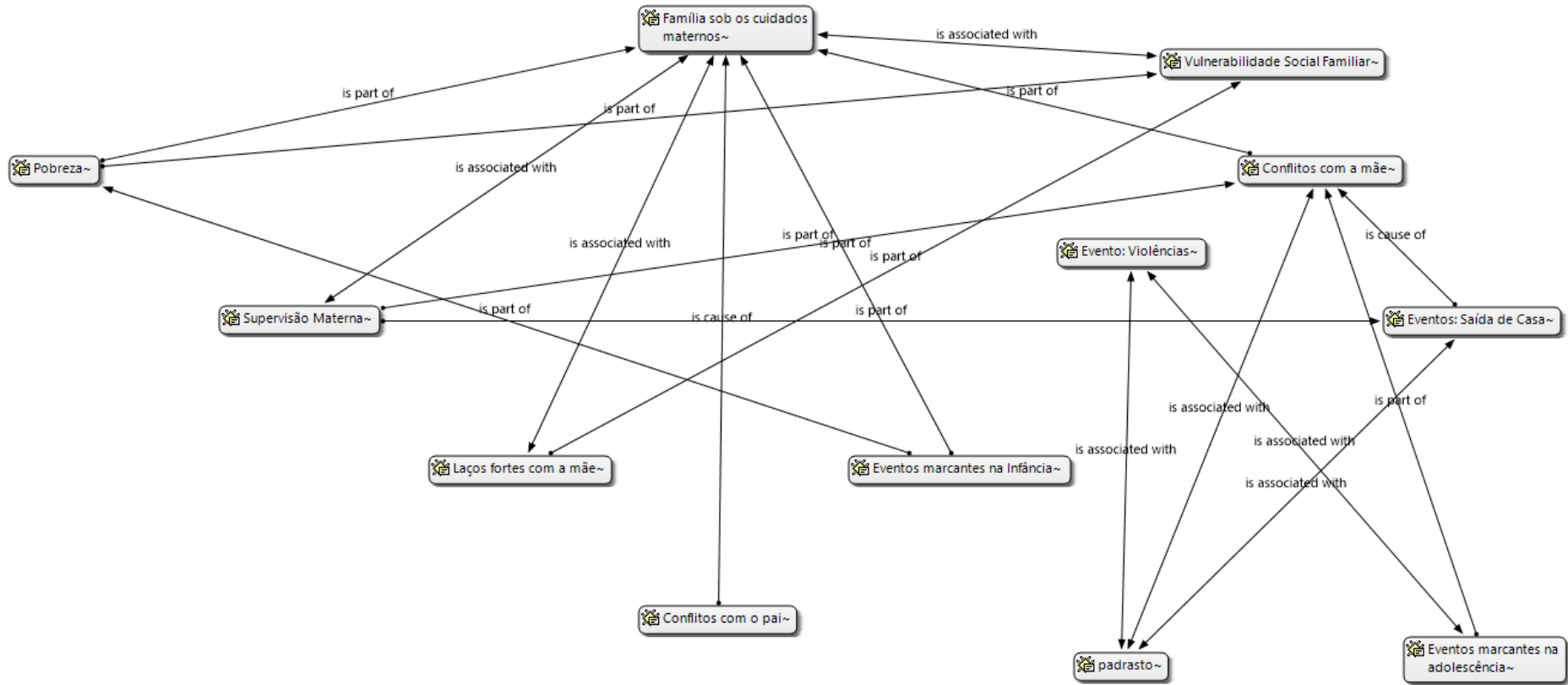
Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 1 – Trajetória familiar das meninas



Fonte: Elaborado pela autora através do software Atlas T.I.

**Gráfico 2 – Trajetória familiar dos meninos**



Fonte: Elaborado pela autora através do software Atlas T.I

## **8.1 Trajetória familiar das meninas e dos meninos**

Como dito anteriormente, as entrevistas de histórias de vida ocorreram com alguns adolescentes apenas uma vez. Entretanto, ainda dentro do período de realização das entrevistas, foi possível realizar mais de uma oitiva com as meninas e os meninos. Esse fato se deu, conforme citado nas justificativas iniciais, em razão da pandemia de covid-19. Isso porque havia risco de interrupção da realização do presente estudo, tendo em vista o fato de que poderiam impedir a qualquer momento a entrada de pesquisadores nas unidades de internação do Distrito Federal. Consequentemente, fez-se necessário adiantar as entrevistas.

Nas entrevistas de história de vida, tanto das meninas quanto dos meninos, quando solicitados a narrar sobre suas histórias de vida, não necessariamente as narrativas de imediato remetiam aos eventos ocorridos da infância. Não obstante, era imprescindível ter acesso aos principais eventos presentes na trajetória de vida a partir da perspectiva do curso de vida, para compreender como havia se desenvolvido a infância de cada um dos adolescentes, sujeitos desta pesquisa. A estratégia era deixar que os participantes narrassem suas histórias de vida e, como essas falas não eram demoradas, logo em seguida, eram feitas perguntas sobre o que havia sido dito, mas não aprofundado pelo entrevistado, retrospectivamente, na tentativa de associar as informações, que eram narradas não linearmente.

Assim, quando realizada a codificação das entrevistas das meninas, os principais eventos familiares associavam-se, eram causa ou faziam parte dos seguintes códigos: violências; conflitos com os pais; castigos físicos; famílias sob cuidados maternos; vulnerabilidade sociofamiliar; pobreza; trajetória de institucionalização; supervisão materna; conflitos com a mãe e saída de casa. Já na codificação dos meninos, os principais eventos familiares associavam-se, eram causa ou faziam parte dos seguintes códigos: família sob cuidados maternos; vulnerabilidade sociofamiliar; pobreza; eventos marcantes na infância; supervisão materna; padrasto; conflitos com a mãe; conflitos com o pai; saída de casa; eventos marcantes na adolescência.

### **8.1.1 Configuração familiar e vulnerabilidade social**

Marca a história de vida das meninas o fato de que, na primeira infância, a família estava constituída no modelo nuclear, em que há a presença do pai e da mãe. Essa configuração de família aparentemente não significou uma lógica de proteção e cuidado no ambiente familiar, porque as relações, notadamente entre casais, eram conformadas pela

lógica da violência doméstica. As agressões originadas pela figura do pai, associadas ao consumo de drogas e bebidas alcoólicas, culminavam nos eventos de violência doméstica perpetrada contra a figura da mãe. As situações de violência só tiveram uma interrupção com o rompimento da relação do casal e, geralmente, ocorria o afastamento da figura do pai na relação com as filhas.

A separação do casal e o rompimento dos vínculos com a figura do pai ocasionaram mudança da configuração familiar, que, a partir de agora, se organizaria enquanto família monoparental feminina, em que a responsabilidade do provimento familiar é da mãe ou, na configuração da família reconstituída, do padrasto.

No caso das entrevistas das meninas, o modelo de família reconstituída, em que há a figura do padrasto, não era predominante. O que de fato predominou foi a configuração de família monoparental feminina, e cabia à mãe inserir-se no mercado de trabalho e obter renda para garantir o sustento familiar. Nas situações de impossibilidade de engajar-se no mercado lícito, uma das opções era o mercado ilícito, haja a vista a possibilidade do acesso a drogas e ao tráfico de drogas nos territórios violentos a que estas famílias pertenciam.

Eu lembro que foi com meus oito anos de idade que minha mãe ficou desempregada, a gente morava de aluguel e eu lembro que o dono da casa pediu a casa para minha mãe. E aí minha mãe pegou...antes eu não entendia, mas hoje eu lembrando, eu entendo tudo. Eu lembro que (pausa)...abrindo a janela do quarto da minha mãe, você avista o quintal do vizinho e aí eu me lembro que um dia tava tendo festa nessa casa de trás e ela se arrumou e foi. E aí, eu lembro que na curiosidade para chamar minha mãe, abri a janela e eu lembro perfeitamente ela com uma capinha de CD com “a carreira esticada” e cheirando junto com os caras. E aí, eu chamei e ela não escutou e ela virou de costa e entregou umas “dolinhas” de pó para os caras. Pegou o dinheiro, né? E fez jogada com os meninos. E eu não sabia, criança, né? Meus irmãos fechou a janela e brigou comigo. Ela passou a noite todinha lá e de manhã pagou o aluguel (AÇUCENA).

A condição de cuidado único do seu núcleo familiar, assumida pelas mulheres, coloca-as em situação de vulnerabilidade social, uma vez que, além das questões financeiras, inserir-se no mercado de trabalho formal nem sempre é possível e, nesse caso, resta apenas a possibilidade de tentar a inserção no mercado informal de trabalho, que oferta baixos salários e condições precárias de trabalho. Outra vulnerabilidade social que se apresenta nessa realidade é a falta de suporte no cuidado com seus filhos. Esse zelo, que poderia chegar por meio de políticas públicas, através de escolas integrais e creches, nem sempre é uma realidade. Outra possibilidade encontrada pelas mães é o capital social construído no território onde vivem os familiares, também representados pela figura feminina: avós, tias, primas etc. Assim, cabe a essas mães mobilizar redes que extrapolam os limites da casa e, assim, acabam

por transferir para outras mulheres, em sua rede social, a divisão da responsabilidade de cuidar e supervisionar seus filhos.

No caso das meninas, a supervisão realizada pelas mães foi interpretada como falta de orientação afetiva, pois justificavam o período como de rebeldia e que, no momento em que mais necessitavam do apoio materno, sofriam agressões verbais e, às vezes, físicas.

[...] Ela me mandou uma mensagem e falou que não precisava voltar que eu não queria ficar com ela” [...] ela já falou [...] porque ela passou por isso e não quisesse que eu passasse. Mas [...] tentou proteger de uma forma errada. Acabou na verdade foi entregando para esse mundo (AÇUCENA, 2021).

“Mas a minha mãe é muito certinha, não gosta de mentira, de sujeira, mas acho que a mãe deve respeitar a vontade do filho. Ela fala, você pode usar maconha longe de mim, longe de minha casa” (AMARÍLIS, 2021).

“Ela gostava de mim e não demonstrava. E eu também gostava dela, mas também não demonstrava” (JASMIN, 2021).

[...] “não é que é meu jeito, é uma fase da minha vida”. (CAMÉLIA, 2021)

A partir da relação de conflito com a mãe, inicia-se um período denominado por todas elas de rebeldia. A relação com a mãe ocupa um papel de sazonalidade, e as meninas encontram abrigo nos pares e na vida independente que precisou constituir abruptamente.

“Mágoa de tudo que aconteceu. Entendo que para ela era difícil, mas, por outro lado, eu penso que ela achava que, soltando, mandando sair para lá, que não ia ter que lidar com aquilo ali” (AÇUCENA, 2021).

Outro aspecto que chama a atenção na trajetória familiar das meninas é a imposição, pela mãe, de não associação ao desvio. Devido à ideia social de que o espaço do público, do desvio e das infrações não é apropriado para as meninas, o comportamento esperado assentase na crença de que cabe a elas o exercício do cuidado, desempenhado no espaço privado das relações familiares, visto que está limitado à mulher dedicar-se ao casamento, aos filhos e à atividade religiosa. Esse tipo de imposição ocorre no Brasil desde o Período Colonial, em que havia por parte da igreja católica e do Estado a exigência do matrimônio como forma de adestrar as mulheres ao papel de mãe, estabelecendo, assim, o desejo que estas tinham para o corpo feminino. Efetivamente, o interesse da igreja e do Estado era minimizar a personalidade dos desvios das mulheres, oportunizando a formação feminina enquanto “santas- mãezinhas” e, ao mesmo tempo, garantir compostura na vida social (DEL PRIORE, 2009).

[...] “Ela queria que minha vida fosse igreja, casa, só que eu não queria” (Açucena, 2021).

[...] Foi minha mãe que me sentenciou, a bem dizer, né? No dia da minha audiência, ela foi e a juíza perguntou como eu era em casa, se eu era tranquila, porque ela ia dar mais uma chance. Só que minha mãe foi falar lá...mas pelo menos eu agradeço minha mãe, né? Falou que eu dava muito trabalho, que dava meia-noite e eu já tava me arrumando pros machos, só que era mentira (DÁLIA, 2021).

“Sobre intervenções policiais, a repostagem da mãe: pode dar essa menina, não presta mesmo” (CAMÉLIA, 2021).

“Eu já estava acostumada com a rua, minha mãe não aguentou e voltei para o abrigo” (AMARÍLIS, 2021).

As tentativas das mulheres de obterem maior participação na esfera pública foi uma preocupação no Brasil Colonial e ainda está presente na atualidade, em que a restrição dos espaços públicos é uma forma de coibir o desejo feminino de envolver-se nas práticas das ações ilegais. Isso pode ser observado nas entradas e reentradas de meninas no sistema socioeducativo do Distrito Federal em detrimento das entradas e reentradas de meninos no mesmo sistema: as decisões judiciais, analisadas sob a perspectiva de gênero, podem demonstrar um peso maior sobre as decisões de sentenças dos atos infracionais cometidos por meninas, quando analisados os dados da entrada por flagrante por porte de armas e por ameaça, ambos cometidos por meninos e meninas. Considerando as diferenças significativas de entrada de meninas e meninos, no que se refere aos valores absolutos de entradas, verificase que a decisão do poder judiciário por “liberar” as meninas, no caso de porte de armas, é de 29%, e ameaça é de 38%, enquanto a decisão por “liberar” os meninos por porte de arma é de 46% e ameaça é de 59%, quando analisadas as frequências relativas (Anuário do Atendimento Socioeducativo Inicial no Núcleo de Atendimento Integrado – NAI/UAI-DF, 2020). Esse dado, apresentado pelo NAI, em alguma medida, reforça a compreensão da equipe de especialistas da unidade de internação feminina, como discutido outrora, de que as sentenças aplicadas às meninas pelo poder judiciário são mais severas.

A trajetória familiar narrada pelos meninos possui pontos de convergência com a trajetória narrada pelas meninas, notadamente no que concerne à ausência da figura paterna e o provimento e a supervisão materna. Não obstante, é importante frisar que a figura do pai é presente na narrativa de 3 dos 6 adolescentes entrevistados, mas, ainda assim, observou-se a predominância do formato de família monoparental feminina na supervisão, especialmente com a figura da mãe e da avó no exercício solitário da função materna. Assim como na configuração familiar das meninas, as exigências impostas a essas mulheres, além do exercício da maternidade, perpassam pela necessidade de garantir o sustento familiar, bem

como exercer a supervisão dos seus filhos, que, na maioria das vezes, era delegada a outras figuras femininas, como a irmã mais velha, uma tia etc.

Tanto na trajetória familiar das meninas quanto na trajetória dos meninos, são comuns as constantes migrações da família de um território para outro dentro e fora do Distrito Federal, com diferentes justificativas: apoio familiar através da cessão de local para moradia e busca por facilidade de acesso e melhores condições de vida, sobretudo no centro urbano. Tais migrações e tentativas de melhoria de vida se davam pelo fato de as famílias dos meninos e das meninas estarem inseridas num contexto de exclusão social e pobreza, assim sendo as mudanças constituíam um apoio ou mesmo esperança de mudança da realidade social. O que se observa na narrativa dos meninos e que se distingue da trajetória familiar das meninas é que, apesar dos conflitos oriundos da relação mãe e filho, o vínculo com a mãe permanecia fortalecido, justamente por esses jovens, na ausência da figura do pai, ocuparem o lugar deste como figura masculina e, por muitas vezes, ser aquele que também iria prover o sustento familiar.

P: Por qual motivo você aderiu ao tráfico?

E: “Pô, via minha coroa, depois que nós separou do meu pai, nós não tinha muita renda, né? E meu pai abandonou nós, eu falei, Ah! Vou tentar ajudar minha família” (PEDRO, 2021).

Um importante marcador na trajetória dos entrevistados no início da adolescência, que pode ser compreendido como uma transição na trajetória familiar dos entrevistados, é a chegada do padrasto à relação amorosa com a mãe. Visto por esse ângulo, o padrasto representa no contexto de vida dos meninos duas possibilidades: a melhoria de vida, do ponto de vista financeiro, pois, como figura masculina, assumia o provimento da residência e poderia auxiliar o núcleo familiar, antes sob os cuidados apenas pela figura da mãe, a garantir melhores condições de vida aos seus membros. Por outro lado, a chegada dessa figura era também motivação para os conflitos familiares e para a saída de casa dos adolescentes. Na verdade, os conflitos seriam ocasionados ora por os adolescentes não aceitarem uma nova figura masculina em casa, ora por a relação da mãe e do padrasto ser marcada por situações de violência doméstica.

“Minha mãe colocava macho dentro de casa. E isso foi me dando raiva. E eu sabendo que meu pai gostava dela, um cara direito, um cara trabalhador, ela não quer. Quer farrear, quer ir pra festa, quer conhecer coisas novas, entendeu?” (JOÃO GRANDE, 2021).

“Ele xingava ela e eu ficava indignado” (PIRULITO, 2021).

Outro importante evento que ocasionava diversas situações conflituosas entre mãe e filho eram as amizades e o envolvimento com o uso de drogas. Por estarem inseridos em territórios com contextos violentos, a aproximação dos adolescentes, ainda na infância, com atos de violência e a atuação no tráfico de drogas eram frequentes. Certamente, na impossibilidade do exercício da supervisão familiar, os meninos associavam-se a seus amigos, inicialmente para o uso de drogas, como maconha.

“Lá tinha muita gente envolvida” (BOA VIDA, 2021).

“Rolava droga cabulosa” (PIRULITO, 2021).

“Aí, no Varjão, você sabe, né?” (JOÃO GRANDE, 2021).

O controle social delegado a essas famílias é o reconhecido como controle social informal e se caracteriza pela internalização dos valores e das normas decorrentes do processo de socialização. O papel da família como elemento central do exercício privado do controle social é também tratado como efeito dos laços sociais, especialmente sobre a influência no exercício do controle social, mecanismo de inibição do ato infracional, intrinsecamente relacionado ao enfraquecimento dos laços sociais e à capacidade de exercício do controle no nível privado. De modo específico, a compreensão de Laub e Sampson (1997) para laço social está relacionado ao apego e compromisso aprofundado na relação parental entre pais e filhos. Sendo assim, o enfraquecimento ou a proximidade dos laços sociais na adolescência (pai, mãe, colegas e escola) e na idade adulta (casamento, apego ao trabalho) pode explicar comportamentos infracionais. Conforme se pode observar, na concepção dos autores, os laços emocionais de apego estão necessariamente conectados com as formas de controle e o monitoramento, bem como facilitam a ligação entre a família e a sociedade. Por outro lado, os autores arrazoam que a estrutura social tende a influenciar diretamente nos processos sociais de funcionamento da família e, de modo específico, no controle social exercido por esta. Complementarmente, outros fatores que podem incidir diretamente nos mecanismos de controle social da família são:

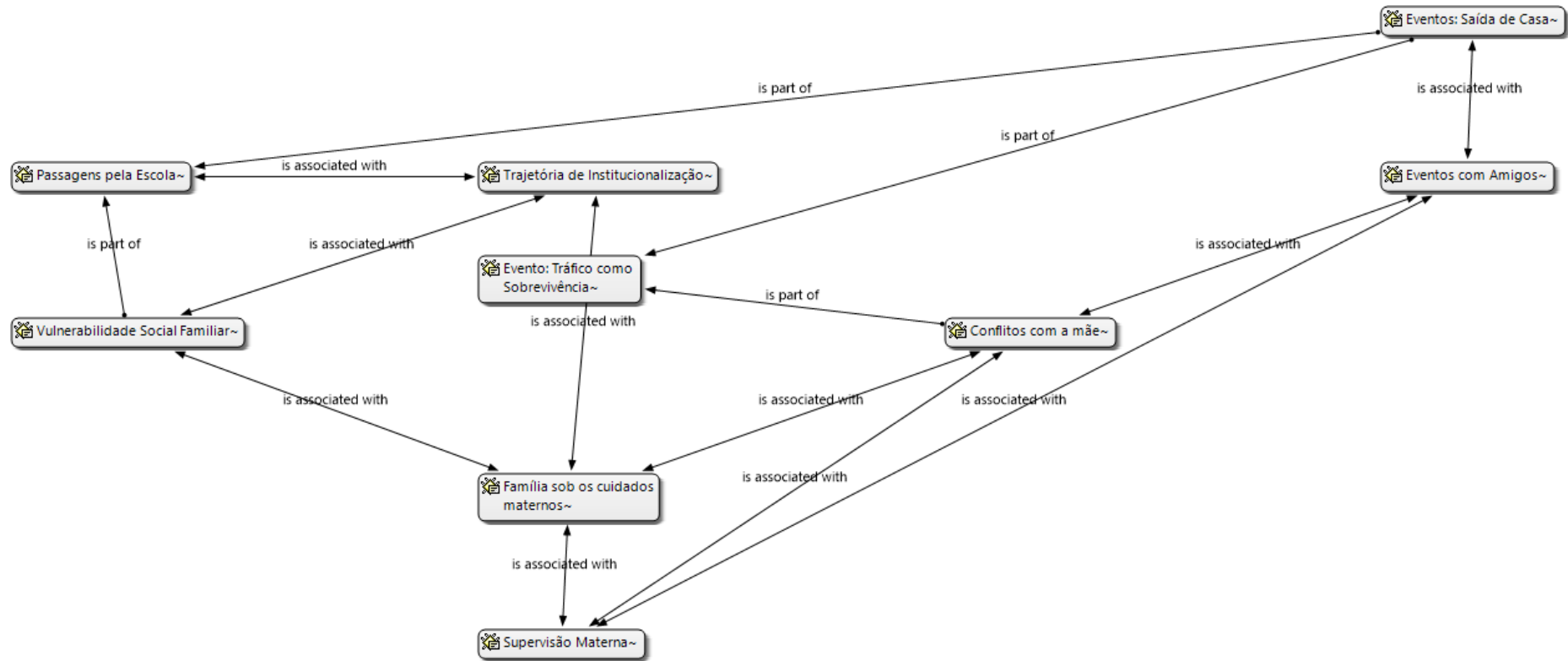
1) a mobilidade residencial do familiar, por incidir diretamente na capacidade de supervisão dos pais e nos vínculos de apego, nesse caso, de modo explícito com a comunidade, que pode ser determinante no auxílio à família no exercício do controle social; 2) as condições de vida precária marcadas, notadamente, pela desvantagem econômica, que possui efeito adverso para os pais no desenvolvimento da parentalidade.

As mães não aceitavam a amizade dos filhos com os amigos e tentavam controlar, principalmente quando envolvia a relação com incentivadores do uso de drogas, porém nenhuma teve sucesso. A relação com os amigos acontecia na escola, na rua e na região onde os meninos moravam e, apesar da tentativa materna de impedir que seus filhos continuassem a fazer uso de drogas, a sedução dos amigos e das drogas foi maior.

“Meu filho, você vai continuar fumando? Ah, não vou falar que não vou continuar fumando pra senhora, que vai lá que eu desvio meu caminho de novo, né?”(BOA VIDA, 2021).

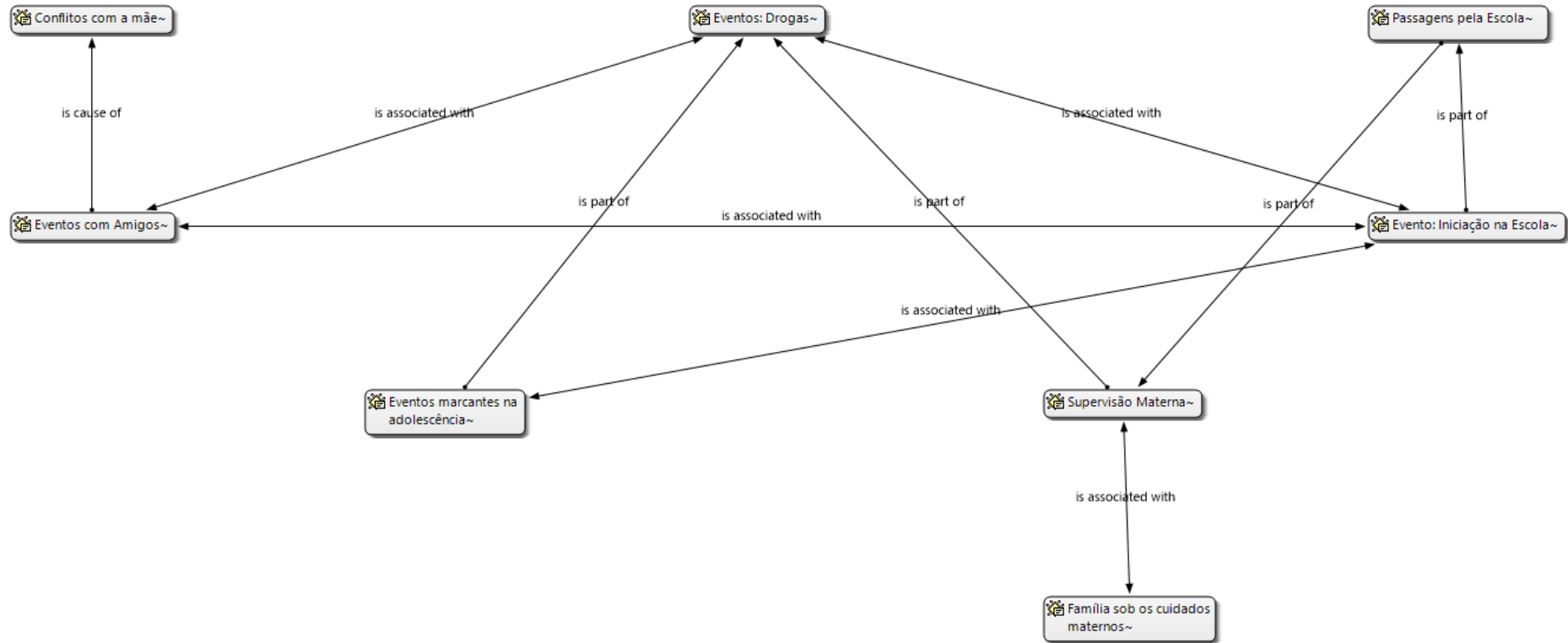
Na narrativa dos jovens, não raras vezes, o uso de drogas com os amigos foi decisivo para o desenvolvimento da trajetória e carreira infracional. Por isso, a trajetória com os amigos será mais bem analisada nas próximas páginas.

Gráfico 3 – Trajetória escolar das meninas



Fonte: Elaborado pela autora através do software Atlas T.I.

Gráfico 4 – Trajetória escolar dos meninos



Fonte: Elaborado pela autora através do software Atlas T.I.

## 8.2 A trajetória escolar das meninas e dos meninos

A relação das meninas com a escola assume uma dupla análise: aquelas que possuem um forte vínculo com os estudos e, em razão dos conflitos familiares, saem de casa e abandonam a escola se avaliam como estudiosas; e há aquelas que, devido à vulnerabilidade social familiar, existente na sua trajetória desde a primeira infância, não aderem aos estudos e possuem apenas algumas passagens pela escola.

No que se refere ao primeiro grupo, das “meninas dedicadas aos estudos”, o que prevalece em suas narrativas, como pode se observar nas histórias de vida relatadas por Açucena, Camélia e Jasmin, é que a motivação para o abandono escolar são os conflitos familiares e, nesse aspecto, a trajetória escolar das meninas encontra convergência com a trajetória familiar. Não por acaso, as famílias chefiadas unicamente pela mãe apresentavam como principal conflito a relação desta com a filha, conflito esse ocasionado, sobretudo, por a genitora tentar exercer controle e supervisão sobre as meninas. Todavia, estas não aceitavam sucumbir-se às expectativas maternas de viver de forma “santa”, pelo contrário, agiam de forma desviada, especialmente no que se refere à relação com os amigos e com uso de drogas.

As “meninas dedicadas aos estudos” não relataram qualquer envolvimento com o uso de drogas dentro do espaço escolar, pelo contrário, a relação com os estudos assumia um caráter de responsabilidade, sendo assim, não havia possibilidade de cometimento de qualquer tipo de infração nesse espaço. Isso pode ser observado nas narrativas das adolescentes Camélia e Jasmin. No caso de Camélia, o uso de drogas com os amigos ocorria após o final da aula, em espaço externo à instituição, e os encontros eram marcados através da rede social *facebook*:

Tu fuma maconha? Fumo! Bora fumar uma na saída. Já começava assim. Foi a época que mais usei rohypnol na minha vida. Na escola os meninos usavam e eu já chegava com R\$ 10 reais, e a cartela era mais ou menos R\$ 20,00. Vinha 10 comprimidos. Aí já tinha um que tinha R\$ 5,00 e outro que tinha R\$ 5,00 e já juntava. Era um grupo formado mais por menina... o grupinho das meninas (CAMÉLIA, 2021).

Já para a adolescente Jasmin, o caráter de sacralidade assumido pela escola é respeitado, mesmo após a saída da casa da mãe e adesão ao tráfico de drogas como uma forma de sobrevivência. Sua narrativa corrobora isso, tendo em vista o fato de que, para ela, o espaço da escola não poderia ser utilizado para a venda de entorpecentes.

“Eu não envolvia essas coisas com escola, não. Independente que eu tava na vida do tráfico, eu queria ter um futuro, sabe?” (JASMIN, 2021).

Yasmin não abandonou a escola, ainda que, na sua trajetória, fosse necessário conciliar os estudos e sua atividade profissional no tráfico de drogas. O mesmo não ocorreu com Açucena, que, desde a primeira ocasião em que sai da casa da mãe, já na adolescência, o envolvimento inicial com o roubo desencadeou idas e vindas ao sistema socioeducativo, à rua e aos atos infracionais. Essa instabilidade de paradeiro espacial não cedeu lugar aos estudos, e, mesmo se considerando boa aluna, a escola só ganhou centralidade novamente em sua trajetória quando inicia o cumprimento de medida socioeducativa de internação estrita.

O segundo grupo é o das meninas para quem a escola ocupa o lugar de passagem pontual, notadamente por causa da vulnerabilidade social e familiar que vivenciam desde a primeira infância, como pode ser observado no caso de Amarílis, Dália e Magnólia. A trajetória de vida das três é atravessada pelo acolhimento institucional em serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, ainda na primeira infância. No caso de Magnólia, a escola jamais ocupou um lugar de centralidade, nem por ela nem pelos familiares, e as idas à escola, quando ainda estava sob o poder familiar da mãe na primeira infância, eram esporádicas, porque não havia um responsável familiar que se comprometesse a levá-la diariamente. A trajetória de Dália entrecruza-se com a trajetória de vivência de rua na primeira infância; em razão disso, não há adesão aos estudos. Já no caso de Amarílis, as situações de violência no âmbito familiar e as de vulnerabilidade e risco social culminaram em seu acolhimento institucional aos três anos de idade. Após o episódio do primeiro acolhimento institucional, ocorreram outras passagens por instituições de acolhimento, e esse fato demarca as idas e vindas do acolhimento para a casa da mãe, bem como a fragilidade da relação que a adolescente construiu com o ambiente escolar. Na verdade, nos casos de Amarílis, Magnólia e Dália, o acolhimento institucional, ocorrido em diferentes momentos de suas vidas, foi o período em que estas efetivamente deram continuidade, por mais tempo, aos estudos. Em razão dessa instabilidade, a escola e os estudos não ocupam lugar de importância para essas adolescentes:

“Ia às vezes. Às vezes ficava na porta da escola fumando maconha, às vezes sozinha, às vezes com os colegas” (AMARÍLIS, 2021).

“A professora Rosa, eu gostava muito dela. Nisso, eu não queria fazer o dever de casa, ela me emprestava o celular dela, pra ficar mexendo e eu não sair da sala” (DÁLIA, 2021).

Quando realizada a codificação das entrevistas dos meninos, os principais eventos escolares associavam-se, eram causa ou faziam parte dos seguintes códigos: conflito com a mãe, eventos com amigos, eventos com drogas, eventos marcantes na adolescência, passagens pela escola, iniciação na escola, supervisão materna e famílias sob os cuidados maternos.

O que pode ser observado nas narrativas dos meninos sobre a escola é que esta foi, de modo geral, local de iniciação do uso de drogas, apenas de passagem e de construção de conflitos com jovens do território. O espaço escolar como local para iniciação do uso de drogas se apresenta como um evento importante na trajetória dos adolescentes entrevistados, tendo em vista que este evento irá contribuir para a formação das amizades com outros jovens com experiências em infrações, assim como contribuirá para a trajetória infracional no tráfico de drogas, conforme poderá ser visto posteriormente.

Sendo assim, a primeira experiência, de acordo com a narrativa dos meninos, ocorreu a partir do convite dos amigos para o uso em espaços da escola, em pontos que não levantassem suspeitas, por exemplo, o banheiro. Entretanto, quando o uso na escola passou a gerar desconfiança, a estratégia era reunir-se com os colegas, para fazer o uso de drogas em espaços públicos próximos à escola, como praças. Além de não levantar suspeitas dos professores e dirigentes escolares, a iniciação na escola era uma maneira de fugir à supervisão materna, que já percebia os movimentos dos adolescentes na iniciação com o uso de drogas. De acordo com os meninos, havia uma tentativa por parte das mães para que estes aderissem à escola e se dedicassem aos estudos. Apesar da insistência materna, no sentido da supervisão e cobrança para que seus filhos aderissem aos estudos, a iniciação do uso de drogas pode ser considerada um evento que causaria transições na trajetória dos adolescentes, especialmente no que se refere ao encaminhamento para trajetória infracional.

Em alguns casos, como relatado por Pedro e Pirulito, a escola, além de ser um espaço de iniciação para o uso de drogas, era também o lugar de constituição de conflitos interpessoais. Essa relação pode ser explicada, em alguma medida, pela localização territorial das escolas, marcada pela atuação do tráfico de drogas e das rixas entre grupos rivais. Tais rixas entre grupos, organizadas fora do espaço escolar, refletiam-se no espaço interno da escola, onde os integrantes de grupos opostos estabeleciam seus conflitos. Outro ponto importante de se refletir acerca dos conflitos é que, do ponto de vista do envolvimento infracional, os meninos, quando estavam inseridos na escola, não possuíam envolvimento relevante ou ainda não havia envolvimento infracional, pois, a partir do envolvimento de fato

na trajetória infracional, a escola perde espaço para o trabalho ilícito e, por esse motivo, os adolescentes abandonam por definitivo os estudos.

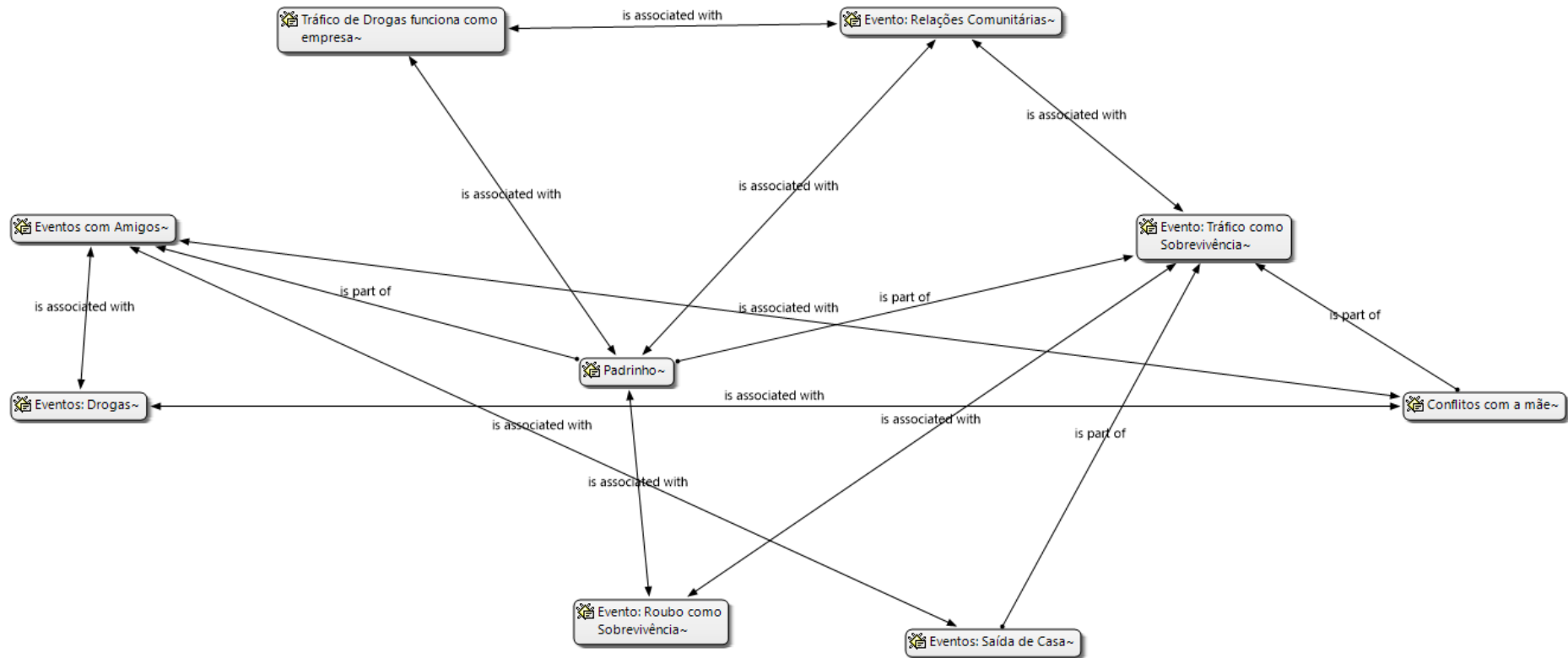
E é justamente nesse sentido que é pertinente debater acerca da passagem dos meninos pela escola. Quando se utiliza nesta tese o termo passagem, é porque, efetivamente, na trajetória dos meninos, a escola representou apenas uma passagem, sendo que o rompimento com as atividades escolares começa no início da adolescência, quando ainda estavam cursando o ensino fundamental. O retorno às atividades escolares só ocorre novamente com o cumprimento da medida de internação estrita. A realidade apresentada nas narrativas encontra respaldo no estudo brasileiro desenvolvido por Silva e Bazon (2014), que realizaram pesquisa com a finalidade de investigar a relação existente entre a educação escolar e a conduta infracional de meninos. Utilizando-se de revisão integrativa da literatura, os autores consultaram bases de dados PsycINFO, Lilacs e Scielo, entre os anos de 2008 a 2012. De modo geral, os estudos realizados apontam para a ligação entre problemas no processo de escolarização e a manifestação da conduta infracional. Sumariamente, os estudos em questão indicam que o baixo desempenho escolar, problemas de interação com professores e pares infratores, bem como a evasão escolar fomentam a desvinculação da escola, o que se constitui um risco para o envolvimento dos adolescentes com atos infracionais (Silva e Bazon, 2014). Valendo-se, como base teórica, do controle social para estabelecer nexos explicativos, uma parcela importante dos estudos pressupõe que os adolescentes com maior compromisso e envolvimento em atividades escolares são menos propensos ao cometimento de atos infracionais. Assim, a escola pode colaborar para a criação do vínculo social dos alunos, propiciar boa aprendizagem, regras claras e estímulo a valores sociais. Por outro lado, na contramão da vinculação social, a desvinculação escolar é indicada como uma das maiores motivações para o cometimento do ato infracional (SILVA; BAZON, 2014).

Gráfico 5 – Trajetória das meninas com pares



Fonte: Elaborado pela autora através do software Atlas T.I.

Gráfico 6 – Trajetória dos meninos com pares



Fonte: Elaborado pela autora através do software Atlas T.I

### 8.3 Trajetória das meninas e dos meninos com pares

A trajetória das meninas com seus pares possui forte correlação com relações que são constituídas no território onde vivem e onde estabelecem amizades. Os pares das meninas tornam-se figuras centrais, especialmente quando ocorre o evento de saída da casa dos familiares. Os principais eventos com pares na trajetória das meninas associavam-se, eram causa ou faziam parte dos seguintes códigos: eventos: saída de casa; eventos: drogas; eventos com amigos; frevos e infrações; eventos: tráficos como sobrevivência; relações comunitárias; eventos: roubo como sobrevivência. A associação das meninas aos seus pares será analisada a partir das seguintes categorias: “o suporte dos amigos na vida independente; os amigos do corre; e os amigos do frevo”.

#### 8.3.1 O suporte dos amigos na vida independente

“Ninguém acha nada de graça em lugar nenhum, né? A não ser na casa de pai e mãe” (AÇUCENA, 2021).

É com essa passagem da narrativa da adolescente Açucena que será iniciada a análise acerca da associação das meninas com os amigos. Ficou evidenciado, nas narrativas das adolescentes, que o evento que causou uma mudança de trajetória na vida das meninas, no início da adolescência, foi o conflito com a mãe, que culminou com a saída de casa. Logo, a busca do apoio de amigas, que já possuíam vida independente há algum tempo, foi a alternativa que se apresentou para Açucena, Jasmin e Dália.

Na medida em que houve essa transição na trajetória das adolescentes, foi necessário buscar formas de se manter financeiramente, haja vista a necessidade de arcar com custos básicos de moradia, alimentação, vestuários e vida social. A organização que precisava ter agora era de uma vida adulta, e, para tanto, seria necessário buscar formas de se custear. Nesse contexto, o ato infracional entra na vida dessas meninas como uma forma de sobrevivência. A busca pela manutenção da vida adulta de Açucena ocorreu inicialmente através do roubo. Os primeiros roubos aconteciam após o uso em grandes quantidades de drogas, combinados com a parceria dos amigos do seu convívio social.

“Chegou lá o que nós fez? Se drogou o dia todo e de noite eu queria dinheiro, fiz o quê? Fui roubar” (AÇUCENA, 2021).

A combinação do uso de drogas em excesso e roubos na trajetória de Açucena resultou em alguns flagrantes pela polícia em diferentes momentos e, conseqüentemente, ocasionou algumas passagens pelo sistema socioeducativo, até chegar à medida socioeducativa de internação. Ao longo de sua trajetória infracional, a relação com os amigos foi cada vez mais se fortalecendo, ao mesmo tempo em que a relação com a mãe foi se tornando cada vez mais conflituosa, já que a genitora não aceitava o envolvimento infracional da adolescente e suas relações constituídas com os amigos.

Com Dália e Amarílis, a associação com os pares assume um caráter diferenciado, notadamente pelo fato de terem algumas passagens pelos serviços de acolhimento e por possuírem uma forte relação com as ruas. A associação de Amarílis com os amigos ocorria nas proximidades do abrigo localizado em Taguatinga – DF. Os amigos com quem realizava os “corre” nas ruas eram os da “colegagem”, aqueles com quem ela contava, tendo em vista sua trajetória de abandono, institucionalização e vínculos frágeis com sua família. Esses amigos possibilitavam, por meio da parceria, proteção, companhia e dinheiro nas ruas:

“Quando você, que não tem ninguém por você, que você está solitária, o que você quer? Curtir! Você quer dinheiro” (AMARÍLIS, 2021).

Essa mesma associação não foi constituída com os demais adolescentes acolhidos no serviço de acolhimento, pois, individualmente, buscavam garantir formas de sobrevivência frente às suas trajetórias juntamente com a precariedade do acolhimento institucional. Portanto, não havia associação, porquanto, como bem define a adolescente, “era cada um por si só”.

Do mesmo modo, as associações com os amigos na trajetória de Dália se deram também nas ruas, espaço que esta ocupa desde a infância quando passava mais tempo brincando com amigos nas proximidades de sua casa. A vinculação com os amigos no Centro da Ceilândia ocorreu no fim de sua infância e início de sua adolescência, período em que já estava acolhida em serviço de acolhimento. De acordo com a adolescente, foi no serviço de acolhimento, localizado em Taguatinga, ainda na infância, que aprendeu a fazer uso de maconha e, partir daí, eram comuns as evasões da instituição para fazer uso de drogas no Centro da Ceilândia. Esse grupo de amigos com os quais Dália se relacionava para o uso de drogas passou a fazer uso de crack; isso fez com ela se afastasse do grupo. Havia uma moralidade na adesão da adolescente ao mundo das drogas: fumar crack a estigmatizaria como “fuma pedra”. Negar-se fazer parte do grupo de amigos usuários de crack seria uma forma de a adolescente tentar fugir de uma vida sem futuro e sem esperança, nas palavras de Souza (2016, p. 37), em que a maior prisão não é por si só o uso da droga, mas o abandono

afetivo e social e, ainda, a experiência silenciosa da humilhação. O abandono afetivo talvez fosse um dos motivos pelos quais a adolescente nutria uma maior preocupação em não dar ainda mais “desgosto” à família. Esse fato fica mais concreto na narrativa de Dália, uma vez que ela aponta um determinado momento da sua trajetória em que estava evadida do serviço de acolhimento e havia feito a escolha por ir morar com uma amiga que conhecera no Centro da Ceilândia. Tal amiga seria a nova companheira com quem a adolescente dividiria os custos da sua nova casa e era também uma antiga amiga dos “*corre*” no Centro da Ceilândia. Mas Dália decide desvincular-se da amiga quando esta faz opção por se inserir mercado de trabalho através da prostituição: “ela me chamou, eu falei que não”.

P: Vocês cometiam atos infracionais juntas?

E: “Sim, roubo, tráfico. Eu não queria me prostituir, já dava muito desorgulho para minha família, né?” (DÁLIA, 2021).

Os amigos aos quais Dália se associou nas ruas da Ceilândia foram importantes no processo de inserção da adolescente, ainda muito nova, no circuito dos atos infracionais. Houve uma espécie de introdução gradativa na infração, em que a inicialização se dava com pequenos furtos:

“Eu ia na loja de roupa e colocava na bolsa as roupa tudim dentro quando as pessoa não estava olhando, aí depois de um tempo eu comecei a roubar as pessoas na rua, porque o povo falava que loja de roupa não dava mais nada” (DÁLIA, 2021).

Do mesmo modo, os amigos a quem Jasmin se associou após a saída da casa da mãe foram determinantes para a inserção na sua trajetória infracional. Na tentativa de buscar seu autossustento e dividir os custos do novo lar, constituído com a amiga, a adolescente contou com o apoio dos amigos do território onde residia para iniciar as vendas de drogas.

“Ele soltava um “f” (fiado) na minha mão e eu vendia e pagava eles. O resto era meu lucro. E foi aí que eu comecei a me ligar como é que era” (DÁLIA, 2021).

Das entrevistadas, Camélia foi a única que não saiu da casa dos pais, pelo contrário, manteve-se no apartamento que era da família. Marca a trajetória da adolescente a inicialização do uso de drogas, incitado pelo grupo de amigos com os quais ela e seu irmão se reuniam em casa para usar maconha:

“O que eu tinha aprendido com as meninas eu ensinei para o meu irmão”  
(CAMÉLIA).

Diferente das demais meninas entrevistadas, as amigas que a “ensinaram” usar drogas eram provenientes da região da Samambaia, onde a jovem cresceu, e da escola, onde havia constituído o grupinho das meninas, que se reuniam basicamente para usar drogas. Com a separação dos pais, o genitor permaneceu no Distrito Federal e a mãe retornou para o seu Estado natal, o Piauí. Os dois irmãos ficaram sem supervisão dos pais, pois o pai passava mais tempo na casa da nova companheira do que efetivamente supervisionando os filhos adolescentes. A ausência de supervisão paterna desencadeou a migração dos jovens para o estado onde vivia a genitora. Em que pese a mudança de cidade, ela só acentuou o envolvimento deles com outros jovens com trajetória infracional mais fortemente articulada no tráfico de drogas:

“Lá a gente piorou, a gente começou a andar com quem não prestava” (CAMÉLIA, 2021).

O envolvimento dos irmãos com amigos ainda mais envolvidos com o tráfico de drogas trouxe muitas repercussões, especialmente para a relação mãe e filho e os encorajou a retornar ao Distrito Federal, onde não ficavam sob a forte supervisão paterna e podiam se dedicar à relação com os amigos. Porém, assim que chegaram ao Distrito Federal, o irmão de Camélia começou a namorar uma menina que não possuía envolvimento infracional e logo abandonou sua trajetória infracional, ainda prematura.

Ela era de família certa, e ele deixou tudo por ela e eu continuei. Aí que me revoltei, né? Porque era só nós, só dava nós, e, né? Cheguei aqui e ele me abandonou assim. Aí foi uma revolta grande em mim, continuei a sair de casa para ir para os frevos e voltava 3 dias depois... aí foi quando eu fui me envolvendo com pessoas piores ainda e cheguei nesse ponto” (CAMÉLIA, 2021)

Enquanto o irmão pôs fim ao seu envolvimento infracional, Camélia deu continuidade com o grupo de amigas e cada vez mais se dedicava à infração.

### **8.3.2 Os amigos do corre, os amigos do frevo e o contexto comunitário**

Os amigos do corre e os amigos do frevo, na narrativa das meninas, não são os mesmos que serão suporte no momento da saída das adolescentes da casa dos pais. Os amigos do corre e do frevo são constituídos na comunidade onde as meninas vivem e se associam a essas, especialmente, para a realização de atos infracionais e o uso de drogas.

Os amigos do “corre” são aqueles aos quais as meninas se associam para realização de atos infracionais, e, mais especificamente, o corre pode acontecer no espaço social da rua ou no do frevo. No espaço da rua, o corre se dava pela realização de práticas relativas ao tráfico de drogas e a prática de roubos, justificado, no caso das meninas, notadamente para a garantia de sua manutenção financeira. Assim, os amigos do corre eram aqueles que conseguiam formas de acesso a drogas e a armas.

No início da trajetória de Jasmin, os amigos do corre já eram conhecidos no território onde a jovem vivia, antes e após a saída da casa de sua mãe, na região administrativa do Areal. Na busca por formas de adquirir dinheiro para sua manutenção, de forma independente, Yasmin recorreu aos amigos, que a iniciaram na trajetória do tráfico de drogas. Assim como qualquer outra atividade, esta exigiu preparo, sendo que lhe foram dadas as instruções iniciais na atividade:

“Ele soltava um “f” (fiado) na minha mão e eu vendia e pagava eles. O resto era meu lucro. E foi aí que eu comecei a me ligar como é que era” (JASMIN, 2021).

Dália foi iniciada pelos amigos do corre nas ruas do Centro da Ceilândia, inicialmente com o furto em lojas e o roubo de pedestres. A atividade do roubo exigia que Dália estivesse devidamente armada, para agir caso houvesse qualquer reação de resistência das vítimas. Não obstante, a iniciação de novos infratores envolvia também as instruções do manejo com arma, pois era preciso estar aparelhada para o exercício da função.

P: O que você roubava das pessoas?

E: “Bolsa, celular”.

P: E você usava algum tipo de arma?

E: “Ahram”.

P: Que tipo de arma?

E: “Faca, arma mesmo”.

P: E como conseguia essas armas?

E: Eu conhecia os meninos da 3 Norte (Ceilândia), aí tipo assim, eles me emprestava. Aí tipo, se eu roubasse uma casa, aí eu tinha que dar R\$1,000, porque ele tinha me emprestado a arma”. Ou se não, ele só me emprestava a arma, mas, se eu rodasse com a arma, tinha que pagar outra do mesmo preço (DÁLIA, 2021).

Apesar do apoio que as meninas recebiam dos amigos do corre para iniciar na trajetória infracional, os conflitos eram inevitáveis, sobretudo porque, a depender do segmento infracional em que se tinha oportunidade de ingressar, a concorrência, do ponto de vista espacial, era real e, em alguns casos, resultava em confrontos. Isso pode ser observado na fala de Dália sobre as disputas que ocorriam com outros companheiros de rua quando do seu ingresso no tráfico de drogas:

“Eles falavam bem assim, é minha vez, é minha vez.... e eu falava num é tua vez nada”. [...] “Eu tava ali pra fazer meu corre, não era pra pagar simpatia pra ninguém (DÁLIA, 2021).

Os amigos do frevo naturalmente eram constituídos nesses eventos. De acordo com as meninas, os frevos são festas que ocorrem nos territórios e são organizados de dois modos: aqueles que acontecem nas ruas e a articulação dos participantes ocorre através da rede social *Facebook*. Segundo as meninas, os convites são feitos pelos organizadores dos eventos, que definem o que pode ou não ser levado para consumo. Na verdade, os informes do que não pode ser levado nem consumido são apenas uma estratégia dos organizadores para não chamar a atenção da polícia, porque, na verdade, é permitido levar e consumir o que bem desejar. Outro fator relativo aos frevos é que são realizados no espaço social da rua, em locais definidos no território pelos organizadores e configura-se basicamente pela reunião de jovens, animados por diferentes músicas, que tocam, ao mesmo tempo, em diferentes carros de som, abastecidos com equipamentos potentes. Além dos sons, os frevos nas ruas eram motivados para uso de drogas em alto consumo, violência e emboscadas para inimigos de outros grupos do território, como é possível observar na narrativa de Magnólia:

“Eu ficava com medo. Tinha muita gente armada e gente que usava muita droga. Uma vez eu tava num frevo, o cara tirou a arma da cintura e começou a atirar num monte de gente” [...] (MAGNÓLIA, 2021).

[...] “Tipo assim, tem gente que tem guerra com aquela pessoa e posta no face... e que pessoa que tem guerra fica ligado, né? Vai ter frevo em tal local hoje. E espera dar meia noite pra tal pessoa estar no meio do frevo para pegar” (MAGNÓLIA, 2021).

Além das situações de violência, outro ponto forte dos frevos nas ruas é a venda de drogas, que movimenta muito dinheiro, por causa da alta procura. Açucena, que até então se dedicava apenas às ações de roubo a pedestres e comércios, identificou nos frevos a oportunidade de vender drogas, pois, quando estava nos frevos, por ser bastante conhecida, era frequentemente acionada por outros participantes a encontrar traficantes de drogas ali naqueles espaços. Essa era uma oportunidade de aumentar sua fonte de renda:

Teve um dia que a menina perguntou se eu conhecia alguém que vendia e eu levei ela nesse meu amigo. Ele tava doidão, deixou cair dinheiro no chão. Aí eu falei assim, deixa eu fazer a jogada pra você. Todo mundo já me conhecia, comecei a vender pra todo mundo, eu falei ah! Tô ganhando dinheiro pros outros, porque não posso ganhar pra mim? Não tô fazendo nada e comecei a pegar através dele. Comprava dele as telas de rohypnol e vendia na festa. Só que eu vendia só em festa. Pegava e vendia (AÇUCENA, 2021).

A outra modalidade de frevo é o que é também conhecido pelas adolescentes como uma “social”. Nesse formato, algum amigo do grupo ofertava sua casa para a realização do evento. Ou seja, o frevo assim na social era mais restrito aos convidados e, aparentemente, o tráfico de drogas não ocorria, pois os convidados tinham que levar sua contribuição para a festa acontecer e entregar já na chegada. Sobre a organização de uma social, Camélia narrou que constantemente frequentava as sociais oferecidas por uma conhecida lá da Samambaia. A dona da casa era mãe de rapazes envolvidos em diversos crimes naquela região, e as sociais na casa dessa senhora ocorriam com frequência:

“Quem ia chegando, ela já ia cobrando logo a droga... eu levava uma carteira de cigarro, outros levavam bebida, cocaína” (CAMÉLIA, 2021).

A trajetória dos meninos com pares, semelhantemente à das meninas com os seus, possui forte correlação com relações que são constituídas no território onde vivem e onde estabelecem amizades. Os pares dos meninos, assim como das meninas, tornam-se figuras centrais, especialmente quando ocorre o evento de saída da casa dos familiares. Porém, a associação dos meninos aos seus pares será analisada a partir das seguintes categorias: “o padrinho como figura de sustentação para vida independente; a associação com os amigos para formação de grupos para infração”. Os principais eventos com pares na trajetória dos meninos associavam-se, eram causa ou faziam parte dos seguintes códigos: tráfico de drogas funciona como empresa; eventos: relações comunitárias; eventos com amigos; eventos: tráfico como sobrevivência; padrinho; eventos com drogas; conflitos com a mãe; evento: roubo como sobrevivência; e eventos: saída de casa.

### **8.3.3 O padrinho como sustentação para a vida independente**

A relação dos meninos com os pares ganha maior proporção ainda no espaço da escola, fato que diverge da relação estabelecida pelas meninas com os pares, como visto anteriormente. Os meninos, ao contrário das meninas, antes mesmo do evento da saída de casa, já possuíam uma forte vinculação com os pares, que eram notadamente constituídos na escola. Essa relação se estendia para o contexto comunitário onde os meninos viviam. De modo semelhante ao das meninas, no caso dos meninos, os conflitos vivenciados no âmbito familiar com a mãe e as diversas tentativas de supervisão e controle sobre seus filhos, em alguns casos, a chegada da figura do padrasto, foram a principal motivação para Pirulito, Volta Seca e Pedro saírem de casa.

Uma vez que os meninos já possuíam forte vinculação com os amigos da escola e da comunidade onde viviam, a saída de casa teve o amparo deles, maiores de idade, já engajados na trajetória criminal e que iriam ser o suporte para a transição na trajetória dos que, agora, precisavam se engajar na vida independente.

Tipo assim, no começo, eu tava precisando de algumas coisas, e eles me arrumam um lugar pra mim ficar, fiquei com eles e tava me ajudando com umas coisas. Depois de um tempo, eu já tava fazendo meus corre lá, já tava vendendo droga, conhecendo outros caras, ganhando conceito, todo mundo lá já me conhecia desde pequeno, já não faltava mais nada pra mim, não (VOLTA SECA, 2021).

Tais amigos eram designados pelos meninos como “padrinho” e aqueles que recebiam apoio dessas figuras eram designados de “filhotes”. Conforme já dito, o padrinho possui o papel de “reestabelecer” o menino que estava saindo de casa e precisava de suporte para a vida independente. Dessa maneira, o padrinho assumia na vida dos meninos o papel da figura paterna. Além de ajudar os jovens a se restabelecerem, ele oferecia proteção, apoio para a adesão ao mundo do crime, bem como repassava os ensinamentos necessários para aderirem nas atividades do tráfico de drogas e roubo de carro, como será objeto de análise à frente.

Diante da importância dos pares para a adesão à infração, o padrinho não aparece nas narrativas das meninas na mesma proporção como aparecem nas narrativas dos meninos. A relação das meninas com os pares que exercem o papel do repasse de aprendizado acontece com amigos do contexto comunitário onde elas vivem, mas não existe, especificamente, uma figura que irá exercer o papel de ensinar as estratégias para adesão ao mundo do crime e ao mesmo tempo oferece suporte e proteção.

Entre os meninos entrevistados, há o grupo daqueles que não saíram da casa da família em razão dos conflitos familiares e, ainda assim, precisaram assumir a independência na vida de forma precoce, como é o caso de Sem Pernas, Boa Vida e João Grande. Mesmo permanecendo na casa dos seus familiares, a associação com os pares infratores assumiu a mesma proporção daqueles que precisaram sair em decorrência dos conflitos familiares. Um fator que merece relevo é a permanência dos meninos na casa dos familiares, ainda que estes já tivessem iniciado sua trajetória infracional, juntamente com os pares. Como dito na trajetória familiar dos meninos, a relação com a figura materna, mãe, avó ou tia, possuía um laço mais forte, já que, ao mesmo tempo em que apresentava uma tentativa de supervisão e controle, apresentava uma relação de proteção, quase que condescendente. Tal constatação fica mais evidente na narrativa de Vida Boa, um adolescente que não pertencia aos extratos sociais mais empobrecidos, mas que, através associação com os pares infratores, constituiu

uma trajetória infracional especializada em roubo de carros. Os pais, que possuíam rede de apoio da família extensa, quando percebe que o menino iniciava os primeiros passos para a infração, promoveram, por meio da mãe, notadamente, uma tentativa maior de supervisão, especialmente no deslocamento para a escola. Apesar de todo esforço, a entrada na atividade infracional começaria no âmbito escolar, quando saía da sala de aula para fumar maconha com os amigos e, assim, driblar a supervisão materna.

Eu tinha arrumado um isqueiro, não sei onde arrumei esse isqueiro. Coloquei ele em cima do guarda-roupa e falei: “oh mãe, vou ali na rua de cima. Eu tava lá enrolando um cigarro de maconha e precisei de um isqueiro. Fui lá em casa buscar, quando eu cheguei lá, o isqueiro já não estava mais. Eu dei uma de doido pra vê se minha mãe tinha pegado: “oh mãe, cadê a bola que tava ali em cima? Ela falou, a bola tá ali, oh! E esse isqueiro aqui? Aí, eu já, Vissshii Maria, chega o olho ficou desse tamanho aqui, oh! Tava baixo, ficou foi grande (BOA VIDA, 2021).

Merece destaque na relação aqui analisada com os pares, seja do menino, seja da menina, “o lugar do jovem na família como aquele de quem introduz uma alteridade na família, por meio de novos discursos que abalam seu discurso oficial –pela ruptura ou pela inversão ou, mesmo, pela reafirmação deste discurso” (SARTI, 2004, p. 20). Tais mudanças, associadas à relação com os pares, “serão decisivas para as relações familiares e, particularmente, para o lugar do jovem, em busca de uma identidade própria que se constrói pelas várias alteridades as quais se enfrenta” (SARTI, 2004, p. 20).

#### **8.4 A associação com amigos para formação de grupos para a infração**

Seja no grupo dos meninos que saíram de casa, seja no dos que não saíram de casa, a associação com os amigos para a formação de grupos para infração é padrão entre as narrativas analisadas. Nesse sentido, as infrações cometidas pelos meninos em grupo possuem duas opções: a associação com grupo de amigos para tráfico de drogas no contexto comunitário e o roubo de carros. Mas o fato de serem atividades distintas não quer dizer que os meninos entrevistados não transitassem ao mesmo tempo pelas duas atividades infracionais.

Devido à forte associação dos meninos com o tráfico de drogas, é importante novamente enfatizar a figura do padrinho para iniciação do adolescente na prática. Quando chegam a essa fase, o adolescente possui uma noção geral de como proceder no tráfico de drogas, mas são necessários outros aprendizados que serão repassados pelo “maior”. Além da venda da droga que ocorrerá, seja como autônomo, seja como vendedor na bocada, o menino precisará aprender sobre negociação e qualidade do produto, venda, lucro, marketing e

propaganda. Assim ocorreu com Volta Seca e Pedro, quando saíram de casa por conflitos familiares e foram iniciados por pares “maiores” na atividade da venda de droga.

“O bicho começou a me fortalecer, a gente começou a colar junto, aí foi quando eu comecei a me levantar mesmo no crime” (VOLTA SECA, 2021).

A trajetória de Sem Pernas e Pedro com os pares possui proximidade, na medida em que os dois adolescentes fazem seus primeiros contatos na trajetória infracional com jovens com carreira infracional já consolidada, notadamente no tráfico. No caso de Volta Seca, a venda de drogas acontecia na porta de sua casa, nas proximidades do campinho de futebol no qual os jovens do território se reuniam para jogar. Apesar de ser sabedor de que o movimento acontecia ali bem perto, Volta Seca não se envolvia para além do uso de drogas com os amigos mais próximos. Foi só com a saída de casa que este encontrou apoio dos maiores da região, que lhe ensinaram o manejo com o tráfico de drogas. Do mesmo modo aconteceu com Pedro. Antes da saída da casa da mãe, o adolescente fazia uso de drogas e já possuía pequenas rixas nas escolas que frequentava na região. Porém, a saída de casa foi o evento que culminou na maior aproximação com um “maior”. Foi aí que Pedro se estabeleceu como traficante no território, com o suporte dos pares maiores de idade. No local, Pedro era o único vendedor de drogas, isso se deu em razão de ele e seus pares assumirem um território que havia perdido o domínio após os traficantes locais serem executados na região. Para expandir os negócios, Pedro e seus amigos apostavam na venda de drogas de qualidade, que atraía compradores de outras regiões e dava ainda mais visibilidade e lucro para sua bocada.

É importante ressaltar que as bocadas que Pedro e Volta Seca assumem com os maiores são organizadas dentro do território onde viviam com suas famílias. Para organização dessas bocadas, os jovens, com apoio dos maiores, alugavam casas para morarem na região e, ao mesmo tempo, essas residências se tornavam uma bocada. Outro fator importante de se analisar é que tais bocadas, apesar de assumirem notoriedade através das narrativas dos jovens, tinham, sim, organização empresarial, porém ainda se conformavam como pequenas empresas. Nas palavras de Lyra (2013), as pequenas empresas do tráfico de drogas atendem a um público consumidor de segunda classe, diferente das grandes potências do tráfico, que, quanto maior sua área de abrangência, possuem menos caráter local de organização e dominam o comércio de drogas em outros estados do país.

A despeito de o tráfico estar presente no território onde estes jovens viviam e envolvê-los com muita facilidade, seja pela possibilidade do acesso ao dinheiro, seja pelo acesso ao poder no território, esse não foi o único meio de ingresso dos entrevistados na infração junto

com seus pares. Boa Vida e Sem Pernas não pertencem ao grupo dos que saíram de casa por conflitos familiares e, do mesmo modo, a adesão dos dois ocorreu notoriamente pelo roubo de pequenos objetos e carros. Boa Vida foi introduzido pelos pares da escola, inicialmente com o uso de drogas e logo foi encaminhado para a furto. Começou com o furto de um celular e, assim, foi progredindo para o de carros, com os amigos dos quais sempre estava junto. No caso de Boa Vida, os furtos de materiais de pequeno valor eram apenas por adrenalina junto com os amigos, pois o dinheiro da venda dos produtos não tinha destinação de provimento de alimentos da família, por exemplo. Pelo contrário, o adolescente, ainda muito imaturo e protegido em excesso pela família, usava o dinheiro desses furtos para comprar lanche na padaria ou mesmo para arrumar o pneu da bicicleta. Esse não era o caso de Sem Pernas, oriundo de família pobre, cujos primeiros furtos e roubos eram também uma forma de o adolescente trazer dinheiro para casa, haja vista a situação de precariedade financeira vivida pelos avós. E foi no contexto territorial de grande incidência do tráfico de drogas que Sem Pernas teve seu ingresso na atividade ilícita, inicialmente com o uso de drogas sob influência de um amigo, maior de idade:

P: Te oferecia e você usava?

E: Era... eu não sabia o que era. Uma coisa que tipo nossa, eu quero ser aquele ali, não sei o quê, vira tipo...

P: Uma referência?

E: Pode perceber, toda pessoa que quer virar bandido é que vê o exemplo de alguém.

P: Ele era um exemplo para você?

E: Era. Eu queria ser ele.

P: O que ele fazia?

E: Fazia tudo errado. Andava armado, usava droga, andava com um bocado de mulher, tinha carro, tinha moto, tinha dinheiro (Sem Pernas).

Posteriormente, entregou-se a furtos de produtos de pequeno valor, em geral de pedestres. No caso dos furtos, há uma equivalência entre Boa Vida e Sem Pernas, ambos se juntavam aos grupos de pares para realizá-los:

“Amigo: [...] “Bora lá... E agora, quem vai enquadrar? Quem vai dar a voz?”

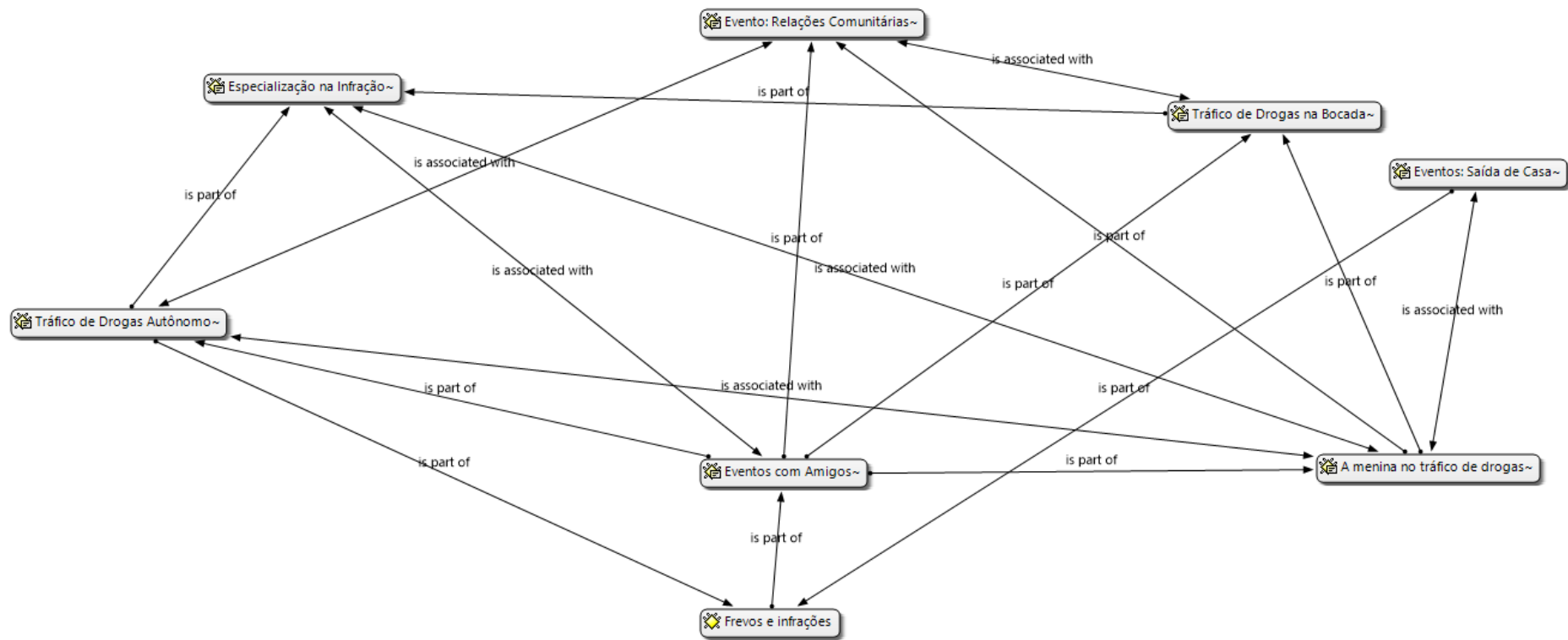
Boa Vida: [...] “Dar a voz pra quê?”

Amigo: [...] “Oxxii, nós vai enquadrar e tomar os dois celular”.” (BOA VIDA, 2021)

Apesar dos adolescentes apresentarem em suas narrativas que não era necessária a iniciação ou o aprendizado para o ato infracional como o roubo, o que se observa é diverso. Nas narrativas dos adolescentes, resta claro que, para realização desses atos, eles sempre

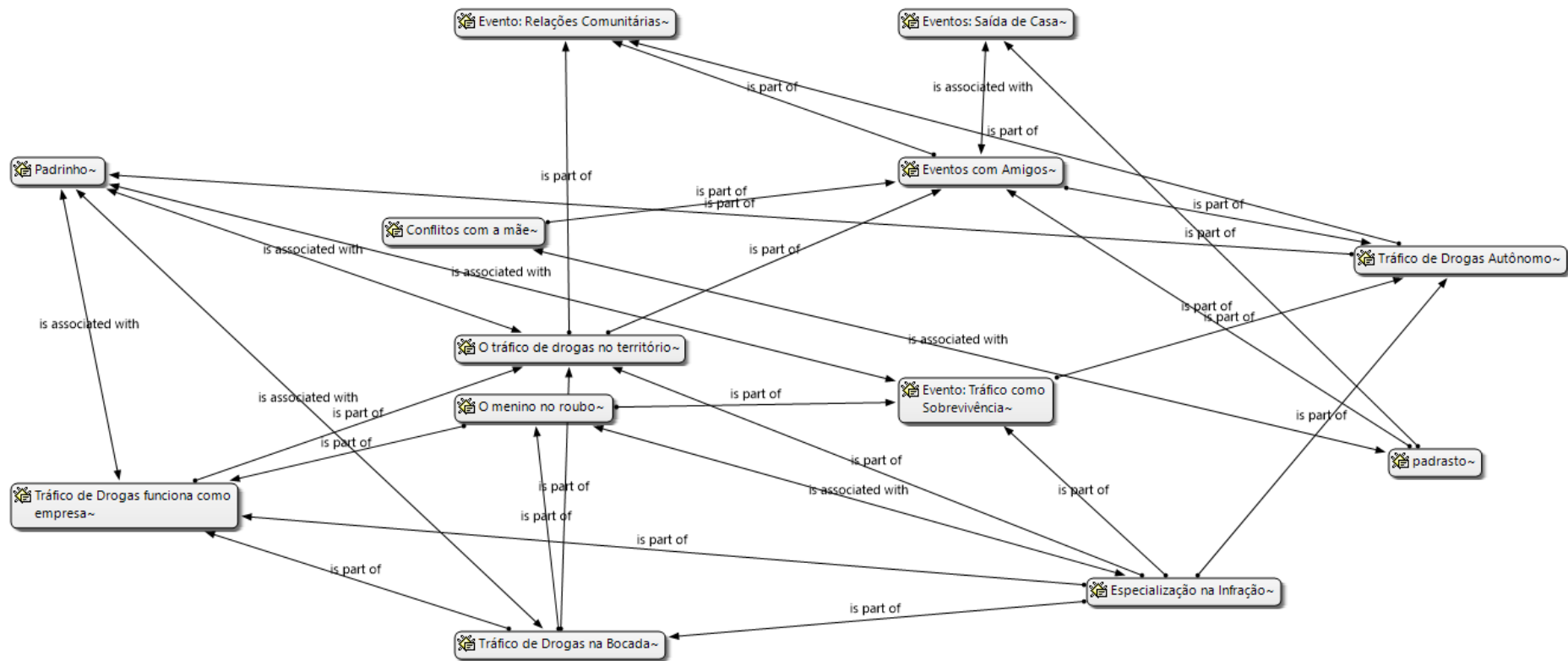
estavam na companhia de amigos, que eram responsáveis por convidar os meninos para realizá-los, bem como pelas orientações e pelos comandos. A transmissão de conhecimento de um mentor, de acordo com Lyra (2013), é importante para garantir diferentes táticas, com diferentes objetivos, em diferentes lugares, de acordo com as oportunidades e habilidades. Conforme adquiriam experiência no roubo, Boa Vida e Sem Pernas avançavam na trajetória infracional e constituíam novos grupos de amigos, para oportunidades de roubos diferentes. No segmento do roubo, os adolescentes, pela habilidade, logo se associavam a grupos de amigos que oportunizavam o roubo de carros, como ocorreu com Boa Vida, Sem Pernas e Volta Seca. Ao que parece na narrativa dos meninos, a formação dos grupos de pares está associada à atividade infracional em que o adolescente se insere. Assim sendo, existe o grupo de amigos para o uso de drogas, que é a porta de entrada na infração, seguido do tráfico de drogas no território com um novo grupo de amigos e culminando no roubo, notadamente de veículos, que pode ser realizado com o mesmo grupo de amigos do tráfico de drogas. Nesse caso, a migração para o roubo de carros é uma estratégia utilizada para garantir a manutenção do tráfico, com dinheiro ou com veículos, para as atividades da mercancia. Outra possibilidade, ainda no segmento do roubo de carros, é que os adolescentes constituam um novo grupo de amigos maiores de idade que, sabendo da experiência do adolescente, o contratam para a execução do roubo. Mais detalhes sobre a adesão dos meninos ao roubo e ao tráfico de drogas serão analisados a seguir, em trajetórias infracionais dos meninos.

**Gráfico 7 – Trajetória infracional das meninas no tráfico de drogas**



Fonte: Elaborado pela autora através do software Atlas T.I.

Gráfico 8 – Trajetória infracional dos meninos no tráfico de drogas



Fonte: Elaborado pela autora através do software Atlas T.I.

## **8.5 A trajetória das meninas e dos meninos na infração**

Ao analisar a trajetória das meninas, do ponto de vista familiar, na escola, com os amigos e nos territórios onde vivem, constata-se que conflitos familiares com a mãe; a saída prematura de casa; a necessidade de buscar formas de sobreviver longe dos cuidados e subsistência familiar; e o envolvimento com amigos que já possuíam envolvimento infracional foram importantes eventos que impulsionaram a trajetória das meninas na infração.

No caso dos meninos, as relações constituídas na escola e no território onde viviam afiguram-se como principais eventos para a adesão à trajetória infracional. Os principais eventos na trajetória de drogas das meninas associavam-se, eram causa ou faziam parte dos seguintes códigos: eventos: relações comunitárias; especialização na infração; tráfico de drogas na bocada; tráfico de drogas autônomo; eventos com amigos; evento: saída de casa; a menina no tráfico de drogas; frevos e infrações. Os principais eventos na trajetória de drogas dos meninos associavam-se, eram causa ou faziam parte dos seguintes códigos: evento: saída de casa; eventos: relações comunitárias; tráfico de drogas autônomo; padrinho; o tráfico de drogas no território; evento com amigos; padrasto; conflitos com a mãe; evento: tráfico de drogas como sobrevivência; tráfico de drogas funciona como empresa; especialização na infração e o menino no roubo.

### **8.5.1 A menina e o menino no tráfico de drogas**

A relação das meninas com o tráfico de drogas foi recorrente entre as entrevistadas. Camélia, Açucena, Dália, Jasmin e Amarílis já tinham experiência em suas trajetórias infracionais no envolvimento com o tráfico de drogas, tanto como vendedoras autônomas, quanto na de subordinadas a uma bocada.

Faz-se imprescindível reforçar que o tráfico de drogas se torna uma atividade mais constante na trajetória das meninas, sobretudo quando estas saem das casas de seus familiares e precisam buscar recursos para garantir sua manutenção financeira. Assim sendo, o que fica evidente nas narrativas das meninas é que o tráfico de drogas seria uma forma mais acessível de se colocar em uma atividade que pudesse levantar dinheiro, para garantir o pagamento de suas despesas e a vida independente longe da família.

Alguns aspectos são importantes para compreender melhor a adesão das meninas ao tráfico de drogas, por exemplo, a escolaridade. Conforme visto na discussão supra sobre a

trajetória escolar das meninas, o rompimento dos laços com a família foi também motivação para o abandono escolar. A escolaridade das entrevistadas tem como padrão a incompletude do ensino fundamental. Como supostamente a adesão das meninas ao tráfico de drogas foi para garantir a sobrevivência da vida independente, a entrada no mercado de trabalho lícito poderia ser uma opção. No entanto, a faixa etária que as meninas tinham ao aderir ao trabalho no tráfico não as permitiria entrar no mercado de trabalho lícito, senão em programas de inserção de jovens na experiência profissional, como o Jovem Aprendiz. Porém, outro obstáculo existente é que, para fazer parte desses programas, os jovens precisam estar matriculados e frequentes na escola. Ora, a saída abrupta da casa dos familiares requeria o acesso ao dinheiro de forma mais rápida, o que não ocorreria nos programas de experiência profissional. A adesão ao tráfico de drogas seria uma estratégia mais célere, tendo em vista a presença ativa deste no território onde viviam essas meninas, a experiência dos amigos do corre e a disponibilidade deles de iniciarem as meninas a partir do processo de aprendizagem social. Como dito anteriormente, a relação com os amigos do corre que já possuíam experiência com o tráfico de drogas é simbólica, no sentido de ser a iniciação das meninas no mundo do tráfico, a partir de orientações de como proceder. Essa análise tem respaldo na Teoria da Associação Diferencial, que discute o processo de aprendizado, apresentado no primeiro capítulo desta tese. Para tanto, é preciso haver um mentor, que passará sua experiência aos que acabaram de aderir ao trabalho no tráfico de drogas. Ademais, o tráfico de drogas, apesar de estar no campo da ilicitude, funciona na lógica do mercado como empresa, as micro e as grandes empresas, como analisa Lyra (2013). De acordo com o referido autor, as relações de trabalho impostas pelo mercado de trabalho, com base na exploração da mão de obra trabalhadora, ocorrem entre os trabalhadores do tráfico de drogas: “baixos salários, sujeição patronal e rigidez no compromisso” Lyra (2013, p. 132). Semelhantemente ao mercado de trabalho lícito, sob o domínio do sistema econômico capitalista, que interfere na forma de vinculação ao mercado de trabalho, seja como trabalhador formal, seja como trabalhador informal, no campo ilícito, também funciona a lógica de organização. No caso das meninas entrevistadas, nota-se que elas possuíam maior experiência como trabalhadoras autônomas do tráfico de drogas. Isso quer dizer que elas pegavam uma quantidade x de drogas e as vendia no território em que viviam e nos frevos. Essa situação pode ser observada nas narrativas de Açucena, Dália e Jasmin.

“Pegava e vendia. Eu comecei pegar 5 gramas.... aí fui vendendo. Do que fui vendendo já fui pegando mais, de 10, 15 .... aumentando, né?” (DÁLIA, 2021).

[...] Comecei a pegar através dele. Comprava dele as telas de rohypnol e vendia na festa. Só que eu vendia só em festa. Pegava e vendia (AÇUCENA). Ele soltava um “f” (fiado) na minha mão e eu vendia e pagava eles. O resto era meu lucro (JASMIN, 2021).

Mas, nos casos de Açucena e Jasmin, o trabalho como autônomo no tráfico de drogas foi apenas uma fase de iniciação. Ou seja, uma fase de experiência inicial, tendo em vista que as meninas, assim que se tornaram mais experientes, migraram para a atividade do tráfico de drogas na bocada, conforme será visto logo adiante, no tópico a “especialização das meninas e dos meninos no tráfico de drogas”.

Quando analisada a adesão da trajetória infracional das meninas e dos meninos no tráfico de drogas, verificam-se pontos de convergência e de divergência. Entre os pontos de convergência que ficaram mais explícitos na análise das narrativas de meninas e meninos, como já foi analisado na trajetória das meninas no tráfico de drogas, o evento propulsor para a adesão mais profissionalizada foi a saída de casa, no início da adolescência. Outro ponto de convergência que pode ser analisado na trajetória infracional de meninas e meninos no tráfico de drogas é os jovens se envolverem com a venda de forma autônoma. Esse formato de adesão ao tráfico de drogas aparece mais fortemente na narrativa dos adolescentes Sem Pernas, Pirulito e Boa Vida. No caso de Sem Pernas, a atuação no tráfico de drogas era complementar à atuação no roubo e, sendo assim, havia preferência pelo adolescente não se subordinar a uma bocada, notadamente por causa da organização hierárquica. Sem Pernas optava pela venda “delivery”, pois as pessoas já o conheciam no território e faziam o pedido. A entrega era realizada pela figura do “aviãozinho”, no geral, um indivíduo com envolvimento no tráfico e que era contratado para a entrega da droga. De acordo com Sem Pernas, os “aviãozinhos” contratados por ele, em regra, eram usuários de crack. Questionado se, no trajeto até a entrega final, havia possibilidade de o entregador consumir a droga, Sem Perna respondeu:

“O crime não admite falhas, sempre vai ter que pagar com a vida” (SEM PERNA, 2021).

Boa Vida, assim como o adolescente Sem Pernas, também complementava a atividade do roubo com o tráfico autônomo. Na verdade, o dinheiro adquirido com o roubo de carros era utilizado para comprar drogas, para o uso e para a venda. Na narrativa de Boa Vida, similarmente à de Sem Pernas, a venda autônoma perpassava por outra regra do tráfico: a droga vendida pelo autônomo era guardada em um barraco alugado pelo grupo, mas a venda

era feita em territórios onde ainda não havia domínio de um grupo específico ou em territórios de conhecidos, denominado por ele de “*quebradas aliadas*”. Todavia, para vender nesses espaços, era preciso repassar o lucro aos responsáveis pela quebrada.

Antes de avançar para análise dos meninos que tinham um envolvimento mais organizado com o tráfico de drogas no território, é preciso trazer à tona que, apesar de a venda de drogas, especialmente aquela realizada de forma autônoma, trazer independência, dinheiro e adrenalina aos adolescentes, a narrativa deles também é marcada pela tentativa de abandonar a atividade no tráfico de drogas:

P: O que pesou mais para você ir para o ilícito?

E: Pô, quando eu trabalhava com meu tio assim, não era toda vez não, era só quando aparecia serviço grande assim. E eu também não tinha muito contato com meu tio, eu ficava mais era lá na rua de casa. Aí eu ficava vendendo lá na rua de casa (PIRULITO, 2021).

P: Quais foram as suas passagens?

E: Só por porte e nessa tentativa de latrocínio que eu tô agora.

P: E desse porte você foi para o NAI?

E: Foi... fui pro NAI e a UAMA falou que era só eu ler um livro lá todo dia mês que ia tirar minha carteira de trabalho, que eles ia me arrumar um trabalho lá. E depois desse dia, eles nunca mais falou comigo não (PEDRO, 2021).

Nas situações em que há tentativa do jovem de se inserir no mercado informal lícito, através de “bicos” como servente e ajudante de pedreiro ou afins, são atividades que não necessitam de formação escolar avançada, bem como não estabelecem vinculação trabalhista com o empregador, pois é paga a diária e isso a torna uma forma muito incerta de trabalho, tanto pela falta de vinculação com o trabalho quanto pelas formas precarizadas de remuneração. O trabalho como autônomo no lícito não conseguiria competir com o trabalho autônomo no tráfico de drogas. Nesse último, é preciso ter acesso à compra da droga, que, muitas vezes, acontece por meio do “fiado” e ter boas relações no território para vender o produto, como apontado na narrativa de Açucena:

[...] Sempre os menorzinho gostava de entrar no tráfico pra ficar vendendo. Eu falava para o irmão do Yuri: vai arrumar emprego. Ele falava: arrumar emprego pra quê? Enquanto o povo trabalha o mês inteiro para ganhar 1 salário mínimo, numa noite eu ganho R\$2,000 reais (AÇUCENA, 2021).

Do ponto de vista da Teoria Desenvolvimental e do Curso de Vida, a tentativa dos dois adolescentes, Pirulito e Pedro, foi de buscar uma alternativa de inserção no mercado de trabalho e, assim, em alguma medida, abandonar a trajetória infracional. De acordo com a

referida teoria, a mudança da adesão no mercado ilícito para o mercado lícito seria uma tentativa de ponto de virada na sua trajetória de vida. Em trabalho recente, Laub e Sampson (2006) explicam que a ideia de ponto de virada revela a natureza interativa da agência humana e dos eventos da vida, considerada pelos autores como importantes para provocar mudança, por exemplo, trabalho. Essas transições podem ainda impactar nas mudanças de trajetória, ou seja, nas contingências sociais, uma vez que podem ser responsáveis por afastar os indivíduos do crime. O trabalho de forma lícita, em tempo integral, possui papel regulador na medida em que restringe as oportunidades criminais ao impossibilitar o tempo livre. Isso porque os laços sociais criados e fortalecidos no emprego interagem com as experiências de vida e, desse modo, podem conduzir à desistência do crime, uma vez que exercem sobre os indivíduos controles sociais ao longo da vida (LAUB; SAMPSON, 2006).

Mas, retomando a adesão dos jovens à trajetória infracional no tráfico de drogas, a outra modalidade é através da adesão a uma bocada, como foi apresentado nas narrativas dos adolescentes Pedro e Volta Seca. Conforme mencionado anteriormente, essa modalidade de adesão ao tráfico também foi vivida por Jasmin e Açucena, porém a relação estabelecida pelos meninos com a atividade do tráfico na bocada assumiu contornos diferenciados, já que a maneira como os meninos se envolvem com o território e o tráfico de drogas denota a posição de poderio e de status. Além disso, as aventuras no tráfico de drogas os tornavam ainda mais influentes, respeitados e poderosos. Essa é a incorporação do ethos guerreiros, como explica Zaluar (2014). Imbuídos da dominação masculina, na posição de dominador, os jovens oriundos de territórios vulneráveis e violentos precisam assumir o etos da masculinidade para se juntar às quadrilhas de traficantes, logo interiorizam o etos guerreiro, com a exacerbação da hipermasculinidade que passa a impregnar os territórios onde vivem e onde estabelecem suas relações sociais.

P: Quer dizer no início ele te empresta algumas coisas, como arma, droga?

E: “Isso. Primeiro ele jogou pra mim ir conhecendo, pra vê se eu já era uma pessoa de confiança. Já tinha ouvido falar de mim, aí foi, mostrei que não dava mole e depois comecei a fechar com ele.”

P: Vocês moravam juntos?

E: “Pô... a gente não morava junto, mas morava num lugar estratégico lá, ele num lugar e eu em outro” (VOLTA SECA, 2021).

Sem dúvidas, a figura do padrinho apresentada nesta tese na trajetória dos meninos com os pares é central para inserção do adolescente no tráfico e garantir a ele as condições para manejo do território do ponto de vista da dominação.

P: Você acha que é melhor ser autônomo ou ser ligado a uma bocada, a um patrão?

E: “Ah, depende, né? Tem umas pessoas que compensa trabalhar para a pessoa, entendeu? Que o bicho é mais forte, tem mais contato fora aqui do Distrito Federal, já pega coisas bem mais baratas e vai te passar bem mais barato. Agora, tem uns que não compensa muito” (VOLTA SECA, 2021).

Merece relevo, quanto à narrativa de Volta Seca, que, após a saída da casa da mãe, o adolescente encontra amparo do padrinho, que inicialmente o ajuda com moradia, alimentação, suporte e, ao perceber que pode confiar em Volta Seca, inseriu-o no grupo que dominava o território onde viviam. Volta Seca relata que, assim que aderiu ao grupo, ainda morava na mesma casa que o padrinho, mas, a partir do momento em que assumiu responsabilidades dentro do grupo, passou a morar em outra casa, aliás, cada um dos membros passou a morar em casas separadas, mas geograficamente próximas, para garantir a dominação do grupo no território.

Do mesmo modo aconteceu com Pedro. A princípio, o adolescente, ao sair da casa de sua mãe, foi residir com o padrinho, mas, assim que demonstrou ter adquirido habilidades e mostrar-se confiável, o jovem passou a morar em casa próxima à do padrinho, com o intuito de garantir dominação no território. Com efeito, o domínio do território estava associado à venda de drogas e a uma maneira de impedir que outros grupos rivais assumissem o poder do tráfico. Para garantir o predomínio do grupo no tráfico de drogas local, os meninos buscavam drogas de outros territórios para vender. A ideia era sempre garantir a oferta de produto de qualidade para cada vez mais atrair o público onde dominavam e de outros territórios.

Não obstante, conforme ia se tornando mais forte o envolvimento dos meninos com o tráfico de drogas, mais era necessário envolver-se em outros atos infracionais como forma de sustentar o tráfico. Nesse momento, o roubo surge em cena fortemente. O roubo como forma de manutenção do tráfico surge na narrativa das meninas somente através de Açucena, mas era o roubo a comércios e domicílios. No caso dos meninos, o roubo para sustento do tráfico que aparece nas narrativas é de carros, alguns latrocínios e roubo de armas. O roubo de carros, como pode se observar na fala dos meninos, é uma atividade concomitante ao tráfico de drogas, até porque os adolescentes precisavam ter veículos para realizar as atividades das bocadas, fato que surge notadamente na narrativa de Pedro e Volta Seca. O grupo de Volta Seca roubava mais de um carro por vez, e a possibilidade de solicitar transporte através de aplicativos era um “prato cheio” para os adolescentes. Eles pediam pelo aplicativo uma viagem, o motorista chegava ao local indicado, os adolescentes o rendiam e levavam para um

local ermo, onde deixava o motorista amarrado em árvores e seguiam em fuga com o veículo. Outra possibilidade era realizar o roubo do veículo assim que o motorista estivesse se aproximando, pois era preciso pegar a chave e tomar nota de seu funcionamento. Esse tipo de abordagem exigia que os adolescentes utilizassem a técnica de “*entrar no psicológico*” da vítima para que esta não reagisse e repassasse a chave e as informações do carro sem maiores problemas. A quantidade e diversidade de carros eram necessárias, visto que, conforme explica Volta Seca, havia um veículo para cada atividade:

“Tinham os carros guardados para vender e trocar por drogas; carros para buscar e matar; e carro para o frevo” (VOLTA SECA, 2021).

Os veículos roubados eram guardados em locais denominados por eles como “entoques” e, conforme houvesse a necessidade, eram utilizados. Havia carros específicos para vender e, com o dinheiro, comprar drogas para a revenda nas bocadas; outros para buscar inimigos de grupos rivais para execução, sendo, neste caso, necessário ser potente para garantir a agilidade no transporte e, por fim, aqueles para ir aos frevos. Esses últimos eram carros selecionados, deveriam ser veículos caros para impressionar as meninas.

Ademais, ocorria o roubo de veículos na modalidade “*por encomenda*”. Essa modalidade era praticada por Sem Pernas e por Boa Vida, porém, nesta, não havia o intuito de utilização nas atividades do tráfico de drogas. Os adolescentes tinham contatos que solicitavam os veículos; a eles cabia o roubo. A preferência era que o proprietário estivesse por perto para garantir, como dito anteriormente, pegar a chave e tomar nota das informações do carro. Nessa modalidade, os adolescentes não escolhiam lugar, mas escolhiam as vítimas que estivessem mais desatentas. Os veículos roubados eram levados para os locais onde ficavam os negociadores, que, ao recebê-los, de imediato, trocavam a placa. O pagamento pela encomenda se dava, parte em armas e o restante em dinheiro.

### 8.5.2 *A menina que passa batida na infração*

No capítulo I desta tese, foram apresentados estudos (Stenffensmeier e Allan, 1996; Moffitt, 2001; Zimmerman e Messner, 2010; Hane, Doogan e Soller, 2014; Murray et al., 2014; e Ratton, Galvão e Andrade, 2012), os quais apontam que as taxas de envolvimento de mulheres em crimes serem eminentemente baixas não torna atraentes estudos mais aprofundados sobre esse fenômeno.

Ao se averiguar o número de meninas em cumprimento de medida socioeducativa de internação, comparativamente com o de meninos no cumprimento da mesma medida, na unidade analisada neste estudo, verifica-se que o número de meninos é 7 (sete) vezes maior do que o número de meninas. Outro aspecto que merece destaque é que, no Distrito Federal, existem sete unidades de internação para meninos, sendo 1 (uma) unidade de internação provisória e 6 (seis) unidades de internação, enquanto, para meninas, existe apenas 1 unidade, que, pelo baixo número de meninas no cumprimento da tal medida, abarca a medida de internação provisória; sanção e estrita.

A narrativa das meninas entrevistadas neste estudo, no entanto, aponta para a invisibilidade da mulher na trajetória infracional. Isso porque, historicamente, o patriarcado recorre a processos de hierarquização social para justificar o “papel da mulher”, inculcando na sociedade a concepção de naturalização de imposições, com reprodução de um discurso machista, em que predomina o entendimento de submissão feminina.

E é justamente o discurso de submissão que estabelece à mulher o papel feminino de cuidado que obstaculiza a compreensão de que as mulheres têm expandido sua participação em diversos espaços socioocupacionais, inclusive na trajetória criminal. É o que ficou evidenciado, até agora, na análise acerca do envolvimento das meninas nessa seara. A infração, inicialmente, surge como uma possibilidade de autonomia frente a uma vida adulta que ocorre de forma precoce, no entanto essas jovens não só aderem à atividade infracional, como também se especializam na atividade, que lhes traz o sustento financeiro. Com efeito, as trajetórias das meninas, levando em conta suas narrativas, escancaram que não se trata de não haver envolvimento infracional das meninas, mas de não resultar em registro das ações infracionais desenvolvidas por elas, em razão de sua invisibilidade na infração.

Tal fato pode ser constatado na narrativa de Camélia, cuja primeira infração registrada foi aos 14 anos. Após isso, o envolvimento infracional da adolescente só aumentou, especialmente com a venda de drogas, entretanto nunca levantou suspeita das autoridades policiais: “*eu passava batida*”. Essa é a mesma análise realizada por Jasmin e Açucena, uma vez que, segundo elas, sua trajetória infracional até o momento em que foi apreendida não levantava quaisquer suspeitas:

“Se você encontra uma menina que nem eu, não tenho cara de quem vende droga”  
[...] (JASMIN, 2021).

[...] Aí teve um dia que os menino tava na esquina e eu nunca ficava ali. E nesse dia eu parei para conversar com os meninos. Mais cedo eu tinha saído para comprar a cobal dos meninos (Yuri e Flávio) e tinha um carro parado. E todo mundo se

conhece e chegou gente nova, a gente sabe que não é dali. Já desde de cedo esse carro tava parado na frente da casa de Yuri. Passei por esse carro, parei pra me olhar no espelho do carro, me arrumei, fui no mercado e voltei. Era desses carros de vidro fumê, passei e olhei de novo. Passou o dia ali. A vizinha falou: aquele carro ali tá vigiando vocês. No que eu virei para falar com o menor, ele foi me passar o dinheiro, no que ele tirou o dinheiro pra me passar, quando eu vi o cara tava atrás de nós, os meninos correram. Eles anunciaram, “é polícia, é polícia” ... eu falei: meu Deus! E só tinha eu de mulher (AÇUCENA, 2021).

O entendimento da sociedade de que o mundo do crime é pertencente exclusivamente à figura masculina conduz ao imaginário social de que a mulher que está inserida no crime possui feições masculinizadas. Assim sendo, a menina de rosto angelical, corpo com curvas femininas, cabelos compridos e cheias de beleza, não levanta suspeitas dos agentes da segurança pública quando inserida em atividades notadamente masculinas. Ora, a dominação masculina se faz presente nos espaços socioocupacionais adversos, como o tráfico de drogas. Nesse âmbito, a ascensão feminina a cargos de chefia ocorre com menos frequência, mas ocorre, especialmente pelo que se pode observar nas narrativas das meninas acerca da perspicácia para a gestão empresarial. Não obstante, tal ascensão não ocorre sem que houvesse resistências:

“Ah! é mulher! Os menorzinho de 13, 14 e 15 anos vinha querendo me levar na ideia, e eu falava num é assim não. Foi quando eu vi que eu tava no controle de tudo [...]” (AÇUCENA, 2021).

A resistência enfrentada pelas meninas ao assumir o controle geral das bocadas está, principalmente, pela dificuldade dos homens de se submeterem à gestão feminina. Essa mesma resistência é também enfrentada pelas mulheres na divisão social do trabalho ao assumirem cargos de comando, pois, na concepção não apenas masculina, mas social, tais espaços são naturalmente masculinos, ao passo que à mulher cabe assumir funções associadas ao cuidado.

[...] “Uma menina no meio daquele tanto de homem vendendo droga. Pra mim lá era a revolução”. (JASMIN, 2021).

Sendo assim, inserir-se no mercado ilegal, vendedora de drogas ou responsável pelo comando da bocada, lugar de relações violentas, como forma de obtenção de renda, é, também, para a mulher, uma disputa por inserção, reconhecimento e poder no fazer laboral do ilícito, que, hierarquicamente, tem organização de empresa e compete mão de obra com o mercado lícito.

### 8.5.3 *Especialização das meninas e dos meninos no tráfico de drogas*

Tal experiência no trabalho autônomo rendeu às meninas a especialização no fazer profissional. A especialização no estudo de trajetórias, como pode ser visto no capítulo I desta tese, ocorre na medida em que, após a entrada na trajetória infracional, as adolescentes se apropriam de experiência através do suporte dos pares para iniciação e, assim, alcançam uma especialização no fazer. No caso de Jasmin e Açucena, a especialização no fazer ocorreu a partir do momento no qual se inserem em “bocadas”, em diferentes contextos.

Açucena, após a iniciação com a venda autônoma de drogas em frevos, tornou-se ainda mais conhecida pela comunidade onde vivia e, tempos depois, foi convidada por um amigo a montar seu próprio negócio. Tal amigo chegou até a adolescente por já conhecê-la dos frevos, mas também por saber que ela se saía bem nas vendas e tinha conhecimento de como fazer negócios.

Vamos! Eu peguei uma parte do dinheiro do roubo e ele pegou parte do dinheiro dele e começamo junto. Pegamo pó de um cara de outra quebrada e começamo. Nós mesmo começamos a nossa própria bocada. Começamos a vender, e começou eu e ele (AÇUCENA, 2021).

A bocada dos adolescentes foi se tornando cada vez maior, segundo Açucena. O crescimento acontece quando se oferta mercadoria de qualidade na quebrada, esse é o principal quesito para o crescimento do negócio, que se dá na propaganda “boca a boca”. Além disso, como sócios da bocada, Açucena e seu amigo possuíam os “menorzinhos”, que os procuravam para pegar drogas e vender na comunidade. Há toda uma organização de negócio para manter a bocada funcionando. Açucena dedicava-se à parte de organização das drogas, pesava, embalava e as repassava para os menores e, ainda, fazia o acerto financeiro com estes. Seu amigo atuava na venda de drogas no território. Assim, com o empenho dos dois, o negócio em pouco tempo cresceu.

“Levanta muito rápido a bocada. Acho que, por isso, o envolvimento no tráfico é muito grande” (AÇUCENA, 2021).

O crescimento da bocada abarcava ainda dar suporte para os menores que se associavam ao empreendimento no território, por meio do repasse de armas. É importante frisar que, apesar do crescimento apresentado pelas bocadas gerenciadas por Açucena e seu amigo, do ponto de vista de porte, quando comparadas ao comércio legal, assemelhava-se às pequenas empresas. Tal definição segue o argumento de Lyra (2013) sobre a constituição de

pequenas e grandes empresas. As pequenas empresas ou as pequenas bocadas possuem caráter de uma pequena empresa local, definida especialmente “pelo número de empregados, quantidade de armas, a divisão do trabalho e até mesmo a relação com moradores” (Lyra, 2013, p.135). Com vistas a garantir a manutenção da bocada, os proprietários precisavam, além de abastecê-la com drogas de qualidade, garantir sua segurança, com a reposição frequente de armas, que eram repassadas aos “menorzinhos”, como já citado. A reposição de armas se dava notadamente valendo-se da realização de roubos. E foi num desses roubos que o sócio de Açucena foi preso. Em decorrência disso, ela precisou assumir toda gestão da bocada sozinha, até que Yuri fosse colocado em liberdade.

Para Jasmin, a inserção na bocada se inicia como uma oportunidade de garantir uma maior segurança no exercício da atividade do tráfico de drogas. A adolescente, que iniciou sua trajetória no tráfico através da venda autônoma de drogas ilícitas, associou-se a uma bocada, cuja proprietária estava em cumprimento de medida restritiva de liberdade, supostamente pelo crime de tráfico de drogas. A iniciação da adolescente nessa bocada ocorreu após o intermédio de sua amiga, sobrinha da proprietária. A relação de Yasmin com a bocada seguia os mesmos rigores e regras da divisão social do trabalho. No exercício da atividade, a adolescente possuía horário de entrada e saída e repassava a bocada a outro adolescente, que recebia o turno dela no final da tarde. Toda a droga vendida era devidamente acertada com uma outra sobrinha da proprietária, responsável pela gestão contábil do negócio.

É tudo organizado, muitos pensam que é fácil vender drogas, mas não é não. Porque esses barracos fica em uma invasão. Tipo tem que pagar pra vender droga lá. E se invadirem lá, caso a polícia invadir, você tem que assumir tudo que tá lá dentro, porque, senão, vai dar problema. Na vida do crime, vão vir te cobrar (AÇUCENA, 2021).

A permanência de Yasmin na bocada não durou muito, haja vista que percebeu que as vendas haviam diminuído, notadamente porque os clientes não estavam satisfeitos com a qualidade do produto comercializado no território. Tal questão foi determinante para que a adolescente fosse em busca de mercadoria que atendesse a expectativa dos clientes, além disso, era uma oportunidade de abrir seu próprio negócio. Jasmin já entendia o funcionamento do trabalho no tráfico, como autônoma e na bocada, experiência que lhe garantia segurança para pensar em investir e crescer no ramo.

No caso dos meninos, a especialização ocorre no tráfico de drogas e no roubo de veículos.

P: E quando é que você deixa de furtar celulares e passa a furtar carros?

E: Teve um dia que eu tava assistindo filme de noite e meu pai e minha mãe estavam dormindo. Eu tinha um pedacinho de maconha e fui pra rua de trás fumar, porque eu sabia que os meninos estavam lá. Aí os caras tava de boa, aí nós fumamos. Nós fomos dar uma volta na avenida, aí tinha tipo um unozinho parado assim, oh! Aí os cara, “oxxi, nós vai andar de carro (BOA VIDA, 2021).

No tráfico de drogas, assim como as meninas, os meninos iniciam com o uso, migram para a venda como autônomos e, com a experiência adquirida na atividade, assumem postos de comando do tráfico no território, juntamente com os padrinhos.

P: Você estava ficando especializado?

E: “Tava... Pessoa que a gente não conhecia e falava: “Pô, já vi as pessoas falando de tu.”

P: Você estava famoso?

E: “É, a droga melhor que tava tendo em Planaltina era a nossa, o pessoal tava falando. E o pessoal de outras quebradas vinha buscar com nós lá “ (PEDRO, 2021).

Além das habilidades exigidas para garantir o sucesso da bocada, como droga de qualidade, venda da droga, relação com os menores que vendiam a droga no território, era preciso desenvolver habilidades em atividades que complementariam a traficância, isto é, o roubo de carros e armas. Para o roubo de carros, era necessário estabelecer estratégias diferenciadas, sendo assim, umas delas foi se utilizar de roubo a carros de aplicativos. Os motoristas de aplicativos, por serem “presas fáceis”, eram os principais alvos dos adolescentes nos últimos tempos. Era recorrente pelo grupo de Volta Seca solicitar viagens por aplicativos e levar o motorista para lugares que não levantavam suspeitas; o motorista era amarrado em árvores na mata perto de rodovias, de modo que pudessem ser encontrados. A fim de assegurar o sucesso do roubo, os adolescentes precisavam usar a estratégia de “entrar na mente da vítima e oprimir”, como explicou Volta Seca. Porém, não era permitida a violência física, somente em último caso, quando a vítima reagia, tendo em vista que, quando estes agrediam fisicamente ou executavam as vítimas desnecessariamente, ficavam malvistas entre a rapaziada. A experiência dos adolescentes com o roubo de carros era tanta, que alguns deles conseguiam, em apenas um dia, roubar até 5 carros. Foi o caso de Sem Pernas. O adolescente, na entrevista, ao narrar os fatos ocorridos, fazia o som de aceleração do carro na fuga:

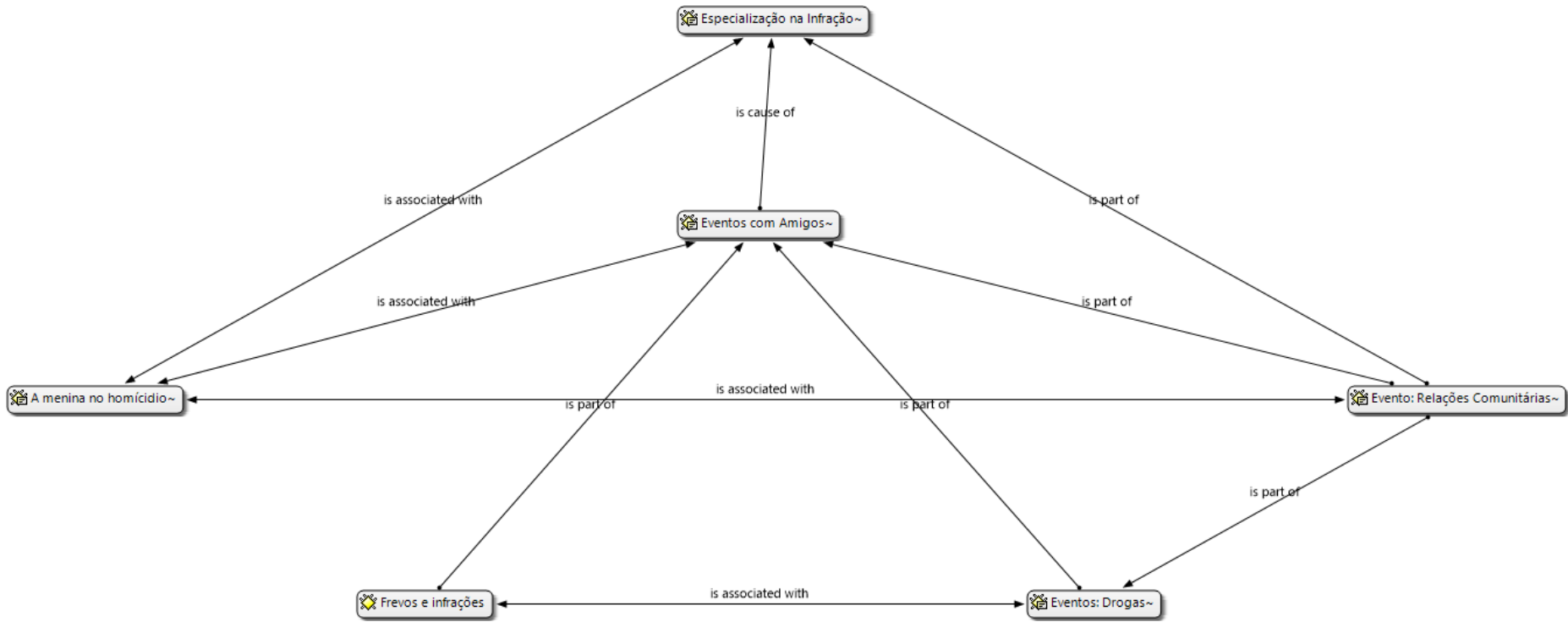
E: Eu rodei a primeira vez em 2018.

P: “Antes disso, você já havia cometido outros atos infracionais?”

E: Quando eu rodei em 2018, eu tinha roubado 5 carros no mesmo dia (SEM PERNAS).

Ressalta-se que os adolescentes cometiam o roubo de carros com o amparo dos padrinhos, com finalidades distintas: dar suporte ao tráfico de drogas ou atender a encomendas de negociadores. Em ambos, os adolescentes tinham amparo de pessoas maiores de idade, que lhes davam suporte para o momento da fuga. No caso de Sem Pernas, o roubo acontecia por encomenda, porque era conhecido por sua experiência no ramo, sendo frequentemente contratado. Para o roubo de carros, os adolescentes precisavam ainda estar fortemente armados e ter manejo na direção do veículo, já que eram frequentes as fugas da polícia.

Gráfico 9 – Trajetória da menina no homicídio



Fonte: Elaborado pela autora utilizando o software Atlas T.I.

## 8.6 A trajetória da menina no homicídio

Entre as seis meninas entrevistadas, duas delas cumpriam medida socioeducativa de internação por terem cometido infração análoga ao homicídio. Além das duas, há uma terceira entrevistada que, na sua narrativa, apresentou o envolvimento com algumas tentativas de homicídio. Assim sendo, após transcritas e analisadas as entrevistas das meninas, foi realizada a codificação e os principais eventos ocorridos nas trajetórias delas, associados ou que faziam parte desse ato grave, quais sejam: a menina no homicídio; frevos e infrações; especialização na infração; relações comunitárias; eventos com amigos; e eventos com drogas.

A relação das meninas com homicídio não está diretamente relacionada ao fato de matarem seus companheiros, porém, nos dois casos, havia a presença masculina também como responsável pelo ato. Apesar disso, é preciso considerar a agência da figura feminina nos atos aqui estudados. Embora se trate de um crime grave e naturalizado pela brutalidade do ato como apenas da esfera do masculino, as mulheres cometem crimes, por exemplo, homicídios. Esse fato nem sempre é considerado, conforme observado no capítulo II desta tese, em que os estudos sociológicos apontavam que as mulheres seriam autoras de homicídios apenas quando estivessem sob efeitos hormonais, da menstruação. Do contrário, as mulheres, por serem seres dóceis e frágeis, seriam incapazes de matar alguém.

Camélia foge a essa regra. Não era uma menina convencional, especialmente pelas suas escolhas na adolescência: era usuária de drogas e as vendia quando precisava de dinheiro; era frequentadora de frevos e sociais com os amigos; envolvia-se afetivamente com traficantes; e era definida pela mãe “como aquela que não presta”. A trajetória de vida da adolescente é marcada pelo envolvimento com drogas, amigos do crime, rompimento com a família e o envolvimento infracional, que só foi interrompido por causa de uma importante transição na sua trajetória de vida, o cumprimento da medida de internação no sistema socioeducativo. Camélia estava numa “social”, regada a muitas drogas e bebidas, como outras que ela já frequentava, quando ocorreu o evento que culminou na morte de um homem em situação de rua. De acordo com a adolescente, naquele frevo, em específico, ela havia feito uso excessivo de drogas, juntamente com os amigos e se divertia com eles na garagem da casa, quando um homem, em situação de rua, que passava, começou a discutir com o amigo de Camélia, que estava próximo a ela, dentro da casa. Camélia também se envolveu na discussão. O conflito verbal entre jovens da festa e o homem provocou o esfaqueamento do transeunte, inicialmente pelo amigo de Camélia e posteriormente por ela, que arrematou a

morte do homem, dando-lhe as últimas facadas. Apesar de o homicídio ter sido realizado pelos dois amigos, é importante ressaltar a agência de Camélia no ato, uma vez que houve escolhas que a conduziram a este caminho: a relação com amigas que possuíam envolvimento infracional; o uso frequente e excessivo de drogas; a constante participação em frevos e sociais regados a drogas e atos infracionais; a inserção no tráfico de drogas no território onde vivia; e a decisão, ainda que sob efeito de entorpecentes, de se juntar ao amigo na discussão com o homem em situação de rua e golpeá-lo com faca até sua morte. Outro ponto a ser analisado é que o desenvolvimento de sua trajetória infracional não se deu apenas com seu envolvimento no homicídio do homem em situação de rua. Antes disso, a adolescente havia iniciado sua trajetória infracional com a inserção no tráfico de drogas, como será visto mais adiante.

Quando eu acordei na delegacia, bateu uma real, porque eu cheguei na delegacia e continuei usando muita droga. E ... dormi e quando eu acordei que vi que estava algemada. Eu olhei pra um lado e pro outro...eu falei... a casa caiu, bateu a real (CAMÉLIA, 2021).

Já no homicídio com que Magnólia se envolveu, também havia a figura masculina, representada pelo seu companheiro, que teve participação no ato. Não obstante, assumiu o protagonismo do ato, agredir fisicamente a sobrinha até levá-la à morte.

Jonas, chama Maria pra tomar café. Ele chamou Maria, Maria e nada dela acordar. Aí ele veio chorando de lá. Eu não tava acreditando, peguei ela, coloquei meu coração no ouvido dela. Aí chamei o vizinho e falei: fala que ela tá viva! E já passou na minha cabeça meu irmão... meu irmão vai me matar. Aí chamei o bombeiro e eles falou porque você não chamou mais cedo? Aí eles chamaram a polícia. Eu vou assumir o que fiz, não tem pra onde correr... o policial algemou nós dois e colocou na viatura (MAGNÓLIA, 2021).

A justificativa utilizada pela jovem para realizar o ato é um excesso de raiva, motivado, de acordo com a adolescente, por hormônios, daí sua reação excessivamente agressiva. Magnólia se utiliza do artifício das motivações hormonais para justificar seu ato, como no modelo explicativo de Lombroso, segundo o qual o comportamento feminino infrator seria efeito de distúrbios psicológicos. Consoante as matérias de jornais que deram conta do ato, eram frequentes os atos de violência que envolviam Magnólia e seu companheiro contra as crianças que estavam sob sua responsabilidade, denunciadas pelas constantes marcas deixadas nos corpos das crianças e reveladas pela vizinhança aos jornalistas das matérias. Ainda de acordo com as matérias jornalísticas, o casal fazia uso abusivo de drogas e de ingestão de bebidas alcoólicas. Assim sendo, a violência perpetrada por Magnólia contra os sobrinhos não foi um ato isolado, motivado por um desequilíbrio

emocional, pois os atos violentos eram contínuos e incitados pela sociabilidade violenta associada ao uso de drogas e bebidas alcoólicas.

P: Em algum momento, você se viu na figura dos seus sobrinhos?

E: “Ah! sim, porque nunca fui maltratada daquela forma, né? Depois pensei por que reagi daquele jeito? Eu nunca fui tratada daquele jeito”.

P: Teve um momento em que você disse que tem medo de perder seu filho....

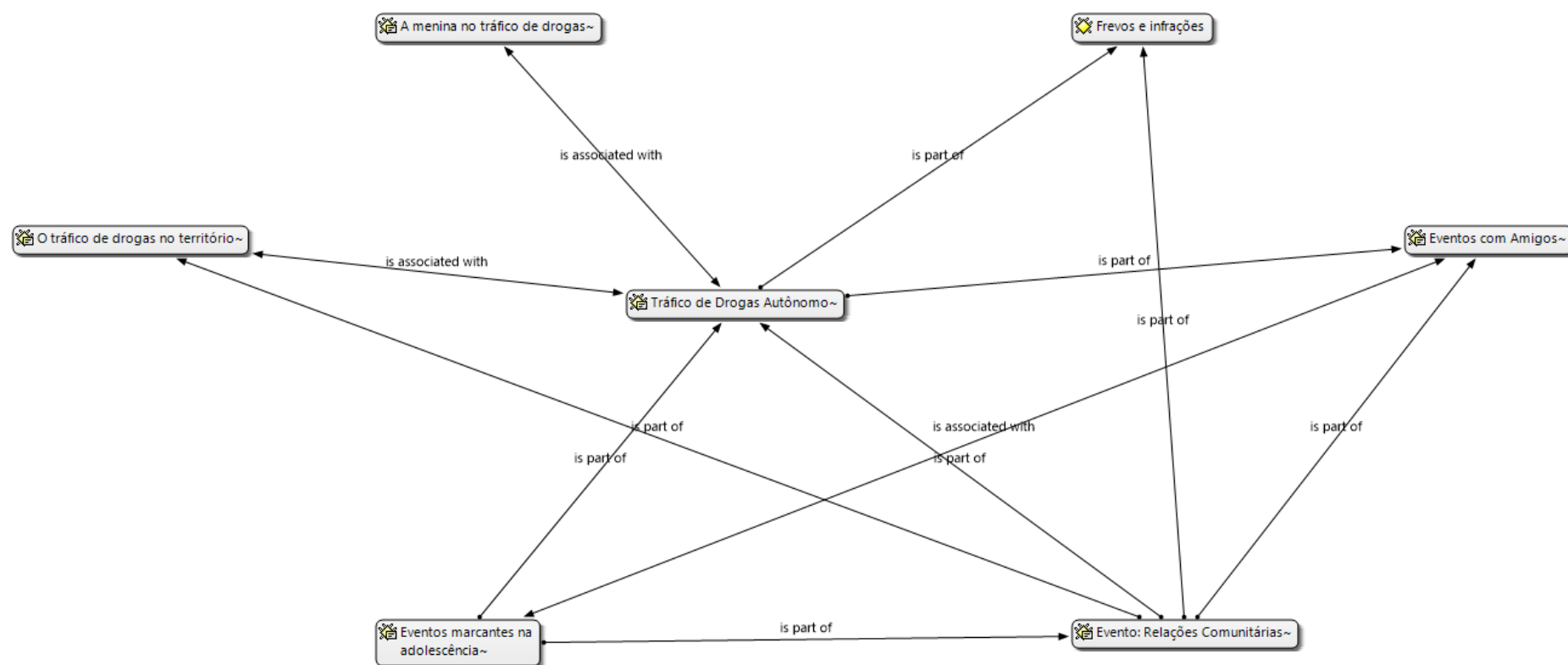
E: “no dia que eu tava no abrigo, o povo do abrigo que tá cuidando deles hoje, falou “ela não pode ficar com o filho dela não, porque o que ela fez com a sobrinha dela pode fazer com o filho dela” (MAGNÓLIA, 2021)

Na trajetória de vida narrada por Magnólia, não há passagens de constituição de uma sociabilidade violenta, notadamente nas relações familiares. Pelo contrário, a adolescente relata uma relação afetuosa com a figura materna e situações comuns de conflitos entre os irmãos. Quando perguntada acerca da relação constituída com os sobrinhos e da forma com a qual se relacionou com seus pais e irmãos, a adolescente não consegue fazer uma correlação, parece que são realidades distantes. De acordo com os estudos de Rolim (2016), as condutas de violência extrema, conceituadas por ele como disposicionalidades violentas, podem ser constituídas nas relações sociais familiares, comunitárias e escolares. Para o autor, “o treinamento violento expressou isoladamente uma potência causal impressionante sobre a disposicionalidade violenta, notadamente nas relações sociais com a família e com os pares. Sendo assim, as relações comunitárias que são formadas na trajetória de Magnólia, desde sua infância, com o acolhimento institucional, até as relações sociais construídas nos frevos com os amigos e o companheiro, são fundamentais para compreender o desenvolvimento da sociabilidade violenta com seus sobrinhos.

## 8.7 A trajetória das meninas e dos meninos na comunidade

Entre os objetivos desta pesquisa, estava a proposta de conhecer a trajetória dos meninos e das meninas na comunidade. Buscava-se, com isso, ter ciência de como eles interagiam dentro do território onde viviam, com família, vizinhança, grupos rivais, a venda de drogas, os frevos, os pares, enfim, todo esse universo que conforma a vida em comunidade. Embora os jovens falassem sobre essas relações nas entrevistas de história de vida, não aprofundavam no assunto. Sendo assim, esta pesquisadora não previra na pesquisa outra metodologia de coleta de dados que não fosse através das narrativas das histórias de vida.

Quando já estava na coleta de narrativas de história de vida na unidade masculina, com a maior proximidade com a especialista pedagoga da unidade, foi que se suscitou a possibilidade de realizar um grupo focal com os adolescentes entrevistados. A pedagoga logo aceitou a proposta de realizar esse grupo, mas era necessário saber da gerência de segurança quais jovens poderiam ser colocados juntos no mesmo grupo, sem que ocorresse algum conflito. Dos adolescentes entrevistados, Sem Pernas e Boa Vida não poderiam ser colocados juntos dos demais entrevistados, desse modo, participaram do grupo focal Pirulito, Sem Pernas, Pedro e João Grande. Com o êxito do grupo focal com os meninos, esta entrevistadora entrou em contato com a unidade feminina e solicitou que fosse realizado o mesmo grupo focal, mas havia uma questão a ser observada: três das meninas entrevistadas tinham recebido o benefício de saída no final de semana e não poderiam ser colocadas com aquelas que não saíram, em razão da pandemia do coronavírus, para evitar contaminação. Além disso, como foi dito anteriormente, nessa altura da coleta de dados, o governador de Brasília – DF – já havia determinado o fechamento do comércio e a restrição de entrada de pessoas em instituições socioeducativas de internação. Logo, era preciso ser ágil. Diante desse contexto, participaram do grupo focal das meninas Dália, Camélia e Amarílis. Açucena e Jasmin não tinham recebido o benefício e não poderiam ser colocadas no grupo com as demais, e não haveria tempo de fazer grupo focal apenas com as duas. Magnólia não podia ser colocada junto às demais por questões já levantadas no início da sessão metodológica desta pesquisa.

**Gráfico 10 – Trajetória da menina na comunidade**

Fonte: Elaborado pela autora através do software Atlas T.I.

### 8.7.1 *Grupo focal com as meninas entrevistadas: as relações comunitárias em foco*

O grupo focal foi realizado em um espaço aberto de convivência e foi acompanhado pela pedagoga da instituição, uma vez que demonstrou interesse e solicitou estar presente. Próximos, mas não tão próximos, por questões éticas, estavam os agentes socioeducativos. Assim organizado, foi solicitado às meninas que narrassem sobre a dinâmica da comunidade onde viviam. As narrativas deveriam se referir às suas experiências: no caso de Camélia, no território da Samambaia; Dália, no território do Centro da Ceilândia; e Amarílis, no território do Centro de Taguatinga.

Dália inicia narrando sobre o abastecimento da droga no território, que ocorre quando um grupo comandado por um grande traficante busca o entorpecente de outro território e abastece os traficantes locais. Estes, por sua vez, repassam as drogas em menor quantidade para adolescentes que atuam como aviõzinhos no território. As meninas eram nomeadas no mundo do tráfico de drogas do Distrito Federal como “laranjas”, pois podiam pegar a droga no “f”, ou seja, no fiado, na confiança, o que se caracteriza como um “consignado”. Se não venderem toda a droga que foi pegada no início do dia, pode devolver, sem nenhuma retaliação. Vale frisar que o posto ocupado pelas meninas como “laranjas”, hierarquicamente, está abaixo dos aviõzinhos, posto ocupado por meninos, no tráfico de drogas. “Laranjas e aviõzinhos” podem trabalhar como autônomos, mas aparentemente a confiança depositada sobre as laranjas é menor, talvez pela vulnerabilidade que supostamente a mulher pode representar para o trabalho no tráfico, bem como pela menor agilidade que os meninos na negociação do produto.

“Eu ficava o dia inteiro com os meninos lá na esquina, né? O que a gente não conseguia vender ali no dia, a gente pegava e devolvia a droga e o dinheiro” (AMARÍLIS, 2021).

Caso o aviõzinho que estivesse vendendo a droga no território fosse apreendido, não era preciso pagar o que havia perdido. E é exatamente por esse motivo que era repassada pouca quantidade aos aviõzinhos e menos ainda às laranjas. A dinâmica era a mesma nos três territórios representados pelas meninas.

E: E o acerto é diário?  
Dália: “É ... é diário”.

Quando há apreensão, a pressão da polícia para que as meninas informassem quem era o dono da droga era muito grande, mas, para não ocupar lugar de cagete<sup>37</sup> e ainda correr o risco da execução, as meninas jamais delatavam o proprietário.

“Eu falei outro nome e ele acreditou, o policial” (AMARÍLIS, 2021).

Mas, em outras situações, quando as meninas não delatavam o dono da droga, sofriam agressões policiais.

E: Entre vocês havia o regramento de ...  
Amarílis: Não caguetar. Se for cagete, é morte (AMARÍLIS, 2010)

Essa é apenas uma das regras das quebradas citadas pelas meninas. Outras eram: “não dar falha”; “não ser rato na quebrada”; “não ser pé de pano” (envolver-se com homem ou mulher casada). A proibição de ser rato na quebrada envolvia não apenas a proibição de roubar a quebrada a que as adolescentes pertenciam, mas também roubar quebradas em que a adolescente era conhecida, por costumeiramente circular por ali. Só não seria considerada “rata” se o roubo ocorresse em uma região onde a adolescente fosse desconhecida.

Como dito anteriormente, as meninas juntamente com os meninos vendiam drogas nas esquinas dos territórios onde viviam e faziam seu corre. Não obstante, pelo fato de serem meninas, havia diversas formas de assédio, perpetrados pela clientela masculina, notadamente o sexual. O fato de as meninas estarem expostas nas esquinas, ainda que acompanhadas de meninos, exercendo a mesma função, cedia espaço para que homens, que passassem por ali para comprar drogas, buscassem contratá-las para serviços sexuais, função diversa da que elas estavam realizando. Não obstante, os assédios cessavam quando havia resistência por parte das meninas:

Entra aí, vamos dá um rolé (CAMÉLIA; AMARÍLIS; DÁLIA, 2021)

[...] Dália: Uma vez joguei pedra na no carro do cara.  
E: Mas por que jogou pedra?  
Dália: Porque ele me chamou de prostituta.

Outra situação observada pelas meninas no dia a dia do trabalho no tráfico de drogas é o assédio que ocorre, de forma velada, pelos integrantes do grupo. Por serem mulheres, estas conseguem pegar a droga com um preço mais baixo e recebem produtos a mais, que não são cobrados, por exemplo, na hora de pesar. Deixa-se um pouco a mais de produto.

---

<sup>37</sup> Delator (a).

E. Você acha que é com segunda intenção?

Dália: Com certeza.

No concernente à organização do tráfico no território no Distrito Federal, não há uma organização hierárquica dentro do tráfico de drogas bem definida. Na concepção das entrevistadas, era tudo “meio desorganizado”. Apenas a figura do patrão para elas era bem definida, justamente porque cabia a essa figura abastecer os *aviãozinhos* e laranjas, que são vendedores da droga no território. As meninas não gostavam de se filiar a uma bocada, era mais interessante apenas pegar no consignado e vender na sua e em outras quebradas. Nesse formato de trabalho, as meninas não se vinculam hierarquicamente a um patrão.

Dália: Eu não vendia na minha quebrada, por causa da minha mãe, porque ela já me bateu uma vez. Me pegou pelos cabelos.

E: Quando ela te viu?

Dália: Ahram, uma vez só.

Sobre as rixas no território, as meninas também possuíam envolvimento com elas. Na organização geográfica do Distrito Federal, as rixas se dão pelas quadras, como no caso de Dália, que era da quadra 7 da Ceilândia e tinha rixa com a quadra 23. No caso de Camélia, que vivia na Samambaia, o conflito acontecia quando um grupo de outra quebrada tentava vender drogas no território do grupo dela. As rixas se dão no geral por causa de drogas, disputa de pontos e dívidas.

A dedicação de Camélia à venda de drogas ocorria ao longo do dia, de modo que começava logo pela manhã e terminava às 17 horas, já que, à noite, ela ia para a escola. Para Dália, se fosse possível, ela passaria 24 horas na rua vendendo drogas. O dinheiro adquirido com a venda era utilizado para comprar mais drogas e roupas, “*para andar princesa*”, segundo as participantes do grupo.

Os frevos apareceram com frequência na narrativa das meninas:

“É tão bom, mas ao mesmo tempo é tão ruim” (CAMÉLIA, 2021).

As sociais aconteciam em “casabanda”, que eram residências liberadas pelos proprietários. O frevo era organizado por meio de convites no Facebook, cujas mensagens buscavam retirar a atenção da polícia para o evento, anunciando que não seria permitido usar drogas. Muitas sociais aconteciam no horário de aula, à tarde e à noite. Eram frequentadas não apenas por moradores do território, pois os convites se expandiam e era comum aparecer

peessoas de classe mais elitizada, “patricinhas e playboys”. De acordo com as meninas, o que mais rola nos frevos é confusão, inicialmente por causa da droga, depois, pelo fato de que muitos participantes já vão com a intenção de causar confusão.

“Quando briga, aí você já sabe, vai acabar o frevo. E não pode acabar” (risos)  
(CAMÉLIA, 2021).

A vizinhança dos locais onde acontecem os frevos não reclama do tumulto que ocorre, pois não se sente encorajada a acionar a polícia, uma vez que poderia virar alvo dos envolvidos. Quando levantado o fato de os meninos mencionarem com frequência a figura do padrinho na quebrada e, assim, buscar entender se essa figura era existente na trajetória das meninas, Dália logo soltou:

“Mas um pai desse eu não queria não” (risos) (DÁLIA, 2021).

Diferentemente dos meninos, que possuem um padrinho que os “levanta” na quebrada e os impulsiona na trajetória infracional, a figura que aparece na trajetória das meninas é o “boy banca”. São homens, maiores de idade, com extenso envolvimento criminal, que, no geral, dão conselhos para as meninas abandonarem a atividade infracional:

“Você é tão bonita, porque não sai disso aqui “(CAMÉLIA, 2021).

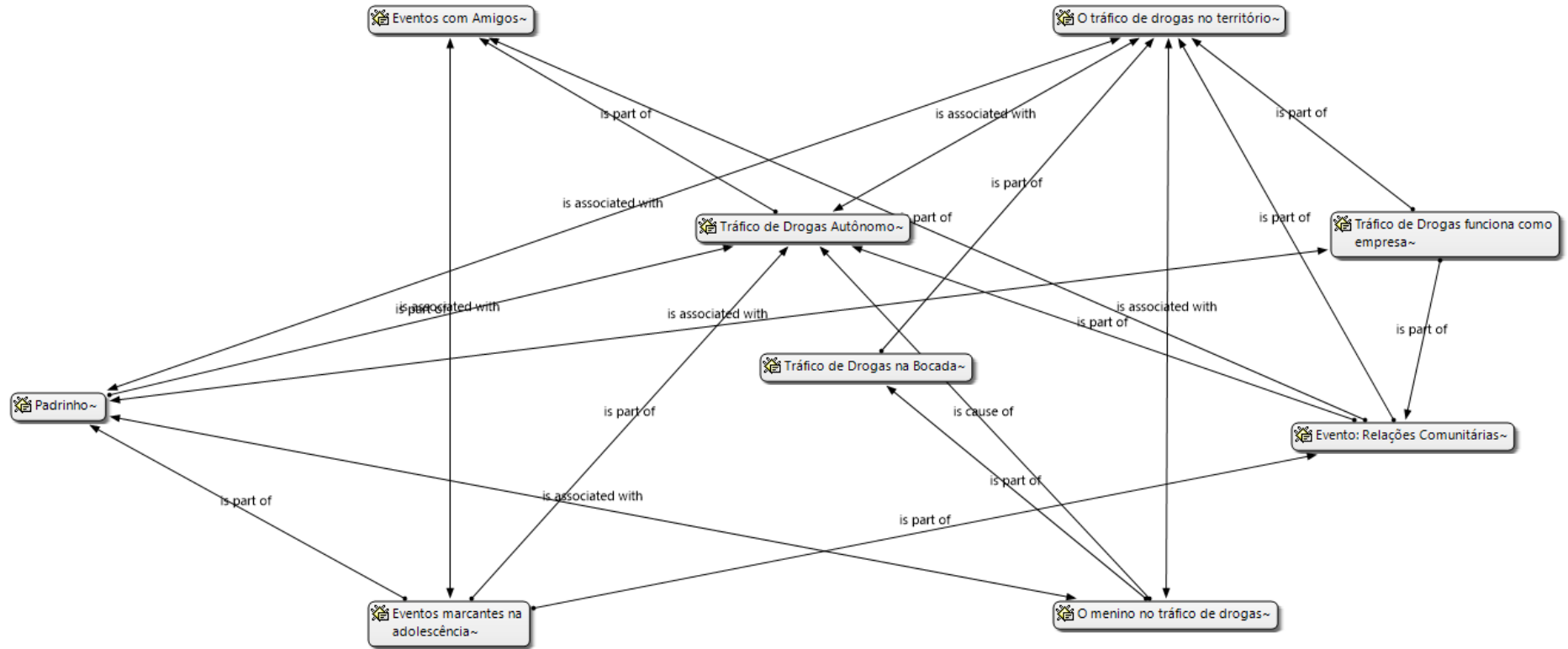
Em outros casos, existem homens que agem de modo contrário e incentivam o uso de drogas em excesso. O “boy que banca” é um figura presente nos frevos e costuma bancar (pagar) o que as meninas pedem, desde lanche até drogas. A relação das meninas com o “boy que banca” era meramente de patrocínio, não havia relação de proteção na quebrada.

A segurança das meninas na quebrada era encontrada na rua, nas relações nela estabelecidas e com alguns amigos da quebrada. Os conflitos familiares foram o principal motivo para que as meninas buscassem a rua, porque na rua não haveria “encheção de saco”. O cuidado e a proteção vinham de outras figuras femininas, que, por vezes, faziam o papel de mãe, notadamente de dar conselhos, mesmo estando todas envolvidas na infração. As meninas participantes do grupo focal, como dito, haviam recebido o benefício de saída aos finais de semana e, ao retornarem para o território onde viviam com seus familiares, foram assediadas pelos amigos a voltar para a atividade infracional:

“Você tá quebrada. Vamos fazer um corre!” (DÁLIA, 2021).

A pressão do grupo para o retorno à infração é muito grande e aquelas que se negam a participar do corre são vistas como “corre-mucho”, ou seja, aquela que fraqueja.

Gráfico 11 – Trajetória do menino na comunidade



Fonte: Elaborado pela autora através do software Atlas T.I.

### 8.7.2 *Grupo focal com os meninos entrevistados: as relações comunitárias em foco*

O grupo focal com os meninos também contou com a participação de uma pedagoga da instituição. Foi solicitado por esta pesquisadora a ajuda da profissional para auxiliar na organização. Como os adolescentes entrevistados não eram acompanhados por ela, e sim, por outro profissional da pedagogia da instituição, a profissional não tinha proximidade com estes, logo também não havia vinculação. Com vistas a garantir vinculação, foi utilizada pela profissional a estratégia de definição, pelos adolescentes, da gravidade de atos infracionais descritos em pequenos papéis, que eles teriam que elencar dos mais brandos aos mais graves. E assim foi feito. Esse momento inicial com a pedagoga auxiliou para criar maior conexão com os meninos e, conseqüentemente, conseguir que eles participassem ativamente da atividade.

O grupo focal com os meninos foi iniciado tratando da reincidência infracional, ou seja, os adolescentes que chegam à internação após ter cometido vários atos infracionais ou após passagem por medidas socioeducativas distintas no sistema socioeducativo. Os meninos declararam que cometeram outros atos infracionais, porém nem sempre foram registrados. Nesse sentido, eles chegaram à internação por causa de um ato mais grave. “O que traz o adolescente para uma unidade como esta?” Problematizou a pedagoga. Um dos adolescentes logo respondeu: “não dá pra colocar a culpa em ninguém, eu tinha que ter me controlado e não me controlei” (João Grande).

Num segundo momento, a condução do grupo atendeu mais aos objetivos da pesquisa. Com isso, problematizou-se, entre os adolescentes, como seria a dinâmica do tráfico de drogas no Distrito Federal. Fazendo um paralelo com grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo, locais onde o tráfico assumia uma organização partindo da lógica empresarial, com a divisão social do trabalho bem definida, indagou-se aos adolescentes se Brasília seguia essa mesma dinâmica territorial. Para os meninos, ao se envolver com o tráfico de drogas, eles não buscavam se vincular a uma bocada, pois valia mais a pena comprar uma carga de droga de melhor qualidade e sair fazendo seu corre:

“Se tem um pó melhor dos que os outros, os outros vai em você. Um fala pra um, que fala pra outro, e passa seu número, e sempre vai vim” (VOLTA SECA, 2021).

Sobre a hierarquia do tráfico, não necessariamente existe a figura do patrão, o que pode ocorrer é de uma pessoa “soltar” a droga para que outra venda a mercadoria, de modo

que não existia uma hierarquia, apenas uma contratação esporádica, sem vínculos. Esse tipo de contratação acontece através da figura que os meninos denominam de “padrinho”, e os apadrinhados são os “filhotes”. O padrinho “patrocina” o filhote, de modo que o crescimento financeiro e o poder no território, quando ocorrem, seriam para os dois, ou seja, para o padrinho e para o filhote. Na linguagem dos meninos, o padrinho patrocina ao adiantar drogas, “arranjar” mulheres:

“Tudo que o cara quiser, ele te dá, carro, moto, arma” (JOÃO GRANDE, 2021).

Não obstante, a figura do padrinho não exerce a mesma função em todos os territórios, como explicaram os meninos, “depende da quebrada em que você vive” e da ocasião em que você se encontra. Geralmente, os padrinhos possuem dinheiro, são conhecidos e respeitados pela comunidade e por outros grupos do tráfico de drogas. O padrinho nem sempre vive dentro da quebrada, conforme foi dito. Em cada território, havia um funcionamento e uma representatividade do padrinho e, no geral, os meninos estavam associados a essa figura:

Eu mesmo convivia com uma pessoa que fortalecia a gente e tal. Mas o bicho era um cara que não liga muito para essas coisas não, era meio foragido e não tava ligando coisa não. Ele tava toda hora lá com a gente, trazia a droga, entendeu? E vai mudando de casa (VOLTA SECA, 2021).

E aí, quer vender? Aí já entra na mensagem. Aí já é filhotão. Vou te dar mulher, vou te dar dinheiro, vou te dar tudo, entendeu? A pessoa já não tem condição, aí a mãe não trabalha, a maioria das vezes o pai deixa a casa, não tem estrutura de vida... aí, ahhh! (JOÃO GRANDE).

“Dá tudo pra ele que nem um pai” (VOLTA SECA, 2021).

“Se envolve com o problema dele” (PEDRO, 2021).

Os adolescentes reconheciam também que, por trás de todo cuidado e proteção ofertado pelos padrinhos, existia uma segunda intenção. Os adolescentes, por serem menores de idade, eram aliciados pelos padrinhos, maiores de idade. Aos adolescentes, competia a função da venda da droga, da realização do roubo de carros e de outros atos infracionais necessários à manutenção da atividade de tráfico no território, bem como ao crescimento financeiro e de poder no território dos padrinhos. Ao padrinho cabia gerenciar a atividade no território, sem se expor, haja vista que, em muitos casos, eram foragidos da justiça e, caso fossem flagrados pela polícia, cumpririam penas mais altas. Assim, a estratégia utilizada pelos padrinhos era de utilizar a mão de obra do adolescente e, para seduzir os jovens, promoviam um cuidado quase paternal.

“Aí é a ilusão do menino... tenho casa, tenho arma, tenho tudo” (JOÃO GRANDE).

A dinâmica das bocadas no DF acontece da seguinte forma: é alugada uma casa, que serve para guardar as drogas e contava com a vigilância de um adolescente. A venda efetivamente acontecia nas esquinas, alguns equipados com rádio e atentos a locais de fuga, em caso de ação policial. Pela atuação no tráfico de drogas, os meninos eram conhecidos pela polícia e, sempre que encontrados, levavam um “bote<sup>38</sup>”. De acordo com o grupo, a intervenção policial não seguia, em regra, uma lógica do estereótipo, mas a lógica da denúncia, realizada por moradores do território.

Outro espaço citado pelos meninos, assim como pelas meninas, em que o tráfico ocorre fortemente nos territórios, são os frevos. Mas os frevos da região de Planaltina, de onde os meninos participantes do grupo eram oriundos, ocorriam, na maioria das vezes, em chácaras, localizadas na zona rural, e os convites ocorriam através da rede social Facebook.

“Rola carro de som, rola droga, tiro para o alto... tá, tá” (JOÃO GRANDE, 2021).

Os frevos também eram os espaços de constituição de rixas com grupos rivais, as quais aconteciam, por vezes, dentro da dinâmica do tráfico por tentativas de dominação de territórios alheios e para honrar os amigos.

“Quem tá nesse mundo, tem a consciência limpa sobre isso, tá ali pra matar ou morrer, fazer acontecer. O que fez de bom vem quase o triplo de ruim. Vc tá pensando... ah tô ostentando, mas depois a casa cáí” (JOÃO GRANDE, 2021).

---

<sup>38</sup> Revista policial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final deste estudo, que buscou conhecer mais detalhadamente as diversas trajetórias de meninas e meninos “autores de atos infracionais”, foi possível perceber diversos pontos nos quais a trajetória desses adolescentes se “encontra e se desencontra”. Com histórias de vida com muitas similaridades, as meninas e os meninos que se dispuseram a participar, enquanto sujeitos de pesquisa, possuíam narrativas que se “encontravam”, inicialmente, na sua constituição social, marcada pelas desvantagens sociais: oriundos de territórios violentos do Distrito Federal; famílias de baixa renda; inseridos em contextos familiares violentos, sendo que a ruptura de laços familiares era a realidade da maioria dos 12 (doze) entrevistados.

Outro ponto de encontro das narrativas das meninas e meninos entrevistados constitui-se como marca presente na adolescência: a rebeldia. Vivenciando o processo de mudança em decorrência da adolescência, especialmente com a forte associação com pares, distanciavam-se do seu grupo familiar, que, nos casos analisados, impunha a eles regras e supervisão. Isso, em muitos casos, os aproximava ainda mais dos pares constituídos na escola, no território onde viviam, dos frevos. Tal questão não causa surpresa, tendo em vista que a adolescência se constitui como de busca de identidade.

Não obstante, a rebeldia juntamente com os conflitos familiares se uniram de modo um tanto quanto arriscado, pois foram responsáveis pela principal transição na trajetória dos adolescentes: a saída da casa dos pais e responsáveis e a partilha de uma vida independente com os amigos. A partir daí, tem-se a formação de uma trajetória infracional, que se inicia timidamente, apenas como vendedores autônomos de pequenas porções de drogas, até a formação de uma trajetória infracional especializada e consolidada.

Nesse contexto, é justamente a construção de trajetórias infracionais o objeto de estudo da Teoria Desenvolvimental e do Curso de Vida, principal base epistemológica desta tese. A partir de alguns dos adeptos dessa teoria, Moffitt (1993); Farrington (2006), procedeu-se à análise, considerando os principais eventos presentes nas trajetórias familiares, com amigos, na escola e na comunidade, dos adolescentes sujeitos da pesquisa. Com base nos objetivos propostos ao estudar a trajetória infracional de meninas e meninos de forma comparada, valendo-se de Stenffensmeier e Allan, 1996; Moffitt, 2001; Zimmerman e Messner, 2010; Hane, Doogan e Soller, 2014; chegou-se a algumas inferências.

A primeira delas se dá a partir do estudo de Moffitt, Caspi, Rutter e Silva (2001) sobre em que medida os meninos cometem mais infrações do que as meninas. À primeira vista,

quando se comparam os dados de Moffitt e os encontrados nesta pesquisa, constata-se que as meninas, em comparação com os meninos, cometem infrações menos graves, ou melhor, menos violentas. Nessa seara, basta analisar a tabela 3 (três) desta tese, em que se pode observar que meninas cometeram infrações como roubo, lesão corporal e tráfico de drogas, enquanto meninos cometem crimes mais violentos como latrocínio, que é o roubo seguido de morte. O fato de cometer infrações menos graves também seria a explicação para não se levantar suspeita das meninas, como também está referenciado no estudo de Moffitt, Caspi, Rutter e Silva (2001). Conforme apresentado na narrativa de Açucena, Camélia e Jasmin, elas passavam alheias à intervenção policial, pois, convencionalmente, a sociedade e os órgãos de controle construíram a convicção de que, por não ser um espaço para as mulheres, estas não saberiam agir de maneira mais expressiva no mundo do crime.

Outro dado trazido pelo estudo de Moffitt, Caspi, Rutter e Silva (2001) e que dialoga com os dados encontrados neste estudo são os fatores de risco para a constituição de trajetórias infracionais. As relações com os pares e as frágeis e conturbadas relações familiares incidiram fortemente para que os adolescentes abandonassem a família e estivessem mais perto dos amigos, de forma independente. Ressalta-se, no entanto, que a iniciação das meninas na trajetória de infrações ocorreu para a garantia de acesso à renda enquanto estratégia de sobrevivência longe do suporte dos pais. Os meninos apresentam essa narrativa, mas, para eles, o fetiche do poder e do domínio do território os levava para um envolvimento mais abrangente, especialmente no tráfico de drogas. Supostamente, às meninas não interessava o poder, elas precisavam se sustentar, e o tráfico de drogas surgiu como uma oportunidade mais acessível para garantia de acesso à renda mais rapidamente, dado também presente no estudo de Stenffensmeier e Allan (1996).

Estar fora do domínio materno e paterno requereu dos adolescentes a organização de uma rede de pares, aqueles que iniciam o/a adolescente na infração; os que permitem o acesso aos instrumentos para a realização das atividades infracionais; aqueles com quem o/a menino/a irá dividir moradia e despesas. No entanto, a figura do padrinho, especificamente na trajetória dos meninos, levanta uma dúvida sobre a intenção de alguns atores, supostamente “amigos”, que levam os meninos a crer que o padrinho os “levanta na quebrada” por ser um cara legal. Na verdade, esses meninos são utilizados pelos “padrinhos”, que são sujeitos maiores de idade; usam a mão de obra dos adolescentes para garantir seu crescimento comercial e econômico. Os adolescentes se expõem e fazem o serviço “sujo” sob a orientação desses maiores de idade, os quais ficam às sombras daqueles. Os meninos, com o

“apoio desses maiores”, acreditam alcançar poder no tráfico de drogas e não percebem que são subservientes e manipulados pela ação dos “padrinhos”.

Com a experiência trazida pelos pares, as meninas e os meninos deixam de ser iniciantes e se tornam especialistas no seu fazer profissional. É desse modo que a Teoria Desenvolvimental e do Curso de Vida compreende a constituição da carreira infracional. Os adolescentes, no geral, são iniciados na infração aos 13 anos de idade e, devidamente orientados, tornam-se especialistas nas atividades do crime: vendem grandes quantidades de droga; roubam vários carros por dia em troca de dinheiro para retroalimentar o tráfico de drogas; assumem a chefia de bocadas; adquirem visão comercial; e buscam drogas de qualidade para se colocarem como forte concorrente comercial no território onde estão inseridos.

A literatura brasileira não costuma se dedicar aos estudos comparativos da infração de meninas e meninos. Mas a configuração do crime nos territórios, especialmente em razão da organização do tráfico de drogas, auxilia no processo de compreensão da trajetória do jovem na comunidade. A violência territorial que se instala com a chegada da organização comercial e concorrencial do tráfico aparece na forma como os meninos se impõem enquanto figura de poder e decisão no território. Surgem também nas narrativas das meninas, quando se referem aos frevos e, no caso dos meninos e meninas, é decisiva para constituição de regras, segundo as quais qualquer crime não aceita falhas. Para a literatura brasileira, as disposicionalidades violentas (Rolim, 2016) são aprendidas em casa, com a família, mas também nas relações comunitárias a que os amigos estão associados. Outro fator que impacta a trajetória infracional dos meninos e das meninas na comunidade é a forma como o tráfico de drogas se dispõe nos territórios: o tráfico se organiza fortemente com cunho empresarial, inclusive seguindo a lógica da luta de classes. Os traficantes com acesso à droga buscam trabalhadores para assumir postos como de gerência e venda dos produtos (Lyra, 2013). Em regra, as meninas preferem não se vincular a uma bocada, e sim, atuar como vendedoras autônomas. Vendem a droga, fazem seu dinheiro e não possuem vínculo com o dono da bocada. Os meninos começavam, a princípio, como vendedores autônomos, porém logo eram seduzidos e se dedicavam mais à atividade do tráfico no território, que não se limitava apenas à venda da droga, mas também à defesa de espaço de domínio contra grupos rivais e à busca por dinheiro para alimentar o tráfico, notadamente por meio do roubo de carros.

Por fim, obedecendo à linha de constituição do conceito de “carreira infracional” (entrada; permanência/especialização; desistência/interrupção), o próximo caminho traçado pelas meninas e pelos meninos foi a interrupção da trajetória infracional através das sentenças

de internação nas medidas socioeducativas. Os meninos e meninas se tornam conhecidos dos agentes da segurança pública pela sua expertise infracional e logo eram apreendidos. Certamente, não se pode falar em desistência da atividade infracional, fala-se em interrupção. A desistência, consoante Laub e Sampson (2005), ocorre com maior frequência após os 18 anos, e pode se dar devido a casamento, emprego estável e nascimento de filhos. Não era o caso das meninas e dos meninos sujeitos desta pesquisa. Cumpre esclarecer que a desistência é, muitas vezes, estudada através de pesquisas longitudinais, que não são o objeto desta. Mas, a partir das informações obtidas neste estudo, espera-se contribuir para o debate sociológico nacional sobre trajetórias e carreiras infracionais e, quem sabe, estimular estudos longitudinais capazes de analisar outras características da trajetória infracional de meninas e meninos, tendo como base a Teoria Desenvolvimental e do Curso de Vida.

## REFERÊNCIAS

- AGNEW, Robert. **Social control theory and delinquency: a longitudinal test.** *Criminology*, Atlanta, Emory University, v. 23, p. 47-61, 1985.
- AKERS, Ronald. **“Is Differential Association/Social Learning Cultural Deviance Theory?”** *Criminology*, v. 34 (2), (1996), p. 229-47.
- BAZON, M.R.; KOMATSU, A. V.; PANOSSO, I.R.; ESTEVÃO, R. **Adolescentes em conflito com a lei, padrões de comportamento infracional e trajetória de conduta delituosa: um modelo explicativo na perspectiva desenvolvimental.** *In: Revista Brasileira Adolescências e Conflitualidade*, v. 5, 2011, p. 59-87.
- BANDEIRA, M. A. S. **Atos infracionais e medidas socioeducativas: uma leitura dogmática, crítica e constitucional.** Ilhéus: Ed. Editus, 2006, p. 380.
- BARCINSKI, M. **Mulher no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina.** *In: Contextos Clínicos*, 5(1), 2012, p. 52-61.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.
- BECKER, H. **A Escola de Chicago.** *In: Mana*, v. 2, n. 2, Rio de Janeiro, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Métodos de pesquisa em ciências sociais.** 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- BENSON, Michael L. **Crime and the Life Course: An Introduction.** Second Edition. New York: Routledge, 2013.
- BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos.** Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.
- \_\_\_\_\_. **“Sept propriétés des récits de vie”.** *In: ERTUL, S.; MELCHIOR, J. Ph. & LALIVE D’EPINAY, C. (dirs.). Subjectivation et redéfinition identitaire.* Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2014, p. 29-52.
- BLANCO, Mercedes. **El enfoque del curso de vida: orígenes y desarrollo.** *In: Revista Latino-Americana de Población*, vol. 5, n. 8, 2011, p. 5-31.
- BLUMSTEIN, ALFRED, JACQUELINE COHEN, JEFFREY A. ROTH, AND CHRISTY A. Visher. **Criminal Careers and "Career Criminals."** 2 vols. **Panel on Research on Career Criminals, Committee on Research on Law Enforcement and the Administration of Justice, Commission on Behavioral and Social Sciences and Education, National Research Council.** Washington, D.C.: National Academy Press, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica.** *In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral.* 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. **Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase** –, regulamenta a execução da medida socioeducativa e altera algumas leis.

BLOCK, M. K; HEINECKE, J.M. **A labor theoretic analysis of the criminal choice.** *In:* American Economy Review, v. 65, 1975, p. 314-325.

BRETAS, M.L.; SANT'ANNA, M.A. Crime e punição na história. *IN:*LIMA, R.S; RATTON, J.L; AZEVEDO, R.G. **Crime, polícia e justiça no Brasil:** Contexto, São Paulo, 2014, p. 363-368.

CERQUEIRA, D., LOBÃO, W. **Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos.** *In:* Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 47, n. 02, 2004, p. 233-269.

COHLER, B.J. **Personal narrative and life course.** *In:* Baltes, P.B. (ed.): Life-Span Development and Behavior. Nova York: Academic Press, 2015-241.

DEL PRIORE, M. **Ao sul do corpo.** São Paulo: Unesp, 2009.

DINIZ, D. **Meninas fora da Lei: a medida socioeducativa de internação do Distrito Federal.** Brasília: Letras Livres, 2017.

DURHAM, E. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo.** São Paulo: Ática, 1973.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico.** Tradução: Pietro Nasseti: Claret. São Paulo, 2011, p. 5-157.

DURKHEIM, E. **Da divisão social do trabalho.** São Paulo: Martins Fontes, 2015, p. 13-483.

ERLICH, I. **Participation in illegitimate activities: a theoretical and empirical investigation.** *In:* Journal of Political Economy, v. 81, n. 3, 1973, p. 521-565.

ELDER, G. H. J. **Perspectives on the life course.** *In:* Life course dynamics: trajectories and transitions. New York, 1985, p. 23-49.

ELDER, G.H.; JOHNSON, M.K.; CROSNOE, R. The emergence and development of life course theory. *In:* MORTIMER, J.T.; SHANAHAN, M.J. **Handbook of the life course:** Kluwer Academic/Plenum Publishers, New York, 2003.

DI GIORGI, A. **A miséria governada através do sistema penal.** Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006, p. 5-115.

FARRINGTON, D.P. **Child risk factors and risk-focused prevention.** *In:* Oxford Criminology Handbook: Oxford University Press (4th ed.). Oxford, 2006.

FARRINGTON, D.P. Introduction to integrated developmental and Life-Course theories of offending. *In*: FARRINGTON, D.P. (Edited by). **Integrated developmental e life – course theories of offending. Advances in criminological theory**. v. 14: Transaction Publishers, 2005, p. 1-11.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL; SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA. **Anuário do atendimento socioeducativo inicial do Núcleo de Atendimento Integrado – NAI/UAI – DF**. Brasília- DF: SEJUS, 2020.

GOTTFREDSON, M. R; HIRSHI, T. **A general theory of crime**. Stanford: Stanford University Press, 1990.

HAYNIE, D.L.; DOOGAN, N.J. SOLLER, B. **Gender, friendship networks, and delinquency: A dynamic network approach**. *Criminology*, v. 52, n. 4, 2014, p. 688 -722.

HIRSHI, T. and SELVIN, H.C. **Delinquency Research: An Appraisal of analytic Methods**: The Free Press. New York, 1967.

HIRSCHI, Travis. **Causes of delinquency**. 9. ed. New Jersey: Transaction Publishers, 2009. Originalmente publicado pela University of California Press, 1969.

LAUB, JOHN H., AND ROBERT J. SAMPSON. The Sutherland - Glueck debate: On the sociology of criminological knowledge. *American Journal of Sociology* 96, n. 6, 1991, p. 1402-1440.

LAUB, JOHN H., AND ROBERT J. SAMPSON. **Life – course and development criminology: looking back, moving forward – ASC Division of development and life-course criminology**. David P. Farrington Lecture, 2017. *In*: *Journal of development and Life – Course Criminology*, 2019.

LYRA, D. **A república dos meninos: juventude, tráfico e virtude**: Maud X/FAPERJ. Rio de Janeiro, 2013.

LE BLANC, M. & LOEBER, R. Developmental criminology update. *In*: TONRY, M. (ED), **Crime and Justice**, v. 24: University of Chicago Press, Chicago, 1998, p. 115 - 198.

LOEBER, R. & LE BLANC, M. Toward development criminology. *In*: TONRY, M. **Crime and Justice**: A review of research, vol. 12, 1990.

LEITE, M.P. Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. *In*: MACHADO DA SILVA, L.A. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 115-143.

MACHADO DA SILVA, L.A. Violência Urbana, sociabilidades violentas e agenda pública. *In*: MACHADO DA SILVA, L.A. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 35-47.

MACHADO DA SILVA, L.A. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. *In*: *Revista Sociologia e Política*, n. 13, 1999.

- MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: FASES PROCESSUAIS. **Cartilha da 1ª Vara da Infância e da Juventude do DF Seção Medidas Socioeducativas**. Disponível em <https://www.tjdft.jus.br/publicacoes/edicoes/manuais-e-cartilhas/colecaoconhecendo-a-1a-vij-do-df/medidasSocioeducativas.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2022.
- MENDONÇA, M. J., CERQUEIRA, D. Economia e Crime. *In.*: LIMA, R.S; RATTON, J.L; AZEVEDO, R.G. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 580-589.
- MERTON, R. K. **Social Structure and Anomie**. *American Sociological Review*, Chicago, n. 1, p. 894-904, 1938.
- MISSE, M. Sujeição Criminal. LIMA, R.S; RATTON, J.L; AZEVEDO, R.G. **Crime, polícia e justiça no Brasil**: São Paulo: Contexto, 2014, p. 204-212.
- MOFFIT, T.; CASPI, A.; RUTTER, M.; SILVA, P. **Sex differences in antisocial behavior**. New York: Cambridge University Press, 2001, p. 1-273.
- MOFFIT, T. **Adolescence-limited and life course persistente antisocial behavior: A developmental taxonomy**. *Psychological Review* 100, 1993, p. 674-701.
- MOURÃO, A.N.M; SILVEIRA, A.M. **Controle social informal e a responsabilização de jovens infratores**. *In.*: Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 393-413.
- MURRAY, J.; MENEZES, A.M.B.; HICKMAN, M.; MAUGHAN, B; GALLO, E.A.G.; MATIJASEVICH, A.; GONÇALVES, H.; ANSELM, L.; ASSUNÇÃO, M.C.F.; BARROS, F.C.; VICTORA, C.G. **Childhood behaviour problems predict crime and violence in late adolescence: Brazilian and British birth cohort studies**. *In.*: *Soc Psychiatry Psychiatr Epidemiol*, 50:579–589, 2014.
- OLIVEIRA, P.P. Sobre a adesão juvenil às redes de criminalidade em favela. *In.*: MACHADO DA SILVA, L.A. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 249 -303.
- PAUGAM, S. **Durkheim e o vínculo aos grupos: uma teoria social inacabada**. *In.*: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 19, n. 44, jan/abr, 2017, p. 128-160.
- PIQUERO, A.R. **What we know and what we need to know about developmental and life-course theories**. *In.*: *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, v. 48(3), 2015, p. 336-344.
- PIQUERO, A. R., FARRINGTON, D. P. AND BLUMSTEIN, A. **Criminal career paradigm: Background, recent developments, and the way forward**. *International Annals of Criminology*, 41, 2003, p. 243-269.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro de informação viva**. São Paulo: T. A Queiroz, 1991.

RATTON, J.L.; GALVÃO, CL. ANDRADE, R. Crime e gênero: controvérsias teóricas sobre agência feminina. *In*: RASIA, J.M.; SALLAS, A.L.F; SCALON, C. **Temas da Sociologia Contemporânea**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 177-195.

\_\_\_\_\_. Pobreza, desigualdade, estrutura social e crime. *In*: LIMA, R.S; RATTON, J.L; AZEVEDO, R.G. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, p.591-616.

REISS, A.J. **Unraveling juvenile delinquency**. II. An Appraisal of the research methods. *In*.: American Journal of Sociology, 1951, p. 115-120.

ROLIM, M. **Desistência do crime**. *In*: Revista Sociedade e Estado, v. 33, n. 3, 2018.

ROLIM, M. **A formação de jovens violentos: para a etiologia da disponibilidade violenta**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016, p. 247.

ROSENTHAL, G. **História de vida vivenciada e história de vida narrada: Gestalt e estrutura de auto apresentações biográficas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

SANTOS, H. **Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira: Revisão e Perspectivas**. *In*: Civitas, v. 14, n. 02, Porto Alegre, p. 359-382.

SANTOS, H. **Ação e relevância em narrativas de adolescentes autoras de atos infracionais**. *In*: Contemporânea, v. 2, n. 2, 2012, p. 489-512.

SAMPSON, R.J. LAUB, J.H. **Crime in the making: Pathways and turning points though life**. Cambridge, MA: HARVARD UNIVERSITY PRESS, 1995.

SAMPSON, R.J & GROVES, W. B. **Community structure and crime: testing social disorganization theory** *American Journal of Sociology*, n. 94, p. 774-802, 1989.

ROCK, P. **Sociological Theories of Crime**. *In*: Maguire, M.; Morgan, R.; Reiner, R. (Ed.). The Oxford handbook of criminology. 5. ed. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 2-42.

ROCK, P. J.; LAUB, J.H. **A life-course theory of cumulative disadvantage and the stability of delinquency**. *In*: Advances in criminological theory, v. 7, 1997.

SAPORI, L.F; SOARES, G.A.D. **Por que cresce a violência no Brasil**: Autêntica, Belo Horizonte, 2015, p. 7-143.

SHAW, Clifford R. **The jack-roller: A delinquent boy's own story**. University of Chicago Press, [1930] 2013.

SHAW, CLIFFORD R. E MCKAY, HENRY D. **Delinquência Juvenil e Áreas Urbanas**. Chicago: The University of Chicago Press, 1969.

SILVA, J.L; BAZON, M.R. **Educação escolar e conduta infracional em adolescentes: revisão integrativa da literatura**. *In*: Estudos de Psicologia 19(4), 2014.

SOUZA, J. **Crack e exclusão social**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2016, p. 29-39.

SUTHERLAND, E.H. “**The Gluecks’ Later Criminal Careers: An Appraisal by Edwin Sutherland**”. Eleanor T. and Sheldon Glueck Joint Papers.: Harvard Law Scholl Library, Cambrigde, 1937.

SRUBAR, I. **On the origin of “phenomological” sociology**. Human Studies, v. 7, n. 2, 1984, p. 163-189.

STEFFENSMEIER, D.; ALLA, E. **Gender and crime:toward a gendered theory of female offending**. In: Annual Review of Sociology, v. 22, p. 459-487.

TANNENBAUM, F. **Crime and the community**. New York: Columbia University Press, 1938.

WACQUANT, LOÏC. **Esclarecer o *habitus***. In: Educação & Linguagem, ano 10, n. 16, 2007, p. 63-71.

VIEIRA, D. **Histórias sobre homicídios entre jovens: “mundo do crime” e comensurabilidade**. Dilemas, v. 4, n. 2, 2011, p. 281-381.

Wadsworth, M. E. J. **Roots of Delinquency: Infancy, Adolescence and Crime**. London: Martin Robertson, 1979.

WERNECK, A. Teoria da Rotulação. LIMA, R.S; RATTON, J.L; AZEVEDO, R.G. **Crime, polícia e justiça no Brasil**: Contexto, São Paulo, 2014, p. 105-116.

WERNECK, A. **Os condenados da cidade (Tradução João Roberto Martins Filho, et al.)**. Rio de Janeiro: Revan, FASE, 2001, p. 163 -196.

ZALUAR, A. Etos Guerreiro e criminalidade violenta. In: LIMA, R. S.; RATTON, J.L.; AZEVEDO, R.G (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 35-50;

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, A. **Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos**. In: Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 55, n. 02, 2012, p. 327-365.

ZALUAR, A. **O condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.

ZIMMERMAN, G.; MESSNER, S.F. **Neighborhood context and the gender gap in adolescent violent**. In.: American Sociological Review, 2010, p. 1-30.

Matérias de Jornais

RODRIGUES, R. **Criança morre e três irmãos ficam feridos após serem espancados por tios em Planaltina de Goiás**, diz polícia. G1 – Globo.com; Brasília – DF, 29/5/2019. Seção: Entorno. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/05/29/crianca-morre-e-tres-ficam-feridas-apos-serem-espancados-por-tios-em-planaltina-de-goias-diz-policia.ghtml>.

RODRIGUES, A.K. **Jovem que torturou e matou sobrinha de 06 anos vai a Júri Popular.** Metrôpoles. Brasília-DF, 5/3/2020. Disponível: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/entorno/jovem-que-torturou-e-matou-sobrinha-de-6-anos-vai-a-juri-popular>.

**Medicamentos são usados como entorpecentes.** Correio Braziliense, Brasília-DF, 24/8/2019. Seção: Cidades. Disponível: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/08/24/interna\\_cidadesdf,778891/medicamentos-sao-usados-como-entorpecentes-e-causam-dependencia.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/08/24/interna_cidadesdf,778891/medicamentos-sao-usados-como-entorpecentes-e-causam-dependencia.shtml).

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DA EMENDA**

**Título da Pesquisa:** ENCONTROS E DESENCONTROS: ESTUDO SOBRE AS TRAJETÓRIAS INFRACIONAIS DE MENINOS E MENINAS DE FORMA COMPARADA.

**Pesquisador:** CAMILA GABRIEL MEIRELES AMORIM

**Área Temática:**

**Versão:** 4

**CAAE:** 40592420.0.0000.5137

**Instituição Proponente:** SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 4.584.231

**Apresentação do Projeto:**

Trata-se de emenda com a seguinte justificativa: "A princípio a pesquisa seria realizada no Estado de Minas Gerais. No entanto, em razão da pandemia da Covid 19, a Secretaria de Estado de Segurança de Minas Gerais, responsável pelas instituições de internação para adolescentes, autorizou a pesquisa, mas não autorizou a entrada de pesquisadores nas unidades de internação. Sendo assim, em razão do meu prazo para defesa de tese, solicitei autorização no Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania. Esta secretaria elaborou protocolos para entrada de pesquisadores nas unidades de internação para adolescentes. Sendo assim, em razão da autorização do Distrito Federal, a coleta de dados, ocorrerá inicialmente no DF e, caso seja retomada a tempo a autorização de entrada de pesquisadores nas unidades de Minas Gerais, a coleta ocorrerá neste Estado também, de modo complementar.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Analisar em que medida as dimensões família, escola, pares e comunidade podem impactar na entrada de meninos e meninas em trajetórias infracionais.

Objetivos Secundários:

- Identificar em que medida, no âmbito familiar, os eventos ocorridos na infância, como

**Endereço:** Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228

**Bairro:** Coração Eucarístico

**CEP:** 30.535-901

**UF:** MG

**Município:** BELO HORIZONTE

**Telefone:** (31)3319-4517

**Fax:** (31)3319-4517

**E-mail:** cep.proppg@pucminas.br

Continuação do Parecer: 4.584.231

fragilização dos laços familiares, falta de supervisão dos pais, violência e abandono podem contribuir para a inserção em trajetórias infracionais;

- Identificar em que medida a evasão escolar, bem como, os fatores de risco vividos na escola, podem contribuir para o envolvimento infracional de adolescentes;
- Identificar em que medida o envolvimento com pares no âmbito escolar e comunitário pode ser um fator de risco para a inserção em trajetórias infracionais;
- Identificar em que medida a falta de supervisão e controle comunitário, bem como, as relações sociais estabelecidas na comunidade, podem contribuir para a inserção em trajetórias infracionais.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos: Por tratar de pesquisa envolvendo seres humanos não há como não ter riscos, porém, o maior risco da realização desta pesquisa está no fato de ser utilizada a técnica de história de vida, para capturar dados junto aos adolescentes. Uma vez que, ao lembrar fatos na sua trajetória, os adolescentes podem desenvolver sofrimentos emocional pelos fatos marcantes. No entanto, caso o adolescente em algum momento, sentir mal estar ao tratar de assuntos de sua trajetória, a entrevista deverá ser interrompida de imediato.

Benefícios: Os benefícios são relativos a compreensão das diferentes experiências vivenciadas pelo jovem na família, na escola, com os pares e na comunidade que podem contribuir para a formação de trajetórias infracionais. O resultado dessa pesquisa poderá nortear de maneira mais específica as políticas públicas para o enfrentamento da criminalidade jovem nos diversos contextos sociais.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Não foram realizadas alterações no desenho do estudo. A mudança solicitada diz respeito ao local de realização da coleta de dados. O Termo de Compromisso com a anuência da instituição onde os dados serão coletados foi devidamente anexado.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos de apresentação obrigatória foram anexados e estão de acordo com as normas vigentes.

#### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Pela aprovação da emenda.

#### **Considerações Finais a critério do CEP:**

**Endereço:** Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228  
**Bairro:** Coração Eucarístico **CEP:** 30.535-901  
**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE  
**Telefone:** (31)3319-4517 **Fax:** (31)3319-4517 **E-mail:** cep.proppg@pucminas.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DE MINAS GERAIS -  
PUCMG



Continuação do Parecer: 4.584.231

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_170322_2_E1.pdf	14/02/2021 20:08:54		Aceito
Outros	Autorizacao_DF.pdf	14/02/2021 20:00:54	CAMILA GABRIEL MEIRELES AMORIM	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_ASSINADA.pdf	26/01/2021 09:58:54	CAMILA GABRIEL MEIRELES AMORIM	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_PUC.docx	26/01/2021 09:55:02	CAMILA GABRIEL MEIRELES AMORIM	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_ASSINADA.pdf	26/01/2021 09:53:05	CAMILA GABRIEL MEIRELES AMORIM	Aceito
Solicitação registrada pelo CEP	TCUD.pdf	01/12/2020 05:55:20	CAMILA GABRIEL MEIRELES AMORIM	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	carta_assinada.pdf	26/11/2020 17:11:01	CAMILA GABRIEL MEIRELES AMORIM	Aceito
Outros	memo_sedes.pdf	26/11/2020 17:05:33	CAMILA GABRIEL MEIRELES AMORIM	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_final_2020.pdf	26/11/2020 16:56:13	CAMILA GABRIEL MEIRELES AMORIM	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_assentimento.docx	26/11/2020 16:53:07	CAMILA GABRIEL MEIRELES AMORIM	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BELO HORIZONTE, 10 de Março de 2021

---

**Assinado por:**  
**CRISTIANA LEITE CARVALHO**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228  
**Bairro:** Coração Eucarístico **CEP:** 30.535-901  
**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE  
**Telefone:** (31)3319-4517 **Fax:** (31)3319-4517 **E-mail:** cep.proppg@pucminas.br



Poder Judiciário da União  
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

VEMSEDF  
VARA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DO DISTRITO FEDERAL

## AUTORIZAÇÃO

Autorizo CAMILA GABRIEL MEIRELES AMORIM, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, a visitar as Unidades de Internação do Distrito Federal a fim de realizar pesquisa para seu projeto de doutorado, intitulado *Encontros e desencontros: estudo sobre as trajetórias infracionais de meninos e meninas de forma comparada*, sob orientação do Prof. Dr. Luís Flávio Saporì.

A pesquisa visa analisar em que medida as dimensões família, escola, pares e comunidade podem impactar na entrada de meninos e meninas em trajetórias infracionais.

Para isso, serão obtidas informações a partir dos planos individuais de atendimento dos socioeducandos e, em seguida, haverá a aplicação da técnica de história de vida, esperando-se obter informações desde a infância até a adolescência, de modo a descrever as várias trajetórias dos socioeducandos: familiar, escolar, com pares e na comunidade.

Se necessário, poderá haver o registro em áudio de eventuais entrevistas com os adolescentes, com autorizações dos pais ou responsáveis. Todos os dados e informações obtidos a partir das pesquisas e entrevistas, inclusive as gravações de áudio, deverão ser utilizados exclusivamente para os fins mencionados, sem divulgação sob outra forma.

As datas das visitas deverão ser agendadas previamente com a Subsecretaria do Sistema Socioeducativo, respeitando-se as restrições sanitárias em decorrência da pandemia do coronavírus, e a aluna se compromete a respeitar, no que couber, as orientações elaboradas pela Seção de Comunicação Institucional da Vara da Infância e da Juventude (anexas).

Ressalvo, ainda, que deverão sempre ser respeitados a voluntariedade dos adolescentes em participar das entrevistas, bem como o disposto no art. 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que versa sobre a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais de crianças e adolescentes, e no art. 143 do já citado diploma legal, que dispõe sobre a vedação à divulgação de atos judiciais, policiais e

administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.

Brasília-DF, 5 de fevereiro de 2021.

LAVINIA TUPY VIEIRA FONSECA  
Juíza de Direito

VEMSEDF, assinado eletronicamente na data abaixo consignada.



Documento assinado eletronicamente por **Lavinia Tupy Vieira Fonseca, Juiz(a) de Direito**, em 05/02/2021, às 17:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tjdft.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&lang=pt\\_BR&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tjdft.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1689268** e o código CRC **BC90F0EB**.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL  
Subsecretaria do Sistema Socioeducativo

Autorização - SEJUS/SUBSIS

À COORINT,

**AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA**

Informo que fica autorizada a realização de pesquisa da estudante Camila Gabriel Meireles Amorim, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, matrícula 612951, CPF 065.305.076-39, RG 3148666 SSP-DF, sob a orientação do Professor Luis Flavio Saporì.

O estudo tem como proposta visitar a **Unidade de Internação Feminina do Gama (UIFG) e Unidade de Internação de Santa Maria (UISM)** a fim de realizar pesquisa para seu projeto de doutorado, intitulado "Encontros e desencontros: estudo sobre as trajetórias infracionais de meninos e meninas de forma comparada".

Para isso, serão obtidas informações a partir dos planos individuais de atendimento dos socioeducandos (**sem fotocopiá-los ou fotografá-los**) e, em seguida, haverá a aplicação da técnica de história de vida, esperando-se obter informações desde a infância até a adolescência, de modo a descrever as várias trajetórias dos socioeducandos: familiar, escolar, com pares e na comunidade. Se necessário, poderá haver o registro em áudio de eventuais entrevistas com os adolescentes, com autorizações dos pais ou responsáveis. Todos os dados e informações obtidos a partir das pesquisas e entrevistas, inclusive as gravações de áudio, deverão ser utilizados exclusivamente para os fins mencionados, sem divulgação sob outra forma

Ressaltamos que no caso de entrevistas realizadas com os/as adolescentes, faz-se necessária autorização prévia dos responsáveis apenas nos casos em que houver gravação de áudio. Se não houver gravação, basta a voluntariedade e consentimento. Em caso de gravação de áudio, para obter a autorização dos pais, a Unidade pode entrar em contato com os pais por telefone e certificar a autorização dado o contexto de pandemia.

Caberá ao Pesquisador:

a) Realizar o agendamento da pesquisa junto às unidades socioeducativas por meio dos contatos telefônicos ou e-mail disponibilizados pela Subsìs;

b) Após o agendamento das datas, o pesquisador é responsável por contatar a unidade com antecedência mínima de 24h para confirmação da atividade. A unidade poderá, de forma discricionária, solicitar reagendamento ou suspensão da atividade, conforme especificidades da rotina da Unidade;

Por oportuno, solicito que todo material coletado seja utilizado somente na pesquisa acadêmica, garantindo o anonimato das informações e o sigilo das informações prestadas. Ressalto que é vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional e que, portanto, encontra-se **vedado o registro áudio-fotográfico**, bem como referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome dos adolescentes e jovens do sistema socioeducativo (Art. 143, Lei nº 8069/1990). O descumprimento desta vedação implica em infração administrativa conforme estabelece o Art. 247 da Lei nº 8069/1990:

"Art. 247 - Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio

de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

§ 1º Incorre na mesma pena quem exhibe, total ou parcialmente, **fotografia de criança ou adolescente envolvido em ato infracional**, ou qualquer ilustração que lhe diga respeito ou se refira a atos que lhe sejam atribuídos, de forma a permitir sua identificação, direta ou indiretamente.

§ 2º Se o fato for praticado por órgão de imprensa ou emissora de rádio ou televisão, além da pena prevista neste artigo, a autoridade judiciária poderá determinar a apreensão da publicação."

A pesquisadora apresentou todos os documentos solicitados como Projeto de Pesquisa com cronograma, cópia do documento de identificação e declaração da Instituição de Ensino comprovando vinculação acadêmica.

A presente autorização segue com cópia ao pesquisador interessado.

Atenciosamente,

Thais Monteiro Vasconcellos Elias

Assessora



Documento assinado eletronicamente por **THAIS MONTEIRO VASCONCELLOS ELIAS - Matr.0245096-8, Assessor(a)**, em 09/02/2021, às 16:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=55811383)  
verificador= **55811383** código CRC= **C5BEF528**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAIN - Estação Rodoferroviária - Ala Central - Bairro Asa Norte - CEP 70631-900 - DF

3213-0661



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO  
FEDERAL

Subsecretaria do Sistema Socioeducativo

Memorando Nº 94/2021 - SEJUS/SUBSIS

Brasília-DF, 11 de fevereiro de 2021.

À COORINT,

Prezados, no intuito de complementar a Autorização Setorial emitida por esta Subsistema 55811383, informo que a estudante Camila Gabriel Meireles Amorim, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, matrícula 612951, CPF 065.305.076-39, RG 3148666 SSP-DF, sob a orientação do Professor Luis Flavio Sapori está autorizada a realizar a pesquisa na Unidade de Internação de Planaltina.

Atenciosamente,

Thais Monteiro Vasconcellos Elias

Assessora

Subsecretaria do Sistema Socioeducativo



Documento assinado eletronicamente por **THAIS MONTEIRO VASCONCELLOS ELIAS - Matr.0245096-8, Assessor(a)**, em 11/02/2021, às 15:49, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0verificador=55987897](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=55987897) código CRC= **D0818C3B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAIN - Estação Rodoferroviária - Ala Central - Bairro Asa Norte - CEP 70631-900 - DF

3213-0661



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos V.Sa. a participar da pesquisa “**Encontros e desencontros: estudo sobre as trajetórias infracionais de meninos e meninas de forma comparada**”, sob responsabilidade da pesquisadora **Camila Gabriel Meireles Amorim**, que tem por objetivos: 1. Identificar em que medida, no âmbito familiar, os eventos ocorridos na infância, como fragilização dos laços familiares, falta de supervisão dos pais, violência e abandono podem contribuir para a inserção em trajetórias infracionais; 2. Identificar em que medida a evasão escolar, bem como, os fatores de risco vividos na escola, podem contribuir para o envolvimento infracional de adolescentes; 3. Identificar em que medida o envolvimento com pares no âmbito escolar e comunitário pode ser um fator de risco para a inserção em trajetórias infracionais; 4. Identificar em que medida a falta de supervisão e controle comunitário, bem como, as relações sociais estabelecidas na comunidade, podem contribuir para a inserção em trajetórias infracionais.

Para a realização deste trabalho será utilizado o seguinte método: entrevistas, em que o adolescente contará sua história de vida, e falará um pouco sobre sua experiência com a família, com a escola, com os amigos e na comunidade onde vive. O objetivo dessa entrevista é entender através dos relatos dos adolescentes quais os fatores vivenciados nesses espaços contribuíram para a adesão em atividades infracionais. Após a conclusão da pesquisa, este material gravado será destruído, não restando nada que venha a compromê-lo agora ou futuramente.

Quanto aos riscos e desconfortos, o maior risco da realização desta pesquisa está no fato de ser utilizada a história de vida, para coletar dados nas entrevistas com os adolescentes, uma vez que, ao lembrar fatos na sua trajetória, os adolescentes podem sentir mal estar ao tratar de assuntos de sua trajetória. Nesse caso, a entrevista deverá ser interrompida de imediato. Caso você venha a sentir algo dentro desses padrões, comunicar imediatamente ao pesquisador para que sejam tomadas as devidas providências.

Os benefícios esperados com o resultado desta pesquisa são ter acesso a informações sobre fatores que foram determinantes para a adesão do adolescente na trajetória infracional, os resultados poderão nortear de maneira mais específica as políticas públicas para o enfrentamento da criminalidade jovem nos diversos contextos sociais.

Você terá os seguintes direitos: a garantia de esclarecimento e resposta a qualquer pergunta; a liberdade de abandonar a pesquisa a qualquer momento sem prejuízo para si ou para seu tratamento (se for o caso); a garantia de privacidade à sua identidade e do sigilo de suas informações; a garantia de que caso haja algum dano a sua pessoa (ou o dependente), os prejuízos serão assumidos pelos pesquisadores ou pela instituição



**Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

---

responsável inclusive acompanhamento médico e hospitalar. Caso haja gastos adicionais serão absorvidos pelo pesquisador.

Nos casos de dúvidas e esclarecimentos procurar os pesquisadores através do endereço ou pelos telefones: Camila Gabriel Meireles Amorim, Rua Avenida Itaú, 505 - 3º andar - Bairro Dom Cabral - Belo Horizonte/MG - CEP: 30535012, telefone (31) 975765771. Caso suas dúvidas não sejam resolvidas pelos pesquisadores ou seus direitos sejam negados, recorrer ao Comitê de Ética, Av: Dom José Gaspar, 500 Coração Eucarístico - Belo Horizonte – MG, Prédio 03, 2º. Andar, 30535-901, Brasil, telefone (31) 3319-4225.

Consentimento Livre e Esclarecido:

Eu,\* .....,  
responsável por ..... após  
ter recebido todos os esclarecimentos e ciente dos meus direitos, concordo em participar desta pesquisa, bem como autorizo a divulgação e a publicação de toda informação por mim transmitida em publicações e eventos de caráter científico. Desta forma, assino este termo, juntamente com o pesquisador, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder do pesquisador.

Local:

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Sujeito (ou responsável)

Assinatura do Pesquisador



PUC Minas

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

## TERMO DE ASSENTIMENTO

N.º Registro CEP: CAAE: 40592420.0.0000.5137

Título do Projeto: “**Encontros e desencontros: estudo sobre as trajetórias infracionais de meninos e meninas de forma comparada**”.

Meu nome é **Camila Gabriel Meireles Amorim** e o meu trabalho é pesquisar em que medida, os eventos ocorridos na sua trajetória familiar, escolar, com os amigos e na comunidade que você vivia contribuíram para a sua inserção em trajetórias infracionais.

Eu vou informar você e convidá-lo a participar desta pesquisa. Você pode escolher se quer participar ou não. Já pedi a autorização dos seus pais ou responsáveis e eles sabem que também estou pedindo seu acordo. Eles já concordaram com a sua participação nesta pesquisa, mas se você **não** desejar fazer parte da pesquisa, não é obrigado a participar. É você quem decide. Se decidir não participar da pesquisa, nada mudará em relação a seu tratamento nesta unidade de internação. Até mesmo se disser “sim” agora, você poderá mudar de ideia depois, sem nenhum problema.

Neste documento ou durante a sua participação na pesquisa pode haver algumas palavras ou dúvidas que você não entenda, ou coisas que você quer que eu explique mais detalhadamente; por favor, me avise, pois posso parar para explicar a qualquer momento.

Você foi escolhido(a) para participar desta pesquisa aleatoriamente entre os demais adolescentes aqui internados. Se você decidir fazer parte da pesquisa, deverá participar da seguinte etapa:

1) Participar das entrevistas de história de vida, realizada por mim. Pode ser que seja necessário mais de um encontro.

A entrevista que iremos fazer é segura, no entanto o maior risco da realização desta pesquisa está no fato de ser utilizada a história de vida, para coletar dados nas entrevistas com você, uma vez que, ao lembrar fatos da sua trajetória, você pode sentir mal estar ao lembrar de fatos importantes da sua história de vida. Porém, preciso saber se qualquer coisa diferente acontecer a você em relação a entrevista da pesquisa, e você deve se sentir à vontade para me chamar a qualquer momento e falar sobre suas preocupações ou dúvidas. No momento da entrevista você pode recusar a responder qualquer uma das perguntas que vou fazer.

Esta pesquisa poderá ajudar a entender sobre a adesão de adolescentes na trajetória infracional, considerando eventos ao longo da história de vida que podem ser decisivos para a entrada em atividades infracionais. Além disso, os resultados poderão nortear de maneira mais específica as políticas públicas para o enfrentamento da criminalidade jovem nos diversos contextos sociais.



**PUC Minas**

# PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

Não falarei para outras pessoas que você está participando desta pesquisa e também não darei nenhuma informação sobre você para qualquer pessoa que não trabalhe nesta pesquisa. Qualquer informação sobre você terá um número ao invés do seu nome, impedindo a sua identificação.

Depois que a pesquisa acabar, irei informar para você e para seus pais, os resultados sobre o que descobrimos e aprendemos com a pesquisa. Todo material coletado durante a pesquisa ficará sob a guarda e responsabilidade do pesquisador responsável pelo período de 5 (cinco) anos e, após esse período, será destruído.

Se você tiver qualquer problema causado pela sua participação na pesquisa, nós cuidaremos de você. Os seus pais já foram informados sobre isso. Em caso de problemas, devemos fazer tudo o que está previsto na lei para que você não seja prejudicado de nenhuma maneira.

Você receberá uma via deste documento com o telefone e o endereço de contato das pessoas responsáveis pela pesquisa, para tirar suas dúvidas agora e a qualquer momento.

Pesquisadores responsáveis: Camila Gabriel Meireles Amorim, Rua Avenida Itaú, 505 - 3º andar - Bairro Dom Cabral - Belo Horizonte/MG - CEP: 30535012, telefone (31) 975765771.

Se você quiser falar sobre alguma coisa que está te incomodando na pesquisa com alguém diferente daquela pessoa que está realizando a pesquisa com você, e que também manterá segredo sobre você, ligue para o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, e fale com o coordenador, que é a professora Cristiana Leite Carvalho, pelo telefone 3319-4517 ou email [cep.proppg@pucminas.br](mailto:cep.proppg@pucminas.br).

Este documento será assinado por você em 02 (duas) vias e uma ficará com você para que guarde os telefones de contato.

Belo Horizonte, 26 de janeiro de 2020.

Eu entendi que a pesquisa é sobre as trajetórias familiares, escolares, com os amigos e na comunidade de adolescentes em cumprimento de medida de internação e concordo em participar da pesquisa, sabendo que a qualquer momento posso mudar de idéia, que tudo continuará bem.

---

Nome da criança/adolescente (em letra de forma)

Eu, **Camila Gabriel Meireles Amorim**, comprometo-me a cumprir todas as exigências e responsabilidades a mim conferidas neste termo e agradeço pela sua colaboração e sua confiança.

---

Assinatura do pesquisador

---

Data